

**RAPHAELA REIS CONCEIÇÃO CASTRO SILVA**

**O FAZER CIENTÍFICO A PARTIR DOS GRUPOS DE  
PESQUISA DA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO: EM BUSCA DA  
CRIATIVIDADE E DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Luis Moretto Neto

Coorientador: Prof. Dr. Angelo Brigato

**Florianópolis  
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Raphaela

O fazer científico a partir dos grupos de  
pesquisa da área da Administração : em busca da  
criatividade e da consciência crítica / Raphaela  
Silva ; orientador, Luis Moretto Neto,  
coorientador, Angelo Brigato, 2018.  
239 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós  
Graduação em Administração, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Administração. 2. Grupos de pesquisa. 3.  
Produção Científica. 4. Desenvolvimento. 5.  
Consciência Crítica. I. Neto, Luis Moretto. II.  
Brigato, Angelo. III. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração.  
IV. Título.

**RAPHAELA REIS CONCEIÇÃO CASTRO SILVA**

**O FAZER CIENTÍFICO A PARTIR DOS GRUPOS DE  
PESQUISA DA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO: EM BUSCA DA  
CRIATIVIDADE E DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Doutora em Administração, na área de concentração: Organizações, Sociedade e Desenvolvimento, linha de pesquisa Organizações e Sociedade, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 13 de março de 2018.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Cibele Barsalini Martins  
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Orientador Luis Moretto Neto  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado  
Universidade Federal do Tocantins – UFT

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ione Ribeiro Valle  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

---

Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza  
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Florianópolis, 2018



Dedico  
Aos meus antigos, atuais e futuros alunos.



## AGRADECIMENTOS

Para elaborar este trabalho, tive a felicidade de obter o apoio e a ajuda de algumas pessoas. Quero começar agradecendo aos professores do PPGA/UFSC pelos valiosos ensinamentos e isentá-los de qualquer falha que o texto possa apresentar. Agradeço também ao Rodrigo, secretário do PPGA, que sempre ocupadíssimo e atencioso, nunca deixou de me ajudar nas dúvidas sobre os protocolos.

Ao meu orientador, Luis Moretto Neto, que foi muito generoso em aceitar trabalhar com essa temática, e por me acompanhar durante toda essa jornada com muita humanidade e sabedoria. Gratidão!

Ao meu co-orientador, Angelo Brigato, que muito me ajudou a organizar as ideias e que demonstrou sabedoria ao lidar com as pesquisas.

Ao meu amor, Leandro de Castro Silva, companheiro e amigo de todos os momentos. Sem você isso não seria possível!

Aos colegas do PPGA/UFSC da turma de 2014 e em especial a Gabriela Cordioli e Dyogo, que juntos formamos o Trio Ternura.

Aos colegas do grupo de pesquisa em Gestão Social, Erik, Fernando, Gabriela, Ale, Victor, que leram o trabalho e me deram dicas valiosas.

Aos colegas do grupo de pesquisa SOCIUS da UFJF, Isabela Stroppa, Isabela Grossi, Ângelo, Victor Almeida, Igor, que deram grandes contribuições a esse trabalho.

Aos meus alunos que me encorajam e dão sentido a tudo isso: Isabela Grossi, Iago Toti, Gleisom, Igor. Vocês são valiosos para mim! Aprendi muito com vocês.

À minha família, mãe, mana, Gabriel e Waltencir, que estão comigo a todo momento. Amo vocês!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudo, sem a qual esta pesquisa não se concretizaria.

Aos membros da banca, Airton Cançado, Ione Valle e Irineu Souza. Obrigada pelas contribuições que foram, sem sombra de dúvidas, essenciais para a finalização desse trabalho. Sou grata!

Aos colegas do IFRJ que me apoiaram no momento final de cumprimento dessa etapa do doutoramento.

A todos, meu muito obrigada!



A sociedade democrática é mais igualitária; a sociedade civilizada é mais respeitosa; e a sociedade desenvolvida é mais intensa e mais diversificada na trama de relações que põem pessoas e grupos em contato (COHN, 2015)

“Como desconhecer que os povos do planeta, praticamente sem exceção, estão hoje em dia empenhados em dominar ou preservar o domínio desse fabuloso acervo de técnicas que emergiram no quadro da civilização industrial? E como não perceber que um grupo de países ocupa posição de vanguarda no processo de acumulação, vetor principal do avanço dessas técnicas? Estas duas frases desnudam o cerne de uma realidade histórica a ter em conta em qualquer reflexão sobre o mundo contemporâneo” (FURTADO, 1978, p. 83).



## RESUMO

A administração caminha junto a modernização da sociedade. No entanto, a ciência da administração é vista como voltada às organizações privadas, o que é não natural e negligencia a realidade desta atividade. Este estudo coloca a ciência da administração visando a sociedade e não as empresas capitalistas, com foco nos grupos de pesquisa de administração vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), uma vez que as universidades são o *lócus* da produção científica no Brasil. Com a intenção de apropriar e re-situar as universidades públicas para resolução coletiva de problemas sociais, ligando-as com criatividade de Celso Furtado e da consciência crítica de Guerreiro Ramos. Esse trabalho visa, então, analisar a atuação, limites desafios e contradições das ações intelectuais dos grupos de pesquisa de modo a conhecer as formas em que a prática científica é realizada nas universidades que sejam voltadas para o desenvolvimento, identificando quem realiza e como são realizadas estas atividades. Para analisar os fatores descritos, foram mapeados os grupos de pesquisa em administração cadastradas no CNPq, localizados na UFMG. Posteriormente foram identificadas as convergências entre as produções desses grupos e os conceitos de criatividade humana abordados por Celso Furtado e da consciência crítica de Guerreiro Romano. Finalmente, foram qualificadas e categorizadas as ações intelectuais dos grupos de pesquisa em administração presentes na UFMG sob a perspectiva de Pierre Bourdieu. A pesquisa foi feita por meio de estudo de caso empenhada na abordagem qualitativa para avaliar a qualidade das informações e conhecer as ações dos indivíduos envolvidos. Dessa forma cada um dos objetivos foi convertido em uma pesquisa: a) mapear grupos de pesquisa; b) identificar elementos do conceito de criatividade humana de Celso Furtado; c) identificar elementos do conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos; e d) analisar a ação intelectual. O mapeamento dos grupos foi facilitado devido ao acesso das informações contidas no sítio eletrônico da CNPq, onde um total de 19 grupos e 324 artigos se adequaram aos requerimentos deste estudo. Em relação ao conceito de desenvolvimento de Celso Furtado foram analisadas a categorias: objeto de estudo, posicionamento estatal, lógica, horizonte, caráter, perspectiva desenvolvimentista e temática. Apenas quatro artigos escritos por um mesmo grupo de pesquisa atenderam a tais categorias. Tendo como objeto de estudo: empresas sociais; defendendo o estado como indutor de desenvolvimento; a partir de uma

lógica que reavalie os fins; tendo como horizonte as necessidades da coletividade e o conceito de desenvolvimento por meio de uma abordagem normativa. A seguir, estes artigos foram analisados segundo primeira lei da redução sociológica de Ramos. Dentre os quatro trabalhos analisados, dois destes podem ser aplicados na Lei do Comprometimento o que representa um número muito baixo perto do tamanho da amostra analisada. Apenas um grupo de pesquisa, dentro da amostra selecionada, apresentou convergência para os conceitos de desenvolvimento e consciência crítica abordados, levando à hipótese inicial de que pouco é feito para modificar a realidade periférica. Por fim, o grupo de pesquisa foi entrevistado sob a perspectiva da entrevista compreensiva de Kaufmann (2008). Os resultados deste trabalho apontam para a necessidade de discutir e refletir mais aprofundamento sobre o papel da universidade, grupos de pesquisa e produção científica no tocante ao desenvolvimento e consciência crítica.

**Palavras-chaves:** Grupos de Pesquisa; Produção Científica; Desenvolvimento; Consciência Crítica.

## ABSTRACT

The management walks along with the society modernization. However, the science of management is seen as directed towards private organizations, which is unnatural and neglects the reality of this activity. This study places the science of management close to society and not to capitalist companies, focusing on management research groups linked to the Federal University of Minas Gerais (UFMG), since that universities are the *locus* of the scientific production in Brazil. Intending to appropriate and re-situate public universities for collective resolution of social problems, connecting them to the creativity of Celso Furtado and the critical conscience of Guerreiro Ramos. This work aims to analyze the performance, limits, challenges and contradictions of the intellectual actions of research groups to know the ways in which scientific practice is performed in universities that are development oriented, identifying who performs and how these activities are carried out. To analyze the described factors, the research groups in management registered at CNPq, located at UFMG, were mapped. Later, the convergences between the productions of these groups and the concepts of human creativity, addressed by Celso Furtado, and the critical conscience of Guerreiro Ramos were identified. Finally, the intellectual actions of the management research groups present in the UFMG were qualified and categorized under the perspective of Pierre Bourdieu. The research was done through a case study committed to the qualitative approach to evaluate the quality of the information and to identify the actions of the individuals involved. In this way, each of the objectives was converted into a single research: a) mapping research groups; b) identifying elements of Celso Furtado's concept of human creativity; c) identifying elements of critical awareness concept of Guerreiro Ramos; and d) Analyzing the intellectual action. The group mapping was facilitated due to the access of information contained in the CNPq website, where a total of 19 groups and 324 articles were adequate to the requirements of this study. Regarding the development concept proposed by Celso Furtado, it was analyzed the categories: object of study, state positioning, logic, horizon, character, developmental perspective and thematic. Only four articles written by the same research group addressed such categories. Presenting as object of study: social enterprises; defending the state as an inducer of development; from a logic that reassesses the ends of production; considering the needs of the community and the concept of development through a normative approach. In the sequence, these articles were analyzed according to the

first law of the sociological reduction of Ramos. Among the four papers analyzed, two of them can be applied in the Law of Commitment, which represents a very low number compared to the size of the analyzed sample. Only one research group within the selected sample presented convergence to the concepts of development and critical awareness addressed, leading to the initial hypothesis that little is done to modify the peripheral reality. Finally, the research group was interviewed from the perspective of Kaufmann's comprehensive interview (2008). The results of this work point to the need of further discussion and reflection on the role of the university, research groups and scientific production in terms of development and critical awareness.

**Key-words:** Research groups; Scientific production; Development; Critical Awareness.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1: Dimensão de análise: Objeto de Estudo .....	149
Gráfico 2: Dimensão de análise: Posicionamento Estatal .....	150
Gráfico 3: Dimensão de análise: Lógica .....	151
Gráfico 4: Dimensão de análise: Horizonte .....	152
Gráfico 5: Dimensão de análise: Caráter .....	153
Gráfico 6: Dimensão de análise: Perspectiva Desenvolvimentista.....	154



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Mapeamento dos grupos de pesquisa e das produções científicas da área da Administração localizadas na Universidade Federal de Minas Gerais.....	132
---	-----



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Concepção de desenvolvimento ao longo das décadas ..... 112



## LISTA DE SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
USP	Universidade de São Paulo
SBPC	Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
PNB	Produto Nacional Bruto
UNESCO	Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
UNEMAT	Economia Solidária na Universidade Estadual do Mato Grosso
UFSCar	Universidade de São Carlos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FAO	Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
EASP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
MSU	Universidade Estadual de Michigan
FEA	Faculdade de Economia e Administração
MBA	Mestrado em Administração de Negócios
CFE	Concelho Federal de Educação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
DNC	Diretrizes Curriculares Nacionais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
RAE	Revista de Administração de Empresas
RSP	Revista do Serviço Público
ANPAD	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
EnANPAD	Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-

FAPEMIG	Graduação e Pesquisa em Administração Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
UFLA	Universidade Federal de Lavras
SUS	Sistema Único de Saúde
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMSP	Polícia Militar de São Paulo
PPGA/UFLA	Programa de Pós-Graduação Universidade Federal de Lavras
CEPEAD/UFMG	Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração Universidade Federal Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA .....	30
1.2 OBJETIVOS .....	31
1.3 JUSTIFICATIVA .....	31
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	33
<b>2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS .....</b>	<b>35</b>
2.1 A UNIVERSIDADE E A CIÊNCIA.....	36
2.1.1 Sobre o Ensino da Administração.....	43
2.1.2 Sobre a Pesquisa em Administração.....	50
2.2 GUERREIRO RAMOS E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA .....	55
2.2.1 O primeiro passo: a consciência crítica .....	56
2.2.2 O legado de Guerreiro Ramos.....	58
2.2.3 A Redução Sociológica: um método para a assimilação crítica .....	59
2.3 PIERRE BOURDIEU E A TEORIA DO CAMPO .....	68
2.3.1 Os intelectuais e a autonomia relativa .....	75
2.4 CELSO FURTADO E A CRIATIVIDADE HUMANA .....	79
2.4.1 Um olhar sobre as contribuições de Celso Furtado .....	86
2.4.2 A década de 1950.....	88
2.4.3 A década de 1960.....	93
2.4.4 A década de 1970.....	100
2.4.5 A década de 1980.....	106
2.4.6 A década de 1990.....	108
2.4.7 A década de 2000.....	109
2.4.8 Reflexões Finais.....	111
<b>3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....</b>	<b>121</b>
3.1 PESQUISA 1 – MAPEANDO GRUPOS DE PESQUISA.....	123
3.2 PESQUISA 2 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CRIATIVIDADE HUMANA DE CELSO FURTADO.....	125
3.3 PESQUISA 3 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE GUERREIRO RAMOS.....	125
3.4 PESQUISA 4 – ANALISANDO A AÇÃO INTELECTUAL..	126
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>131</b>
4.1 PESQUISA 1 – MAPEANDO GRUPOS DE PESQUISA.....	131

4.2 PESQUISA 2 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CRIATIVIDADE HUMANA DE CELSO FURTADO. ....	134
4.2.1 Grupo A.....	134
4.2.2 Grupo B.....	135
4.2.3 Grupo C.....	135
4.2.4 Grupo D.....	135
4.2.5 Grupo E.....	136
4.2.6 Grupo F.....	137
4.2.7 Grupo G.....	138
4.2. 8 Grupo H.....	138
4.2.9 Grupo I.....	140
4.2.10 Grupo J.....	140
4.2.11 Grupo L.....	141
4.2.12 Grupo M.....	142
4.2.13 Grupo N.....	144
4.2.14 Grupo O.....	145
4.2.15 Grupo P.....	146
4.2.16 Grupo Q.....	147
4.2.17 Grupo R.....	147
4.2.18 Grupo S.....	148
4.2.19 Reflexões Parciais.....	148
4.3 PESQUISA 3 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE GUERREIRO RAMOS. ....	155
4.3.1 Artigo 1.....	155
4.3.2 Artigo 2.....	156
4.3.3 Artigo 3.....	158
4.3.4 Artigo 4.....	158
4.3.5 Reflexões finais.....	160
4.4 PESQUISA 4 – ANALISANDO A AÇÃO INTELECTUAL..	161
4.4.1 Primeira dimensão: A atuação da ação intelectual dentro do grupo de pesquisa.....	161
4.4.2 Segunda dimensão: Os limites da ação intelectual. ....	163
4.4.3 Terceira dimensão: Os desafios da ação intelectual. ....	164
4.4.4 Quarta dimensão: As contradições da ação intelectual. ....	166
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>168</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>181</b>

<b>APÊNDICE A – Relação dos grupos de pesquisa vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais .....</b>	<b>191</b>
<b>APÊNDICE B – Categorias analíticas .....</b>	<b>195</b>
<b>APÊNDICE C – Lista de artigos analisados em ordem alfabética</b>	<b>199</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com Líder do Grupo de Pesquisa .....</b>	<b>237</b>
<b>APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista com Integrante do Grupo de Pesquisa .....</b>	<b>239</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A administração é um fenômeno importante na sociedade moderna, ou seja, o pensamento administrativo caminha ao lado da modernização da sociedade e da consolidação das estruturas burocráticas. Ademais, envolve todas as atividades profissionais existentes, já que todas elas devem ser administradas. Portanto, o campo de estudos da Administração é um campo fértil para importantes reflexões como a proposta por este estudo.

Há certa “naturalização” da ideia de que a ciência da Administração se presta para as organizações privadas. Entretanto, essa “naturalização” é uma dissimulação de uma realidade que nada tem de natural, simplesmente por ser histórica, isto é, produzida e em transformação, negligenciando as relações de poder que ali ocorrem e naturalizando a reprodução de modelos hegemônicos.

Assim, esta pesquisa é orientada para colocar a sociedade como objeto central dos estudos organizacionais, e não as empresas capitalistas, contribuindo para oxigenar a produção do conhecimento e, sobretudo, porque isso permite a construção de ferramentas teóricas mais poderosas para a compreensão da realidade periférica que vivemos.

Acerca da existência de agrupamentos de países na distribuição da renda na economia mundial a partir da perspectiva de economia-mundo<sup>1</sup>, verifica-se que o Brasil ocupa uma posição de semiperiferia, ou seja, é marcado por heterogeneidade na produção interna e na inserção nas cadeias mundiais de mercadorias (LIMA, 2007).

O mais intrigante é observar a contradição entre o potencial de recursos do país e o baixo nível de desenvolvimento alcançado até o presente. Adentrando a questão e abandonando essa estratificação, a priori, questiona-se como esta sociedade se tornará igualitária, democrática e justa. A sociedade não se constrói sem reflexões sobre o impacto que suas ações têm no mundo. O processo de desenvolvimento, para Furtado (1978), vai além da produtividade econômica, implica necessariamente em transformações sociais com reflexos no sistema de poder. Celso Furtado deixou uma enorme contribuição para pensar o

---

<sup>1</sup> A economia-mundo é entendida como “uma zona geográfica extensa na qual existe uma divisão do trabalho e, conseqüentemente, significativo intercâmbio interno de bens básicos e essenciais assim como fluxo de capital e trabalho” (WALLERSTEIN apud LIMA, 2007, p. 59). Tal divisão implica desigualdade e tentativa de exploração dos diferentes trabalhos com o intuito de se obter mais valor excedente, ou seja, há uma hierarquia definida e rígida.

Brasil e a América Latina, para além das amarras da teoria econômica, principalmente em função de sua capacidade de observação histórica (DANTAS; MONFREDO, 2012). Furtado coloca na capacidade e na iniciativa humana a possibilidade de desencadear forças que conduzam ao avanço da sociedade (VIEIRA, 2012). Nessa ótica, a universidade em muito pode colaborar.

Nos países periféricos e semiperiféricos acredita-se, bem como Santos (2004), que a busca por essa mudança deve ser protagonizada pela universidade pública, pelo Estado nacional e pela sociedade civil. O primeiro protagonista está ancorado nos universitários que estão interessados numa globalização alternativa e que acreditam na força deste campo na reforma progressista. Assim, o Estado nacional precisa também optar por esse projeto para apoiar a universidade; caso contrário, tenderá a ceder às pressões da globalização neoliberal. O terceiro protagonista é composto pelos cidadãos individualmente ou coletivamente organizados, grupos sociais, sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais, através de um conjunto de iniciativas que vincula a universidade a demandas sociais (SANTOS, 2004). Sob essa perspectiva, fica evidente a centralidade da sociedade nesse processo e a importância do papel da universidade.

No âmbito das universidades, a importância das ações que venham a ser feitas em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento brasileiro é hoje evidente (CHAIMOVICH, 2000). A economia mundial depende cada vez mais da produção, da distribuição e da aplicação do conhecimento, sendo que 50% do PIB da maioria dos países provém da produção das indústrias intensivas em conhecimentos e da produção de serviços intensivos em conhecimentos (PINTO, 2012).

Contudo, o conhecimento como posto atualmente não é capaz de alcançar tal mudança. O conhecimento é gerador de ciência, e esta se materializa através de tecnologias que almejam o desenvolvimento humano (BUNGE, 1980). Esse cenário seria o ideal. Percebe-se que, na atualidade, as tecnologias privilegiam o desenvolvimento das forças produtivas que reificam o sistema capitalismo, reproduzindo a dominação e exploração (GOULART; CARVALHO, 2008). “A apropriação universitária (atual) do conhecimento é a concepção capitalista do saber, o qual se constitui em capital e toma forma nos hábitos universitários” (TRAGTENBERG, 1979, p. 17).

Percebe-se uma quantidade superior de novas tecnologias anunciadas pelo setor privado e, por outro lado, doenças tropicais como a malária ou leishmaniose continuam sem tratamentos adequados. Assim, o conhecimento como posto serve para assegurar a posição

dominante no mundo por meio da universidade que endossa uma visão de mundo que privilegia o crescimento econômico contínuo, sem limites, sem prestar atenção em outras variáveis importantes como a natureza (TRAGTENBERG, 1979). Ademais, as pesquisas brasileiras estão conectadas com os sistemas científicos das grandes potências, decorrentes da pressão neoliberal, resultando na ausência de criação de know-how e ampliando a importação de ideias e soluções, preocupação de Guerreiro Ramos já nos anos 1950 (RAMOS, 1958).

As hipóteses que aqui serão propostas buscarão sustentar que o papel da universidade é fundamental. Tal como propõe Tragtenberg (1979, p. 9), a universidade produz dois tipos de intelectuais,

O intelectual orgânico da burguesia, organizador da hegemonia burguesa, a qual por mediação da universidade inculcará as formas de sentir, pensar e agir da classe dominante como sendo ‘naturais’ e ‘normais’; e o intelectual crítico que, em épocas de ascensão do movimento de massas, pode legitimamente representa-las.

Por meio da intelectualidade crítica é possível vislumbrar outras possibilidades em contextos solidários, cooperativos, através de parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos sociais especialmente vulneráveis (imigrantes ilegais, desempregados, doentes crônicos, idosos etc.), comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos. Ramos (1958) apresenta a consciência crítica que levaria a criação intelectual a refletir sobre as transformações necessárias para levar o país ao desenvolvimento e autonomia intelectual. Não se pode perder de vista que a prática de pesquisa se dá um complexo jogo social historicamente constituído. Para tanto, se torna indispensável, recorrer a Pierre Bourdieu que apresenta a noção de campo. O campo científico é um mundo social absolutamente particular, pois se trata de uma “questão de poder” e de “capital”. Bourdieu (1983) rompe com a ideia pacífica da comunidade científico e apresenta o campo científico como um lugar de disputa, para se alcançar a legitimidade para falar e agir.

É indubitável que existem grupos de pesquisadores comprometidos com a transformação dos contextos sociais – no âmbito das universidades e da produção de conhecimento – que têm procurado avançar no sentido de aproximação às demandas populares, mesmo diante dos entraves burocráticos (TRAGTENBERG, 1979). Ou seja, há

aqueles que desejam, de maneira efetiva, interferir na realidade histórica e social através da pesquisa. No caso da Administração, o que dizer dos professores e de seus grupos de pesquisas? A busca por essa resposta norteará a condução desse trabalho. No Brasil, as atividades científicas desenvolvidas por equipes de pesquisadores são organizadas sob a designação de grupos de pesquisa. Existem aproximadamente 5.363 grupos cadastrados no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da área de ciências sociais aplicadas, sendo que 1.161 pertencem a área de administração e 145 destes estão no estado de Minas Gerais (CNPq, 2017). Tendo em vista que grupos de pesquisa são sistemas sociais que fazem parte da universidade e de uma comunidade.

Isso posto, o foco de análise deste estudo serão os grupos de pesquisa de Administração vinculados a Universidade Federal de Minas Gerais, sendo estes o *locus* de produção científica e tecnológica no Brasil. O estado de Minas Gerais foi escolhido como objeto devido a facilidade de acesso para a pesquisadora. Contudo, a intenção é de que esse estudo seja replicado para outras universidades que possuam o curso de doutorado em administração, bem como a formação de grupos de pesquisas.

As universidades possuem um papel crucial na construção do lugar do país em um mundo globalizado (DUDZIAK, 2007). Portanto, trata-se de uma tentativa de investigar como se apropriar do potencial desse lugar numa outra direção e *re-situar* o papel da universidade pública na definição e resolução coletiva de problemas sociais, partindo da compreensão de que, para os países periféricos e semiperiféricos, o contexto global exige uma total reinvenção de um projeto nacional, no qual o papel da universidade é fundamental. Não se trata de uma exigência nacionalista, mas sim de repensar criticamente um contexto de globalização neoliberal agressiva e excludente (SANTOS, 2004).

## 1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Considerando as condições apresentadas, chegou-se à seguinte questão norteadora da análise: Há produções científicas nos grupos de pesquisa de Administração vinculados a Universidade Federal de Minas Gerais em conexão com as categorias analíticas do conceito de desenvolvimento de Celso Furtado e de consciência crítica de Guerreiro Ramos?

## 1.2 OBJETIVOS

A fim de responder à questão proposta, o *objetivo geral* é analisar a atuação, os limites, os desafios e as contradições da ação intelectual dos grupos de pesquisa da Administração vinculados a Universidade Federal de Minas Gerais que contribuem para o fomento do desenvolvimento e da consciência crítica.

Em outros termos, a intenção é descobrir como as pessoas realizam seu trabalho dentro das universidades, de modo que tem-se interesse na pesquisa científica voltada para a criatividade e para a consciência crítica, procurando identificar quem faz, o que eles fazem e quais as implicações de suas ações no desenvolvimento.

Com efeito, o objetivo geral se desdobra em quatro *objetivos específicos* que visam detalhar a pesquisa, sendo eles:

(a) mapear os grupos de pesquisa da área de Administração, cadastrados no diretório do CNPq, localizados na Universidade Federal de Minas Gerais, e suas produções;

(b) identificar a convergência entre tais produções e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado;

(c) identificar a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos; e

(d) qualificar e categorizar as ações intelectuais dos grupos de pesquisa mapeados

## 1.3 JUSTIFICATIVA

Nota-se a hegemonia do econômico, o culto da empresa, a influência crescente do pensamento empresarial invadindo todas as esferas da vida social (CHANLAT, 1996), inclusive na universidade e sua agenda de pesquisa. Os estudos sobre as organizações produtoras de ciência e tecnologia possui grande relevância social, tendo em vista a posição que estas ocupam na definição e legitimação de verdades (RIVERA, BRITO, 2015).

Dagnino e Filho (2012) ressaltam que a maioria dos trabalhos que tratam da temática universidade-sociedade na realidade se debruçam sobre a relação da universidade com as empresas privadas, intermediados pelo propósito de transferência de conhecimento. “Naturalizam”, assim, a ideia de que o foco das universidades públicas

deve estar sob a empresa, como se não existissem no cenário econômico-produtivo outros agentes além da empresa privada.

Após uma pesquisa de estudos a partir das palavras-chave universidade, sociedade no Portal CAPES, percebeu-se que não são muitos os trabalhos da área de Administração que tratam da relação universidade-sociedade. Por outro lado, é possível mapear uma grande presença do termo universidade-empresa. No Brasil, a literatura sobre o assunto é bastante voltada ao papel desempenhado pelas universidades no processo de inovação e para a relação entre universidade-empresa e a interação entre as IES e os sistemas regional e nacional de inovação (CALDARELLI; CAMARA; PERDIGÃO, 2015).

Além disso, o interesse dos pesquisadores da área de Administração pela temática do desenvolvimento é crescente. Muitos trabalhos exploram as formas interorganizacionais e seus fatores de sucesso e fracasso, mas muito pouco se diz sobre a ocorrência de transformações sociais no espaço territorial onde há tais fenômenos organizacionais (GOULART, 2006). Em outros termos, se apropriam da máxima de que o desenvolvimento local é um resultado natural e automático dessas iniciativas.

A busca no indexador Spell.org foi realizada com base em artigos que contivessem as palavras: universidade-sociedade e *university, society*. Nessa busca não foi identificado nenhum artigo oriundo de eventos ou de periódicos. Bem como na pesquisa realizada no Portal CAPES, o Spell.org apontou uma variedade de artigos que tratam do tema universidade-empresa. É importante assinalar que essa questão é necessária, mas não é suficiente. Acredita-se que falta a proposição de uma mudança qualitativa mais profunda que aponte para uma política científica e tecnológica compromissada com os interesses da sociedade.

Nesse sentido e em termos mais específicos, as justificativas para o presente estudo contemplam duas dimensões: (1) acadêmica: a realização deste estudo poderá contribuir para o campo dos estudos organizacionais na medida em que busca expandir o entendimento acerca da relação entre universidade e sociedade e apresentar um modelo de análise de produções científicas a partir dos conceitos de criatividade e consciência crítica. Espera-se também que esta investigação agregue novas reflexões às pesquisas já realizadas e sirva de referência para outros pesquisadores que tenham interesse de estudar temas caros como a relação universidade-sociedade. “O tema [universidade-sociedade] é amplo; abrange a relação entre dominação e o saber, a relação entre o intelectual e a universidade como instituição dominante, ligada à dominação, a universidade antipovo”

(TRAGTENBERG, 1979, p. 15). Ademais, apresenta-se um modelo de análise da produção científica inovador e viável para ser replicado em outros contextos nacionais; e (2) social: a importância da reflexão proposta está na discordância com a forma como tudo tem sido administrado, aprofundando as desigualdades e facilitando a concentração de capital nas mãos de poucos. É preciso uma mudança transformadora, fundamentada em uma racionalidade substantiva, em que o diálogo e os valores sejam elementos relevantes. Ainda, a Administração precisa ter uma intenção reflexiva sobre suas práticas e os instrumentos de pensamento, enfim, sobre as estruturas burocráticas. Pretende-se, assim, ampliar a discussão sobre a pesquisa da Administração, abrangendo outros tipos de organizações como empresas sem fins lucrativos e organizações públicas, pois as preocupações em como desenvolver o território e gerar melhorias na qualidade de vida da população se fazem presentes na agenda de discussão de inúmeros atores como governos, empresas, instituições de ensino, pesquisa e financiamento e sociedade civil (CHAVES; APOLINÁRIO, 2014).

Posto isso, a intenção é de que as contribuições geradas por esse estudo possam oferecer insumos para a reflexão de pesquisadores comprometidos com a transformação dos contextos sociais sobre o papel do administrador no mundo atual, papel este que deve ir além das tendências totalitárias da socialização corporativa. Sendo assim, contribuir “para ampliar as discussões a respeito das relações organização e ambiente, dos efeitos concretos das ações governamentais no mundo da vida e, em última análise, das relações entre teoria e prática” (GOULART, 2006, p. 2).

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o presente trabalho pretende-se somar algo que se acredita estar em falta no debate recente sobre as universidades. Para atender ao que foi proposto, o trabalho foi estruturado em outras quatro seções, além desta introdução seguida da justificativa. A seção 2 atenta aos fundamentos teóricos, envolvendo e relacionando a universidade, a ciência, a consciência crítica e o desenvolvimento. A pesquisa bibliográfica tem como horizonte “escovar a história a contrapelo e recusando a servidão voluntária” (BENJAMIN, 2012), para que seja possível compreender a realidade da produção científica e sua conjuntura por meio da análise histórica. A intenção de uma análise histórica não é compilar e catalogar fatos históricos, mas sim

compreender tais fatos como formadores e influenciadores de uma trajetória histórica.

Na seção seguinte tratar-se-á dos procedimentos metodológicos que foram adotados de acordo com cada um dos objetivos específicos propostos foram divididos em 4 momentos: Pesquisa 1 – Mapeando grupos de pesquisa; Pesquisa 2 – Identificando elementos do conceito de criatividade humana de Celso Furtado; Pesquisa 3 – Identificando elementos do conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos; e Pesquisa 4 – Analisando a ação intelectual. Nessa última, foi utilizada a técnica da entrevista compreensiva, visando compreender como os grupos de pesquisas da Administração que têm atuado em consonância a consciência crítica e com a criatividade humana realizam e priorizam suas produções científicas. A pesquisa empírica tem em vista o potencial, os limites e os desafios enfrentados por grupos de pesquisa da área de Administração que estabelecem relações sistemáticas com a sociedade, empregando métodos dialógicos e conteúdos críticos, de acordo com os pressupostos de nossos autores centrais – Celso Furtado e Guerreiro Ramos.

Na quarta seção, apresenta-se os resultados encontrados seguindo a estrutura proposta pelas quatro etapas realizadas de coleta de dados. Por fim, encontram-se as considerações finais, as referências bibliográficas, os anexos e os apêndices da pesquisa.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo está estruturado em torno de duas temáticas principais: universidade e desenvolvimento. Essas temáticas foram escolhidas para auxiliar na construção do objeto de pesquisa – produção científica em Administração. A construção do objeto, no sentido dado por Pierre Bourdieu, é um trabalho social de recusa do pré-construído, como uma tarefa que se completa pouco a pouco através de pequenas retificações. Nesse sentido, o mergulho teórico se torna fundamental para a construção desse objeto.

Sobre a universidade e a ciência, buscou-se a compreensão histórica desses elementos bem como sua configuração na sociedade atual. Teóricos como Celso Furtado e Guerreiro Ramos salientam a necessidade imperiosa de revisar os vínculos entre os pesquisadores e os centros científicos locais, nacionais e regionais para que, assim, a universidade possa atingir seu objetivo que “não é tão somente a produção e disseminação de conhecimento aplicadas às necessidades das organizações produtivas, mas a valorização de todo o conhecimento necessário ao processo emancipatório, o que muitas vezes não se aplica no curto prazo” (FARIA; LEAL, 2007, p. 184).

Procurou-se demonstrar, em seguida, que sob a égide da sociedade moderna o ensino de Administração visa treinar os indivíduos através das universidades para tomarem decisões sempre lucrativas e eficientes para as organizações.

A seção sobre o conceito de desenvolvimento sintetiza a mudança de tal concepção ao longo das décadas, evidenciando que o conceito de desenvolvimento pode ser bastante útil para se refletir sobre as transformações das sociedades. Desse modo, é possível indicar a necessidade de se retomar o pensamento político-econômico e recolocar as perguntas na direção de novas ideias e pesquisas, visando superar a hegemonia liberal que bloqueou o desenvolvimento de alternativas para América Latina marcadamente a partir de 1980.

Por fim, recupera-se a formulação de Furtado e sua contextualização. A importância dessa revisão está em não aceitar que os países periféricos sejam meras unidades operacionais. Nas palavras de Goulart (2006, p. 5), “[...] tornando-os [países periféricos] homogêneos, em milhares de lugares-globais, entidades amorfas, mantidas à margem das decisões que, emanadas do centro, determinam as condições de sobrevivência de todos”. A maturidade da discussão nessa área proporciona novas bases para reflexão e aprofundamento,

impondo grandes desafios para os pesquisadores e profissionais de administração.

Esta ordenação parece ser a mais adequada ao objetivo desta tese, que é o de descobrir como os pesquisadores realizam seu trabalho dentro das universidades. Tem-se interesse na pesquisa científica voltada para a consciência crítica e para o desenvolvimento, procurando identificar: quem faz, o que eles fazem e quais implicações de suas ações para a sociedade.

## 2.1 A UNIVERSIDADE E A CIÊNCIA

A ciência, presente desde a Idade Antiga, entre os gregos, tem buscado formas racionais de conhecer a natureza. A universidade foi criada na Idade Média com o objetivo de formar pensadores e administradores da Igreja. De acordo com Goulart (2005), a conexão entre ciência e universidade se deu nos últimos dois séculos, sendo um dos frutos do Iluminismo. Tal aproximação, que se deu gradualmente, levou à consagração da universidade como espaço por excelência para a ciência e, posteriormente, para a tecnologia e a inovação.

No início, as preocupações científicas estavam centradas na contemplação, sem preocupação de intervenção, norteadas predominantemente pela lógica, como ilustra a Física de Aristóteles. A passagem da ciência antiga para a ciência moderna impactou o modo de entender o trabalho científico, e aí se destacam as argumentações dos filósofos Francis Bacon (1979) com noções do empirismo, René Descartes (1979) do racionalismo e Immanuel Kant, que contribuiu com o criticismo (KEINERT, 2011). Assim, as bases fornecidas por estes contribuíram para o desenvolvimento histórico do método científico e da chamada ciência moderna.

Bacon teceu uma crítica à filosofia dos gregos, na qual havia discussões constantes e falta de acumulação do conhecimento. Ele defendia o empirismo, ou seja, uma nova ciência prática, sem espaço para o conhecimento teórico e metafísico. Este trabalho foi crucial no desenvolvimento histórico do método científico. Bacon (1969) sugeriu que com a experiência sendo aplicada de forma correta e metódica é possível alcançar melhores resultados. Além disso, enfatizou também a necessidade de ampliar a investigação para os aspectos mais gerais, não dedicando-se a apenas um experimento em particular.

Já as bases de pensamento de Descartes estão na possibilidade de conhecimento, empirismo e racionalismo. De maneira bastante

audaciosa, o filósofo francês afirmou que com o método proposto, o mundo e qualquer conhecimento são atingíveis. No entanto, o mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente.

A empreitada filosófica do professor da antiga Prússia não é nem um pouco pequena. As obras de Kant foram fundamentais para que o pensamento moderno pudesse se desenvolver. Ele propõe uma mudança de ponto de vista em relação à possibilidade do próprio conhecimento, uma nova maneira de pensar. O pressuposto da concepção kantiana é de que a razão interroga a Natureza por meio de seus princípios. A razão não é mera observadora dos fenômenos, ela interroga e é guiada por si própria e não pelo seu objeto de conhecimento.

A Europa, berço da ciência moderna, já contava com universidades desde o século X, vinculadas a interesses e orientações religiosas. O período da Idade Média foi fortemente estudado ao se tratar da história das universidades. Contudo, há muitas lacunas decorrentes da ausência de relatos biográficos de professores e estudantes que pudessem indicar as respectivas origens sociais e familiares, os modelos de associação que integravam os seus estudos e suas carreiras (RUEGG, 1996).

Goulart (2005) cita a Escola de Medicina de Salerno, na Itália, como o princípio da universidade, seguida da de Bolonha, em 1088, especializada em Direito, e posteriormente a Universidade de Paris, criada na segunda metade do século XII. Não há provas da fundação da Universidade de Bolonha em 1088. Um folheto publicado na ocasião do 900º aniversário justificou a data como fundação da universidade por já existirem iniciativas livres para o ensino de Direito, independentes das escolas religiosas de Bolonha. Há um consenso de que tais associações são consideradas como as primeiras bases da forma de ensino superior (RUEGG, 1996).

A determinação de qual universidade é a mais antiga é de fato complexa. Segundo Rugg (1996), se o critério for a existência de uma entidade corporativa, então Bolonha é a mais antiga. Contudo, se o critério for a associação de professores e estudantes de várias disciplinas numa corporação, a mais antiga é a de Paris.

A partir dos finais do século XVIII, a universidade foi se secularizando e laicizando, embora ainda seja possível encontrar universidades que se regulam por normas religiosas (TORRAL; ÉSTER, 2014). No Brasil e espalhadas por diversos estados da federação, temos a presença da Pontifícia Universidade Católica, a Universidade Metodista, entre outras.

Goulart (2005) salienta que a pesquisa científica, no século XVII, se encontrava em segundo plano e era desenvolvida por intermédio do trabalho individual de pesquisadores que criavam as Sociedades ou Academias de Ciências como ponto de encontro e debates. Até final do século XVIII, as chamadas universidades tradicionais funcionavam como centros transmissores de um conhecimento estabelecido. Somente a partir do século XIX, a ciência, como atividade geradora de conhecimento, passou a se desenvolver no âmbito das universidades europeias.

O marco da universidade moderna foi a criação da Universidade de Berlim em 1810, cujas bases se assentaram na busca da verdade, na formação profissional e na cultura geral, constituindo-se como centro de investigação e pesquisa, e não somente como centro de reprodução de conhecimento.

Essa incorporação da ciência pelas universidades tradicionais, portadora de princípios da pesquisa e do trabalho científico desinteressado, consolidou-se com uma instituição acadêmica. Esse modelo foi adotado por diversos países como Inglaterra, Holanda e Estados Unidos (GOULART, 2005). Na Idade Moderna o número de ciências era pequeno, mas hoje chega a quase dois mil (CHAIMOVICH, 2000).

Nos demais países do mundo, inclusive no Brasil, o início da produção científica não se vinculou às universidades. A fundação da universidade brasileira ocorreu no século XX. A universidade no Brasil foi uma criação do Estado republicano, diferentemente das primeiras universidades europeias que foram criadas por uma corporação de estudantes e professores. Contudo, a organização do ensino superior no Brasil recebeu fortes influências na formação de sua identidade institucional das universidades francesas – modelo napoleônico –, bem como a importação das teorias dominantes daquele país (TORGAL; ÉSTHER, 2014).

A ciência por aqui é inaugurada como prática de escolas isoladas, como na Escola de Minas de Ouro Preto em 1876; de alguns pesquisadores e institutos isolados, como Adolfo Lutz, em São Paulo, desde 1883; e o Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, em 1901 (GOULART, 2005). A produção organizada de ciência no Brasil começou na fundação da Universidade de São Paulo, em 1934, e na concepção do regime de tempo integral à docência e à pesquisa. E por aí se espalhou pelo Brasil (CHAIMOVICH, 2000).

Anteriormente a 1920 houve, no Brasil, tentativas – fracassadas – de criação do ensino superior, associadas à formação profissional,

dentro da lógica capitalista industrial da época. Somente em 1931 foi formulada a primeira legislação federal delineando as características específicas de uma organização universitária. Resultado de amplo debate entre as diversas correntes de pensamento, duas em especial merecem destaque: a dos liberais elitistas e a dos liberais igualitários. A primeira, liderada por Fernando de Azevedo, visava a um ensino superior direcionado para as elites. A segunda corrente tinha por representante Anísio Teixeira, que defendia um ideário de universidade como espaço da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada. Ambos abriram caminhos para as futuras gerações de intelectuais críticos quanto à sociedade e à própria universidade (TORGAL; ÉSTHER, 2014).

Goulart (2005) salienta que o arcabouço legal criado concedia ao Ministério da Educação e Saúde Pública e ao Conselho Nacional de Educação prerrogativas de interferências como a aprovação dos regulamentos internos, taxas acadêmicas etc. Quanto à pesquisa, alegava que o povo brasileiro não possuía a maturidade cultural e a necessidade de resultados imediatos. Assim, o foco estava na formação de professores e na formação profissional.

Foi somente em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), que o Brasil passou a ter uma universidade efetivamente multifuncional. Iniciou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, constituída por professores estrangeiros e equipes dedicadas à pesquisa. Assim, a criação da USP foi considerada um marco da inserção da pesquisa e uma das principais atribuições das universidades do Brasil. Esse modelo se disseminou, gradualmente, para os demais Estados brasileiros e foi impulsionado após a Segunda Guerra Mundial, com o ideário de construir o desenvolvimento econômico e social no qual a ciência é um elemento estratégico (GOULART, 2005).

Durante as décadas de 1940 e 1950, sob a influência dos impactos da Segunda Guerra Mundial, como a corrida armamentista e a disputa por mercados, o campo científico recebeu fomentos e incentivos. No Brasil, essa condição se traduziu na criação de algumas instituições como a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC); o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA); o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) (GOULART, 2005; TORGAL; ÉSTHER, 2014).

Os anos de 1950 se revelaram ricos em possibilidades investigativas, posto que ofereceram um repertório considerável de ideias, propostas e instituições que tomaram o tema educação como

crucial ao futuro do país. Os intelectuais da educação – como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Antonio Candido – àquela época operavam em duas frentes do saber: na primeira, retomavam estudos que privilegiavam as dimensões singulares da cultura brasileira e, com isso, delineavam um novo perfil para as ciências sociais; e na segunda, empenhavam-se na articulação de projetos junto com o Estado (FREITAS, 2002). Havia ainda outras tradições sociológicas que também reivindicavam novas interpretações para a ideia de conhecimento local como as ideias advindas de Guerreiro Ramos.

A necessidade política determinou, no fim da década de 1950, um maciço investimento em ciência que se estendeu desde a escola secundária até os centros de pesquisa, desde as Universidades até as empresas. O complexo militar-industrial estadunidense exerceu grande pressão sob as organizações de pesquisa, que se expandem em todas as direções do conhecimento. O resultado disso: Estados Unidos passaram a ser o centro mais importante de produção de conhecimento, tecnologias e produtos, já na década seguinte (CHAIMOVICH, 2000).

Em decorrência da realidade específica do Brasil, havia uma perspectiva que defendia que a pesquisa científica poderia colaborar para a qualificação do debate sobre o desenvolvimento do país. “A ciência é um bem em si e um fator cultural indispensável de desenvolvimento [...]” (ROCHE, 1980, p. 13). Conforme Freitas (2002), esse movimento se iniciou nos anos de 1920 até o final dos anos de 1950. Ressalta ainda que a partir dos anos de 1960 o papel da pesquisa tornou-se um objeto de diferenciação entre os intelectuais que buscavam a edificação de uma ciência social para o país.

Ademais, as discussões sobre os problemas locais já vinham de antes, desde o século XIX e do período que precedeu e acompanhou a Revolução de 1930 (FREITAS, 2002). De fato, nos anos de 1950, a busca pelo caráter regional ou local de determinados problemas ganhou novo sentido e amplitude. Isso se deve à força dos intelectuais daquele momento, que, além de reabrirem alguns debates, inauguraram novas perspectivas.

A discussão acerca da afirmação da brasilidade e se esta deu-se incorporando ou rejeitando a cultura estrangeira iniciou-se nos anos de 1910 e só foi interrompida nos anos de 1960 com o golpe de Estado. Freitas (2002) salienta que esse debate, para além desse marco cronológico, é uma das “questões do século”. Esses debates instigaram além dos sociológicos, o movimento artístico, a história, a ciência política (FREITAS, 2002). Deve-se acrescentar ainda o impacto da nova

ciência econômica advinda da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) a partir de 1948, com as contribuições de Raul Prebisch e Celso Furtado, entre outros, que também se debruçaram sobre as necessidades e problemas locais.

No Brasil, a produção científica concentra-se nas universidades públicas, o que as coloca no centro de políticas nacionais de ciência e tecnologia (CHAIMOVICH, 2000). Assim, o papel que as instituições de ensino superior (IES) exercem no campo científico é de suma importância, pois além de definir sua estrutura de funcionamento, mapear hierarquias, delinear poderes e influenciar a adoção de estratégias de ação e estas promovem a legitimação e divulgação dos saberes (LEMOS; BAZZO, 2011).

Vinculada primordialmente à pós-graduação, a produção de conhecimento científico e sua publicização representam, atualmente, um quesito determinante na avaliação de cursos e de pesquisadores. A internacionalização dessa produção é determinada como um dos itens mais valorizados em várias áreas do conhecimento por meio da publicação de artigos em periódicos internacionais, celebração de convênios com instituições de ensino estrangeiras e a publicação de periódicos nacionais em língua inglesa. De acordo com Chaimovich (2000), a contribuição brasileira à ciência indexada aumentou de um valor de 0,4% em 1990 para mais de 1,2% em 1999. Contudo, esse salto da contribuição brasileira reflete decisões claras que têm mais a ver com o financiamento à ciência e à pós-graduação do que impacto no Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante.

Contudo, a ciência está alienada devido à determinação social dos objetivos de sua própria atividade, pois se submete aos ditames materiais e objetivos de produção do órgão reificado de controle, ou seja, do capital. Os ditames são oriundos daqueles que acumularam capitais por séculos, esclarecidos no modelo (na relação) centro-periferia do sistema-mundo. Países desenvolvidos têm preocupado em alcançar e deter a liderança e a hegemonia do conhecimento científico em diferentes áreas. Portanto, há uma dominação dos países centrais no campo científico e, por consequência, a legitimidade ali construída corresponde a seus interesses, seus valores, sua visão de mundo e do mundos dos outros. A universidade responde aos interesses das classes dominantes da sociedade, donas do poder político e econômico (GOULART; CARVALHO, 2008).

Cumpra salientar, ainda, que a dependência leva os pesquisadores a negligenciarem os vínculos entre os pesquisadores e os centros científicos locais, nacionais e regionais: advém da crença de que todo

produto estrangeiro é forçosamente melhor que o produto nacional correspondente. Consequentemente, nos países em desenvolvimento, os pesquisadores costumam ter maiores relações com seus colegas estrangeiros do que com os de seu próprio país (BUNGE, 1980).

[...] o desenvolvimento da comunidade científica de uma nação depende tanto do fortalecimento dos centros científicos locais quanto de sua integração em um sistema científico nacional, e da cooperação deste com outras comunidades científicas (nacionais, regionais e internacionais). Por outro lado, a ausência de integração [...] bloqueia o avanço científico (BUNGE, 1980, p. 46).

Nesse sentido, Ramos (1996) e Furtado (1980) propuseram a necessidade imperiosa de uma apropriação criativa de teorias e conceitos universais a partir de uma reflexão serena e corajosa sobre a cultura brasileira. Segundo Freitas (2002), a redução sociológica de Ramos trazia para o âmbito das ciências sociais a argumentação cepalina sobre a “substituição de importações” como etapa necessária ao desenvolvimento do país. Há uma recomendação da UNESCO de que a solução dos problemas educacionais brasileiros passaria necessariamente pela análise científica das reais condições sociais e culturais do país (FREITAS, 2002). Talvez um exemplo desse movimento seja o que Dagnino e Filho (2012) observaram: que há, atualmente, no contexto nacional, o estabelecimento de laços simbólicos e práticos de pesquisa e extensão com os trabalhadores precarizados, informais, que veem no cooperativismo e associativismo, uma resposta para seus problemas. Os autores indicam, a priori, uma pequena ruptura em universidades acostumadas a pesquisar e se relacionar com os trabalhadores formais, os sindicalizados.

A universidade é de suma importância para que a sociedade exerça sua capacidade crítica, compreendendo seus limites e possibilidades na direção da emancipação do homem como sujeito de sua própria história. Novaes (2012) apresenta exemplos de iniciativas de extensão, ensino e pesquisa espalhadas no Brasil que visam a um “tipo de assistência técnica” aos movimentos sociais, a saber:

- ❖ a criação de uma universidade “paralela” e “fora” do Estado, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF);

- ❖ a oferta de cursos indígenas, um curso de agronomia para os movimentos sociais do campo, de Economia Solidária na Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat);
- ❖ a criação do curso de Direito para os Sem Terra e agricultores familiares na Universidade de Goiás;
- ❖ a criação do curso de Pedagogia para filhos de assentados e o curso de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, na UFSCar.

No caso da Administração, o que dizer dos pesquisadores e de seus grupos de pesquisas? Nas ciências administrativas, a expansão global da academia e do conhecimento intensificou a hegemonia anglo-americana ao fortalecer uma tendência de integração e pretensa universalização, inibidora de uma produção local que a desafie. É preciso redefinir o valor do conhecimento científico como bem comum. De escrever sobre temáticas que interessam a cada país, aproximando da realidade brasileira e encontrando a pertinência sociocultural. O campo científico dispõe de uma autonomia que interfere diretamente no estado da relação de forças, nas lutas entre os detentores de poder (BOURDIEU, 1996). O debate atual se concentra no fazer científico, e não mais no ideal da ciência pura (ALPERSTEDT; ANDION, 2017)

Portanto, considera-se que, apesar dessas constatações, a universidade pode se constituir como um dos mecanismos de promoção da democracia, da igualdade, da cidadania e da justiça social graças à transmissão de saberes. Assim, buscar-se-á primeiramente (re)pensar a relação entre a pesquisa científica em Administração e a criatividade e a consciência crítica.

### **2.1.1 Sobre o Ensino da Administração**

Antes de se adentrar nas questões acerca da produção científica das ciências administrativas no Brasil, é inevitável retornar às bases constituintes desta ciência – a sociedade moderna – e ao contexto histórico social e econômico, bem como refletir sobre a pós-graduação, tendo em vista que é nesse espaço onde as pesquisas são elaboradas, predominantemente.

O curso de Administração é relativamente recente, mesmo que a atividade remonte a tempos antigos. Os Estados Unidos e a França defendem que o início do curso de Administração de Negócios se deu ao final do século XX.

O crescimento do ensino de administração coincide com o aumento da importância dos Estados Unidos no século XX, onde se consolida como superpotência. Este fato tem importância, especialmente, para a área de administração de empresas na medida em que, mundialmente se reconhece como management, é visto em grande parte uma criação norte-americana (BERTERO, 2006, p. 5).

O Brasil foi um dos primeiros países, além dos Estados Unidos, a escolarizar a Administração, criando cursos, escolas, departamentos e faculdades de Administração. Começou em São Paulo, com a administração de negócios, e no Rio de Janeiro, com a administração pública.

O estabelecimento dos programas de administração ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, momento de grande otimismo sobre o futuro. “A perspectiva era que todos os problemas da humanidade solucionar-se-iam pelo desenvolvimento econômico que traria no seu bojo também o desenvolvimento social e político” (BERTERO, 2006, p. 6). Um quadro institucional internacional foi criado com o objetivo de promover a paz e o desenvolvimento econômico com o Banco Mundial, FMI, Unesco, FAO, OMS, OIT etc.

De acordo com Alcadipani e Bertero (2014), é possível elencar três instituições que tiveram um papel de destaque na exportação desse produto, chamado *management*, para o Brasil nas décadas de 1950 e 1960. A primeira instituição é a missão diplomática dos Estados Unidos no Brasil, que enviou ajuda financeira para a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EASP), para a Universidade Federal do Rio do Sul (UFRGS) e para a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O *Institute of Inter-American Affairs* e a *Michigan State College of Agriculture and Applied Sciences* (MSU) executaram também um papel fundamental, com um contrato entre as duas instituições para que houvesse um apoio à Fundação Getúlio Vargas na condução de uma escola de negócios no Brasil. O objetivo do *Institute of Inter-American Affairs* era de melhorar a imagem dos Estados Unidos na América Latina em um contexto de pré II Guerra Mundial, e a MSU tinha o ideal norte-americano de levar o “progresso” ao mundo através da implantação de uma escola de negócios no Brasil que deveria servir de centro difusor no país (ALCADIPANI; BERTERO, 2014). A imagem

do profissional administrador de empresas estava associada à imagem de modernidade, da mudança e do alinhamento do país com as nações que se modernizavam (BERTERO, 2006).

Por último, a Fundação Ford, criada por Henry Ford I, para fugir do pagamento de taxa sobre sua herança, financiou junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) atividades relacionadas à expansão do *management* no Brasil.

Na década de 1940, a Universidade de São Paulo também criou a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, com foco maior na área da Economia. Foi no final dos anos de 1950 que se fortaleceu a área de Administração, com a criação do curso de graduação. O curso se baseava em dois grandes eixos: o primeiro era predominantemente composto pelas disciplinas das ciências sociais como sociologia, ciência política, antropologia, psicologia, direito e economia. O segundo eixo ensinava as áreas funcionais da administração (finanças, marketing, contabilidade gerencial, administração de pessoas, vendas, produção, etc.). Como salienta Bertero (2006), este eixo visava à profissionalização do administrador como modernizadora, já que a atividade econômica do país era bem mais modesta do que em outros países mais desenvolvidos economicamente. Os currículos elaborados pela EASP e pela FEA, derivados dos modelos norte-americanos, posteriormente foram utilizados como modelo para o estabelecimento de currículo mínimo nos cursos que foram criados a partir dos anos de 1960.

Desde a década de 1920, as grandes corporações anônimas norte-americanas contavam com administradores profissionais e esse fato influenciou fortemente a criação do curso de graduação, bem como os cursos de MBA que surgiram a seguir. A partir dessa realidade e da necessidade de governança estendeu-se a escolarização da administração naquele país. Esse modelo acionário não se alastrou no Brasil, bem como em outras economias europeias e asiáticas. O Brasil só passou a ter grandes empresas a partir da segunda metade do século passado. Portanto, o motivo da difusão do administrador para essas economias ligou-se à competência necessária que deveria ser escolarizada.

Os cursos de pós-graduação foram implantados na área de Administração no início da década de 1970 e coincidiram com o movimento de institucionalização do ensino em nível de pós-graduação no Brasil.

Na década de 1960 o Parecer do CFE (Conselho Federal de Educação) criou a distinção entre “*lato sensu*” e “*stricto sensu*”. Esta última visa à formação de profissionais acadêmicos (professores e

pesquisadores), enquanto o primeiro visa ao aprimoramento dos que se dedicam ao exercício da profissão. Contudo, essa distinção ainda apresentava algumas confusões nas chamadas áreas aplicadas, das quais a Administração é um exemplo, pois os cursos de pós-graduação em administração se viabilizaram com um corpo discente misto, incluindo profissionais e acadêmicos. Esta mescla terminou mais tarde, à medida que critérios originados na própria comunidade científica e executados através da CAPES acabaram por forçar a separação efetiva (BERTERO, 2006).

Na metade da década de 1970, a área de Administração teve um importante apoio financeiro do FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) que viabilizou programas na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; no Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração na Universidade Federal do Rio de Janeiro; na Fundação João Pinheiro da Universidade Federal de Minas Gerais; e no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Essas instituições e seus programas se tornaram focos para a formação de mestres – e posteriormente doutores – que acabaram assumindo posições em outros programas em universidades públicas e privadas de todo o país. As primeiras instituições a oferecerem o curso de pós-graduação foram a Universidade de São Paulo e a Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, com programas de mestrado. Posteriormente, foram criados os programas de doutorado.

Para Bertero (2006), o crescimento da pós-graduação no Brasil está ligado à reforma da universidade brasileira em 1969, que entre outras providências adotadas pelo legislador extinguiu a cátedra vitalícia pelo departamento de ensino e pesquisa, bem como a figura do catedrático pela carreira docente estruturada em vários níveis, desde o instrutor de ensino até o professor titular. Assim, com a exigência pela titulação do corpo docente, salientada também pela avaliação institucional das IES, a demanda pelos cursos de mestrado e doutorado aumentou. Dados da CAPES (2016) mostraram que no ano de 2014, foram titulados 44.502 estudantes no mestrado, 16.745 no doutorado e 5.727 no mestrado profissionalizante. Além do crescimento de estudantes e cursos de pós-graduação, houve uma expansão de encontros como congressos, convenções, conferências que acontecem frequentemente nos dias atuais (BERTERO, 2006).

Foi esta a lógica da difusão e legitimação do profissional de Administração de empresas no Brasil: aumento do tamanho das empresas, que incapacitava seus proprietários em dirigi-las sozinhos; e o aumento da competitividade, que exigia desempenhos superiores,

tornando o administrar um conjunto de técnicas obtido pelo conhecimento e pela experiência. Nas palavras de Sole (2004, p. 5),

O personagem do administrador apareceu ao mesmo tempo que um novo tipo de organização: a empresa moderna, que emerge nos Estados Unidos, em torno dos anos 1915-1920. Como outros, ele fala da “revolução administrativa” a propósito da passagem do “capitalismo empreendedor” ao “capitalismo administrativo”: a direção da empresa passa das mãos do empreendedor capitalista (fundador e proprietário) àquelas dos “administradores” assalariados.

Assim, o administrador é um ator fundamental da modernidade, pois a “administração significa possibilidade e necessidade de dirigir racionalmente a empresa” (SOLE, 2004, p. 5). Este é um “herói” conduzido pela razão, pois deve dirigir racionalmente a empresa, tendo em vista a dinâmica da sociedade atual que se baseia em três grandes pilares: “(1) a hegemonia do econômico, (2) o culto da empresa, (3) a influência crescente do pensamento empresarial sobre as pessoas” (CHANLAT, 1996, p. 15).

Segundo Barbosa (2003), essa cultura se caracteriza por aspectos como foco no curto prazo, lógica pragmática, abordagem triunfalista na apresentação de tecnologias gerenciais, valorização do adestramento em detrimento da aprendizagem e exaltação da novidade. E é nesse contexto que atualmente está a relação entre as ciências sociais e a gestão, segundo Chanlat (1996). De acordo com o autor,

o managerialismo, isto é, o sistema de descrição, de explicação e de interpretação do mundo a partir das categorias da gestão, está profundamente bem instalado na experiência social contemporânea. Ele é, diretamente, o produto de uma sociedade de gestores que busca racionalizar todas as esferas da vida social (1996, p.17).

Um problema para Motta (1983) que ainda vigora atualmente, é a pouca ênfase em análises críticas da realidade das faculdades de administração, o que provoca um isolamento de especialistas e uma formação frequentemente deficiente dos estudantes. Por isto, pensar na formação superior em administração, muitas vezes, é tentar

compreender como o aluno é formatado para reproduzir e manter a ordem hegemônica da instrumentalização excessiva dos cursos. De acordo com Nicolini (2003, p. 50), os cursos de Administração foram concebidos dentro de uma lógica mecanicista, “de determinadas ações ou causas derivarão determinados efeitos ou consequências previsíveis, dentro de uma correlação razoável”.

Grande contribuição e influência disto parte das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Administração (Resolução nº 4/2005), que preconiza uma formação tecnicista e voltada para criticidade acerca dos modos de produção e contextos organizacionais do setor privado, sendo que o profissional deve ter a capacidade de se adaptar às diversas condições profissionais que lhe forem reveladas. Neste sentido, pode-se observar uma perspectiva tecnicista de formação que não reporta o desenvolvimento humano e social em que o profissional está envolvido.

Em contradição ao exposto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei n. 9.394/1996), em seu Capítulo IV, Art. 43, alega que a educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo

adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996).

Neste sentido, pelo menos em teoria, a formação superior no Brasil, independente do curso, deveria aplicar os pressupostos acima, de modo a levar o aluno a questionar, refletir e ser agente de mudanças e desenvolvimento na sociedade que o cerca, fortalecendo o exercício de análise contextual dos mesmos sobre as questões econômicas, sociais e políticas locais e globais. Pode-se atentar para o fato de uma contradição entre a LDBEN, que engloba uma ação do homem sobre o mundo para transformá-lo, e a DCN do curso de graduação em Administração, que inclui meramente ações para o desenvolvimento econômico e da produção (ÉSTHER, 2017). Este raciocínio faz com que o administrador não seja capaz de enfrentar e mudar esta racionalidade instalada.

É o profissional apartado de sua condição de cidadão, de ser capaz de transformação. O símbolo criado é o do homem ordenado para ação com fim determinado; a interação simbólica e o significado da vida humana e social é o controle técnico da natureza e da acumulação de capital. Seu papel de cidadão fica relegado a um segundo plano, onde a responsabilidade pelo exercício da democracia está necessariamente alijada do processo produtivo e das relações que lhe cabem gerir (MARTINS et al., 1997, p.10).

Segundo Martins et al. (1997), a necessidade de estruturas alternativas de gestão do ponto de vista econômico que impera na sociedade capitalista contemporânea é inegável, devido à competição das empresas e à complexidade dos processos que são de proporções muito maiores do que no passado. No entanto, para o autor, é importante chamar a atenção sobre teorias genéricas que não levam em conta características peculiares de formação. Por isto, é importante questionar sobre o sentido mais profundo de uma formação social dos profissionais da Administração.

Os pesquisadores da Administração que se dedicam ao estudo da educação crítica esperam alcançar com seus estudos uma formação menos alienante e perspicaz dos alunos, proporcionando um ambiente que estimule a participação dos mesmos como sujeitos de sua aprendizagem através de uma formação sociopolítica (MARANHÃO, 2010).

Desta forma, ainda que insuficiente, conservam-se possibilidades alternativas de formação dos profissionais de Administração, por meio da qual o profissional poderá refletir sobre o exercício de sua profissão. Possibilidades estas para além das absorvidas pelo capital dominante, que visa treinar os indivíduos através das universidades para tomar decisões sempre lucrativas e eficientes para as organizações.

Contudo, “se for adotada uma perspectiva do mercado, não resta dúvida de que os clientes estão satisfeitos, a julgar pelo vigor, crescimento e resultados apresentados pela indústria administrativa [revistas especializadas, encontros]” (BERTERO, 2006, p. 30). Por outro lado, a realidade social brasileira continua segmentada pela larga diferença social e pela baixa qualidade de vida da população.

## **2.1.2 Sobre a Pesquisa em Administração**

O ensino se baseia na transmissão de conhecimentos adquiridos e acumulados em determinada área de conhecimento e a pesquisa é a geradora de conhecimento.

Como é sabido, o ensino de Administração iniciou-se no Brasil em meados dos anos de 1950 sob grande influência norte-americana. O curso era baseado em textos e casos produzidos nos Estados Unidos e, assim, retratava as experiências daquele país.

Bertero (2006) afirma que desde o início percebeu-se a necessidade de materiais que tratassem da realidade brasileira. Desta

forma, surgiram as primeiras manifestações por meio de publicações em revistas de pesquisa. A escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas iniciou a publicação da Revista de Administração de Empresas (RAE) e também a Revista do Serviço Público (RSP).

Todavia, a intensificação das atividades de pesquisa em administração só ocorreu quando se institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu*. Esse modelo proclama a inseparabilidade entre ensino e pesquisa. O curso de pós-graduação *stricto sensu*, diferentemente da graduação, não visa preparar pessoas para o exercício profissional, mas sim para pesquisar e publicar, além de assegurar a formação de professores universitários (BERTERO, 2006). O rápido e crescente número de programas de pós-graduação *stricto sensu* é um elemento fundamental ao se refletir sobre a qualidade e a quantidade de publicações científicas no Brasil, desde o final da década de 1960 (BERTERO, CALDAS, WOOD Jr.; 1999).

Assim como ocorreu na graduação, os Estados Unidos influenciaram fortemente a formatação da pós-graduação no Brasil: (1) mestres e doutores devem ser treinados em pesquisa e formar os quadros docentes da universidade; (2) cursos devem se estruturar em torno de linhas de pesquisa; e (3) julgamento e avaliação dos programas são realizados em função das linhas de pesquisa, suas consistências e produtividades (BERTERO, 2006).

O sistema de avaliação da CAPES passou a avaliar o curso de administração apenas no final da década de 1990. Esse sistema atribui grande importância a pesquisas que resultem em publicações. Embora outros critérios sejam avaliados – orientação de mestrandos e doutorandos, projetos de pesquisa, projetos de extensão, entre outros – o maior peso é atribuído a publicações resultantes em periódicos bem qualificados, que podem ser de autoria dos docentes e também de discentes do programa de pós-graduação *stricto sensu* (BERTERO, 2006).

Bertero (2006) salienta que, inicialmente, a CAPES teve um papel normativo, ao estabelecer os critérios que norteariam a pós-graduação no país. Contudo, posteriormente, passou a ter um papel coercitivo, na medida em que avalia os programas e dependendo da avaliação, o programa pode ser descredenciado.

Uma publicação científica é avaliada pelos pares que têm a identidade mantida em sigilo pela editoria do periódico. Normalmente o material recebido recebe críticas, comentários e sugestões até que se tenha um texto considerado publicável (BERTERO, 2006). Contudo, Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) indicaram que há uma grande

diversidade quanto aos critérios de avaliação das publicações científicas em administração no Brasil.

Para entender sobre a expansão da pesquisa e das publicações em administração no Brasil, é preciso falar sobre a ANPAD (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração). A ANPAD é uma associação, nos termos da legislação brasileira, que tem como associados os programas de pós-graduação *stricto sensu* do país. Ademais, a ANPAD organiza encontros anuais chamados de EnANPADs, que contam com a apresentação de trabalhos científicos que possam pelos procedimentos usuais da comunidade científica: avaliação anônima (*blind review*), há trocas de comentários, críticas e sugestões, bem como a aprovação ou a rejeição do trabalho para apresentação oral (BERTERO, 2006).

No início, trabalhos apresentados em congressos e encontros eram pontuados pelo sistema de avaliação da CAPES. Porém, atualmente, bem como nas demais áreas de conhecimento, não são pontuadas tais participações (BERTERO, 2006). A avaliação realizada pela CAPES julga a produção científica brasileira pelo grau de inserção junto à comunidade acadêmica mundial ou seja, publicações em periódicos acadêmicos de nível internacional e apresentação de trabalhos em congressos internacionais de primeiro nível (BERTERO, CALDAS, WOOD Jr.; 1999). O levantamento realizado por Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) acerca dos grandes periódicos da área da Administração aponta que não há como critério de avaliação itens que tangenciam a aplicabilidade ou mesmo a temática de desenvolvimento. Os autores entrevistaram ainda pesquisadores seniores a cerca dos critérios usados por estes em suas avaliações e novamente não há homogeneidade nos critérios e nem mesmo a preocupação com o desenvolvimento.

O peso que a publicação em periódicos científicos ocupa no sistema de avaliação da CAPES gerou certa centralidade da pesquisa nos programas de pós-graduação. Sobre tal centralidade vale refletir sobre quem paga por ela. As IES públicas contam com as fontes públicas de recursos para as pesquisas são administradas pelo CNPq e também pela CAPES, que fornecem bolsas para a formação de mestres e doutores, bem como o financiamento de projetos de pesquisas (BERTERO, 2006).

Algumas IES podem ainda contar com as fundações de amparo a pesquisa de cada estado como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a FAPEMIG etc. Bertero (2006) cita ainda as fontes internacionais e privadas nacionais. Contudo, aquelas se

limitam ao tema de pesquisa, tendo prevalência a área de políticas públicas. O setor privado nacional é fonte esporádica de recursos para a pesquisa, que depende em grande medida da função de projetos que sejam bastante específicos.

Bertero (2006) afirma que a agenda de pesquisa do pesquisador em Administração é bastante ampla. Pode-se encontrar:

- ❖ pesquisas que permitam conhecer a realidade administrativa brasileira;
- ❖ pesquisas que verificam até que ponto o que se faz aqui é dotado de originalidade e se afasta das teorias predominantes;
- ❖ pesquisas que tenham aplicações na prática administrativa, auxiliando na melhoria da qualidade da administração no Brasil;
- ❖ pesquisas que verificam as consequências da teoria para a prática da Administração.

O conhecimento científico deve culminar na aplicação sob a forma de tecnologias. “O fazer ciência significa estabelecer diálogos que vão da filosofia à estética, do local ao global e do micro ao macro, além de considerar que o processo de investigação não se restringe apenas a observar, descrever e explicar – é preciso propor e orientar” (SANTOS; SANTOS; BRAGA, 2014, p. 22).

Nas palavras de Bertero (2006, p. 89), “[...] o conhecimento, gerado pela pesquisa, deve, senão imediatamente pelo menos remotamente, contemplar sua aplicação pela geração de tecnologias”. A partir desse modelo percebe-se as imensas transformações que vêm marcando a história humana desde o início do período que aqui é chamado de modernidade.

Bertero (2006) realizou uma síntese sobre as principais características da produção científica em Administração no país: (1) orientada academicamente, ou seja, distante da realidade social; (2) o referencial teórico vem de outras tradições predominantemente norte-americana; (3) predomínio de textos que tratam das questões epistemológicas da área; (4) reduzida aplicabilidade; (5) metodologias preferencialmente qualitativas; (6) proliferação dos estudos de caso; e (7) isolamento da realidade internacional.

Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999, p. 148) afirmam que nossas pesquisas são “(...) periféricas, epistemologicamente falha, metodologicamente deficiente, sem originalidade e prática, em grande escala, mimetismo mal informado”. Para garantir a qualidade da produção no campo, os autores advogam a favor de um modelo de critério de avaliação mais claro e bem definido. Mesmo não coadunando

com as justificativas do autor quanto aos desafios, reconhece-se tais pontos como carentes de reflexão por parte dos pesquisadores da área de administração. Os desafios à pesquisa são: (1) a busca da relevância; (2) a busca da aplicabilidade e a aproximação com a prática; (3) a busca da originalidade; (4) aprimoramento da metodologia e maior rigor; e (5) inserção no mundo globalizado (BERTERO, 2006).

Sobre a busca da relevância, Bertero (2006) aponta que um problema enfrentado pela área é a produção pela produção, ou seja, pesquisar apenas para o atendimento das demandas ligadas à carreira e à manutenção do prestígio da IES. E como desafio deve-se buscar, sim, a relevância das pesquisas que podem ser observadas pelo avanço do conhecimento e pela relação com a prática da administração, lembrando que a profissão do administrador é uma profissão social e seus deveres se estendem para além das fronteiras da comunidade científica e dos muros da universidade.

O segundo tópico apontado pelo autor – e decorrente do anterior – é a busca pela aplicabilidade e a aproximação com a prática. O papel da administração de qualidade traria benefícios ao país. “Não se trata apenas de explicar a realidade, mas de buscar meios de torná-la administrativamente mais significativa levando à melhoria do desempenho dos administradores e na qualidade da administração” (BERTERO, 2006, p. 109). A produção científica da área da Administração carece de aplicabilidade e aproximação com a prática. Ela seria um fenômeno da academia, gerada e consumida por ela própria (BERTERO, CALDAS, WOOD Jr.; 1999). Os autores nos provocam ao afirmar que talvez nossos trabalhos são escritos para serem apresentados e publicados e não para serem lidos e contribuir com a construção do conhecimento da área. Ademais, há predomínio de trabalhos teóricos frente a poucos trabalhos empíricos e com manipulação de dados (BERTERO, CALDAS, WOOD Jr.; 1999).

O terceiro desafio é a busca por originalidade, ou seja, o pesquisador deve buscar a negação de verdades estabelecidas e a confirmação de coisas poucos prováveis. Ademais, desenvolver concepções, práticas e teorias brasileiras de administração. Em termos de referencial teórico, ele é predominantemente importado quase que exclusivamente dos Estados Unidos (BERTERO, CALDAS, WOOD Jr.; 1999). Constatação indicada por Guerreiro Ramos ao propor o método de análise da Redução Sociológica (1958).

Bertero (2006) cita também a necessidade de aprimoramento metodológico e de maior rigor. Ele defende o uso de diversas metodologias e instrumentos de pesquisa. Ademais, ressalta que a

produção brasileira tem pouco impacto internacionalmente devido principalmente ao obstáculo da língua, pois aqui pouco se escreve em inglês e são poucos os que conhecem a língua portuguesa. Por fim, Bertero (2006) destaca a necessidade de inserção no mundo globalizado, mas seus argumentos parecem basear-se na inserção do administrador como profissional e não sobre a pesquisa. Nas palavras do autor:

[...] a profissional de administrador passou a ter que levar em conta estas transformações. As organizações se multinacionalizaram. Entenda-se por isto o fato de que embora tenham suas sedes num determinado país, suas operações atingem dezenas de outros. O administrador hoje com frequência pode ter que enfrentar os desafios da expatriação para viabilizar sua própria carreira. (BERTERO, 2006, p. 111-112).

Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) apresentam um modelo de critérios para avaliação da produção científica em administração no Brasil contendo quatro categorias: concepção e planejamento; metodologia e execução; conteúdo e resultados; forma e apresentação. Os critérios que pertencem a categoria “Conteúdo e Resultados”, que importa a esse trabalho, são: coerência da argumentação, originalidade/inação, surpresa (impacto), contribuição para a ciência, utilidade para pesquisas futuras, utilidade prática. Assim, não há uma indicação para estudos que primam pelo desenvolvimento do país por meio da ciência, sendo uma das funções desta. Isso não significa que não advogamos em torno de perspectivas ou abordagens múltiplas. Ao contrário disso, defendemos abordagens múltiplas e diversas que tenham como horizonte o desenvolvimento da sociedade onde prevaleça a deliberação e a reflexividade; e não se perca a qualidade de nossas produções. Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) ressaltaram em suas considerações finais a necessidade de um projeto comum. Não seria o desenvolvimento esse projeto comum?

## 2.2 GUERREIRO RAMOS E A CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Guerreiro Ramos<sup>2</sup>, jornalista, ensaísta e poeta, foi um intelectual militante dedicado à tarefa de desconstruir a ciência social que se imponha no Brasil nos anos de 1940, partindo do pressuposto de vinculação entre o desenvolvimento literário e a identidade nacional (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2010). Seu apelo se dirigia à autonomia intelectual e à incorporação da nacionalidade brasileira nas produções. Contudo, ainda é esquecido por muitos (COSTA, 2012). Para Guerreiro, os anos de 1950 foram fundamentais para a identificação de nossa personalidade histórica. Estes, por seu turno, foram marcados pelos tempos de JK, pelo crescimento acelerado e pela euforia do desenvolvimento, haja vista que nossa soberania não era ameaçada e nenhuma forma de dominação cultural nos sufocou (COSTA, 2012).

Ramos atuou junto ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e possuía uma visão nacional-desenvolvimentista. Suas preocupações metodológicas continuam atuais, em especial a crítica na eficácia imanente das teorias e instituições importadas (PAULA, 2015). A obra de Guerreiro Ramos é considerada fecunda, pioneira e singular, e muito tem a contribuir com a ciência da administração (SANTOS, 2001). Ele teorizou sobre sociologia, teoria das organizações e administração pública. Pode ser considerado o único teórico brasileiro no campo da administração (MARTINS, 2012; TENÓRIO, 2012). Produziu cerca de 140 trabalhos entre livros, artigos e palestras em congressos e seminários (MARTINS, 2012). Sua obra traz a consciência da mudança, a proposta de interpretação e o engajamento no processo de transformação almejado na década de 1950 (COSTA, 2012). A produção guerrerrista está sempre comprometida com a transformação do social (COSTA, 2012), portanto, há aderência e confluência com as ideias de Furtado.

### **2.2.1 O primeiro passo: a consciência crítica**

Guerreiro Ramos (1958), bem como Celso Furtado (2002) considerava o período entre os anos de 1950 e 1960 fecundo para a produção científica, pois percebia as condições que o Brasil tinha de se tornar uma “vigorosa personalidade cultural” (RAMOS, 1958, p. 16). Destarte, Ramos (1958) concebe que o fato mais relevante do

---

<sup>2</sup> Alberto Guerreiro Ramos nasceu na Bahia e aos 23 anos de idade foi para o Rio de Janeiro ingressar no curso de Ciências Sociais (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2010).

desenvolvimento de uma ciência nacional, no Brasil, é o aparecimento de uma consciência crítica. A ciência da administração no país recebeu influências norte-americanas, que para Ramos, eram sociologicamente despreparadas, pois seus estudos consideravam as esferas da sociedade de maneira separada umas das outras (TENÓRIO, 2012).

A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos e surgem quando um grupo social põe, entre si e as coisas que o circundam, um projeto de existência.

No Brasil, essas condições objetivas, que estão suscitando um esforço correlato de criação intelectual, consistem principalmente no conjunto de transformações da infraestrutura que levam o país à superação do caráter reflexo de sua economia. Desde que nele se configurou um processo de industrialização em alto nível capitalista, converteu-se o espaço nacional num âmbito em que se verifica um processo mediante o qual o povo brasileiro se esforça em apropriar-se de sua circunstância, combinando racionalmente os fatores de que dispõe (RAMOS, 1958, p. 20).

A partir dessa afirmação, o autor destaca que o desenvolvimento suscitou a consciência crítica nacional. Assim, a consciência crítica no Brasil era, naquela época, um fato concreto generalizado.

Guerreiro Ramos (1958) aponta para o fato de que a realidade brasileira torna muito atual a velha questão dos povos “naturais” *versus* povos “históricos”, pois exprime um modo de ser que as gerações passadas jamais viveram. Isso corresponde a afirmar que o Brasil estaria alcançando a compreensão dos fatores de sua situação. “Diz-se que a historização ocorre quando um grupo social se sobrepõe às coisas, à natureza, adquirindo perfil de pessoa coletiva. O que distingue a sociedade histórica daquela que carece deste atributo é a consciência da liberdade, a personalização” (RAMOS, 1958, p. 22). Neste sentido, a pessoa tem consciência autônoma, ou seja, nem determina de modo arbitrário, nem por mera contingência da natureza. Esses fatos levam as sociedades à aquisição da consciência crítica.

A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito. Distingue-se da consciência ingênua que é

puro objeto de determinações exteriores. A emergência da consciência crítica num ser humano ou num grupo social assinala necessariamente a elevação de um ou de outro à compreensão de seus condicionamentos. Comparada à consciência ingênua, a consciência crítica é um modo radicalmente distinto de apreender os fatos, do qual resulta não apenas uma conduta humana desperta e vigilante, mas também uma atitude de domínio de si mesma e do exterior (RAMOS, 1958, p. 23).

Enfim, a consciência crítica distingue as pessoas (ativas) dos objetos (passivos). Desse modo, na visão de Ramos (1958), o Brasil inicia, nos anos 1950, a adoção da consciência crítica. É principalmente diante desse contexto que emerge um campo de ciência na realidade brasileira, pois, como observado, o fato mais marcante do desenvolvimento de uma ciência nacional é o aparecimento de uma consciência crítica, sendo fundamental, para o autor, o exercício dessa consciência acerca realidade nacional para a realização de uma ciência<sup>3</sup> relevante.

### 2.2.2 O legado de Guerreiro Ramos

Não é possível reler Guerreiro Ramos sem considerar a historicidade de seu pensamento. Haja vista a influência que os anos 50 exerceu em seu pensamento e nas possibilidades de desenvolvimento para o país (COSTA, 2012). Assim, Martins (2012) destaca três momentos em sua obra. O primeiro deles é quando o sociólogo propõe a redução sociológica em 1965, método que privilegia a redução do pensamento social produzido em outros contextos, para que fosse possível liquidar a mentalidade colonial. Assim, também Misoczky (2006) afirma que é necessário “descolonizar” a pesquisa acadêmica, que indica a busca pela liberdade de nossos modos de elaborar e reconhecer o mundo, lançando mão da dominação das heranças do “eurocentrismo”.

---

<sup>3</sup> Usaremos o termo ciência em vez de sociologia, que foi apresentado por Guerreiro Ramos na obra *A redução sociológica* (1958). É bom dizer que mesmo o autor, durante sua explanação, aponta a sociologia bem como qualquer outra área da ciência social.

A segunda reflexão é sobre os modelos de homem e a teoria organizacional em 1971. Sua proposição— homem parentético— é assim resumido: “(...) atribui importância ao seu eu e aos seus valores; busca permanentemente um significado para a vida; tem consciência crítica altamente desenvolvida; é criativo e empreendedor; tem autoestima e autonomia; é um ‘ser em suspenso’” (MARTINS, 2012, p. 438).

O terceiro momento é o da publicação da obra *A nova ciência das organizações: uma conceituação da riqueza das nações* na qual Guerreiro apresenta o paradigma paraeconômico, configurando o mercado como um enclave social legítimo e necessário.

Guerreiro Ramos demonstra que a teoria da organização corrente precisa ser reformulada sobre novos fundamentos epistemológicos:

Dos dias de Taylor até hoje, a teoria da organização – graças à persistente falta de exame de suas dimensões epistemológicas – tem sido, em grande parte, uma ideologia do sistema de preço de mercado. Só sobreviverá se for transformada numa teoria realmente viável, fazendo-se sensível aos pontos cegos de sua conceptualização e redefinindo-se sobre bases substantivas (RAMOS, 1989, p. 136).

Ramos (1989) afirma que a teoria das organizações dominante é limitada e, portanto, devem-se analisar suas bases epistemológicas com a finalidade de exceder e ampliar sua consistência e o seu reconhecimento frente às ciências sociais. Para isso, o autor concebe uma nova abordagem para a teoria das organizações: a abordagem substantiva.

Em face do caráter que representa para os propósitos deste trabalho, nos debruçaremos sobre o primeiro momento da obra guerrerista: a redução sociológica, sendo um método adequado e pertinente para analisarmos as produções científicas das ciências administrativas e muito útil para a assimilação crítica da produção intelectual estrangeira (COSTA, 2012).

### **2.2.3 A Redução Sociológica: um método para a assimilação crítica**

Aborda-se a contribuição da redução sociológica, conceito formulado por Ramos como referencial analítico, para a compreensão e condução da prática intelectual da ciência administrativa na atualidade. As bases filosóficas desse pensamento proposto por Ramos tratam-se de um esforço semelhante ao que Husserl fez ao conceito de redução fenomenológica, contudo, busca a essências das coisas para o campo da análise organizacional (PAULA, 2007; BERQUE; KLERING, 2010; COSTA, 2012).

Já os antecedentes sociológicos da redução se encontram no âmbito da Sociologia do Conhecimento, em especial, entre os adeptos da fenomenologia como Max Scheler, Alfred Schutz, Georges Gurwitsch e especialmente Karl Mannheim, que é considerado, por Guerreiro Ramos, a fonte da redução sociológica. O historicismo, a fenomenologia, a sociologia do conhecimento e o existencialismo constituem as bases do pensamento de Guerreiro Ramos (PAULA, 2007; COSTA, 2012).

Destaca-se que a proposta nasce em um contexto de formação das ciências sociais no Brasil. Nesse processo, opunha-se a corrente dominante, se que apropriava diretamente da produção intelectual estrangeira. Ramos (1958) não desconsiderava a validade do conteúdo, contudo, enfatizava o devido filtro crítico-assimilativo (BERQUE; KLERING, 2010). Portanto, todo cientista social pode utilizar de conteúdo estrangeiro, desde que submetido a um crivo crítico.

Na visão dele, a sociologia nacional deveria realizar uma autocrítica para colaborar com a autoconsciência nacional, ganhando uma funcionalidade, intencionalidade e organicidade, elementos que a transformariam numa teoria militante da própria realidade nacional. Para evitar a hipercorreção, Ramos elabora uma técnica de redução sociológica, cujo objetivo é habilitar o estudioso a examinar os produtos sociológicos a fim de assimilá-los, sem perigo de deixar-se envolver por sua intencionalidade ou de se alienar (PAULA, 2007).

A redução implica em um esforço de interrogação sistemática sobre os fenômenos do mundo (BERQUE; KLERING, 2010). Portanto, busca a essência de um determinado elemento, entendido como o seu conteúdo nuclear. Ademais, é uma atitude metódica a ser praticada por um sujeito comprometido com seu contexto, opondo-se, dessa forma, à prática da leitura superficial dos fenômenos, alcançado a essência— a raiz— a partir de uma postura reflexiva.

Paula (2007) aponta os sentidos da redução sociológica, a saber:

- (1) um método para assimilação crítica da cultura e produção sociológica estrangeira (nacionalização da teoria organizacional);
- (2) uma atitude parentética, isto é, um adestramento cultural do indivíduo para habilitá-lo a transcender, no limite do possível, as pressões sociais organizadas que massificam as condutas, impedindo a autonomia e a livre expressão (centralidade do indivíduo frente as organizações);
- (3) uma superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra (racionalidade orientada pelos valores e a sociologia voltada para ação).

Posta assim a redução sociológica, é de se dizer que usaremos o primeiro sentido do método, qual seja, a assimilação crítica da cultura e da produção científica estrangeira. Esses sentidos compõem o eixo de sustentação de sua obra, que são permeados pelos conceitos de hipercorreção e pragmatismo crítico, que também constituem a base para o desenvolvimento da sociologia crítica das organizações (PAULA, 2005). É um método de análise de concepções e de fatos sociais, que visa a dotar o trabalho sociológico de pragmatismo para que possa contribuir no processo de desenvolvimento nacional, tendo em vista que “toda cultura nacional é uma perspectiva particular” (RAMOS, 1958, p. 16).

“No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetivos e fatos da realidade social” (RAMOS, 1958, p. 82). Essa atitude não está relacionada apenas ao conhecer, mas também à necessidade social de uma comunidade, que necessita da experiência de outras comunidades – tal como é o desenvolvimento.

É bem verdade que a redução sociológica pode ser descrita como uma atitude metódica— que obedece às regras e se reforça para depurar os elementos que dificultem a percepção exaustiva—, não admitindo a existência na realidade social de objetos sem pressupostos (pois é sistemática, dotada de sentido, visto que sua matéria é a vida humana), postula a noção de mundo— por meio de trama complicada e infinita de referências—, é perspectiva, pois o sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado, seus suportes são coletivos, é um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira (RAMOS, 1958). Cumpre salientar que a redução sociológica não se trata de isolacionismo e muito menos de exaltação romântica do local,

regional ou nacional, mas sim de uma consciência crítica ou melhor de critérios de seletividade.

Com a intenção de delinear o método, ele discute as características essenciais da redução sociológica, propondo quatro leis. A primeira— a lei do comprometimento— foi enunciada por Ramos (1958) da seguinte maneira: nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente poderiam ocorrer ao cientista social que tivesse adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto.

Antes de justificar essa afirmação, o autor entende que são necessários alguns esclarecimentos, uma vez que o sentido da lei de comprometimento se esclarece a partir do reconhecimento da diferença essencial entre o engajamento sistemático e o engajamento ingênuo. Não obstante, Ramos (1958) afirma que os cientistas sociais geralmente desejam contribuir para a promoção histórica de sua coletividade.

A posição de engajamento é baseada numa crítica radical, ou seja, numa reflexão sobre os fundamentos existenciais da ciência em ato ou da produção científica. Na realidade, este engajamento ou compromisso, na medida em que seja sistemático, posiciona o cientista no ponto de vista universal da comunidade humana. Portanto, o regional e o nacional, nesse contexto, são termos imediatos da concretização do universal. Assim, o comprometimento sistemático confere lucidez ao cientista, pois o leva a colocar, sob a luz da consciência, as virtualidades obscurecidas na conduta ordinária.

[Esse] é o requisito para que possa emergir, nos países subdesenvolvidos, a verdadeira ciência. Além disto, é também condição indispensável para que o cientista destes países se libere da ‘servidão intelectual’, ou seja, transcenda a condição de copista e repetidor, e, assim, ingresse num plano teórico eminente (RAMOS, 1958, p. 76).

O sociólogo, como qualquer outro especialista em ciências sociais, está sempre condicionado a um caráter existencial, tenha ou não consciência disso. O eu e a consciência do eu emerge do “nós”, que antecede à lógica e à história. Em contrapartida, a consciência ingênua não percebe a implicação recíproca do ser humano e do mundo. “Ao refletir sobre os supostos da atividade científica, ver-se-á que está implicada numa teia de relações complexas que constituem o mundo tal

como aparece ao cientista que nele vive” (RAMOS, 1958, p. 77). Para a teoria bourdesiana, tal teia é compreendida a partir do conceito de campo, que diz respeito a uma série de posições que os atores ocupam durante suas trajetórias sociais, sendo compostas por lutas e estratégias (BOURDIEU, 1990).

No plano histórico-social, a reciprocidade de influências entre a consciência e o objeto permite compreender a ideia de mundo, que não corresponde a uma coleção de objetos que possa ser contemplada do lado de fora, uma vez que o cientista está, necessariamente, no mundo e por ele é constituído. Assim, torna-se difícil (ou quase impossível) dissociar o sujeito do objeto (RAMOS, 1958).

Neste sentido, Ramos (1958) argumenta que é importante esclarecer o conceito contemporâneo do mundo. Essa visão não é adquirida por esforço intelectual, nem pode ser exposta, como explica uma doutrina ou um sistema de ideias. No entanto, consiste num sistema porque é configuradora de atos e de ideias (tem organicidade), não sendo possível neutralizar seu efeito sobre a atividade científica. Vivemos, necessariamente, a visão de mundo de nossa época e de nossa nação, pois nos integramos na totalidade de mundo, de um modo não intelectual. Esta contextualização remete ao conceito de engajamento vital, pois é a partir dele que as coisas adquirem sentido para nós. Nada para o homem teria sentido se não se referisse ao engajamento vital. Este é, portanto, condição para que as coisas tenham sentido.

“Tenha ou não consciência disto, o homem não é um termo isolado da realidade histórico-social” (RAMOS, 1958, p. 79). Toda atividade humana implica uma interpretação das coisas que manipula, assim como o processo de teorização é extensão do fazer ao nível da representação. É justamente por isso que não é legítimo distinguir teoria e prática. Supor que o homem teoriza primeiro e age depois é incorrer em erro. O homem não se esgota no pensar; é também sentir e querer. É a reflexão que torna explícita e exprime de modo elaborado, a virtualidade explícita no agir humano.

Guerreiro Ramos (1958) contextualiza essa afirmação nas diferentes áreas de conhecimento, para então discutir as diferenças entre os estudos de países dominantes e países subdesenvolvidos.

O projeto de desenvolvimento de uma região atrasada não afeta, não configura, o destino de um europeu ou norte-americano. Mas configura normalmente o destino dos naturais desta região. O homem não é apenas um ser-no-mundo, é

também um ser-do-mundo, em determinada forma histórica particular (RAMOS, 1958, p. 81-82).

Para conseguirmos “enxergar” nossa região, é preciso “desideologizar” nosso olhar e adotar um ponto de vista universal da comunidade humana (RAMOS, 1958).

Nos países periféricos é a adoção sistemática de um ponto de vista universal, orientado para o futuro, que possibilita a redução sociológica. É o imperativo de acelerar, de modo historicamente positivo, a transformação de conceitos subdesenvolvidos quem impõem ao cientista de países periféricos a exigência de assimilar, não mecanicamente, o patrimônio científico estrangeiro (RAMOS, 1958, p. 82).

Essa exigência se torna aguda quando são deflagrados impulsos concretos de ordenação própria ou de articulação interna naqueles países, portanto, espaço ideal para a redução sociológica, que impõe aos cientistas assimilar não mecanicamente as contribuições científicas estrangeiras. Para Ramos (1958), nesses países, a sociedade não está fundada segundo critérios próprios, mas a fundar. Dessa forma, assumir o engajamento abre um horizonte de infinitas possibilidades para o intelectual. Em outros termos, o comprometimento dos cientistas sociais é fundamental para método da redução sociológica.

A segunda lei corresponde à lei da redução sociológica, a qual pactua pela ideia de que “toda a produção científica estrangeira era de caráter subsidiário para o sociólogo que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (RAMOS, 1958, p. 113).

Os objetivos são objetivamente intencionais, carregados de determinados sentidos, de determinados propósitos, veiculados para determinada estrutura social referencial. Um produto sociológico qualquer (sistema, teoria, conceito, técnica de pesquisa, método) é sempre elaborado para atender a uma determinada imposição. Assim, para a redução sociológica, o sujeito é o eu concreto, inserido na comunidade (RAMOS, 1958).

Ao utilizarmos um objeto ou produto sem reduzi-lo, somos envolvidos pela intencionalidade de que o mesmo é portador. Mediante redução sociológica, torna-se necessário descobrir o contexto de origem dos *nóemas* (conteúdo objetivo do ato intencional) e o sentido dado aos

produtos sociológicos, para utilizá-los como subsídios para construção da matéria-prima teórica própria, condicionada a fatores particulares da sociedade em que vive (RAMOS, 1958).

O corpo social posiciona, diante do sociólogo, as tarefas que deve empreender, ou seja, essas tarefas não são determinadas puramente pelo gosto individual, visto que são determinadas pela comunidade. Nesse sentido, a prática da redução converte o sociólogo de consumidor para produtor de ideias. A produção estrangeira, para o sociológico que fundamenta sua atividade na prática social, não vale como paradigma ou modelo, mas apenas como subsídio (RAMOS, 1958).

O conhecimento dos padrões de vida dos povos desenvolvidos leva todas as classes sociais, nos países subdesenvolvidos a pretenderem consumos relativamente altos, o que dificulta a acumulação de capital e desenvolvimento, pois desestimula a poupança (RAMOS, 1958).

Ramos (1958) traz o conceito de “efeito de prestígio” para explicar a vida intelectual daqueles que vivem nas regiões subdesenvolvidas. Determinados modos de pensar e ser de certos povos são idealizados e graças ao prestígio dessas sociedades, são disseminados como dogmas para os outros povos.

Um verdadeiro sociólogo é portador do máximo de consciência crítica diante dos fenômenos sociais. Por conseguinte, em um país periférico, o avanço do trabalho sociológico não deve ser avaliado pela produção do caráter reflexo, mas pela proporção em que se fundamenta na consciência dos fatores infraestruturais que o influenciam. Esse tipo de produção exige do sociólogo um esforço muito maior que o de uma mera aquisição de ideias e de informações especializadas. Exige uma destreza intelectual, pois a redução é precisamente o contrário de repetição. A mera repetição analógica de práticas e estudos contraria a essência da atitude científica, porque perde de vista a particularidade constitutiva de toda situação histórica (RAMOS, 1958).

A terceira lei, a lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência, prega que “a redução sociológica admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais, não implicando, de modo algum, negar a universalidade da ciência. Seu propósito é, apenas, levar o cientista a submeter-se à exigência de referir o trabalho científico à comunidade em que vive” (RAMOS, 1958, p. 121).

Ramos (1958) argumenta que a redução sociológica não nega a universalidade da ciência, mas a aplica na realidade local. Assim, a ciência é universal em duplo sentido. No primeiro, é universal porque, no mundo contemporâneo, as populações estão estreitamente relacionadas uma às outras, sobretudo, em decorrência da acessibilidade

a diversos meios de comunicação. Desse modo, o avanço científico obtido em um país chega a outros países rapidamente. Pode-se ainda dizer que a ciência é universal porque resulta de um esforço organizado de especialistas dispersos por todos os lugares do mundo. Seu estado geral influi, necessariamente, no cientista de determinado país, até porque “todo verdadeiro homem de ciência está obrigado a manter-se em dia com o estado geral do conhecimento, principalmente no domínio ao qual se dedica” (RAMOS, 1958, p. 94).

Já no segundo sentido, é universal porque “todos os que a ela se devotam estão, em determinado momento, em um mesmo círculo semântico, isto é, admitem como válido um mesmo repertório central de enunciados” (RAMOS, 1958, p. 95). Ramos (1958) afirma que não é fácil exprimir tais enunciados gerais, mas os que se dedicam à ciência sabem que existem, constituindo os pressupostos fundamentais de atividade científica. Tal perspectiva tem aderência à teoria dos campos de Bourdieu (1990), pois, alguns membros da comunidade científica são dotados de poder simbólico para agir sobre o campo, a ponto de delimitar o uso particular de uma categoria ou sobre a visão do mundo natural e social.

Guerreiro Ramos (1958), então esclarece que uma sociologia se caracteriza como nacional, não pelo fato de que os princípios gerais do raciocínio científico variem de nação para nação, mas tão somente pela funcionalidade das cogitações do sociólogo, um ser em situação, histórico, ou seja, uma criatura humana. Nesse sentido, este cientista terá que apreender os objetos mediante o ponto de vista de sua situação ou daquilo que ele tem, como o corpo, condição social, local onde vive (bairro, cidade, país), profissão, época etc.

Desse modo, o autor relata que a sociologia verdadeiramente nacional, no Brasil, até então não teria sido possível porque o sociólogo se encontrava numa situação colonial, ou seja, estava essencialmente condicionado por fatores externos e secundariamente, por fatores internos, o que consiste a alienação. Um sociólogo não é capaz de romper individualmente com a situação colonial. É necessário que um conjunto de fatores favoráveis revele a heteronomia da vida colonial à consciência dos que dela participam (inclusive a do sociólogo). A partir dessas condições, os problemas do mundo particular em que vive o sociólogo tornam-se os seus problemas e o seu pensamento ganha funcionalidade na medida em que está vinculado à sua comunidade. “O que diferencia em nacionais as sociologias é o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto

quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem” (RAMOS, 1958, p. 98).

No entanto, não se deve confundir sociologia nacional com sociologia aplicada. A exigência dessa funcionalidade não exclui dos trabalhos do sociólogo as atividades teóricas. Pelo contrário, a teoria sociológica, como a teoria científica em qualquer área do conhecimento, só se desenvolve efetivamente quando se funda na prática. E o que o sociólogo mentalmente descolonizado adquire é justamente uma prática social em que fundamenta a sua elaboração teórica. Assim, diferente do que acontecia na situação colonial, abre-se diante do sociólogo a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento científico, não apenas como fornecedor de material informativo, mas como criador no plano conceitual (RAMOS, 1958).

Por fim, a quarta lei— a lei das fases— diz o seguinte: “à luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (RAMOS, 1958, p. 129).

Essa lei propõe pensar os fatos sociais fundamentada na “razão sociológica” (RAMOS, 1958, p. 101), que corresponde à referência básica a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire seu exato sentido. É impossível a compreensão adequadamente dos fenômenos mediante o mero conhecimento empírico imediato ou somatório das percepções diretas (RAMOS, 1958).

No caminho para a descoberta da noção de totalidade, Hegel e Marx tiveram papel importante, pois auxiliaram na compreensão do processo histórico-social como uma sucessão de épocas que constituem a totalidade do sentido que dá razão a tudo o que acontece. Marx encaminhou-se para caracterização do processo histórico-social em termos concretos (a partir do resgate histórico), mas sem perder de vista a sua totalidade. Cada uma das etapas do desenvolvimento social— comunismo primitivo, escravidão, feudalismo e capitalismo— foi caracterizada por um modo de produção fundamental, leis específicas (infraestrutura) e determinante das relações sociais (superestrutura). Entretanto, a análise marxista se ateve à compreensão histórico-social, a partir da ótica econômica (RAMOS, 1958).

Resgatando o trabalho de Marcel Mauss, Ramos (1958) apresenta o conceito de fenômeno social total, que são fatos econômicos, mas também culturais, jurídicos, religiosos, estéticos, militares etc., refletindo assim, características gerais da sociedade. O pensamento em termos de fase está fundamentado na totalidade. A fase é uma totalidade histórico-social, cujas partes estão dialeticamente relacionadas, ou seja,

cada uma das unidades do processo histórico-social corresponde a um conjunto de características que só desaparecem pela sobreposição de outra unidade com outras características.

A partir desse mergulho intelectual, Ramos (1958) define fase no que diz respeito a aspectos organizacionais da convivência humana e ao domínio prático da natureza, que juntos, constituem o “agregado vital”. Dito de outro modo, a alteração das bases materiais do agregado vital, decorrente da racionalização e progresso técnico, vem acompanhada de mudanças sociológicas que se imprimem na estrutura social, ideologia, sistema jurídico e institucional. Os períodos (fases) são distintos em seus aspectos materiais, ideológicos, jurídicos etc. A fase, portanto, não é uma categoria determinada a priori, mas sim caracterizada a posteriori, pela observação empírica de fatos selecionados em diferentes sociedades. A fase é uma categoria que vem atender à exigência de um princípio de coerência na análise dos acontecimentos históricos que ocorrem como se leis estruturais governassem-nos.

A lei das fases contribui para formar consciência de que diferentes seções do acontecer histórico têm limites, define um modo sociológico de pensar, a partir da razão sociológica. Sob aspectos relacionados às diferentes fases, o sentido dos acontecimentos se clarifica. Os acontecimentos não podem ser compreendidos senão quando referidos à totalidade de cada fase.

Mister se faz ressaltar que o método da redução sociológica é uma das grandes contribuições desse autor para os estudos organizacionais críticos (PAULA, 2005). Costa (2012) afirma que Ramos não deixou para as novas gerações uma obra redonda e acabada, mas ela é fundamental para refletirmos sobre a ciência na atualidade. E dela apreenderemos o conceito de consciência crítica apresentado na primeira lei – Lei do Comprometimento.

### 2.3 PIERRE BOURDIEU E A TEORIA DO CAMPO

Já que a intenção é verificar a ação intelectual como base propulsora para o desenvolvimento e para a consciência crítica, faz-se necessário compreender o funcionamento do campo de atuação dos intelectuais, qual seja, o campo científico.

Assim, este trabalho optou por utilizar os suportes da teoria do campo de Pierre Bourdieu<sup>4</sup>, por serem considerados eficazes na prática da história intelectual (SILVA, 2002). Além de ser um sociólogo crítico, preocupado com fornecer as ferramentas para que possamos compreender a vida social. Bourdieu apresenta a prática da pesquisa por meio de um complexo jogo social historicamente constituído (RIVEIRA, BRITO, 2015). O teórico debruçou sobre as temáticas de dominação, controle, formação e internalização de formas de pensar e agir dos intelectuais (VIEIRA, 2008).

Em seu método de análise, ele resgata o espaço social— negligenciado por aqueles que se dedicam à ciência, pois o consideram apenas como meio, contexto, pano de fundo social, no qual estão situados (BOURDIEU, 1990). Assim, a noção de campo visa a romper com tais referências e abrange particularidades não contidas na ideia de mundo social. O campo científico é um mundo social absolutamente particular, pois se trata de uma “questão de poder” e de “capital”.

Para Bourdieu (1990, p. 170), o campo científico é um campo social como outro qualquer, “(...) com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias<sup>5</sup>, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas”. Assim, o campo é construído por uma série de posições que os atores ocupam durante suas trajetórias sociais (BOURDIEU, 1996).

O sociólogo francês afirma que os bens negociados nesse campo não têm valor objetivo, ou seja, o valor atribuído a um resultado

---

<sup>4</sup> O autor, Pierre Félix Bourdieu, nasceu em Denguin, França, em 1º de agosto de 1930 e faleceu em Paris, França, no dia 23 de janeiro de 2002. De acordo com Wacquant (2002), Bourdieu foi um sociólogo francês, de origem camponesa. Graduou-se em Filosofia em 1954 e foi professor na *École de Sociologie du Collège de France*, desenvolvendo inúmeros trabalhos. A sua obra discute temas como educação, cultura, arte, política, literatura, linguagem, religião etc. e as primeiras pesquisas ocorreram na Argélia. O primeiro livro que escreveu foi intitulado de *Sociologia da Argélia* (1958) e aborda a organização social da sociedade cabila. Por um longo período, foi diretor da revista *Actes de la recherche en sciences sociales*. Para Valle (2007, p. 01), Bourdieu é um intelectual crítico e instigante, que “exerce influência não somente sobre os pensadores franceses, mas sobre os intelectuais de vários países, pertencentes a outras disciplinas das ciências humanas e sociais, como o confirma sobretudo sua notoriedade no estrangeiro”.

<sup>5</sup> A estratégia utilizada é artística ou política. Quando bem-sucedida, garante um poder sobre o capital do outro (BOURDIEU, 1990).

depende do interesse que os outros membros da comunidade científica conferem a ele. Contudo, Bourdieu (1990) ressalta que os produtores não são todos iguais; alguns são dotados de poder simbólico que os permitem agir sobre o campo para delimitar o uso particular de uma categoria particular ou sobre a visão do mundo natural e social.

Nesse sentido, há algo particular no campo literário, qual seja, o capital simbólico (é, simultaneamente, o instrumento e o alvo das lutas de concorrência no interior do campo), “como capital de reconhecimento ou consagração, que os diferentes agentes e instituições conseguiram acumular no decorrer das lutas ao preço de um trabalho e de estratégias específicas” (BOURDIEU, 1990, p. 170). Em outros termos, “todas as práticas estão orientadas para a aquisição de autoridade científica como prestígio, reconhecimento, celebridade, etc. motivadas por um interesse que tem sempre uma dupla face” (BOURDIEU, 1983, p.124). Ademais, o capital simbólico a ser acumulado está diretamente ligado à posição que a autoridade científica ocupa em universidades ou escolas reconhecidas.

As lutas internas (como por exemplo entre arte pura e arte comercial) levam a um conflito de definição, no qual cada um visa a impor os limites do campo mais favoráveis aos seus interesses. Assim, querem impor no campo— a saber, o ponto de vista legítimo sobre o campo— a lei fundamental do campo e o princípio de visão e de divisão que define o campo (BOURDIEU, 1996). “‘Ninguém entre aqui’ se não estiver dotado de um ponto de vista que concorde ou coincida com o ponto de vista do fundador do campo (...)” (BOURDIEU, 1996, p. 253).

Em relação aos seus limites, alerta, é preciso ter cuidado para não cair num positivismo que, em nome da ciência, busca-se por questões estatísticas determinar, por vezes, “quem é intelectual e quem não é” (BOURDIEU, 1990, p. 173). Aqui se tem um jogo, de exclusão e/ou inclusão, de “posição, disposição e/ou tomada de posição” (BOURDIEU, 1996, p. 261). A derrubada da definição do dominante é, pois, a forma específica que tomam as revoluções nesse universo. Aponta o autor que a definição mais estrita e mais restrita do intelectual que se aceita como evidente é “o produto de uma longa série e exclusões e rejeições visando recusar a existência entre escritores dignos desse nome a toda espécie de produtores que podiam viver-se como escritores em nome de uma definição mais ampla e mais frouxa profissão” (BOURDIEU, 1996, p. 253).

Nessa luta pela autoridade científica, Bourdieu (1983) destaca uma interessante característica: a de que os produtores têm, como possíveis clientes, seus próprios concorrentes, pois são esses cientistas

engajados capazes de avaliar seus méritos. Assim, cada um dos agentes deve se engajar com a finalidade de impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo, por meio da definição da ciência (isto é, a de limitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos). Nas palavras Bourdieu (1983, p. 128), “a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem”.

Por outro lado, se o campo científico é um lugar de constante luta e procura por definir o que é um intelectual, então não há definição *strictu* do que é um intelectual e então, a análise não ultrapassa uma definição do estado da luta pela imposição legítima (BOURDIEU, 1996). Essa luta pelos limites não tem nada de abstrato, diz ele. A produção cultural e a ideia de intelectual estão sempre em transformação de modo a se alargarem toda vez que alguém acrescentar ao grupo. E, alerta “só se pode sair do círculo enfrentando-o como tal” (BOURDIEU, 1996, p. 254). Os limites do campo científico são dinâmicos e se estendem ao máximo do seu alargamento e o campo literário atrai e acolhe diferentes agentes, assim como os dispõem.

O campo científico é o lugar no qual há uma luta concorrencial para conquistar o monopólio da competência científica, ou seja, alcançar a legitimidade para falar e agir. Esse ponto de vista de Bourdieu (1983, p. 123) acerca do campo científico rompe com a ideia pacífica da comunidade científica e traz à tona o fato de que o “próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse”.

A luta entre os ocupantes dos dois polos opostos do campo (subcampo de produção restrita e o subcampo de grande produção) tem, como busca, o monopólio da imposição da definição legítima do escritor. Assim, “se o [campo científico] é universalmente o lugar de uma luta pela definição de [cientista], não existe definição universal do [cientista] e a análise nunca encontra mais que definições correspondentes a um estado da luta pela imposição da definição legítima do [cientista]” (BOURDIEU, 1996, p. 254).

Dois são os principais fatores estratégicos que estão em jogo nos conflitos existentes no campo científico: os que visam à conservação do presente estado de coisas, e os que, pelo contrário, visam à subversão da ordem científica estabelecida. A primeira estratégia é levada a cabo pelos grupos dominantes e tem por objetivo manter a ordem vigente, à

qual se vinculam e que se encontram em posição de ditar e definir o que é ou não legitimamente científico, por meio de sua autoridade já estabelecida. Suas estratégias visam à conservação e, aos iniciantes que se acomodam ao grupo dominante e às suas práticas estabelecidas, podemos caracterizar essas estratégias como de sucessão, que trariam avanços científicos dentro dos limites permitidos e visariam apenas à substituição da geração anterior. As estratégias que visam à subversão, por sua vez, são um questionamento de legitimidade da ordem científica anterior e visam à sua superação por meio de uma ruptura com os padrões dominantes e não com uma continuidade ou reformas moderadas.

A estrutura do campo científico se define, a cada momento, pelo estado das relações de força entre os protagonistas em luta. As lutas de definição (ou de classificação) pretendem definir as fronteiras, defendê-las, controlar as entradas, ou seja, defender a ordem estabelecida. Mas essa ordem pode ser abalada pelos recém-chegados. Dito de outro modo, o aumento do volume da população dos produtores é uma das mediações principais, no qual as mudanças externas afetam o campo, uma vez que os recém-chegados introduzem inovações e tendem a se impor no campo. Assim, os dominantes sentem-se ameaçados e suas reações são de resistência ou de exclusão (BOURDIEU, 1996).

A iniciativa da mudança cabe aos recém-chegados, que são os mais jovens e desprovidos de capital específico, que tentam impor seus modos de pensamento e de expressão, em ruptura com os modos de pensamento em vigor (BOURDIEU, 1996).

Portanto, as mudanças que ocorrem no campo e mais precisamente nas lutas entre agentes e instituições derivam de estratégias que estão diretamente ligadas ao interesse que possuem em conservar ou em transformar as estruturas, além da posição que ocupam na distribuição do capital (BOURDIEU, 1996).

O campo científico se apresenta como um mundo econômico invertido: “(...) aqueles nele entram tem interesse no desinteresse; como a profecia, e especialmente a profecia de infortúnio, que, segundo Weber, prova sua autenticidade pelo fato de que não proporciona nenhuma remuneração, a ruptura herética com as tradições artísticas em vigor encontra seu critério de autenticidade no desinteresse” (BOURDIEU, 2006, p. 245).

O reconhecimento dentro desse campo não se mede pelo sucesso comercial, mas sim pela consagração social (pertencer às academias, obter prêmios) e pela notoriedade (BOURDIEU, 1990). Nesse sentido, faz-se necessário analisar as relações entre os escritores e os editores.

Percebe-se a contradição: aqueles que consideram as disposições econômicas totalmente estranhas e renunciáveis e as disposições intelectuais que para estes podem ser exploradas na medida em que sabem apreciá-lo e valorizá-lo. Contudo, há semelhantes entre estes, pois assim é possível estabelecer relações de confiança, caso contrário não se estabeleceriam (BOURDIEU, 2006).

Como se verifica pela teoria do campo de Bourdieu, os campos de produção cultural<sup>6</sup> operam segundo as leis de funcionamento de todo o campo científico. O reconhecimento das diferentes posições no campo científico está associado a representações da ciência, estratégias ideológicas disfarçadas em tomadas de posição epistemológicas, por meio das quais os ocupantes de uma posição determinada visam a justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias.

A lógica dos ‘campos’ é inerente à compreensão do conjunto de uma determinada sociedade intelectual. Em termos analíticos, um ‘campo’ pode ser definido, superficialmente, como uma rede ou uma configuração de relações objetivas [de dominação ou de subordinação, de complementariedade ou antagonismo] entre posições. Essas posições são definidas objetivamente na sua existência e nas determinações que elas impõem a seus ocupantes, agentes ou instituições. Nas análises de Bourdieu, a vida intelectual (que funciona segundo regras específicas) desenvolve-se como um ‘campo magnético’, onde os ‘agentes criadores’ ocupam posições bem determinadas que correspondem à sua situação social e ao seu ‘capital simbólico’, e

---

<sup>6</sup> A noção de campo de produção cultural visa a romper com as referências de contexto, meio, pois abrange particularidades não contidas na ideia de mundo social. Compõem tal campo o artístico, o campo literário, o campo científico, que tem lutas internas, e o campo do poder, que também interfere no campo. Ainda há inter-relações e não há hierarquia entre os campos (subordinação). Portanto, podem e são utilizadas pelo autor como sinônimos, ressalvadas as devidas diferenciações (BOURDIEU, 1990).

que intervém numa economia de ‘bens simbólicos’ (as publicações, por exemplo) (SILVA, 2002, p. 27).

O campo literário constitui, ao mesmo tempo, campos de forças e campos de lutas, que visa a transformar ou conservar a relação de forças estabelecidas, sendo composto, portanto, de relações de poder, forças que o legitimam. Assim, um saber torna-se dominante quando as relações de poder o favorecem, tendo em vista que o campo não é estático; ele se modifica ao longo da trajetória acadêmica e é possível concluir que, no campo, existem:

- a) seus dominantes (detentores dos poderes e dos privilégios conferidos pela posse do capital) e dominados;
- b) seus conservadores e sua vanguarda;
- c) suas lutas subversivas;
- d) seus mecanismos de reprodução.

A herança acumulada pelo trabalho coletivo se apresenta a cada agente como um espaço dos possíveis: conjunto de sujeições prováveis que são a condição e a contrapartida de um conjunto circunscrito de usos possíveis. Contudo, as alternativas não são simples. Para entrar em um campo, é necessária a aquisição de um código específico de conduta e de expressão e descobrir o universo finito das liberdades sob coação e das potencialidades objetivas que ele propõe (como problemas a resolver, possibilidades estilísticas a explorar, contradições a superar, rupturas revolucionárias a efetuar) (BOURDIEU, 1996).

Mesmo as pesquisas inovadoras ou revolucionárias precisam de algumas possibilidades de serem concebidas, e também possibilidades de serem recebidas, pelo menos por um grupo pequeno de pessoas. “(...) é preciso que existam em estado potencial no seio do sistema dos possíveis já realizados, como lacunas estruturais que parecem esperar e exigir o preenchimento, como direções potenciais de desenvolvimento, caminhos possíveis de pesquisa” (BOURDIEU, 1996, p. 266).

(...) todo ato de produção depende em parte do estado do espaço das produções possíveis que se revela concretamente à percepção sob a forma de alternativas práticas entre projetos concorrentes e mais ou menos completamente incompatíveis (nomes próprios ou conceitos em ‘ismo’), constituindo cada um desses projetos, por esse

motivo, uma contestação para os defensores de todos os outros (BOURDIEU, 1996, p. 266).

Para Bourdieu (1983), a tendência dos pesquisadores a se concentrarem nos problemas considerados como os mais importantes se explica pelo fato de que uma descoberta traz um lucro simbólico mais importante. Dessa forma, se há uma intensa competição em torno de uma atividade científica, conseqüentemente, o lucro simbólico tem chances de ser menor, gerando uma migração de pesquisadores em direção a novos objetos menos prestigiados e com menos competição. Assim, o interesse por determinado tema mascara os lucros materiais ou simbólicos associados àquele, apresentando-se como lógica do cálculo cínico (BOURDIEU, 1996).

Dito isso, o campo científico é o lugar de luta política pela dominação científica, no qual cada pesquisador, em função da posição que ocupa, terá seus problemas políticos e científicos, seus métodos, estratégias científicas. Dessa forma, “não há ‘escolha’” científica que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 1983, p. 127).

### **2.3.1 Os intelectuais e a autonomia relativa**

Dentro do campo intelectual, o processo de formação dos intelectuais se realiza por meio da internalização de esquemas de percepção que naturalizam as hierarquias e as relações de poder e, por conseqüências, justificam-nas em nome da tradição, da razão e do mérito (VIEIRA, 2008).

Os intelectuais, para Bourdieu, são representados como produtores de capital simbólico, expressando os interesses das classes dominantes e que lutam pelo monopólio da produção do capital simbólico (VIEIRA, 2008). A legitimidade do campo se dá pelas regras do campo e pelos pares.

Bourdieu (1990; 1996) identifica, no espaço social científico, dois campos: o do poder (consumidor) e o literário (produtor). O campo do poder exerce domínio sobre o literário e é compreendido como “(...) o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que tem em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, principalmente)”

(BOURDIEU, 1996, p. 244). Constitui, além disso, “(...) o lugar de lutas entre detentores de poderes que tem por aposta a transformação ou conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio, a cada momento, as forças susceptíveis de ser lançadas nessas lutas” (BOURDIEU, 1996, p. 244).

Há uma hierarquia que se estabelece nas relações que decorrem daqueles que detenham o capital. E em razão disso, os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no seio do campo do poder, sendo os intelectuais (os artistas, os escritores) uma fração dominada da classe dominante<sup>7</sup>.

Lembra o autor que não se trata de uma dominação pessoal, mas estrutural, exercida por mecanismos gerais como o mercadológico. Assim, tem-se a noção de um campo de dominantes-dominados, de dominados entre os dominantes.

Contudo, o campo científico, por mais livre que possa estar, é atravessado pelas necessidades dos campos englobantes, como o do lucro, o econômico ou o político. Portanto, as práticas dos cientistas podem ser explicadas dentro do campo do poder<sup>8</sup>, no qual o campo científico ocupa uma posição dominada (BOURDIEU, 1996).

Retomando-se, contudo, a questão da autonomia dos campos de produção cultural, pode-se dizer que, para Bourdieu, corresponde a uma força que comanda a forma das lutas internas do campo e varia de acordo com a sociedade e de acordo com suas épocas. E de tal modo faz variar a força dos dois polos no interior do campo e o poder atribuído aos artistas e intelectuais que, num extremo, estão os técnicos que oferecem seus serviços simbólicos aos dominantes e, no outro, num papel de pensador livre e crítico, o intelectual que usa seu capital

---

<sup>7</sup> Entendem-se dominantes como aqueles “(...) detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo, pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural” (BOURDIEU, 1990, p. 174-175).

<sup>8</sup> O campo do poder é o “espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural)”. ((BOURDIEU, 1996, p. 244). Em outros termos, é o lugar de lutas entre os detentores de poderes (ou de espécies de capital) que tem por objetivo a transformação ou a conservação do valor das diferentes espécies de capital que determina as forças suscetíveis de serem lançadas nessas lutas.

específico conquistado e garantido pela autonomia do campo. “O grau de autonomia do campo pode ser medido pela importância do efeito de retradução ou de refração que sua lógica específica impõe as influências ou aos comandos externos à transformação, ou mesmo transfiguração, porque faz passar as representações religiosas ou políticas e as imposições dos poderes temporais (...)” (BOURDIEU, 1996, p. 249-250). Esse grau, aponta-se, varia consideravelmente segundo as épocas e segundo as tradições. Sem contar o fato de que é proporcional ao capital simbólico acumulado pela ação das gerações.

No campo do poder, a cada momento, ocorre uma luta entre dois princípios de hierarquização: “o princípio heterônomo, favorável àqueles que dominam o campo econômica e politicamente” (BOURDIEU, 1996, p. 246) e “o princípio autônomo que leva seus defensores mais radicais a fazer do fracasso temporal um sinal de eleição e do sucesso um sinal de comprometimento com o século” (BOURDIEU, 1996, p. 246).

Isso ocorre porque a autonomia dos campos de produção cultural (que comanda a forma das lutas internas ao campo) varia de acordo com as épocas de uma mesma sociedade, de acordo com as sociedades e as forças relativas dos agentes em luta e conforme o peso relativo dos papéis atribuídos ao agente (BOURDIEU, 1990).

O estado da relação de forças nessa luta depende da autonomia de que dispõe o campo, ou seja, essa autonomia varia de acordo com o grau em que suas normas e suas sanções conseguem se impor aos produtores de bens culturais e depende daqueles que ocupam posição temporariamente dominante no campo científico. Estão em condições favoráveis de ocupar posição homóloga no campo do poder (BOURDIEU, 1996).

O grau de autonomia de um campo se revela ao passo em que o princípio de hierarquização externa (medido por índices de sucesso comercial, notoriedade social: ser conhecido e reconhecido pelo grande público) está subordinado ao princípio de hierarquização interna (ser conhecido e reconhecido por seus pares e unicamente por eles, nada à demanda do grande público, consagração específica) (BOURDIEU, 1996).

Em outros termos, quanto maior é a autonomia, maior é a relação de forças simbólicas favoráveis aos produtores, mais independentes da demanda, e maior o corte (o ponto de exclusão) entre os dois polos do campo (subcampo de produção restrita e o subcampo de grande produção).

Os produtores culturais detêm um poder específico, qual seja, o poder de fazer com que se veja e com que se acredite no mundo natural e no mundo social. “[O autor ativo] transforma a visão do mundo, ou seja, as categorias de percepção e de apreciação do mundo, os princípios de construção do mundo social, a definição do que é importante e do que não é, do que merece ser representado e do que não merece” (BOURDIEU, 2004, p. 179). Esse poder pode ser usado a favor dos dominantes ou a favor dos dominados.

O método proposto por Bourdieu defende a construção do campo das obras e do campo dos produtores, bem como o sistema das relações que se estabelecem entre esses dois conjuntos. Em suma, é preciso ler todo o campo, tanto o das tomadas de posição quanto o das posições, nos quais cada obra é produzida, ou seja, é necessário considerar as condições onde a obra é produzida.

Na opinião do autor, essa natureza diacrítica da produção cultural— que se realiza no interior de um campo— torna possível e necessário ler todos os campos, tanto aqueles das tomadas de posição quanto o das posições. Dessa forma, é possível concluir que a construção do campo se estabelece na condição lógica para a construção da trajetória social como série de posições ocupadas. Nesse sentido, o método exige aquilo que já é conhecido (como leitura interna, análise biográfica na escala de um autor, o que é necessário para se compor o campo das obras e o campo dos produtores) e, ainda, o sistema das relações que se estabelecem entre esses dois conjuntos de relações.

A reflexividade conduz cada um à crítica sobre si, sobre seu próprio princípio, seus próprios pressupostos e a evolução do campo de produção cultural depende dela (BOURDIEU, 1996). Assim, contrariando as regras vigentes, Bourdieu, pelo seu método, demarca um novo modo de conceber o sujeito que produz literatura ou arte. Desfaz ele a velha imagem do escritor como “criador simbólico”, e, por outro lado, aponta proveitos que o escritor pode tirar de sua teoria.

É necessário se questionar, não como tal autor chegou a ser o que foi, mas por que, sendo tal a sua origem social e as propriedades socialmente constituídas, conseguiu elaborar posições oferecidas por um estado determinado do campo literário. Para ele, o escritor é, de fato, um criador, mas não no sentido do que a hagiografia literária e artística compreendia. Admite ele que um autor pode, pela sua obra, operar uma revolução simbólica, semelhante à de políticos e religiosos. Tem o poder de agir para criar categorias de percepção e de apreciação do mundo, assim como princípios do mundo social, do que merece ser representado ou não. Essa nova forma que provoca transtorno às estruturas mentais

pode ser considerada uma revolução, mesmo que fique no domínio simbólico.

A luta pela hegemonia no campo científico leva a uma competição frequentemente censurada e censurável entre os cientistas, mas essa competição, baseada em interesses particulares, pode ter efeitos inegavelmente positivos para o progresso da ciência. Dessa forma, o campo científico é capaz de ser revolucionado e sofrer rupturas continuamente— Ocorre, no entanto, que à medida que isso ocorre, as discussões se dão mais por questões metodológicas, afastando-se de questões políticas da ordem estabelecida fora do campo científico.

Nesse contexto, perde sentido o antagonismo absoluto entre as estratégias de subversão e conservação: as revoluções são levadas a cabo, entre os principiantes, por aqueles possuidores de maior capital científico e, principalmente, são revoluções “... a se realizar segundo os padrões regulamentados de uma carreira” (BOURDIEU, 1983, p. 143), perdendo seu caráter intrínseco de contestação.

Por outro lado, um campo científico dotado de profissionais com alto capital científico acumulado e interessados em se destacar do todo, dá cada vez menos margem à tolerância em relação às ideias ingênuas, mal construídas ou pensadas e equivocadas (ao menos metodologicamente).

“A revolução simbólica, que transforma as estruturas mentais, que incomoda profundamente os cérebros é uma revolução por excelência” (BOURDIEU, 1996, p. 179). Tal revolução está fadada, na maior parte do tempo, no domínio simbólico, pois o poder é considerável, é representativo, “(...) representar, trazer à luz, produzir, isso não é pouca coisa. (...) isso é falar de criação” (BOURDIEU, 1996, p. 179-180). A proposta de Bourdieu contribui para a compreensão da pesquisa como prática social, considerando estrutura (histórica, física, cultural, de regras, normas, metas, planos, programas, cargos e hierarquias) e a influência da estrutura na subjetividade e na ação dos agentes na prática da pesquisa.

Portanto, imprime-se aos intelectuais uma ação importante que pode ser propulsora do desenvolvimento, tendo em vista nossas condições periféricas (FURTADO, 1961), por meio da revolução simbólica (BOURDIEU, 1996) e da consciência crítica (RAMOS, 1958).

## 2.4 CELSO FURTADO E A CRIATIVIDADE HUMANA

A emergência da sociedade industrial decorre do processo de consolidação do capitalismo, o qual teve início com a acumulação primitiva do capital. Os níveis de acumulação se deram de forma desigual, entre os países.

Mesmo diante das disparidades de níveis de acumulação e do grau de homogeneização interna dos padrões de consumo, há traços comuns em todas as sociedades que implantaram a civilização industrial: industrialização (processo de transformação do conjunto da população em força de trabalho e imposição de disciplina social, orientada para a eficiência no trabalho), urbanização (enquadramento espacial da população para assegurar a regularidade no trabalho) e secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poderes) (FURTADO, 1978).

Portanto, há uma relação estrutural entre o grau de acumulação alcançado, o grau de sofisticação das técnicas produtivas e o nível de diversificação dos padrões de consumo dos indivíduos e da coletividade” (FURTADO, 1978). Tal relação determinará a posição de determinado país no sistema-mundo. Ademais, essa posição somente pode ser compreendida no quadro da história social que levou à disseminação planetária dos valores europeus, como a modernidade e a racionalidade instrumental que conduzem a ideia de produtividade.

A partir do momento que a maior parte do mundo se submetia à dominação europeia, era necessário para escapar de tal dominação antecipar-se no esforço de assimilação das técnicas da civilização industrial (FURTADO, 1978). Tais modificações no sistema de produção e nas estruturas sociais levam ao que chamamos de desenvolvimento. Nesse sentido, “Desenvolvimento é, portanto, um processo de recriação das relações sociais que se apoia na acumulação” (FURTADO, 1978, p. 39).

Defende-se que o conceito de desenvolvimento pode ser bastante útil para refletir sobre as transformações das sociedades, tendo em vista que a distância entre os países periféricos e os centrais aumenta cada dia mais, e esse distanciamento se deve em grande parte, mas não somente, à inferioridade técnica e financeira de países como o Brasil (BUNGE, 1980).

A ideia de desenvolvimento tem sido relacionada ao processo de difusão da civilização industrial e torna-se difícil precisar seu conceito, ignorando as conotações ideológicas correntes. “O desenvolvimento das forças produtivas em condições de dependência não engendra as transformações sociais que estão na base da valorização da força de trabalho” (FURTADO, 1978, p. 60). Sabe-se que as transformações

sociais são mínimas e o processo de modernização se faz sobre o controle das estruturas de dominação tradicional.

A discussão que se coloca é a questão da distribuição desigual da riqueza entre as nações e possíveis caminhos de desenvolvimento das nações periféricas e dependentes, como os países latino-americanos. Assim, “[a] luta da dependência passa por um esforço para modificar a conformação local do sistema” (FURTADO, 1978, p. 103). A ideia não é o isolamento, mas sim substituir a dependência pela interdependência nas relações econômicas internacionais. Furtado (1978) alerta que, as relações de dependência estão introjetadas nas estruturas de dominação social, contudo, isso não impede o surgimento de novas estruturas capazes de alterar tal ordem.

O conceito de desenvolvimento é multifacetado e relativo ao seu tempo e espaço, portanto, não é um constructo absoluto, nem neutro, mas sim construído historicamente e moldado pelas forças políticas, econômicas e científicas da sociedade. Assim, o conceito de desenvolvimento é complexo. Em todos os espaços, fala-se em desenvolvimento, mas nem sempre está claro seu significado e implicações. Adicionalmente, deve-se ter em vista que “o conceito de desenvolvimento, como numerosos produtos da ciência, tem sofrido as vicissitudes da absorção pelos mais diferentes discursos ideológicos” (CUNHA, 1980, p. 15).

O conceito de desenvolvimento vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Portanto, para compreendê-lo, Santos et. al (2012) sugere o apoio em quatro dimensões de análise: política, econômica, social e ambiental, tendo em vista que, estas dimensões estão presentes e se relacionam simultaneamente. Assim, pode-se agrupar os estudos sobre desenvolvimento através de oito abordagens teóricas: (1) clássica<sup>9</sup>; (2)

---

<sup>9</sup> Para saber mais: GANEM, A. O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 143-164, abr. 2012.

HUNT, E. K. Adam Smith. In: **História do pensamento econômico**. RJ: Campus, 1985.

MATTOS, L. V. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações.

**Revista de Economia Política**, vol. 27, n. 1, pg. 108 – 129, jan-mar. 2007.

NUNES, Antônio José A. A Filosofia Social de Adam Smith.

<http://periodicos.ufpb.br>.

marxista<sup>10</sup>; (3) schumpeteriana<sup>11</sup>; (4) keynesiana<sup>12</sup>; (5) estruturalista<sup>13</sup>; (6) institucionalista<sup>14</sup>; (7) da sustentabilidade<sup>15</sup> e (8) pós-desenvolvimento<sup>16</sup>.

---

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Victor Civita. 1982. Apresentação de Paul Singer e Capítulos: I Sobre o Valor, cap. II Sobre a Renda da terra; cap IV Sobre o preço Natural; cap. VII Sobre o Comércio Exterior e Cap. XXXI Sobre a Maquinaria.

SMITH, Adams, **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultura. 1985. Prefácio de Wiston Friston; Capítulos 1, 2 e 3.

<sup>10</sup> Para saber mais: CARDOSO, Thiago M, L.; PINTO, Eduardo C. **Teorias do Desenvolvimento**: uma análise marxista para além da acumulação. UFRJ, 2014.

HUNT, E. K. Karl Marx. In: HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1985. pp. 193-235.

**KAY, G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma análise marxista. São Paulo: Civilização Brasileira, 1977.**

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes. Capítulo 3: O Método da Economia Política.

\_\_\_\_\_. **O Capital**, Livro 1. O Processo de Produção do Capital, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974. Caps.: I, II, II, IV e Cap. XIII.

\_\_\_\_\_. **O Capital**, Livro 2. O Processo de Circulação do Capital, Livro 2. I, II, III, IV e V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974. Capítulos: I, II, II, IV e V.

SOUZA, N. de J. de. Desenvolvimento segundo a concepção marxista. In: SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Atlas, 1999. pp.125-146.

<sup>11</sup> Para saber mais: AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): Uma análise evolucionária**. tese. 2009.

DOSI, Giovanni. Sources, procedures and microeconomic effects of innovation. **Journal of Economic Literature**, vol. XXVI, n. 3, Setembro de 1988, p. 1120 – 1171.

LAPLANE, M. **Inovações e dinâmica capitalista**. In: CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, 1997, p. 59-67.

POSSAS, M. L. **Em direção a um paradigma microdinâmico: a abordagem neo-schumpeteriana**. In: AMADEO, E. J. (Org) Ensaios sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SCHUMPETER, J. A. O processo de destruição criadora. In: SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 103 – 109.

- SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultura, 1989.
- SCHUMPETER, J. A. **A instabilidade do capitalismo**. In: CARNEIRO, R. Os clássicos da economia. São Paulo: Ática, 1997, p. 68-96.
- <sup>12</sup> Para saber mais: BELLUZO, L. G.; ALMEIDA, J. S. G. Enriquecimento e produção: Keynes e a dupla natureza do capitalismo. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. **Macroeconomia moderna** – Keynes e a economia contemporânea. RJ: Campus, 1999, p. 9-40.
- CARDIM, F. C. Políticas econômicas para economias monetárias. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. **Macroeconomia Moderna – Keynes e a economia contemporânea**. RJ: Campus, 1999, p. 258 – 283.
- CARDIM, F. C. Fundamento da escola pós keynesiana: A teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E.J. **Ensaios sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico**. RJ: Marco Zero, 1989.
- FEIJÓ, C.A. Decisões empresariais de uma economia monetária de produção. In: In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. **Macroeconomia Moderna – Keynes e a economia contemporânea**. RJ: Campus, 1999, p. 109 – 132.
- FERRARI FILHO, Fernando. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, n.10, v.2, maio/ago. 2006.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. RJ: Campus, 5. ed. 2005.
- KEYNES, J. M. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- <sup>13</sup> Corrente que será aprofundada nesse trabalho. Tendo como foco as contribuições de Celso Furtado. Pois o intelectual se distingue dos demais estruturalistas latino-americanos pelo seu estudo que liga a cultura e o desenvolvimento (D’AGUIAR, 2013).
- <sup>14</sup> AREND, M., CARIO, S. A. F. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, v. 19, n.2, p. 381-420, ago. 2010.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Secretaria da Coordenação e Planejamento (Fundação de Economia e Estatística), Porto Alegre, março de 2002.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 85-105, abr. 2008a.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Além da Transação: uma comparação do pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-keynesianos**. Secretaria da Coordenação e Planejamento (Fundação de Economia e Estatística), Porto Alegre, janeiro de 2008b.

Tendo em vista as abordagens citadas, bem como a escolha epistemológica da autora, nossa intenção é apreender como Celso

- 
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Há compatibilidade entre a “tecnologia social” de Nelson e a “causalidade vebleniana” de Hodgson? **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 109-127, 2012.
- HODGSON, G. M. The evolution of Institutions: an agenda for future theoretical research. **Constitucional Political Economy**, v. 13, p. 111-127, 2002.
- MONASTERIO, Leonardo M. **Guia para Veblen: um estudo acerca da Economia Evolucionária**. Pelotas: EDUFPEL, 1998.
- ZYSMAN, John. How institutions create historically rooted trajectories of growth. **Industrial and Corporate Change**, v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.
- <sup>15</sup> FARIA, J. H. Por uma Crítica da Sustentabilidade. **Revista Organizações e Sustentabilidade**. V. 2, n. 1, 2014.
- FREITAS, Rosana C. M. et al. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. R. **Katal**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.
- GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012.
- VEIGAS, J. E. **A insustentável utopia do desenvolvimento**. (<http://www.zeeli.pro.br>), 1991.
- VIZEU, F. **Por uma Crítica ao Conceito de Sustentabilidade nos Estudos Organizacionais**. ...Anais do VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Curitiba-PR, 2012.
- <sup>16</sup> ESCOBAR, A. **El “postdesarrollo” como concepto y práctica social**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31, 2005.
- MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D. Enrique Dussel: contribuições para a crítica ética e radical nos Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, p. 286-314, 2015.
- RADOMSKY G. Desenvolvimento, pós- estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2011;26(75):149-62.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial**. São Paulo: Cortez, 2005 (introdução, capítulos 1 e 2).
- SANTOS. E. L. A Teoria da Administração do Pós-Desenvolvimento: ressignificando a gestão. In: **Teorias Administrativas Contemporâneas: diálogos e convivência**. Edições Uesb e Hucitec, 2016.

Furtado<sup>17</sup> apresenta a genealogia do desenvolvimento e verificar quais as possibilidades e os caminhos indicados para ensejar uma transição ao desenvolvimento nacional e autônomo. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por obras que orientaram o pensamento brasileiro e a formulação de políticas públicas em diferentes segmentos e que levaram a um desenvolvimento dinâmico (VIEIRA, 2012). De acordo com Bertero (2006), cientistas que explicaram nossa situação de subdesenvolvimento foram: Celso Furtado, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni e Hélio Jaguaribe. Os textos desses autores foram referências para as primeiras turmas de administração.

Tal escolha se deve, pois, ao fato de que nosso teórico latino-americano, atentou-se para além da ênfase na evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, para as condições sociais da produção, contribuindo assim, para que a dimensão social ganhasse relevância no conceito de desenvolvimento. Para Dantas e Monfredo (2012), Furtado foi mais um intelectual indispensável para compreender a história brasileira do que propriamente um economista, tendo em vista sua grande capacidade criativa. Seus estudos não eram baseados em teorias gerais ou leis formuladas pela economia, mas buscavam considerar as problemáticas sociais e políticas, tendo em vista aplicação do método histórico (DANTAS; MONFREDO, 2012). Assim, é um pensador de questões que vão além da economia (FREIRE D'AGUIAR, 2013).

---

<sup>17</sup> Celso Furtado nasceu na Paraíba em 1920. Formou-se em direito e posteriormente especializou-se em ciências econômicas. Doutorado-se pela Universidade de Sorbonne em 1948. Destacou-se como economista a partir de sua atuação na Cepal em 1949, onde conviveu com outro grande economista, Raul Presbich (DANTAS; MONFREDO, 2012). Em decorrência dos paradigmas econômicos da época, a escola da Cepal, e nela Celso Furtado, levantava a bandeira de um modelo próprio de desenvolvimento para a América Latina. Suas principais obras na área de economia: Uma economia dependente (1956); Formação Econômica do Brasil (Fondo de Cultura, 1959; e, pela Companhia das Letras, em 1976, 1991 e 2007, totalizando 72 edições); Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961); Dialética do desenvolvimento (1964); Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (1966); Formação economia da América Latina (1969); A economia latino-americana (1976, 2007); Introdução ao desenvolvimento (2000); Capitalismo global (2000); Em busca de um novo modelo (2002), entre outras obras importantes (VIEIRA, 2012).

Celso Furtado teve uma boa formação acadêmica e sua extensa e profunda obra o fizeram um intelectual admirado e respeitado (VIEIRA, 2012). Além disso, tomou para si o desafio de compreender as razões do nosso atraso, considerando-se as potencialidades do nosso país, visando um desenvolvimento mais justo e incluyente (FURTADO, 2002; LEITÃO, 2015) e assim contribuir para a compreensão sistemática dos aspectos gerenciais mais amplos das sociedades (CRISTALDO, 2015). Ademais, Celso Furtado é notoriamente mais conhecido no âmbito dos estudos econômicos, e pouco no campo da cultura. Para Leitão (2015) e Vieira (2012), o pensamento de Furtado sobre os significados da cultura e da criatividade sobre o desenvolvimento continua bastante atual.

#### **2.4.1 Um olhar sobre as contribuições de Celso Furtado**

O tema “Desenvolvimento” foi marcado pelo ideal do progresso universal. Tal ideia prevaleceu na ciência, nas artes, na política e demais áreas do conhecimento, indicando um caminho que levaria em direção a um progresso técnico-científico, como foi evidenciado pelo Renascimento e pelo Iluminismo na Europa, entre os séculos XIII e XVII. Nesse momento, as estratégias de desenvolvimento estavam associadas ao crescimento econômico que todas as nações poderiam alcançar. Esse pensamento ganhou força com o sucesso da Doutrina Truman e do Plano Marshall, para a reconstrução da economia europeia, aumentando a atenção mundial para a assistência às áreas subdesenvolvidas (SANTANA, 2012).

Outrossim, no momento pós-guerra também surgiram as primeiras reflexões sobre o conceito de subdesenvolvimento, buscando compreender as razões pelas quais alguns países se desenvolviam de forma acelerada enquanto outros permaneciam estacionários. As principais correntes desenvolvimentistas são a liberal e a estruturalista (GOULART, 2006).

Na América Latina, o entendimento acerca dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento ganhou destaque, a partir da criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), em 1948, por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU) (CRISTALDO, 2015). Entretanto, já eram discutidos na esfera política e entre algumas autoridades brasileiras, desde a segunda metade do século XIX e, notadamente, nos anos de 1920 e 1930.

A CEPAL tomou como pressuposto de que a unidade de análise deveria ser as peculiaridades dos países pobres e não os modelos

econômicos dos países ricos. As abordagens mais críticas mostraram um processo autônomo de pobreza, nos países periféricos<sup>18</sup> e não uma fase ou estágio em que, fatalmente, teriam que passar para alcançar os estágios superiores de desenvolvimento econômico, político e cultural (ALMEIDA, 2009). Desse modo, a criação desse organismo de planejamento econômico propiciou uma atmosfera favorável para a disseminação da noção de desenvolvimento na América Latina.

[...] a CEPAL concorreu para homogeneizar a perspectiva de uma ideologia em defesa do desenvolvimento industrial da região e contribuiu para a superação da ignorância dos povos latino-americanos a respeito das verdadeiras razões do desenvolvimento acelerado de algumas nações e do subsequente estancamento e letargia (ou subdesenvolvimento) de outras, como as da América Latina (ALMEIDA, 2009, p. 20).

Assim, inicialmente, a perspectiva do desenvolvimento se pautou na ideia da industrialização, que passou a dominar tanto os segmentos do empresariado como das autoridades governamentais, em praticamente todos os países da região. O objetivo inicial da CEPAL, via seu primeiro secretário executivo – Raul Prebisch –, foi de organizar um estudo detalhado sobre as causas do atraso econômico da América Latina, visando criar uma política alternativa para o desenvolvimento da região.

Na perspectiva de Almeida (2009), havia na época duas concepções acerca do desenvolvimento econômico da América Latina, uma encampada pela CEPAL, com ênfase no progresso técnico e na industrialização, capitaneado pelo Estado, e outra colocada por alguns economistas e cientistas sociais, mais afeitos com a ortodoxia marxista, que defendiam uma transformação social radical, via revolução socialista.

---

<sup>18</sup> Os periféricos são considerados como “(...) se auto-identificam em função das relações que de bom ou mau grado mantem com o centro do sistema capitalista, ou com a União Soviética (...)” (FURTADO, 1978, p. 100). Tornar-se autônomo é uma ilusão, pois “(...) dificilmente alcançam os níveis mínimos de eficiência econômica requeridos para sobreviver, e são corroídos pelo contrabando e múltiplas formas de mercados paralelos” (FURTADO, 1978, p. 100).

As diretrizes para a formulação teórica de Celso Furtado partiram do pensamento da CEPAL, embora muitas das ideias já viessem sendo debatidas anteriormente (ALMEIDA, 2009). Em outros termos, os estudos originários da CEPAL influenciaram fortemente as análises de Furtado, referentes às características do desenvolvimento brasileiro.

A economia brasileira, desde 1930, passou por uma variedade de intervenções governamentais, com diferentes graus de ações democráticas e de compromissos distributivos. Serão apresentadas a seguir, em linhas gerais, as transformações e as diferentes perspectivas a respeito do conceito de desenvolvimento ao longo das décadas, a partir de 1950 - data da criação da CEPAL -, que possibilitaram a compreensão das políticas estatais que lideravam o desenvolvimento dos países atrasados de todo o mundo, difundindo, assim, a desigualdade da riqueza mundial. Ademais, serão dados destaques às ideias de Celso Furtado, nosso referencial central, ao longo de seus estudos.

#### **2.4.2 A década de 1950**

A partir do ano de 1940, o debate teórico sobre o conceito de desenvolvimento tomou notoriedade, devido à Segunda Guerra Mundial e à necessidade dos países centrais garantirem o próprio crescimento, enfrentando o desafio de dirimir as contradições, em termos de concentração de riqueza e a paralela exclusão social. Desde o início do século XIX, a concentração de poder político e de riqueza capitalista têm estado nas mãos de um reduzido número de Estados. As nações periféricas enfrentam o poderio das grandes potências econômicas e se sujeitam à essa tirania econômica (FIORI, 1999).

Os anos de 1950 foram caracterizados como a época áurea do otimismo desenvolvimentista. Nesse período, a “teoria do desenvolvimento” ocupou o lugar central na discussão teórica, no qual incluía o pensamento de autores anglo-saxões, conjuntamente com estruturalistas latino-americanos da CEPAL.

No Brasil, a preocupação era com o desenvolvimento desigual. Os primeiros estudos desenvolvidos pela CEPAL mostraram que, o atraso econômico da América Latina era devido às relações comerciais internacionais desiguais, no qual os produtos primários eram exportados pelos países periféricos e os produtos manufaturados eram exportados pelos países centrais. Essa era a tese básica da CEPAL. Consequentemente, o nível dos preços dos produtos primários tendia a

baixar, enquanto os produtos manufaturados estavam inclinados a subir ou estabilizar-se (ALMEIDA, 2009; BERCOVICI, 2015).

Vale ressaltar a importância decisiva que tiveram a teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter e a proposta keynesiana na origem e legitimação da “teoria do desenvolvimento”. Posteriormente, as teorias extrapolaram as proposições schumpeteriana e keynesiana, ao incorporarem os conhecimentos históricos, sociológicos e políticos (FIORI, 1999). A industrialização ocupava o lugar central nessas discussões teóricas como o caminho preferencial de superação do subdesenvolvimento<sup>19</sup>. A industrialização se apoiava em três elementos: maior participação das camadas sociais no controle do poder político, a efetiva intervenção do Estado na economia e o papel social do empresário no processo de desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2009).

A divisão internacional do trabalho conduziu a concentração de renda, em benefício dos centros industrializados. Alguns países obtinham vantagens na produção de bens primários, enquanto outros estavam destinados à produção industrial. Segundo os economistas clássicos e os neo-clássicos, isso não seria um problema, pois as diferenças existentes na quantidade de capital empregado, na produtividade dos fatores e rendas geradas acabariam se equiparando ao movimento do mercado, e assim, em equilíbrio, todos receberiam sua justa participação no produto total (ALMEIDA, 2009). Contudo, não foi o que ocorreu.

Assim, os estruturalistas latino-americanos Raul Prebisch, Celso Furtado e Oswaldo Sunkel partiram de um ponto radicalmente oposto ao da versão evolucionista do desenvolvimento econômico, lançando um novo olhar sobre o problema do subdesenvolvimento. O debate sobre o subdesenvolvimento da América Latina, feito por estes autores, criticava a teoria ricardiana de comércio internacional, ou seja, a ideia de

---

<sup>19</sup> Fiori (1999) destaca que a principal fragilidade da discussão teórica e das estratégias político-econômicas da época decorreu da ambiguidade dos clássicos no tratamento da relação entre o Estado, as economias nacionais e os sistemas econômico e político internacionais. A defesa de um Estado forte nas teorias desenvolvimentistas demonstra a imprecisão do termo “Estado”, que aparece ora como uma abstração, ora como uma construção ideológica. Essas ideias acabaram sustentando, de acordo com Fiori (1999), estratégias de desenvolvimento com características conservadoras, autoritárias e antissociais.

desenvolvimento, fundado nas vantagens comparativas com base na divisão internacional do trabalho, da qual participavam os países produtores de bens primários e de bens industrializados. Entretanto, verificou-se que, na realidade, os países industrializados se beneficiavam, ao passo que os países agrícolas percebiam a queda de preços. Prebisch identificou as estruturas de oferta como fator crucial para essa tendência (CARNEIRO, 2006).

Além de que, estes adotaram uma estratégia diferente dos países de economia desenvolvida: a estratégia de “substituição de importações”. O objetivo da política de substituição de importação era atuar como ferramenta de apoio tecnológico às empresas, visando a avanços para a indústria e, conseqüentemente, à promoção de diversos setores industriais (NOVAES, 2012).

Outra ideia predominante era de que o progresso técnico, gerado nos países desenvolvidos iria ser difundido nos países subdesenvolvidos, através da redução dos produtos manufaturados, assim, estes não precisariam se industrializar. Contudo, não foi o que ocorreu, ao contrário disso, o preço foi contra a produção primária. Na visão de Raul Prebisch, a teoria das vantagens comparativas poderia ter validade para explicar as relações entre países com o mesmo nível de desenvolvimento, mas se tratando dos países subdesenvolvidos não tinha nenhuma utilidade (ALMEIDA, 2009).

Desse modo, os estruturalistas explicavam o atraso econômico pela difusão desigual do progresso tecnológico, que implicava a ausência de autonomia tecnológica ou incapacidade de gerar inovações. Conseqüentemente, induzia a um funcionamento hierárquico e assimétrico das relações entre economias nacionais, que se destacavam na economia mundial. Por conseguinte, a industrialização era vista como a carta de alforria dos países latino-americanos, e vários economistas e cientistas sociais, como Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso apoiaram essa proposta no início, mudando posteriormente de ideia. Nesse sentido, Celso Furtado dá grande ênfase à assimilação desigual do progresso técnico na esfera produtiva e nos estilos de vida, configurando uma característica adicional do subdesenvolvimento. Isso decorre da má distribuição de renda, resultante da não-transmissão dos ganhos de produtividade aos salários, cuja razão seria o excedente estrutural de mão-de-obra dessas economias (CARNEIRO, 2006).

Em 1954, nosso autor, Celso Furtado depositou todo otimismo na economia de base industrial. O processo de industrialização seria o responsável pelos aumentos da produtividade do trabalho e do bem-estar social da população, via poder de compra da coletividade. Dessa forma,

a ideia de desenvolvimento capitalista de Furtado era de que o processo de industrialização substitutivo de importação, associado ao complexo de inovações tecnológicas e o fortalecimento do mercado interno geraria certo grau de autonomia do sistema industrial (ALMEIDA, 2009).

Cumprе salientar que o crédito que Furtado dá ao processo de industrialização, combinado com novas técnicas de produção, traz certa simetria com a teoria da ortodoxia convencional, predominante à época, embora ele questionasse a validade dos conceitos formulados por esta (ALMEIDA, 2009). Em outros termos, ele reproduz o mesmo raciocínio da teoria convencional, de que o subdesenvolvimento era resultado da falta de capital. Todavia, nos anos 1960, essa ideia foi descartada por Furtado, quando realizou um maior aprofundamento em seus alicerces teóricos.

Cedo percebi que o subdesenvolvimento requeria um esforço específico de teorização, e assim elaborei o que mais tarde ficou conhecido como teoria do subdesenvolvimento. Com efeito, o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo. Não é uma etapa pela qual passaram as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. É uma forma perversa de crescimento (FURTADO, 2002, p. 2).

Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é uma etapa pela qual os países desenvolvidos passaram, mas sim um fenômeno de dominação. E para superar esse impasse histórico, faz-se necessário um projeto político, apoiado por vários setores sociais (BERCOVICI, 2015). Para compreender a origem do subdesenvolvimento, Furtado se aprofundou em estudos que transcenderam o campo da análise econômica e percebeu que o

desenvolvimento capitalista que ocorria nos países periféricos divergia em alto grau daquele que vinha ocorrendo nos países mais avançados. [...] [Nos países periféricos] a concentração de renda nas fases de prosperidade em mãos de poucos grupos e socialização das perdas nas fases de depressão; alta propensão a consumir das classes de altas rendas e tendência à reprodução do padrão de consumo dos países de elevada produtividade; além do baixo nível de poupança

doméstica; e, da ausência de espírito empresarial moderno. (ALMEIDA, 2009, p. 44).

Essa revisão epistemológica de Furtado decorreu de sua visita à Cambridge, entre os anos de 1957 e 1958. Tal revisão o levou a perceber que a visão tradicional de desenvolvimento econômico era inadequada para construir uma abordagem que focalizasse a criação do subdesenvolvimento no seu todo (ALMEIDA, 2009).

[...] Furtado abandona o instrumental restrito à ciência econômica e recorre a história para mostrar como as tecnologias que vieram à tona com advento da Revolução Industrial do século XVIII na Europa provocaram uma ruptura na economia mundial, impondo sérios limites ao desenvolvimento econômico das regiões periféricas (ALMEIDA, 2009, p. 52).

O processo histórico da formação social brasileira surgiu integrado ao sistema capitalista mundial. Assim, o subdesenvolvimento deve sua origem à expansão e desenvolvimento do capitalismo, ou seja,

o desenvolvimento e subdesenvolvimento formam parte de um todo e se complementam, constituindo o alfa e o ômega do sistema capitalista em expansão. Isso significa que o desenvolvimento periférico, a despeito de ser caudatário do sistema hegemônico mundial, obedece a uma dinâmica própria, que possui historicidade e curso particular (ALMEIDA, 2009, p. 45).

Ao comparar o tipo de colonização ocorrida no Brasil com aquela ocorrida nos Estados Unidos, Furtado constatou que havia uma diferença abismal entre os dois sistemas de colonização, que repercutiu em relação ao nível de consumo e à transferência de renda para a metrópole colonizadora (ALMEIDA, 2009). Para entender o fenômeno do subdesenvolvimento, faz-se necessário entender as particularidades do processo de colonização, no Brasil. Em linhas gerais, a colônia brasileira era voltada para a grande propriedade, e a economia de escala era voltada essencialmente para o mercado externo e totalmente dependente da Metrópole, decorrente da economia açucareira, no Brasil

colonial. Durante o período do século XVI ao XVIII, não se criaram condições que provocassem diferenciações e autopropulsões das atividades econômicas, capazes de assegurar um desenvolvimento interno, no Brasil colonial (ALMEIDA, 2009).

Portanto, há de se considerar o peso do passado colonial da América Latina, pois, por meio dessa opressão, incorporamos um nacionalismo econômico, muito mais acentuado do que outras nações.

Contudo, tal estratégia sofreu críticas tanto de setores de esquerda quanto de direita, bem como de integrantes da CEPAL (ALMEIDA, 2009). Cardoso de Melo e Tavares - críticos dos estruturalistas e pertencentes à Escola de Campinas - afirmavam que o subdesenvolvimento é uma especificidade do capitalismo tardio. Mas, foram alvo de críticas por limitarem a estrutura produtiva como uma condição suficiente para o desenvolvimento capitalista e por não tratarem da questão da heterogeneidade social (CARNEIRO, 2006).

Em suma, a partir das contribuições da economia política latino-americana, Carneiro (2006) caracteriza o subdesenvolvimento como uma insuficiência em três planos distintos: (1) na esfera da propriedade: baixa centralização de capitais; (2) na esfera financeira: pequena capacidade de mobilização de recursos e (3) na esfera produtiva: incompatibilidade entre as escalas de produção, definidas pelo padrão tecnológico e o tamanho do mercado. Como consequência, em busca da industrialização, as economias periféricas precisariam contar com o apoio do capital externo (IDE), que as colocaria na dependência das economias centrais (CARNEIRO, 2006).

### **2.4.3 A década de 1960**

Os anos de 1960 foram considerados pelas Nações Unidas e pelos Estados Unidos como a “década do desenvolvimento”. No entanto, não foi o que aconteceu na América Latina. Para Velloso (2012), houve uma tentativa de conciliar controle de inflação com o crescimento, contudo quase não houve crescimento.

A desaceleração econômica na década de 1960 e a incapacidade de resolver os problemas sociais indicavam o esgotamento do modelo desenvolvimentista. No Brasil, a concentração de renda continuava a privilegiar o eixo Sudeste-Sul (ALMEIDA, 2009). Além disso, o regime ditatorial foi uma manifestação evidente da reorientação do desenvolvimento em direção a uma acomodação subalterna ao sistema internacional, sob a liderança das corporações norte-americanas,

interrompendo a construção de condições para a superação do subdesenvolvimento (PAULA, 2015).

As transformações ocorridas na economia brasileira, a partir da década de 50, foram decorrentes da presença de grupos estrangeiros na economia nacional, favorecidos pela política oficial, pois de 1955 a 1964, tivemos um quadro de desenvolvimento, associado ao capital estrangeiro (PAULA, 2015). Ao final dos anos 60, Furtado concluiu que a industrialização latino-americana se orientava em sentido contrário ao que inicialmente parecia ser uma aspiração trivial, e assumiu cada vez mais a forma de internacionalização das atividades produtivas, ligadas ao mercado interno (ALMEIDA, 2009).

A partir do fracasso do modelo teórico de desenvolvimento, implantado na América Latina, nos anos de 1950, abriu-se espaço para críticas, reparos e autocríticas. A saber, o fracasso do projeto de desenvolvimento em bases nacionais lança um olhar sobre a constatação de que a industrialização não resolveria o problema do atraso e da pobreza, além de perceber uma situação de dependência<sup>20</sup> da economia brasileira, engendrada pelas relações estabelecidas com o sistema mundial.

Nesse período, surgiram várias teses sobre o desenvolvimento como a Teoria da Dependência, que partiu de teóricos tanto de dentro quanto de fora da América Latina. A Teoria da Dependência é uma abordagem analítico-interpretativa do desenvolvimento latino-americano, nos anos 60. Tal teoria se apoia no pressuposto de que há um sistema mundial hierarquizado, no qual os países avançados exploram os menos desenvolvidos. Ou seja, a dependência é entendida como uma relação de subordinação e ocorre dentro da nova divisão internacional do trabalho, iniciada pós-guerra sob a liderança dos Estados Unidos (ALMEIDA, 2009).

De acordo com Paul Baran (1984), essa exploração se dava com o auxílio da burguesia local, através da transferência de parte do excedente que estes gastavam em consumo de luxo. Nesse contexto, o capitalismo perdera sua capacidade dinâmica e passara a bloquear o desenvolvimento industrial dos países atrasados.

---

<sup>20</sup> O tema da dependência foi utilizado antes do século XX, e suas balizas teórico-metodológicas foram extraídas dos trabalhos de Marx, Trotsky, Lenin e Rosa Luxemburg (ALMEIDA, 2009). Contudo, não se tem pretensão de retornar a sua matriz histórico-teórica, o que escapa aos propósitos deste trabalho.

No campo intelectual, havia certo pessimismo com relação às perspectivas de industrialização e modernização. Segundo Fiori (1999), os estudos da época introduziram no debate teórico uma dúvida sobre as previsões e os otimismo evolucionistas, sobre a expansão do capitalismo e a transformação das “sociedades tradicionais”.

Fiori (1999) ressalta ainda que, foram as teorias da dependência que interpretaram mais fielmente o clima político e intelectual latino-americano, dos anos 60. É possível encontrar diversas categorias sobre os estudos da dependência, as quais estão alinhadas ao caráter teórico, político e ideológico de seus autores. Desse modo, Fiori (1999) destaca que havia diferentes correntes, pelo menos três grandes vertentes, que tratavam das teorias da dependência.

A primeira corrente era composta por argumentos elaborados, logo depois da Segunda Guerra Mundial, pelos trabalhos de André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini, entre outros latino-americanos. Estes lançaram os olhares para o mundo subdesenvolvido, distinguindo-o da condição colonial e visualizando tais nações como produto de um certo tipo de desenvolvimento capitalista, condicionado por um sistema internacional hierarquizado, em que os países avançados exploravam os menos desenvolvidos. Essas ideias foram retrabalhadas também fora do continente latino-americano, por Arghiri Emmanuel, Samir Amin e Immanuel Wallerstein.

Immanuel Wallerstein (1974) tece sobre uma economia mundo, ou seja, espaço único e global formado pelo conjunto de territórios políticos, onde alguns são capazes de mudar individualmente suas posições e outros incapazes de desenvolverem formas coletivas e harmônicas. Ele aponta que a razão disso é a permanente reprodução da própria hierarquia entre o centro, semiperiferia e a periferia do sistema. Além disso, para ele, todos os estados-nação não podem se desenvolver simultaneamente por definição – há núcleos desiguais e regiões periféricas.

A segunda vertente, ao contrário da anterior, não compreende que a dependência condene os países ao eterno subdesenvolvimento. Na América Latina, as contribuições de Aníbal Pinto e Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e Maria da Conceição Tavares e José Serra são consideradas centrais.

Aníbal Pinto e Celso Furtado trouxeram uma visão da dependência<sup>21</sup> como um condicionante universal e ressaltaram os

---

<sup>21</sup> “(...) A dependência deve ser percebida inicialmente como um conjunto de traços estruturais que emergem da história: a forma de inserção no sistema de

obstáculos estruturais que levaram à estagnação. Estes estudos foram apoiados pelo contexto econômico do momento que levou à frustração do projeto de desenvolvimento nacional da América Latina, ocasionada pela estagnação do processo de substituição de importações, pelo cancelamento de programas de reformas estruturais e pela sequência de golpes militares conservadores.

Furtado abandonou sua ideia inicial de que a racionalidade da industrialização seria suficiente para remover as estruturas heterogêneas e se debruçou sobre as leis históricas, as quais impediam o desenvolvimento do capitalismo na periferia. A industrialização não gerou empregos suficientes para atender ao contingente do meio urbano, pois se baseava em tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Furtado (1961) chegara à conclusão de que a industrialização por si só não livraria o país das algemas do subdesenvolvimento e da dependência externa, por razões de ordem histórica. Abandonou a esperança desenvolvimentista, na década de 60, diante do esgotamento do modelo de substituição de importações e de uma visível tendência à internacionalização da economia. Para ele, modificar a estrutura econômica e social viria a partir de uma política de desenvolvimento operacionalizada, em uma sociedade que tivesse tomado plena consciência de seus problemas. A entrada de capital estrangeiro sem o estabelecimento de uma política dirigida e orientada pelo Estado, segundo Furtado, geraria o endividamento externo e o enfraquecimento do poder estatal na regulação da atividade econômica.

Furtado percebeu que o processo de industrialização não gerou empregos na medida necessária, e os aumentos de produtividade não beneficiaram o conjunto da população. Em oposição ao que se esperava, o “[...] processo de industrialização atuou no sentido de revigorar o subdesenvolvimento” (ALMEIDA, 2009, p. 51). Furtado, na obra *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), define que o processo de substituição das importações foi um ensaio para a

---

divisão internacional do trabalho gerando um atraso relativo no desenvolvimento das forças produtivas; a industrialização supeditada pela modernização reforçando as tendências à concentração de renda; a necessidade de importar certas técnicas facilitando o controle das atividades econômicas pelas empresas transnacionais. Somente numa segunda leitura é que a dependência deve ser entendida como uma posição débil ou subordinada nas confrontações que conduzem à fixação de preços internacionais e, por último, determinam a apropriação do excedente gerado pela divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1978, p. 101).

industrialização. Houve mudanças estruturais importantes, mas a população não se beneficiou dessas transformações (ALMEIDA, 2009).

A situação da América Latina é produto de um processo histórico único, inerente ao desenvolvimento do próprio sistema capitalista mundial, ao longo de seus diferentes estágios.

A dependência deriva de uma série de condicionamentos resultante do tipo de relação (exploração econômica) que se estabelece entre grupos e classes dos países desenvolvidos (dominados e explorados) e, inclusive, da própria estrutura interna prevalecente nesses países, configurando um tipo de desenvolvimento desigual e combinado em nível nacional e internacional. (ALMEIDA, 2009, p. 87).

Para os dependentistas, não é possível entender o subdesenvolvimento e a dependência sem uma análise mais apurada das relações existentes entre as sociedades centrais e as nações periféricas. As populações ditas marginais – que realizam sua reprodução em um quadro informal de produção – expressam a estratificação social, oriunda do processo de modernização. Foi buscando aliar estudos da teoria da acumulação, teoria de estratificação social e teoria do poder que se produziu a teoria da dependência (FURTADO, 1980).

Esta [teoria da dependência] se funda numa visão global do capitalismo – enfocando como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas – que permite captar a diversidade no tempo e no espaço do processo de acumulação e as projeções dessa diversidade no comportamento dos segmentos periféricos. Graças a esse enfoque, foi possível aprofundar a análise das vinculações entre relações externas e as formas internas de dominação social nos países que se instalaram no subdesenvolvimento, bem como projetar luz sobre outros temas de não pequena significação, tais como a natureza do Estado e o papel das firmas transnacionais nos países de economia dependente (FURTADO, 1980, p. 25).

Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Maria da Conceição Tavares e José Serra defendiam que o desenvolvimento dependente associado às metrópoles não tendia, necessariamente, à estagnação do ponto de vista capitalista. Ademais, o desenvolvimento deveria ser visto caso a caso, sendo importante considerar as estratégias de ajustamento às mudanças internacionais, adotadas pelas elites empresariais e políticas de cada país, bem como a forma de articulação entre os setores econômicos mais dinâmicos internos de cada país.

Por fim, a terceira corrente da escola da dependência

situada num 'justo meio' entre a tradição leninista da teoria imperialista e as teses CEPALinas sobre o comércio internacional, cristalizada à volta da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicado em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (FIORI, 1999, p. 33).

Diferentemente de Fiori (1999), Almeida (2009) indica dois grupos que representam diferentes correntes: no primeiro, os autores, Frank, Marini e Santos, defendem que o capitalismo dependente se firma na superexploração do trabalho, na marginalização social crescente e é incapaz de dinamizar o mercado interno; como consequência, tem-se a tendência à estagnação e à reprodução do subdesenvolvimento. No segundo grupo, autores como Cardoso e Faletto acreditam que a penetração do capital industrial e financeiro internacional impulsionam a produção de mais-valia, relativa em alguns países periféricos, intensificando o desenvolvimento industrial.

Outra classificação é feita por Cardoso e Kay. De acordo com Almeida (2009), há duas posições no campo da teoria da dependência: marxista ou neomarxista e outra reformista. A corrente marxista, representada por Marini, Santos, Frank e Bambirra, defende que a superação da dependência se dá mediante uma revolução socialista. A segunda vincula Cardoso, Sunkel, Furtado, Ferrer, Pinto e Jaguaribe, que argumentam que é possível superar a dependência latino-americana reformando o sistema capitalista.

Diante dessa variedade de pontos de vista, os dependentistas convergem em alguns pontos, como a caracterização do subdesenvolvimento e o conceito de dependência (ALMEIDA, 2009). Para estes, o subdesenvolvimento não se trata de um estágio atrasado que antecede o capitalismo, mas sim uma consequência direta do

próprio desenvolvimento capitalista, constituindo uma forma particular do desenvolvimento na periferia.

Portanto, a noção de dependência da economia brasileira engendrou a partir de meados dos anos 60, em substituição ao ideário nacional-desenvolvimentista que havia predominado no Brasil, até a metade do século XX. Antes disso, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso consideravam o papel do Estado e do capital estrangeiro como elementos indispensáveis para dinamizar o desenvolvimento brasileiro. Em relação à associação dos capitais periféricos com o capitalismo central, Furtado acredita que tende a aprofundar a dependência externa e com ela o subdesenvolvimento. Ele defendia a participação do investimento externo como uma forma de cooperação e advertia que este deveria ser supervisionado e orientado pelo governo para as necessidades mais proeminentes do país (ALMEIDA, 2009). Porém, a atuação do Estado

[...] tendeu a favorecer a concentração da renda com respeito aos grupos mais abastados, às expensas do empobrecimento da grande maioria da população e em benefício das empresas transnacionais, as quais operam no sentido de reduzir a própria autonomia dos Estados nacionais (ALMEIDA, 2009, p. 16).

Nos anos de 1963-1964, houve uma mobilização pelas reformas de base: reforma agrária, universitária, bancária e administrativa. Esse movimento reformista buscava minimizar os problemas crônicos de distribuição (PAULA, 2015). As reformas estruturais propostas até 1964 partiam da constatação de que as experiências bem sucedidas de sociedades, materialmente prósperas, e com adequados níveis de bem-estar social foram

(...) resultados de transformações socioeconômico-político-culturais baseadas em distribuição da renda e da riqueza, processos que [...] Celso Furtado [...] chamou de 'distribuição primária da renda', que envolve, além da distribuição de renda e da riqueza, a habilitação do conjunto da população para se apropriar das novas tecnologias, das novas linguagens, dos novos complexos simbólicos, dos novos modos de

ser da sociabilidade contemporânea (PAULA, 2015, p. 18).

No fim da ditadura, o país estava afundado em uma grande crise econômica e social e ainda subdesenvolvido, mesmo que industrializado, modernizado e urbanizado.

#### **2.4.4 A década de 1970**

Entre o final da década de 1940 e o início de 1970, as ideias de Keynes foram hegemônicas (PAULA, 2005). Os anos de 1970 foram marcados pela interrupção de um período de 30 anos de crescimento elevado e desigualdades declinantes, devidas ao fim da conversibilidade do dólar, ao primeiro choque do petróleo da OPEP, ao aumento generalizado dos preços das *commodities* e à estagflação, relacionada à inflação dos custos causada por pressões de sindicatos, a queda das taxas de crescimento dos lucros e do crescimento econômico dos Estados Unidos (BRESSER PEREIRA, 2009). Tal crise levou ao questionamento dos modelos de desenvolvimento, propostos pela orientação liberal ou keynesiana.

Na América Latina, de forma geral, as teorias centraram suas análises na compreensão do desenvolvimento tardio do capitalismo. Seus principais expoentes foram Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, Belluzzo e Coutinho. Suas reflexões se debruçaram sobre a falta de uma estratégia de política comercial agressiva, sobre a altíssima concentração de renda e sobre a propriedade rural e urbana (SANTANA, 2012).

Essas ideias criticavam fortemente a política econômica do regime militar e fortaleciam a reforma do desenvolvimentismo conservador brasileiro. Nos anos 70 e 80, os autores criticaram a forma de atuação do Estado, que incentivou a concentração da renda em favor das classes mais abastadas e aumentou as distorções sociais, que foram impulsionadas pela participação crescente das empresas transnacionais. O que aconteceu no Brasil foi a elevação do padrão de consumo e não uma transformação (GOULART, 2006).

Ademais, a “teoria do capitalismo tardio” foi desenvolvida por um grupo de economistas brasileiros por meio da releitura do pensamento estruturalista e de estratégias econômicas das teorias de Marx, Keynes, Schumpeter, Kaleck, entre outros (FIORI, 1999).

No fim da década de 70, a ideologia neoliberal dominou as duas maiores potências mundiais com a eleição de Margareth Thatcher, na Inglaterra e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Com o fortalecimento da ideologia neoliberal houve uma invasão do espaço econômico e financeiro sobre os demais espaços – social, cultural e político (GOULART, 2006).

Furtado mostrou-se pessimista em relação ao futuro do país. Ele percebeu que o parque industrial brasileiro era relativamente diversificado, com base em tecnologia importada e sob a tutela dos monopólios internacionais, os quais foram os verdadeiros beneficiários. O progresso técnico defendido, nos anos de 1950, serviu mais para modernizar os hábitos de consumo de uma minoria privilegiada do que para uma transformação dos processos produtivos do conjunto da economia. A difusão de novos processos produtivos gerava elevação da produtividade, que aumentaria o nível de vida do conjunto da população, mediante a expansão da taxa salarial e redução dos preços relativos dos bens de consumo gerais. Porém, isso só se tornou efetivo com relação aos grupos ligados ao setor moderno da economia e a grande maioria foi afetada, de modo marginal (ALMEIDA, 2009).

O termo progresso técnico é uma expressão muito vaga, que se refere a um conjunto de transformações sociais que possibilitam o processo de acumulação e reprodução da sociedade capitalista. Muitos economistas tratam deste termo em seu nível microeconômico, distanciando este fenômeno de um conjunto de relações sociais. O progresso técnico, inevitavelmente, desenvolve condições propícias à concentração dinâmica da renda e acumulação. “Prosseguir com a acumulação significa, portanto, encontrar condições de metamorfosear recursos econômicos em capital” (FURTADO, 1980, p. 7) e isto ocorre através da criação de um novo espaço de acumulação que possibilite a criação de um novo capital. O progresso técnico está a serviço da realização deste projeto.

A introdução de novas técnicas mais eficientes de produção, sem a introdução de novos produtos e padrões de consumo, não seria suficiente para sustentar o processo de acumulação. Portanto, não se pode pensar em progresso técnico sem complexas modificações sociais. A competição entre os diferentes agentes que concorrem pela apropriação do produto social leva ao favorecimento da inovação, no sentido de economizar mão de obra, provocando a obsolescência de equipamentos em plena produção (FURTADO, 1980).

As tensões oriundas deste processo, em especial, da forte acumulação e concentração industrial e financeira, são motores do

dinamismo social e ao mesmo tempo mantenedores da estrutura de classes.

O particular dinamismo da sociedade capitalista, tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apóia-se na inovação técnica [...] Mas a absorção do progresso técnico em uma sociedade competitiva implica forte acumulação, e esta, por se, engendra pressões sociais no sentido de redução das desigualdades. Assim, a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação conciliam a reprodução de privilégios com a permanência de forças sociais que os contestam (FURTADO, 1980, p. 11).

A rigor, o conceito de desenvolvimento possui três dimensões distintas: a do incremento da eficácia do sistema social produtivo, da satisfação das necessidades elementares da população e da consecução dos objetivos idealizados pelas classes dominantes, que competem na utilização de recursos escassos. Estas três dimensões são ambíguas. A ambiguidade da primeira dimensão reside no fato de que os *inputs* e *outputs* de produção são heterogêneos e se modificam com o tempo. A ambiguidade da segunda dimensão é ainda maior, tendo em vista que as necessidades humanas, quando não referidas às necessidades essenciais, estão baseadas em um sistema de valores, culturalmente e contextualmente definido. A terceira dimensão é certamente a mais ambígua, visto que é parte de um discurso ideológico (FURTADO, 1980).

Nas palavras de Furtado (1980, p. 16), “(...) a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e, tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são inconcebíveis sem preparação ideológica”. O aumento da eficácia do sistema produtivo, considerado comumente como principal vetor de desenvolvimento, não é condição suficiente para que sejam satisfeitas as necessidades elementares da população. O aumento produtivo tem encontrado limites na degradação ambiental e tendência à entropia do universo.

A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente inigualitária e de elevado potencial de

acumulação, constitui a causa de alguns aspectos paradoxais da civilização contemporânea [...] A elevação do salário básico é parte do processo que compreende o aumento do coeficiente de desperdício implícito no dispêndio dos grupos de rendas altas e também difusão entre os grupos de rendas médias, de formas de consumo mais e mais sofisticadas. Assim, a eliminação da ‘pobreza dentro da riqueza’ faz-se mais difícil com o avanço da acumulação. Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento. E nesse contexto emergiu uma nova temática do desenvolvimento (FURTADO, 1980, p. 18).

O conceito de desenvolvimento foi vinculado à ideia de interesse nacional, servindo para dar objetividade à terceira dimensão do desenvolvimento, apontada anteriormente – alcance dos objetivos idealizados pelas classes dominantes. Originam-se, neste momento, os conceitos de renda ou produto *per capita*, produtividade social dos fatores de produção, entre outros, que se desvinculam das discussões sobre antagonismos sociais, perfil de acumulação e preços relativos, quais sejam indicadores universais do desenvolvimento (FURTADO, 1980).

Quando o economista adiciona gastos realizados pelos consumidores, está em busca de uma variável representativa da demanda efetiva e não de um indicador de bem estar social. Contudo é esta última ideia que está contida no conceito de desenvolvimento. O debate em torno deste ponto, de aparência técnica, traria a tona aspectos ideológicos das políticas de desenvolvimento e traria uma crítica aos tipos de sociedade postulados implicitamente por estas políticas (FURTADO, 1980, p. 26).

Em 1967, Furtado considerava que o desenvolvimento é função do crescimento econômico que visa modificar o nível de renda da coletividade. Posteriormente, em 1975, Furtado considera o ponto de partida dos estudos do desenvolvimento, as aspirações da coletividade.

Assim, o adjetivo desenvolvimento consiste em um processo de transformação na estrutura econômica, política e social.

(...) o desenvolvimento é um processo que apresenta muitas faces. Com efeito, o aumento da produtividade do trabalho pode ter três origens distintas: a) aumento da dotação de capital por trabalhador; b) modificação do processo produtivo, ou seja, elevação do nível tecnológico; e c) modificação na estrutura produtiva decorrente de alteração no perfil da demanda global. Evidentemente esses fatores atuam, quase sempre, de forma conjugada, mas a prevalência de um ou outro é de grande importância para que se possa definir a natureza do processo de desenvolvimento em questão. A acumulação de capital acompanha todas as formas de desenvolvimento e se pode fazer que ela é condição necessária ao desenvolvimento. Contudo, não é ela em si o fator primário responsável pelo desenvolvimento. A acumulação constitui mais um limite às possibilidades de desenvolvimento, ainda que na prática somente excepcionalmente esse limite se comporta como frio efetivo (FURTADO, 1975, p. 131-132).

“O crescimento só faz sentido, na perspectiva do desenvolvimento, como processo social abrangente e não restrito à disponibilidade de produtos e serviços” (COHN, 2015, p. 26). A dimensão do desenvolvimento e do crescimento são distintas, pois, para o crescimento “(...) prevalecem os princípios da eficiência e da rapidez de resposta” (COHN, 2015, p. 26), para o desenvolvimento “(...) prevalecem a deliberação e a reflexividade” (COHN, 2015, p. 26).

Portanto, o desenvolvimento não é um processo linear e sim complexo e multidimensional. Nas palavras de Cohn (2015, p. 27), “há múltiplos processos de desenvolvimento em cada configuração histórica, e eles se entrelaçam entre si em múltiplas formas” ou ainda “(...) trata-se da concepção de um processo de gradativo desenredar-se de algo, como um núcleo que se vai desdobrando até a plena emergência do conjunto de elos e relações que pode conter”. O desenvolvimento econômico é um fenômeno com nítida dimensão histórica. O ritmo do desenvolvimento é impulsionado de acordo com a cultura, os recursos

naturais, as correntes migratórias, as políticas públicas e a capacidade de inovação (VIERA, 2012).

Em 1970, “houve crescimento tanto das exportações quanto do produto industrial e do consumo interno, embora com elevada exclusão social e à custa de um endividamento externo crescente” (ALMEIDA, 2009 p. 118-119). A permanência do estilo de desenvolvimento, a insuficiência de poupança interna e a pressão no balanço de pagamento levam o país periférico a manter as condições de dependência. Pois, submetendo às economias periféricas a uma crescente internacionalização de seus mercados, agravaram seu subdesenvolvimento e a dependência externa.

Furtado, em 1974, bastante desiludido, aponta que o desenvolvimento econômico é um mito, impossível de se realizar e que levaria ao colapso da civilização humana, ainda mais nas condições de dependência.

No final dos anos de 1970, Furtado vislumbra possibilidade de libertação da dependência, por meio da liberação da capacidade criativa do ser humano. Essa mudança de perspectiva é fruto de uma imersão filosófica e de uma revisão histórica sobre a civilização industrial na Europa. Furtado investigou também em 1978, na obra *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, os casos da Rússia, China e Japão e constata que a difusão da civilização industrial foi resultado do comportamento reativo do povo, que viu sua soberania ameaçada e não da imposição de padrões culturais de fora, como nos casos dos países latino-americanos. Nesses países, houve investimento em capital humano, estímulos ao mercado interno e a manutenção da autonomia nacional que permitiu ao Japão, China e Rússia tirarem vantagens da civilização industrial, sem se submeter à dominação imperialista.

Na luta contra a dependência, Furtado acredita na instituição de uma política consciente e ousada, de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos não-renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos. A partir disso, a criatividade humana é canalizada e posta a serviço do desenvolvimento das forças produtivas e da diversificação dos padrões de vida da coletividade, sendo elemento indispensável na luta contra a dependência. Além do controle dos recursos não-renováveis de grande valor econômico, que é uma das principais fontes de poder nas relações internacionais, no qual os países periféricos podem tirar proveito e ter acesso ao mercado das nações dependentes. Assim, sendo possível acumular recursos financeiros necessários para afirmar posições e

ampliar o campo de resistência à dominação estrangeira (ALMEIDA, 2009).

Em suma, na visão de Furtado para superar a dependência externa, as economias periféricas deveriam lançar uma política audaciosa de investimento em capital humano e de recuperação da autonomia nacional, via valorização da criatividade humana e na defesa dos recursos naturais não-renováveis.

#### **2.4.5 A década de 1980**

O Brasil foi uma das economias que mais cresceu, entre 1900 e 1987, porém não levou o país à condição de desenvolvimento.

O crescimento da economia brasileira tem se dado de forma excludente, como parte de um sistema geral concentrador de renda e de riqueza, em que os frutos da modernização e do crescimento são assimetricamente apropriados, resultando daí desigualdades sociais iníquas e confirmadoras do subdesenvolvimento (PAULA, 2015, p. 19).

Na América Latina, os anos de 1980 foram marcados pela “década perdida”, termo que decorreu principalmente das consequências das políticas macroeconômicas dos regimes militares. Diante da desilusão, recolocou a velha coalização de poder autoritário e antissocial nacional com as ideias e o poder internacional, preconizando a diminuição da intervenção estatal na economia, por meio dos processos de privatização, da abertura de mercado e da livre circulação de capital. Indicadores da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad) identificaram que o Brasil e a América Latina sofreram uma descontinuidade da industrialização, nos anos de 1980, em comparação aos países asiáticos, tanto do peso do valor adicionado industrial no Produto Interno Bruto (PIB) quanto da participação das exportações de manufaturados. Houve um processo de desindustrialização (CARNEIRO, 2006).

Em 1980, a ideologia do neoliberalismo se tornou imperante no mundo, coincidindo com o estágio de globalização, no qual todos os mercados estavam abertos à competição capitalista. O regime regulatório fordista deixou de caracterizar as economias capitalistas avançadas, cujo progresso técnico passou a ser liderado pela revolução

da informática, métodos de produção flexíveis e terceirização das atividades.

Tal modelo de desenvolvimento tem como base o ajuste fiscal e “(...) pautado na crença de que o desenvolvimento requer a retirada do Estado e maior autonomia do mercado. Entretanto, tal modelo também não foi capaz de conduzir suas sociedades para o tão esperado bem estar social, conforme apontam os estudos de Souza-Santos (2005) e Ianni (1999)” (SANTOS et al., 2012, p. 52). Ou seja, uma falsa dicotomia se estabeleceu entre Estado e mercado enquanto, na verdade, o mercado só é forte e possível quando o Estado também é forte e capaz (BRESSER PEREIRA, 2009).

Assim, a política econômica mundial e a academia traziam novas convicções liberais hegemônicas e, conseqüentemente, uma restauração da visão liberal-conservadora de desenvolvimento, de convicção neoclássica, preconizando a adesão ao livre mercado, a estabilização dos preços e dos mercados desregulados, globalizados e competitivos, decorrente do Acordo de Bretton Woods.

No Brasil, a segunda metade da década de 1980, depois da crise do Plano Cruzado, em 1987, e da promulgação da nova Constituição de 1988, a preocupação com o desenvolvimento foi abandonada e substituída pela “velha convicção neoclássica de que o crescimento das regiões atrasadas exigia adesão ao livre-comércio, estabilização e homogeneização dos preços, por via dos mercados desregulados, globalizados e competitivos” (FIORI, 1999, p. 37). Ou seja, a preocupação com o desenvolvimento foi derrotada politicamente em 1990, cedendo o lugar para teorias que defendiam a hegemonia da crítica neoliberal do “desenvolvimentismo”, e na prática para a transformação de um país em um “mercado emergente”, ao invés de “potência emergente”.

Entre 1980 e 1990, Furtado desenvolveu melhor suas hipóteses sobre a superação da dependência. Ele aponta os exemplos da China, Coréia do Sul e Taiwan que alcançaram êxitos, mediante a instituição de políticas de coordenação seletiva de investimento públicos e privados, de formação de recursos humanos, de fomento a P&D e inovações tecnológicas. Ele apresenta três estratégias para que uma nação se desenvolva a partir de um nível relativamente baixo de acumulação de capital:

- i) coletivização dos meios de produção – estratégia essa que se baseia no controle coletivo das atividades econômicas, seja pela autogestão

e/ou planificação centralizada; ii) prioridade à satisfação das necessidades básicas – estratégia que implica privilegiar a satisfação de um conjunto de necessidades que uma comunidade considera prioritárias; e iii) ganho de autonomia externa – alternativa que consiste em assumir uma posição ofensiva nos mercados internacionais, visando orientar os investimentos que possam favorecer os setores com maior potencial e capacidade de competição externa (ALMEIDA, 2009, p. 126).

O êxito alcançado pelos países do Leste Asiático indica que é possível alterar as tendências de subdesenvolvimento e de dependência. Em outros termos, a política de desenvolvimento industrial adotada pelo leste asiático visou a criação de condições favoráveis para o funcionamento das empresas privadas, mediante a execução de políticas de redução de risco dos investimentos, de oferta de tecnologia avançada e capacitação de recursos humanos. Assim, Furtado considerava a cultura como fundamento maior da realização humana e também como instrumento para o desenvolvimento (LEITÃO, 2015).

#### **2.4.6 A década de 1990**

Na década de 1990, o Brasil começava a implementar a nova estratégia neoliberal com o apoio das mesmas forças políticas e econômicas que haviam sustentado o desenvolvimentismo conservador do regime militar. Fiori (1999) destaca que houve diversas críticas que defendiam as reformas políticas macroeconômicas como eram necessárias, mas insuficientes. Para Furtado (2004), a doutrina neoliberal levou o Brasil ao endividamento, e conseqüentemente comprometeu sua governabilidade.

A discussão acerca de um modelo de desenvolvimento adequado foi impulsionada, a partir dos anos 90, pelos diversos fatores de crise que os sistemas econômicos e sociais atravessam. Esse período foi marcado pelo fracasso das políticas econômicas, o que rendeu muitas críticas. Colin Bradford, diretor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), afirmava que a liberalização comercial não era suficiente para promover exportações, bem como a privatização e a desregulamentação não asseguravam crescimento econômico ao setor privado. Outro crítico foi o vice-presidente do

Banco Mundial, George Stiglitz, que defendia a atuação do Estado na regulação da economia e na implementação de políticas industriais e de bem-estar social.

No Brasil, nos anos de 1980 e 1990, houve um esvaziamento dos esforços de desenvolvimento regional, em razão da ênfase no controle inflacionário. A discussão sobre a localidade passou a constar na agenda dos pesquisadores na década de 1990, em decorrência das proposições da Constituição Federal de 1988 (GOULART, 2006).

Na localidade definem-se espaços de articulação e implementação das ações voltadas para o desenvolvimento, mas [...] os lugares tornaram-se alvo de competição e recursos disputados por agentes externos, cujo poder de pressão é tanto maior quanto forem o domínio tecnológico e a capacidade de articulação político-econômica que detêm (GOURLART, 2006, p. 4).

Nesse contexto, Goulart (2006) afirma que a noção e as estratégias de desenvolvimento são aplicadas sob diferentes lógicas e interesses, que se adequam a uma rede de relações de orientação global ou local. Sob a orientação global, definiram-se estratégias funcionais ao capitalismo global; sob a orientação local, construíram-se políticas que levaram em consideração as especificidades e expandiram a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, conforme Celso Furtado.

#### **2.4.7 A década de 2000**

Houve uma retomada da trajetória liberal, privilegiando os mercados autorregulados e a hegemonia imperial de países centrais, com destaque para a presença de finanças privada, global e desregulada, trazendo maiores dificuldades para o desenvolvimento das economias nacionais periféricas. Contudo, Fiori (1999, p. 14) aponta que “a simples competição intercapitalista em mercados desregulados e globalizados não assegura o desenvolvimento, nem muito menos a convergência entre as economias nacionais do centro e da periferia do sistema capitalista mundial”.

Este período foi marcado, no campo da teoria econômica, pela teoria neoclássica baseada em expectativas racionais e, no nível

ideológico, pela predominância do neoliberalismo, expresso em programas de reforma e globalização.

Em 2002, o relatório do Banco Mundial destacou o sucesso da globalização em promover o *catch-up*<sup>22</sup> e reduzir a pobreza. Dividiu os Estados-nação em três grupos: países ricos, os países em desenvolvimento mais globalizados e os países em desenvolvimento menos globalizados, mostrando que os dois primeiros tiveram aumento da taxa de crescimento e o último teve uma taxa negativa. O relatório viu como positivas tanto a globalização comercial quanto a financeira, muito embora tenha reconhecido o aumento nas crises financeiras.

Bresser Pereira (2009) discorda dessa visão, de que a globalização comercial e financeira tendam a andar juntas, defendendo que considera a globalização comercial uma oportunidade competitiva para os países de renda média alcançarem os países desenvolvidos. Por outro lado, a globalização financeira seria um desastre para os países em desenvolvimento, pois os tornaria incapazes de neutralizar as tendências à sobrevalorização da taxa de câmbio.

No campo das políticas públicas, os tempos neoliberais foram marcados por algumas políticas, algumas bem sucedidas e outras fracassadas: (1) tentativa fracassada de formular uma política macroeconômica neoclássica; (2) tentativa bem sucedida de privatizar as empresas de propriedade do governo, nos países em desenvolvimento; (3) tentativa parcialmente bem sucedida de adicionar flexibilidade às relações trabalhistas, com o aumento de gastos sociais e (4) tentativa fracassada de promover o desenvolvimento econômico por meio das reformas orientadas para o mercado e políticas macroeconômicas “ortodoxas” (BRESSER PEREIRA, 2009).

A era Lula retomou o projeto existente no país, durante os anos 50 e 60, sob o nome de “nacional-desenvolvimentismo”. Nesse modelo, o Estado é o indutor de processos de investimentos, transformando-se em parceiro de grupos privados e orientando o desenvolvimento econômico por meio de projetos de infraestrutura (SAFATLE, 2015).

A política econômica do lulismo baseava-se no (1) fortalecimento do mercado interno, pela introdução de cidadãos pobres no mercado de consumo e (2) pela associação entre Estado e burguesia nacional,

---

<sup>22</sup> Ipiranga et al. (2012) esclarece que a atuação organizacional pode ser determinada por meio de dois tipos de estratégias de inovação: liderança na fronteira tecnológica (*overtaking*) e/ou seguimento tecnológico (*catching-up*). Este último se movimenta no sentido de alcançar a fronteira da produção e/ou de inovação existente, enquanto aquele busca ultrapassar tal fronteira.

visando estimular a reconstrução do empresariado brasileiro. Esse processo nos lembra o diagnóstico de Furtado, dos anos 60. E diferentemente desse período, o ciclo de crescimento econômico, segundo Safatle (2015), não foi acompanhado de uma explosão criativa cultural, no qual a sociedade usasse as artes e a cultura para experimentar novas formas.

Por outro lado, Furtado (2002) defende que o desenvolvimento deve ser entendido como uma transformação no conjunto das estruturas sociais em benefício da coletividade e não deve ser confundido como a modernização dos padrões de consumo das minorias privilegiadas. “(...) o Brasil se desenvolveu? A resposta, infelizmente, é não. O Brasil cresceu. Modernizou-se. Mas o verdadeiro desenvolvimento só ocorre quando beneficia o conjunto da população, o que não se viu no país” (FURTADO, 2002, p. 2). Furtado (2002) considera que vivemos um grande paradoxo, no qual há um grande enriquecimento da humanidade, ao mesmo tempo que há uma agravação da miséria de uma grande maioria.

Com o crescimento econômico eleva-se a renda da população. Com a modernização, adotam-se novas formas de vida, imitadas de outras sociedades que, estas sim, beneficiam-se de autêntica elevação da produtividade física. Mas só o desenvolvimento propriamente dito é capaz de fazer do homem um elemento de transformação, passível de agir tanto sobre a sociedade como sobre si mesmo, e de realizar suas potencialidades. Daí que a reflexão sobre o desenvolvimento traga em si mesma uma teoria do ser humano, uma antropologia filosófica (FURTADO, 2002, p. 2).

#### **2.4.8 Reflexões Finais**

A partir da revisão teórica acerca da concepção de desenvolvimento, elaborou-se o Quadro 1 que busca sintetizar a mudança de tal concepção furtadiana, ao longo das décadas.

**Quadro 1: Concepção de desenvolvimento ao longo das décadas**

<b>Década</b>	<b>Contexto mundial</b>	<b>Contexto latino-americano</b>	<b>Desenvolvimento sob a perspectiva furtadiana</b>	<b>Estratégias adotadas (incentivadas) pela América Latina</b>
<b>Década de 1950</b>	Época dourada do crescimento capitalista e socialista mundiais.	Mostrava-se atrasada economicamente ao ser comparado com as economias centrais, expressando maior heterogeneidade social, ausência de autonomia tecnológica e crescimento determinado pela demanda externa.	O progresso técnico via industrialização, capaz de constituir as forças produtivas capitalistas, assegurando a reprodução endógena do conjunto do sistema econômico.	Política de substituição de importações.
<b>Década de 1960</b>	“Década do desenvolvimento” segundo a Nações Unidas e Estados Unidos.	As nações latino-americanas se submetiam à exploração dos países avançados.  No Brasil, a concentração de renda continuava a privilegiar o eixo Sudeste-Sul.	Entendida a partir da Teoria da Dependência, no qual há um sistema mundial hierarquizado, onde os países centrais exploram os menos desenvolvidos.	A estratégia da substituição de importações perdera sua força e um certo pessimismo rondava o campo intelectual, devido à frustração dos programas de reformas estruturais e pela sequência de golpes militares conservadores.

Década	Contexto mundial	Contexto latino-americano	Desenvolvimento sob a perspectiva furtadiana	Estratégias adotadas (incentivadas) pela América Latina
<b>Década de 1970</b>	Até 1973, havia crescimento capitalista e socialista mundiais. Após esse período, houve declínio das principais economias.	Houve uma diminuição global da distância entre a riqueza dos “países industrializados” e a dos “países em desenvolvimento”. Esse indicador foi influenciado pela crise generalizada nos países mais ricos e pelo crescimento do Leste Asiático, e do Brasil e México, na América Latina.	Furtado, em 1974, bastante desiludido aponta que o desenvolvimento econômico é um mito, impossível de se realizar, o que levaria ao colapso da civilização humana, ainda mais nas condições de dependência.	Não havia uma estratégia de política comercial agressiva e sobre a altíssima concentração de renda e sobre a propriedade rural e urbana.
<b>Década de 1980</b>	O Acordo de Bretton Woods – que marcou a liberalização financeira e a mudança nos padrões de concorrência intercapitalista. Queda dos países em ascensão como alguns africanos e os latinos-	“Década Perdida”	Na visão de Furtado, para superar a dependência externa, as economias periféricas deveriam lançar uma política audaciosa de investimento em capital humano e de recuperação da autonomia nacional, via	Via políticas neoliberais: preconizando a diminuição da intervenção estatal na economia por meio dos processos de privatização, da abertura de mercado e da livre circulação de capital.

<b>Década</b>	<b>Contexto mundial</b>	<b>Contexto latino-americano</b>	<b>Desenvolvimento sob a perspectiva furtadiana</b>	<b>Estratégias adotadas (incentivadas) pela América Latina</b>
	americanos.		valorização da criatividade humana e na defesa dos recursos naturais não-renováveis.	
<b>Década de 1990</b>	Período marcado pelo fracasso das políticas neoliberais. Queda dos países asiáticos (final da década de 1990).	O Brasil começava a implementar, tardiamente, a nova estratégia neoliberal com o apoio das mesmas forças políticas e econômicas, que haviam sustentado o desenvolvimentismo conservador do regime militar	Permanece a ideia anterior.	A liberalização comercial, privatização e a desregulamentação que não asseguram crescimento econômico ao setor privado. Havia defesas quanto à atuação do Estado na regulação da economia e na implementação de políticas industriais e de bem-estar social.
<b>Anos de 2000</b>	Fracassos das reformas neoliberais em promover o crescimento, o desastre político da Guerra do Iraque, a crise financeira de 2008, eleição de políticos de	Retomada da trajetória liberal, que traz maiores dificuldades para o desenvolvimento das economias nacionais periféricas.	Permanece as ideias de 1980. Para Furtado (2004), a doutrina neoliberal levou o Brasil ao endividamento, e consequentemente	Predominância do neoliberalismo, expresso em programas de reforma e globalização.

<b>Década</b>	<b>Contexto mundial</b>	<b>Contexto latino-americano</b>	<b>Desenvolvimento sob a perspectiva furtadiana</b>	<b>Estratégias adotadas (incentivadas) pela América Latina</b>
	esquerda na América Latina, e mudança dos eixos econômicos dos EUA para a Ásia.		comprometeu sua governabilidade.	

Fonte: Elaboração da autora.

A par disso, verifica-se que uma releitura crítica da farta e extensa literatura produzida, depois dos anos 40, sobre a ideia de desenvolvimento possibilita a compreensão das políticas estatais que lideraram o desenvolvimento dos países atrasados de todo o mundo, difundindo, assim, a desigualdade da riqueza mundial. Além disso, indica as motivações que levaram ao retorno dessas discussões, no final do século XX, que se deve principalmente ao reconhecimento da gravidade da crise que se alastrou a partir do Leste Asiático e da impotência das políticas de lidarem com os efeitos de tal crise, em 1999. A discussão que se coloca é a questão da distribuição desigual da riqueza entre as nações e possíveis caminhos de desenvolvimento das nações.

A perspectiva em tela consiste em retomar o esforço elaborado por Celso Furtado, visando romper a situação periférica das civilizações latino-americanas. Vale salientar que, tal mergulho histórico em suas contribuições foram imprescindíveis para a compreensão das nuances da construção teórica deste intelectual. Dito isso, o conceito apreendido será aquele apresentado em sua obra “Criatividade e Dependência na civilização industrial”, de modo que, encontra-se um elemento importante no sentido da concepção, defendida por Celso Furtado, relativa ao processo de desenvolvimento: a criatividade. A política cultural para Furtado teria por finalidade liberar as forças criativas da sociedade, que teve grande influência do intelectual Amartya Sen, quem foi seu colega, em Cambridge (LEITÃO, 2015).

Com o aumento da complexidade do sistema econômico, a criatividade alcança um papel crescente. Para dar esse papel à criatividade é preciso “(...) ter em conta não apenas a racionalidade dos meios mas também a dos fins” (FURTADO, 1978, p. 87). Tendo em vista que quanto mais diversificado é o produto final, mais difícil é pensa-lo em termos de produtividade física do trabalho. “A manipulação dos bens e serviços ‘raros’ permite introduzir fortes discriminações nos preços, dando origem a um poderoso instrumento de captação de excedente” (FURTADO, 1978, p. 88).

A criatividade entendida como “processo liberador de energias humanas”. Assim, “criatividade” significava a capacidade de transformar globalmente o horizonte do progresso da vida social, abrindo o espaço à constituição de novas formas de vida (SAFATLE, 2015, p. 71). Portanto, “o conceito de criatividade teria necessariamente de ser elevado a eixo central da análise social” (SAFATLE, 2015, p. 71), para assim identificar as necessidades fundamentais da coletividade e as possibilidades de avanço da ciência e da técnica.

Tomando emprestada uma citação transcrita por Cohn (2015, p. 29),

(...) a ideia de desenvolvimento não pode ser reduzida a conceito meramente descritivo de um estado de coisas, mas aponta para objetivo a ser perseguido. Tem caráter normativo para além de estritamente analítico. Isso significa que nela se encontra um princípio de avaliação de formas de organização e de políticas mais do que um esquema de exposição e análise de processos em curso.

Dentro dessa perspectiva, a ideia de desenvolvimento vai além da eficácia do sistema produtivo, que reproduz uma sociedade desigual e de elevado potencial de acumulação, para poucos, nas nações periféricas. E Celso Furtado alertava sobre o mito do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento [para Celso Furtado], é um processo global, que envolve a transformação da sociedade, não se limitando a buscar compreender o processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também o processo de apropriação do excedente e seus impactos na divisão social do trabalho e na estratificação e dominação sociais (BERCOVICI, 2015, p. 79).

A visão sobre o desenvolvimento amparada em variáveis quantitativas, para Furtado, nunca levaria a uma real transformação. Destarte, os indicadores de renda ou produto per capita, produtividade social dos fatores de produção se desvinculam das discussões sobre a desigualdade social (FURTADO, 1980; FURTADO, 1978). E tais indicadores estão contidos no conceito de desenvolvimento. Furtado (1980) alerta que os fatores econômicos são condições necessárias ao desenvolvimento, mas não somente.

A dimensão do desenvolvimento e do crescimento são distintas, pois, para o crescimento “(...) prevalecem os princípios da eficiência e da rapidez de resposta” (COHN, 2015, p. 26), para o desenvolvimento “(...) prevalecem a deliberação e a reflexividade” (COHN, 2015, p. 26).

A distinção é muito precisa. Se no **crescimento** o que cresce é um objeto (um sistema produtivo, uma nação, uma sociedade), no **desenvolvimento** o que se desenvolve são múltiplas relações ou complexos de relações, internas e externas. **Crescimento** é questão de progressão, avanço ao longo de uma trajetória, enquanto **desenvolvimento** é da ordem dos ritmos, da pulsação, da emergência de formas no interior de um complexo organizado. Pertencem, em suma, a campos conceituais diferentes. Isso não significa que não haja entre essas duas ordens de fenômenos vínculos importantes, e sim que podem render, nas análises e nas políticas, cada qual no seu campo. Desde logo se apresenta um corolário disso. É que sempre será em vão tentar obter desenvolvimento, no sentido pleno, da junção de intervenções e políticas dirigidas a aspectos particulares, ou do mero crescimento nessa ou naquela área ou mesmo no conjunto todo (COHN, 2015, p. 26 e 27).

O processo de desenvolvimento, para Furtado (1978), vai além da produtividade econômica, implica necessariamente em transformações sociais com reflexos no sistema de poder. Tomando como exemplo os países que lideraram na evolução da civilização industrial, Furtado (1978) afirma que “[estes] desde o início [eram] diretamente orientados para o desenvolvimento das forças produtivas, a acumulação propiciou outras transformações sociais que tornariam viável a crescente integração política da massa de assalariados. A homogeneização das formas de vida ocorreria no que concerne à satisfação das necessidades básicas (inclusive no campo da cultura não-material) (...). Os bens coletivos, de crescente importância na definição do estilo de vida, seriam um fator de homogeneização social, ainda que em grau que varia consideravelmente entre países” (FURTADO, 1978, p. 60).

Assim, Celso Furtado apresenta a possibilidade de libertação da dependência, por meio da liberação da capacidade criativa do ser humano.

Liberdade de criar é, portanto, essencial ao conceito de desenvolvimento e insumo maior para a transformação da sociedade. Adverte-nos, enfim, sobre o deslocamento, na civilização

industrial, da lógica dos fins (voltados ao bem-estar, à liberdade e à solidariedade) para a lógica dos meios (a serviço da acumulação capitalista). A lógica dos meios, observa, trará grandes impactos negativos às liberdades criativas, aos recursos naturais, enfim, à própria humanidade dos indivíduos (LEITÃO, 2015, p. 160).

Com efeito, Furtado acredita na instituição de uma política consciente e ousada de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos não-renováveis, de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos. A par disso, a criatividade humana canalizada e posta a serviço do desenvolvimento das forças produtivas e da diversificação dos padrões de vida da coletividade, é elemento indispensável na luta contra a dependência. Além do controle dos recursos não-renováveis de grande valor econômico, que é uma das principais fontes de poder nas relações internacionais, no qual os países periféricos podem tirar proveito e ter acesso ao mercado das nações dependentes. Assim, sendo possível acumular recursos financeiros necessários para afirmar posições e ampliar o campo de resistência à dominação estrangeira (ALMEIDA, 2009).

Em suma, na visão de Furtado para superar a dependência externa, as economias periféricas deveriam lançar uma política audaciosa de investimento em capital humano e de recuperação da autonomia nacional, via valorização da criatividade humana e na defesa dos recursos naturais não-renováveis. Tais políticas devem levar em consideração a existência de dois eixos, ou melhor, dois grandes agentes, que possuem forças impulsionadoras do desenvolvimento capitalista

(...) de um lado estão os agentes diretamente empenhados na acumulação, que chamamos simplificada de empresas; de outro estão as empresas sociais que lutam pela valorização do trabalho, ou seja, por difundir socialmente os frutos da crescente produtividade do trabalho que engendra a acumulação. Em uma economia nacional esses dois sistemas de forças estão articulados sob a tutela do Estado, cujas bases sociais de sustentação tenderam historicamente a ampliar-se (FURTADO, 1978, p. 23).

Esses dois eixos apontados por Furtado (1978, p. 23), um deles – empresas transnacionais - possuem o “quase-monopólio” da inovação tecnológica; o outro – as organizações sociais - ainda não se estruturou fortemente. Assim, para Furtado (1978), os países subdesenvolvidos deverão consolidar e desenvolver forças na luta pela apropriação do excedente. Ademais, nosso autor aponta a possibilidade de coalizações entre Estados para gerar poder e assim modificar a relação de forças “(...) face às empresas transnacionais e aos poderosos Estados em que estas se apoiam” (FURTADO, 1978, p. 24).

Portanto, Furtado coloca na capacidade e na iniciativa humana a possibilidade de desencadear forças que conduzam ao avanço da sociedade (VIEIRA, 2012).

### 3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Como compreender e mudar as lógicas políticas e econômicas tão cristalizadas nas instituições, nas nossas relações, tão encarnadas em nós mesmos e propor utopias positivas e ideais não mistificadores? Como criar instrumentos que conjuguem a crítica nacional e a mobilização social sem cair nas armadilhas tecnocráticas que criam obstáculos à luta pelos mais desfavorecidos? Como agir diante das contradições e dos interesses escusos presentes no seio dos movimentos sociais? Como construir ou reafirmar o trabalho dos ‘intelectuais coletivos’ ao mesmo tempo imaginativos ou independentes? Parece-nos que é de pesquisas científicas, rigorosas e engajadas, que procuram desvelar o mundo social, individual e coletivamente (VALLE, 2008, p. 114).

Neste capítulo serão abordadas as ações metodológicas indispensáveis para a execução desta pesquisa, especificamente seu tipo, a definição de seu objeto, técnicas que serão usadas para a coleta de dados e suas posteriores análises, finalizando com um quadro-síntese que demonstra os procedimentos operacionais a serem utilizados no decorrer da pesquisa.

Com o objetivo de analisar a atuação, os limites, os desafios e as contradições da ação intelectual dos grupos de pesquisa da Administração que contribuem para o fomento do desenvolvimento, busca-se: (a) mapear os grupos de pesquisa da área de Administração, cadastrados no diretório do CNPq, localizados na Universidade Federal de Minas Gerais, e suas produções; (b) identificar a convergência entre tais produções e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado; (c) identificar a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos; e (d) qualificar e categorizar as ações intelectuais dos grupos de pesquisa da Administração que atuam em universidades públicas localizadas em Minas Gerais, a partir do modelo teórico proposto.

Considerando tais objetivos a presente pesquisa pode ser caracterizada como exploratória. Para Mattar (2005) este tipo de pesquisa tem como objetivo prover ao pesquisador maior contato e conhecimento com um determinado tema ou problema de pesquisa,

sendo seu uso justificado, pois ajuda a estabelecer as prioridades e a deixar claros alguns conceitos. Portanto, visa aumentar o entendimento do problema bem como refinar a questão de pesquisa (CERVO et al., 2007). Gil (1991) afirma que a pesquisa exploratória inclui levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas envolvidas com o problema pesquisado assumindo geralmente as formas de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

Assim, quantos aos meios utilizados para o alcance dos objetivos propostos, a presente pesquisa classifica-se como de estudo de caso, tendo em vista que o objeto representa uma unidade de análise em um universo maior. Ademais, os resultados da pesquisa refletem exclusivamente, o recorte analisado e não permitem qualquer tipo de generalização. Para Stake (2000, p. 436), o estudo de caso como estratégia de pesquisa caracteriza-se justamente pelo “interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação, os quais podem ser os mais variados, tanto qualitativos como quantitativos”. Para ele, os pesquisadores que adotam tal estratégia buscam tanto o que é comum quanto o que é particular em cada caso, mas o resultado final geralmente retrata algo de original. Dentro dessa perspectiva, Flyvbjerg (2004) afirma que teorias universais e preditivas não podem ser encontradas nos estudos sociais e o conhecimento gerado é mais valioso do que a busca ingênua por teorias universais.

Quanto à abordagem, a presente pesquisa classifica-se como sendo qualitativa, pois pretende avaliar a qualidade das informações e ter acesso a percepção dos atores, sem preocupação com as medidas. Cumpre salientar, que se deve rejeitar a falsa dicotomia entre a separação dos estudos qualitativos e quantitativos (GOODE, HATT, 1972; VIERA, 2002), pois as questões fundamentais são aquelas relacionadas com a precisão, fidedignidade e relevância dos dados e suas análises. Nesse sentido, este trabalho usou também dados quantitativos para melhor ilustrar as características predominantes na pesquisa científica da Administração.

Por se tratar de um campo de investigação complexo de termos, conceitos e suposições, Denzin e Lincoln (2006) apresentam um conceito genérico: “consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo” (p.17). Trata-se de uma atividade interpretativa que não privilegia uma única prática metodológica, pois todas as práticas podem oferecer importantes conhecimentos. Schwandt (2006) ressalta as potencialidades que a investigação qualitativa oferece aos interesses diversos dos pesquisadores, pois trata-se de um terreno frutífero para experimentação

com metodologias empíricas e estratégias textuais inspiradas pelo pensamento pós-modernista e pós-estruturalista.

Nesse sentido, cada um dos objetivos específicos propostos foi convertido em uma pesquisa: pesquisa 1 – mapeando grupos de pesquisa; pesquisa 2 – identificando elementos do conceito de criatividade humana de Celso Furtado; pesquisa 3 – identificando elementos do conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos; e pesquisa 4 – analisando a ação intelectual.

### 3.1 PESQUISA 1 – MAPEANDO GRUPOS DE PESQUISA.

O presente objeto de estudo da presente pesquisa são os grupos de pesquisas cadastrados no diretório de grupos de pesquisas do CNPq da área de Administração localizados nas dezenove universidades públicas do estado de Minas Gerais<sup>23</sup>. Sendo que o critério de escolha de tais grupos foi o credenciamento em programas de pós-graduação em Administração com curso de doutorado. Sendo assim, duas instituições atendem aos nossos critérios: a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contudo, a Universidade Federal de Lavras foi desconsiderada, para garantir a neutralidade das análises, sendo que a pesquisadora já estudou lá.

A escolha pelos grupos de pesquisa se deu por entender que os limites e a eficácia simbólica da ação política dos líderes desses grupos na construção da realidade é fundamental para o alcance do objetivo proposto. Conforme salienta Bourdieu (1998, p. 119-120),

é através da constituição dos grupos que se pode observar melhor a eficácia das representações, particularmente das palavras, das palavras de ordem, e das teorias que contribuem para fazer a ordem social impondo os princípios de divisão e,

---

<sup>23</sup> Oportuno se torna dizer que o projeto inicial deste trabalho objetivou mapear a produção nacional em administração. A ferramenta de coleta de dados escolhida foi um questionário online enviado por email para os líderes de pesquisa, totalizando 174 professores nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2016. Recebi a resposta de apenas 11 professores. Assim, diante dessa dificuldade, alteramos nosso recorte bem como os procedimentos metodológicos. O que nos surpreende é que tratava-se de pesquisadores que possui total ciência da dificuldade de acessar os sujeitos, contudo agem de forma semelhante.

de modo mais amplo, o poder simbólico de todo o teatro político que realiza e oficializa as visões de mundo e as divisões políticas.

Em outubro de 2016, fora acessado o sítio eletrônico do Diretório de Grupos de Pesquisa vinculados ao CNPq e realizada a coleta de informações sobre a universidade acerca dos seus grupos de pesquisa, a saber, nome do grupo, líder e segundo líder dessa universidade pública, totalizando 25 grupos. A seguir, foi acessada a página do programa de pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais para verificar se o líder do grupo de pesquisa está credenciado ao referente programa, no qual foram excluídos seis grupos conforme apresentado no Apêndice A.

Na primeira etapa procedeu-se a pesquisa documental e classificação da produção científica dos grupos de pesquisas. A partir do nome do grupo bem como de seu líder, buscou-se na Plataforma Lattes a produção de artigos científicos, tendo os seguintes critérios para a seleção:

(a) tempo: recorte temporal será de dez anos, compreendendo os trabalhos de 2006-2016;

(b) natureza: publicações em periódicos da área de administração conforme Qualis 2015;

(c) autoria: de pelo menos dois componentes dos grupos, incluindo o líder; e

(d) tipo: artigos empíricos, sendo assim, ensaios teóricos foram excluídos.

Com tais informações, foram excluídos: cinco grupos por estarem com informações desatualizadas no Diretório de Grupos de Pesquisa vinculados ao CNPq; um grupo, no qual o líder mudou da área da administração para a psicologia; e dois grupos que não tinham produções científicas com integrantes do grupo. Sendo assim, foram coletados 303 artigos desses 19 grupos de pesquisa restantes, os quais estão apresentados no Apêndice A. Esses artigos foram classificados conforme os procedimentos apontados na seção seguinte. Cumpre assinalar, que durante o processo de análise dos artigos, puderam-se perceber alguns artigos bem semelhantes: mesmo problema de pesquisa, mesmo referencial, alterando-se apenas o objeto de estudo. Além disso, havia artigos lançados em duplicidade na plataforma Lattes e até mesmo artigos iguais publicados em revistas diferentes.

### 3.2 PESQUISA 2 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CRIATIVIDADE HUMANA DE CELSO FURTADO.

Após a coleta dos 303 artigos, estes foram submetidos à caracterização conforme as categorias de análise elaboradas, a partir de uma análise livre, e consequentemente não exaustiva, do conceito de desenvolvimento e criatividade humana de Furtado (1978). A construção das categorias analíticas foi disposta no Apêndice B.

Nesse momento, toda a produção científica de autoria dos grupos foi lida e analisada, seguindo os preceitos da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), visando à exploração do material com vistas à identificação das dimensões analíticas conforme o Apêndice B, numa espécie de emparelhamento entre a teoria de Furtado (1968), com especial ênfase aos conceitos de desenvolvimento e a produção científica dos grupos de pesquisa em Administração da UFMG. A análise de conteúdo é uma técnica que permite este tratamento. Segundo Vergara (2005, p.15) “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”.

Tal análise será indicada no capítulo seguinte, mas já adiantamos que apenas quatro artigos cumpriram tais critérios. Após essa classificação, foi investigada a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos (1958), expressa na primeira lei da redução sociológica. Assim, foram selecionados quatro artigos para a Pesquisa 3.

### 3.3 PESQUISA 3 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE GUERREIRO RAMOS.

Após a conclusão da Pesquisa 2, os artigos foram submetidos a caracterização conforme as categorias de análise elaboradas, a partir de uma análise livre e consequentemente não são exaustivas, do conceito consciência crítica de Ramos (1958), conforme Apêndice B.

Nesse momento, os quatro artigos de um grupo de pesquisa antes relidos, foram analisados novamente, seguindo os preceitos da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A análise de conteúdo é uma técnica que permite esse tratamento. Apenas dois artigos atenderem ao conceito de consciência crítica. Assim, fora selecionado um grupo para a Pesquisa 4,

onde se fará a entrevista compreensiva com o líder e integrantes do grupo.

### 3.4 PESQUISA 4 – ANALISANDO A AÇÃO INTELECTUAL.

A partir desse levantamento, segue-se para a pesquisa final, que visa compreender o funcionamento do campo do ponto de vista da ação intelectual. Nessa etapa, o objetivo foi analisar a atuação, os limites, os desafios e as contradições da ação intelectual dos grupos de pesquisa da Administração que contribuem para o fomento do desenvolvimento. Ir ao campo foi imprescindível, pois instiga um esboço reflexivo e autoexplicativo, e, assim, pôde revelar a teoria nativa (KAUFMANN, 2013).

Realizou-se entrevista com o líder e uma integrante do grupo de pesquisa identificado anteriormente, pois “[...] nem todos os métodos permitem apreender no mesmo grau todos os fatos” (Bourdieu, 2015, p. 22). Diferentemente da aplicação de questionário, a entrevista aprofundada ou a observação direta são formas mais caras e também mais fecundas. Na entrevista se busca uma escuta cada vez mais atenta da pessoa que fala. A escolha da entrevista como método maior visa à compreensão que este pode oferecer à pesquisa (KAUFMANN, 2013). “A entrevista enquanto suporte de exploração é um instrumento flexível nas mãos de um pesquisador atraído pela riqueza do material que está descobrindo” (KAUFMANN, 2013, p. 37).

Kaufmann (2013) sugere a utilização de uma grade de perguntas; um guia flexível da entrevista compreensiva. “É um simples guia para fazer os informantes falarem em torno de um tema, sendo que seu ideal é o de estabelecer uma dinâmica de conversação mais rica do que a simples resposta às perguntas, evitando-se que se fuja do tema e, de certa forma, se esqueça da grade” (KAUFMANN, 2013, p. 74-75).

A grade de perguntas trata-se de uma “sequência [lógica] de questões, precisas, concretas” (KAUFMANN, 2013, p. 75). A grade deve abranger perguntas simples e fáceis e também perguntas centrais. Em outros termos, a grade deve conter questões centrais e periféricas; estas podem trazer elementos interessantes, que não estavam previstos. A grade de perguntas utilizada na presente pesquisa encontra-se nos Apêndices D e E. Contudo, a pesquisadora não se manteve apegada a grade, tomada apenas como guia, pois a intenção era de conduzir a entrevista como uma conversa, um bate papo. A entrevista foi conduzida presencialmente. O foco desta etapa estava sobre os aspectos subjetivos

que envolvem a constituição da prática, investigados a partir da opinião dos agentes nas entrevistas, tendo como apoio teórico Bourdieu.

Para o autor, uma “[...] boa pergunta não costuma ser aquela que compõe o esquema elaborado previamente. Na maioria das vezes, surge como resultado da conquista de uma interação eficaz, que é a um só tempo existencial, social, cultural e política” (KAUFMANN, 2013, p. 14). Assim, nas situações de maior naturalidade, na interação em campo, é que se revelam as verdades, ou seja, num aprofundar da pesquisa dentro da pesquisa. Para encontrar a pergunta certa é preciso estar atento ao que diz o informante e refletir a respeito enquanto ele fala.

Não foi descartada a possibilidade de recorrer a outros informantes (segundo líder, pesquisador cadastrado, estudantes que compõem ao grupo de pesquisa) e a diferentes fontes escritas (*homepages*, revistas, trabalhos, seminários etc.), relacionados ao aspecto mais ritualizado da vida dos grupos e os efeitos produzidos.

Posteriormente, a entrevista com o líder, com duração de 2 horas e 10 minutos, foi gravada e depois transcrita integralmente, mas para aprofundar na investigação de outros apontamentos — como observações e percepções que venham à mente durante a execução da entrevista. O mesmo foi realizado com a entrevista feita com uma das integrantes do grupo, com duração de 42 minutos. Foi elaborada planilha com três colunas: a primeira, com as respostas da entrevista; a segunda, com o trecho que chamou a atenção da pesquisadora; e por fim, os comentários da pesquisadora e interpretações da frase. Kaufmann (2013) sugere não criar hierarquia entre os níveis de reflexão do entrevistado, seja uma anedota ou um conceito. Deve anotar “[...] belas frases, com imagens sugestivas; situações interessantes, informativas; episódios intrigantes; categorias de pensamento nativas bem argumentadas; elementos muito próximos das hipóteses em elaboração” (KAUFMANN, 2013, p. 125-126).

O tratamento metodológico na segunda etapa foi a entrevista compreensiva conforme a abordagem de Jean-Claude Kaufmann (2013). A entrevista compreensiva não é apenas uma técnica, mas um método de trabalho diferenciado e com propósitos claros, visando à produção teórica a partir dos dados (KAUFMANN, 2013). O sociólogo francês se inspirou no princípio geral da proposta de Glaser e Strauss, mas não se trata da aplicação efetiva da metodologia aplicada por eles. O adjetivo “compreensiva” refere-se ao sentido weberiano mais estrito, isto é, “quando a entropia é apenas um instrumento visando uma explicação, e não um objetivo em si ou uma compreensão intuitiva que bastaria a si mesma” (KAUFMANN, 2013, p. 28).

Ao contrário do que o ensino clássico de metodologia preconiza acerca da neutralidade e do distanciamento do pesquisador, a entrevista compreensiva acredita que quando o pesquisador se mantém reservado o informante não se libera, inviabilizando a troca. Assim, esse método defende a presença forte, ainda que discreta e personalizada. Nas palavras do autor-base,

Portanto, é possível, até mesmo aconselhável, não se limitar a fazer perguntas, mas também rir ou até gargalhar, elogiar, lançar brevemente sua própria opinião, explicar um aspecto das hipóteses, analisar diretamente o que acaba de dizer o informante, às vezes até mesmo criticá-lo e manifestar seu desacordo (KAUFMANN, 2013, p. 87).

O método de entrevista compreensiva não se resume ao momento em que um roteiro de perguntas é aplicado. “Trata-se de uma longa entrevista, com duração variável, com encontros repetidos com os informantes, sempre que possível ou necessário” (KAUFMANN, 2013, p.14).

A entrevista compreensiva é composta de

[...] uma escuta atenta, de uma concentração que demonstre a importância acordada à entrevista, de um extremo interesse para as opiniões expressas, inclusive as mais anódinas ou estranhas, de uma simpatia extrema [sem deixar de apreender as estruturas intelectuais] para com a pessoa interrogada. (KAUFMANN, 2013, p. 84).

A intenção é “[...] descobrir um mundo novo, aquele da pessoa interrogada, com seus sistemas de valores, suas categorias operatórias, suas particularidades surpreendentes, suas grandezas e fraquezas” (KAUFMANN, 2013, p. 84). Os dados coletados não serão apenas ordenados, mas também interpretados a ponto de “[...] fazer os fatos falarem, encontrar indícios, se interrogar a respeito da mínima frase” (KAUFMANN, 2013, p. 119). E a teoria será construída progressivamente através do movimento contínuo entre fatos e hipóteses. Há um processo de interação durante todo o processo de coleta dos dados bem como na análise destes.

As evidências encontradas são tratadas à luz da teoria de Ramos (1958), Bourdieu (1996) e Furtado (1968), com especial ênfase aos conceitos de desenvolvimento e consciência crítica, num esforço de contraposição entre teoria e prática.



## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As informações apresentadas neste capítulo resultaram da análise documental da produção científica dos grupos de pesquisas e da entrevista compreensiva realizada com membros do grupo selecionado, com os objetivos de: (a) mapear os grupos de pesquisas cadastrados no diretório de grupos de pesquisas do CNPq da área da Administração, localizadas na Universidade Federal de Minas Gerais, e as produções geradas pelos grupos; (b) identificar a convergência entre tais produções e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado; (c) identificar a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos; e (d) qualificar e categorizar as ações intelectuais dos grupos de pesquisa da Administração que atuam em universidades públicas localizadas em Minas Gerais, a partir do modelo teórico proposto baseado em criatividade e consciência crítica.

Para melhor compreensão o capítulo será dividido em quatro seções, que correspondem às etapas da pesquisa e dos objetivos supracitados.

### 4.1 PESQUISA 1 – MAPEANDO GRUPOS DE PESQUISA.

Nessa etapa, o objetivo foi mapear os grupos de pesquisas cadastrados no diretório de grupos de pesquisas do CNPq, da área da Administração, localizados na Universidade Federal de Minas Gerais e suas produções geradas pelos grupos. Assim, foram coletadas informações dos grupos de pesquisa e suas produções científicas nos sítios eletrônicos em 2016, conforme os Apêndices A e D. Totalizando 444 artigos de dezoito grupos de pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais.

Do universo selecionado, dois grupos foram excluídos por estarem com informações desatualizadas no Diretório de Grupos de Pesquisa vinculados ao CNPq; um grupo, no qual o líder mudou da área da administração para a psicologia; e dois grupos que não tinham produções científicas com integrantes do grupo. Restando assim, treze grupos a serem analisados nas etapas seguintes, conforme Tabela 1.

**Tabela 1: Mapeamento dos grupos de pesquisa e das produções científicas da área da Administração localizadas na Universidade Federal de Minas Gerais**

<b>NOME DO GRUPO</b>	<b>QUANTIDADE DE INTEGRANTES</b>	<b>QUANTIDADE DE ARTIGOS ESCRITOS</b>	<b>RELAÇÃO ARTIGOS ESCRITOS/INTEGRANTES</b>
Grupo A	36	13	0,36
Grupo B	26	9	0,35
Grupo C	-	-	-
Grupo D	-	-	-
Grupo E	33	68	2,06
Grupo F	51	86	1,69
Grupo G	9	0	0
Grupo H	53	56	1,06
Grupo I	-	-	-
Grupo J	39	36	0,92
Grupo L	4	18	4,5

rupo M	G	58	36	0,62
rupo N	G	29	42	1,45
rupo O	G	27	56	2,07
rupo P	G	19	3	0,16
rupo Q	G	-	-	-
rupo R	G	33	21	0,64
rupo S	G	-	-	-

---

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se perceber que 50% dos grupos tem pelo menos um artigo escrito com integrantes do grupo e 50% não tem ao menos um artigo escrito com integrantes do grupo. Tal indicador nos chama atenção, pois quando se trata de grupos de pesquisas, as pesquisas realizadas devem (ou deveriam) partir do próprio grupo. Entende-se que o grupo de pesquisadores e estudantes se organiza em torno de uma ou mais linhas de pesquisas, com envolvimento e participação destes para a realização e condução de pesquisa. Sabe-se que a CAPES teve um papel normativo e coercitivo, ao estabelecer os critérios que norteariam a pós-graduação no país. Atualmente, a plataforma Sucupira solicita o preenchimento de dados sobre os grupos de pesquisas e integração discentes e docentes de cada programa de pós-graduação. Portanto, surge, de antemão, uma lacuna que pode ser investigada por trabalhos futuros: A formação de grupos de pesquisa trata-se apenas do cumprimento de uma exigência legal ou há engajamento e participação dos seus membros na definição de pesquisas científicas?

A seção seguinte apresenta a classificação dos 444 artigos pertencentes aos treze grupos de pesquisas da Pós-graduação em

Administração da Universidade Federal de Minas Gerais e o detalhamento daqueles que foram excluídos.

## 4.2 PESQUISA 2 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CRIATIVIDADE HUMANA DE CELSO FURTADO.

Nessa etapa, o objetivo era identificar a convergência entre as produções científicas dos grupos de pesquisa selecionados e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado. A intenção é (re)pensar a relação entre a pesquisa científica em Administração e o desenvolvimento, a partir da perspectiva teórica de Celso Furtado. Entendendo que a universidade, lócus da produção científica, pode se constituir como um dos mecanismos de promoção da democracia, da igualdade, da cidadania e da justiça social graças à transmissão de saberes.

Todos os artigos foram lidos e analisados conforme as categorias analíticas apresentadas no Apêndice B. A seguir, segue a análise separada por grupos de pesquisas e ao final uma análise geral.

### 4.2.1 Grupo A

O primeiro grupo — Grupo A —, formado em 1996, é composto por 36 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006-2016) foi de 30 artigos. Sendo que destes somente treze (43.33%) foram escritos em parceria com integrantes do núcleo conforme Apêndice A.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo A e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e a (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), esse grupo tem onze artigos (84.61%) que tratam de empresas privadas, e quatro artigos (15.39%) tratam de empresas sociais sejam cooperativas, associações e conselhos. Quanto ao posicionamento estatal, cinco (38.46%) defendem o fortalecimento do papel do estado perante a sociedade, e oito (61.54%) não defendem ou não deixam explícito tal posicionamento.

Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve o predomínio

da lógica dos meios (oito artigos (61.53%)), sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão de empresas públicas e sociais e para o alcance dos fins (cinco artigos (38.46%)). Quanto ao horizonte, nove artigos (69.23%) visavam às necessidades da coletividade e quatro artigos (30.76%) se debruçaram sobre as necessidades individuais.

Quanto ao caráter, dois artigos (15.38%) foram enquadrados como analíticos e onze artigos (84.61%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise.

Quanto à perspectiva do desenvolvimento, o resultado tem aderência com a análise da dimensão objeto de estudo: oito artigos (61.53%) apresentam perspectivas do desenvolvimento e cinco artigos (38.46%) tratam de uma empresa prestadora de serviço que objetiva o crescimento econômico. Quanto a temática, a última dimensão analítica, nenhum dos artigos analisados atentam aos requisitos.

Sendo assim, tal grupo foi excluído da análise seguinte, pois não há convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos, uma vez que nenhum artigo atendeu a todas as dimensões propostas.

#### **4.2.2 Grupo B**

O segundo grupo — Grupo B — formado em 2005, é composto por 26 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006-2016) foi de 30 artigos. Sendo que destes somente nove (30%) foram escritos em parceria com integrantes do Grupo B. Assim, foram contemplados nove artigos conforme Apêndice A. Contudo, os nove artigos já foram analisados no Grupo A, que pertence ao mesmo líder.

#### **4.2.3 Grupo C**

O terceiro grupo — Grupo C — foi excluído do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Portanto, não tiveram a produção científica analisada.

#### **4.2.4 Grupo D**

O quarto grupo — Grupo D — também foi excluído do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. A líder do grupo mudou de área de pesquisa. Portanto, não tiveram a produção científica analisada.

#### **4.2.5 Grupo E**

O quinto grupo — Grupo E —, formado em 2006, é composto por 33 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006-2016) foi de 91 artigos. Sendo que destes 68 foram escritos em parceria com integrantes do Grupo E. Ademais, 17 artigos foram excluídos de nossas análises por não pertencerem a periódicos listados no Qualis 2015. Assim, foram contemplados 51 artigos conforme Apêndice C. Durante o processo de coleta dos artigos, cinco destes não estavam disponíveis, seja por comporem periódicos pagos, ou por estarem depositados em sítios eletrônicos que se encontram indisponíveis. A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo E, e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), 47 artigos (92,15%) se referem a empresas empenhadas em processo de acumulação e quatro (7,84%) destes se referem à análise bibliométrica de artigos das áreas de finanças e ciências contábeis. Quanto ao posicionamento estatal, nenhum destes defende o fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade, mas sim a profissionalização das empresas tendo em vista os desafios contemporâneos como a competitividade, etc., (51 artigos).

Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve o predomínio da lógica dos meios sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins. Quanto ao horizonte, fora analisado se os artigos científicos visavam as necessidades fundamentais da coletividade ou individuais, todos os 47 artigos (92,15%) se debruçaram sobre as necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva.

Quanto ao caráter, 26 artigos (55,31%) foram enquadrados como analíticos e 21 artigos (44,68%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise. As últimas duas dimensões de análise — a perspectiva do

desenvolvimento e a temática —nenhum dos artigos preencheram tais quesitos. Sendo assim, tal grupo foi excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### 4.2.6 Grupo F

O sexto grupo — Grupo F —, formado em 2005, é composto por 51 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006–2016) foi de 91 artigos. Sendo que, entre estes, 86 foram escritos em parceria com integrantes do grupo. Porém, o líder tem cadastrado dois grupos de pesquisa (Grupo F e o Grupo E) e há integrantes participando dos dois grupos. Foram analisados no Grupo F 49 artigos e eliminando estes do Grupo E, restauram 39 artigos a serem analisadas aqui.

Durante o processo de coleta dos artigos, treze destes não estavam disponíveis seja por comporem periódicos pagos ou por estarem depositados em sítios eletrônicos que se encontram fora do ar. Além disso, três artigos também foram excluídos por se tratarem de ensaios teóricos. Restando assim, 21 artigos para serem lidos e avaliados de acordo com as dimensões analíticas.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo F e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), vinte artigos (95.23%) se referem a empresas empenhadas em processo de acumulação e um (4.76%) destes se referem às empresas sociais, especificamente vinculadas à economia solidária. Quanto ao posicionamento estatal, nenhum destes defendem o fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade, mas sim a profissionalização das empresas tendo em vista os desafios contemporâneo como a competitividade, etc.

Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve o predomínio da lógica dos meios sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins. Quanto ao horizonte, foi analisado se os artigos científicos visavam as necessidades fundamentais da coletividade ou individuais, os vinte artigos (95.23%) se debruçaram sobre as

necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva. Contudo, um único artigo apresentava uma abordagem voltada à mitigação das desigualdades: “O Empreendedorismo Social no Contexto da Economia Solidária”.

Quanto ao caráter, onze artigos (52.38%) foram enquadrados como analíticos e dez artigos (47.61%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise. Quanto à perspectiva do desenvolvimento, somente o artigo “O Empreendedorismo Social no Contexto da Economia Solidária” parece dar indícios de reflexividade quanto às transformações sociais.

A última dimensão de análise — temática — nenhum dos artigos se debruçaram sobre a (1) instituição de uma política consciente e ousada de fomento à criatividade humana, ou (2) controle dos recursos não renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos. Sendo assim, tal grupo foi excluído da análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.7 Grupo G**

O sétimo grupo — Grupo G — foi formado em 2008 e não há artigos científicos escritos com nenhum dos nove integrantes do grupo.

#### **4.2.8 Grupo H**

O oitavo grupo analisado — Grupo H —, formado em 1998, é composto por 53 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006-2016) foi de 119 artigos. Sendo que destes 56 foram escritos em parceria com integrantes do Grupo H. Ademais, nove artigos foram excluídos de nossas análises por não pertencerem a periódicos listados no Qualis 2015. Assim, foram contemplados 47 artigos conforme Apêndice C. Durante o processo de coleta dos artigos, seis destes não estavam disponíveis, seja por comporem periódicos pagos, ou por estarem depositados em sítios eletrônicos que se encontram fora do ar.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo H e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionalento estatal; (c)

lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), 31 artigos (75.60%) se referem às empresas empenhadas em processo de acumulação, sete (17.07%) destes tratam-se de artigos teóricos da área de estratégia e inovação, três artigos (7.31%) se debruçam sobre instituições públicas (SUS, PMMG, PMSP, e uma instituição pública de ensino) e um artigo (2.43%) tem como objeto uma empresa social — evento Virada Cultural ocorrido na capital mineira —, que coaduna com os critérios apresentados de Celso Furtado sobre o conceito de desenvolvimento e criatividade.

Quanto ao posicionamento estatal, dois artigos (4.87%) apresentam o papel do Estado para o fortalecimento do setor produtivo e os demais, ou seja, 39 (95.12%) não defendem o fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade. Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve o predomínio da lógica dos meios sob a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins.

Quanto ao horizonte, fora analisado se os artigos científicos visavam as necessidades fundamentais da coletividade ou individuais. Os artigos que tinham como objeto instituições públicas e empresa social vislumbravam as necessidades da coletividade em detrimento das individuais. Todos os demais 38 artigos (92.68%) se debruçaram sobre as necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva.

Quanto ao caráter, 22 artigos (53.65%) foram enquadrados como analíticos e dezenove artigos (46.34%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise. Pode-se dizer que há certo equilíbrio quanto ao caráter dos trabalhos escritos, movimento semelhante a outros grupos já analisados.

Quanto à perspectiva do desenvolvimento, somente o artigo “Relações entre Dimensões da Experiência, Satisfação, Recomendação e Intenção de Retornar: a Percepção de Participantes de Evento Cultural” apresenta indícios de reflexividade quanto às transformações sociais. No entanto, a última dimensão de análise — temática — nenhum dos artigos se debruçaram sobre a (1) instituição de uma política consciente e ousada de fomento à criatividade humana ou (2) controle dos recursos não renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos. Sendo assim, tal grupo foi

excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.9 Grupo I**

O nono grupo — Grupo I — foi excluído do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil por falta de atualização.

#### **4.2.10 Grupo J**

O décimo grupo — Grupo J —, formado em 1996, é composto por 39 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006–2016) foi de 57 artigos. Sendo que destes 36 (63.15%) foram escritos em parceria com integrantes do Grupo J, conforme Apêndice A. Durante o processo de coleta dos artigos, dois destes não estavam disponíveis, seja por comporem periódicos pagos, ou por estarem depositados em sítios eletrônicos que se encontram fora do ar; sete artigos caracterizavam como ensaios teóricos, e três artigos foram analisados em outro grupo — o Grupo E. Restando assim, 24 artigos para a análise integral.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo J e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), 23 artigos (95.83%) se referem às empresas empenhadas em processo de acumulação e um (4.16%) destes tratam da avaliação de patentes em empresas públicas. Quanto ao posicionamento estatal, nenhuma destas defende o fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade, mas sim a profissionalização das empresas tendo em vista os desafios contemporâneos como a competitividade, etc.

Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve predomínio da lógica dos meios, 22 artigos (91,66%), sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins, dois artigos (8,33%). Quanto ao horizonte, foi analisado se os artigos científicos visavam as necessidades fundamentais da coletividade ou individuais, todos os 24 (100%) artigos se debruçaram sobre as necessidades

individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva.

Quanto ao caráter, seis artigos (33,34%) foram enquadrados como analíticos e dezesseis artigos (66,66%) foram classificados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise.

Nas últimas duas dimensões de análise — a perspectiva do desenvolvimento e a temática — nenhum dos artigos preencheram tais quesitos. Sendo assim, tal grupo foi excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.11 Grupo L**

O décimo primeiro grupo — Grupo L —, formado em 2006, é composto por quatro integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006-2016) foi de 23 artigos, mas escritos com integrantes do grupo foram 18 (78,26%). Durante o processo de coleta dos artigos, um (4,34%) destes não estava disponível e quatro artigos (17,39%) tratavam-se de ensaios teóricos. Restando, assim, treze artigos para a análise integral.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo L e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), esse grupo tem algumas aproximações com o que buscamos nesse trabalho: seis artigos (46,15%) analisam e avaliam instituições públicas como prefeituras e órgãos de gestão do estado de Minas Gerais; seis artigos (46,15%) tratam de empresas sociais: cooperativas, associações e conselhos; e somente um artigo (7,69%) versa sobre empresa privada, sendo este o trabalho mais antigo do grupo datado em 2007. Pode-se inferir que houve uma mudança de foco e/ou preocupação na trajetória do grupo, tendo atualmente, publicações voltadas para as necessidades da coletividade.

Quanto ao posicionamento estatal, nenhum destes defende o fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade, mas sim a adoção de medidas em conjunto com as empresas sociais para alcançar os anseios e necessidades da sociedade. Na terceira dimensão — a

lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve predomínio da lógica dos meios (9 (69.23%) artigos) sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão de empresas públicas e sociais, e para o alcance dos fins, 4 artigos (30.76%).

Quanto ao horizonte, dez (76.92%) artigos visavam às necessidades da coletividade e quatro artigos (30.76%) debruçaram-se sobre as necessidades individuais. Quanto ao caráter, nove artigos (69.23%) foram enquadrados como analíticos e quatro artigos (30.76%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise.

Quanto à perspectiva do desenvolvimento, o resultado tem aderência com a análise da dimensão objeto de estudo: doze artigos (92.30%) apresentam perspectivas do desenvolvimento e um artigo (7.69%) trata de uma empresa privada prestadora de serviço que objetiva o crescimento econômico. Quanto à temática, a última dimensão analítica, quatro artigos (30.76%) fomentam a criatividade humana através de mecanismos de autogestão e da participação. Contudo, ponderam criticamente, que não basta tais mecanismos sem a apuração e qualificação destes.

Portanto, a produção do grupo atende aos requisitos para seguirem para a próxima pesquisa, qual seja a Pesquisa 3 — Identificando elementos do conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.12 Grupo M**

O décimo segundo grupo — Grupo M —, formado em 1991, é composto por 58 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006–2016) foi de 87 artigos. Sendo que destes somente 42 (48.27%) foram escritos sem parceria com integrantes do Grupo M, e nove (10.34%) foram escritos somente pelo líder. Restando assim, 36 artigos (41.37%) para nossa análise. Durante a análise, três tratavam de casos de ensino, e dois de ensaios teóricos. Totalizando 31 artigos para a análise.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo M e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), nove artigos (29.03%) se referem a empresas empenhadas em processo de acumulação, contudo apresentam uma perspectiva crítica sobre essas empresas; e 21 artigos (67.74%) não possuem como objeto de estudo empresas privadas ou empresas sociais, mas tratam de grupos geralmente marginalizados pelos estudos da área da administração como: tatuadores, homossexuais, hippies, empregadas domésticas, terceirizados, lavadores e flanelinhas, presos, shoppings populares.

Quanto ao posicionamento estatal, nenhum destes defende o enfraquecimento ou fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade. Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve predomínio da lógica dos fins sob a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins.

Quanto ao horizonte, foi analisado se os artigos científicos visavam às necessidades fundamentais da coletividade ou individuais. Entre eles 28 (90.32%) artigos visam as necessidades das coletividades, principalmente sobre às daqueles que se encontram marginalizados na sociedade, e três artigos (9.67%) mais antigos do grupo, se debruçaram sobre as necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva.

Quanto ao caráter, 30 artigos (96.77%) foram enquadrados como analíticos e um artigo (3.22%) foi enquadrado como normativo, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise. Em suma, a produção do grupo pode ser considerada como predominantemente analítica, tendo como objeto de estudo atores marginalizados pelo *mainstream* como: tatuadores, homossexuais, hippies, empregadas domésticas, terceirizados, lavadores e flanelinhas, presos, shoppings populares. Contudo, tratam desses atores com o olhar voltado para a coletividade. Assim, conseqüentemente, sua lógica se apoia nos fins e não nos meios como a maioria dos trabalhos analisados de outros grupos de pesquisa.

As últimas duas dimensões de análise — a perspectiva do desenvolvimento e a temática — nenhum dos artigos preencheram tais quesitos. Não apresentam uma perspectiva de desenvolvimento e nem mesmo de crescimento. Sendo assim, tal grupo foi excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

### 4.2.13 Grupo N

O décimo terceiro grupo — Grupo N —, formado em 2009, é composto por 29 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006–2016) foi de 58 artigos. Sendo que destes, 42 (72.41%) foram escritos em parceria com integrantes do grupo. Ademais, 19 artigos foram excluídos de nossas análises por não pertencerem a periódicos listados no Qualis 2015, quatro artigos já haviam sido analisados no Grupo F e três eram ensaios teóricos. Durante o processo de coleta dos artigos, 19 destes não estavam disponíveis seja por comporem periódicos pagos, ou por estarem depositados em sítios eletrônicos que se encontram fora do ar. Assim, foram contemplados 16 artigos (27.58%) conforme Apêndice C.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo N e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), dois artigos (12.5%) se referem às empresas empenhadas em processo de acumulação e quatorze (87.5%) trabalhos tratavam de instituições públicas de saúde — principal objeto de estudo do grupo. Quanto ao posicionamento estatal, nenhum destes defende o fortalecimento do papel do estado perante a sociedade, mas sim a profissionalização do estado tendo em vista os desafios contemporâneo como a competitividade, a sustentabilidade, etc.

Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve o predomínio da lógica dos meios sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins. Quanto ao horizonte, foi analisado se os artigos científicos visavam às necessidades fundamentais da coletividade ou individuais, todos os dezesseis artigos (100%) debruçaram-se sobre as necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva.

Quanto ao caráter, seis artigos (37.5%) foram enquadrados como analíticos e dez artigos (62.5%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise, sendo preponderante a avaliação de ferramentas de gestão financeira nas instituições públicas de saúde.

As últimas duas dimensões de análise — a perspectiva do desenvolvimento e a temática — não foram preenchidas por nenhum dos artigos. Sendo assim, tal grupo foi excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.14 Grupo O**

O décimo quarto grupo — Grupo O —, formado em 2008, é composto por 27 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006–2016) foi de 77 artigos. Sendo que destes 56 (72.72%) foram escritos em parceria com integrantes do Grupo O. Ademais, artigos foram excluídos de nossas análises por não pertencerem a periódicos listados no Qualis 2015. Durante o processo de coleta dos artigos, nove desses não estavam disponíveis, seja por comporem periódicos pagos, ou por estarem depositados em sítios eletrônicos que se encontram fora do ar, e três artigos eram ensaios teóricos. Totalizando assim, 33 artigos (42.85%) para essa análise.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo O e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), o grupo estuda a área de marketing e turismo e fortemente o comportamento do consumidor, portanto houve certa dificuldade em classificá-lo conforme os requisitos propostos nesse trabalho. Mesmo diante dessa tratativa, houve o predomínio de trabalhos sobre empresas privadas: dezenove artigos (57.57%) referem-se a empresas empenhadas em processo de acumulação, cinco artigos (15.15%) debruçam-se sobre instituições públicas. Os demais, totalizando nove (27,27%), tratavam de experiências turísticas.

Quanto ao posicionamento estatal, dezoito (54.54%) trabalhos apresentam a centralidade das empresas e 15 (45.45%) não deixam claro o seu posicionamento. Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve o predomínio da lógica dos meios, 31 (93.93%), sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins, com total de dois (6.06%).

Quanto ao horizonte, foi analisado se os artigos científicos visavam às necessidades fundamentais da coletividade ou individuais. Todos os 33 artigos (100%) se debruçaram sobre as necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva. Quanto ao caráter, doze artigos (36.36%) foram enquadrados como analíticos e 21 artigos (63.63%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise.

Quanto à perspectiva do desenvolvimento e a última dimensão de análise — temática — nenhum dos artigos se enquadrou. Sendo assim, tal grupo foi excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.15 Grupo P**

O décimo quinto grupo — Grupo P —, formado em 2015, é composto por dezenove integrantes. O total de publicações do líder do grupo dentro do período analisado (2006–2016) foi de 18 artigos. Sendo que destes, três (16.66%) foram escritos em parceria com integrantes do Grupo P.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo P e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objetivo de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), um artigo (33.33%) se refere a empresas empenhadas em processo de acumulação e dois trabalhos (66.66%) tratavam de instituições públicas do estado de Minas Gerais. Quanto ao posicionamento estatal, nenhum destes defende o fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade, mas sim a profissionalização do Estado tendo em vista os desafios contemporâneos como a competitividade, a sustentabilidade, etc.

Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve predomínio da lógica dos meios sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins.

Quanto ao horizonte, foi analisado se os artigos científicos visavam as necessidades fundamentais da coletividade ou individuais. Todos os três artigos (100%) se debruçaram sobre as necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da

capacidade produtiva. Quanto ao caráter, todos os artigos foram enquadrados como analíticos.

As últimas duas dimensões de análise — a perspectiva do desenvolvimento e a temática — nenhum dos artigos preencheram tais quesitos. Sendo assim, tal grupo foi excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.16 Grupo Q**

O décimo sexto grupo — Grupo Q — não foi analisado por estar desatualizado no Diretório de Grupos de Pesquisas desde 2008.

#### **4.2.17 Grupo R**

O décimo sétimo grupo — Grupo R —, formado em 2006, é composto por 33 integrantes. O total de publicação do líder do grupo dentro do período analisado (2006–2016) foi de 43 artigos. Sendo que destes somente 21 (48.83%) foram escritos em parceria com integrantes do Grupo R. Durante o processo de coleta dos artigos, quatro (9.30%) destes não estavam disponíveis seja por comporem periódicos pagos ou por estarem depositados em sítios eletrônicos que se encontram fora do ar. O artigo teórico também foi excluído. Assim, foram contemplados dezesseis artigos (37.20%), conforme Apêndice C.

A seguir, avaliou-se a convergência entre as produções do Grupo R e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado, por meio das dimensões de análise: (a) objeto de estudo; (b) posicionamento estatal; (c) lógica; (d) horizonte; (e) caráter; (f) perspectiva desenvolvimentista; e (g) temática.

Quanto à primeira dimensão (objeto de estudo), quinze artigos (93.75%) se referem às empresas empenhadas em processo de acumulação e em um artigo (6.25%) debruçou-se sobre a ação de uma instituição pública. Quanto ao posicionamento estatal, nenhum dos artigos analisados defende o fortalecimento do papel do Estado perante a sociedade.

Na terceira dimensão — a lógica —, entendida como condição necessária para a criatividade (FURTADO, 1978), houve predomínio da lógica dos meios sobre a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins. Quanto ao horizonte, fora analisado se os artigos

científicos visavam as necessidades fundamentais da coletividade ou individuais. Todos os dezesseis artigos (100%) se debruçaram sobre as necessidades individuais, ou seja, sobre o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva. Quando ao caráter, treze artigos (81.25%) foram enquadrados como analíticos e três artigos (18.75%) foram enquadrados como normativos, no que tange ao objetivo claramente descrito pelos autores dos artigos em análise.

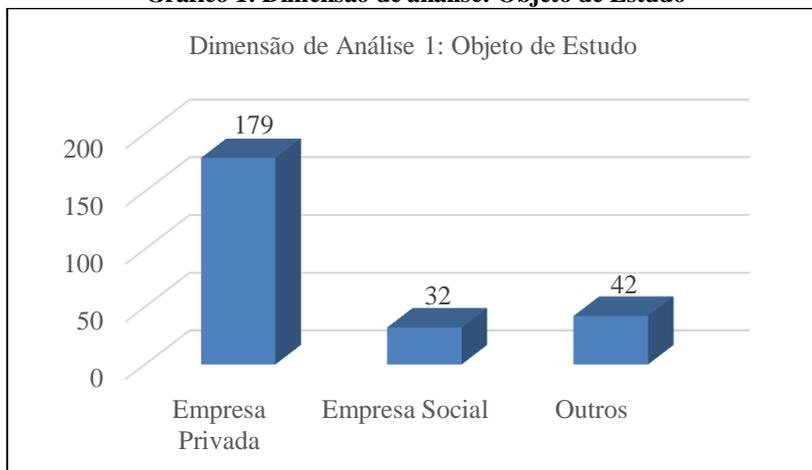
Quanto à perspectiva do desenvolvimento e a última dimensão de análise — temática — nenhum dos artigos se debruçaram sobre a (1) instituição de uma política consciente e ousada de fomento à criatividade humana, ou (2) controle dos recursos não-renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos. Sendo assim, tal grupo foi excluído para a análise seguinte — a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.

#### **4.2.18 Grupo S**

O décimo oitavo grupo — NECC – Núcleo de Estatística e Ciências Comportamentais — não fora analisado por estar desatualizado no Diretório de Grupos de Pesquisas desde 2006.

#### **4.2.19 Reflexões Parciais**

A Pesquisa 2 serviu para testar o modelo proposto de análise e trouxe alguns indicativos sobre as características da produção científica da área da Administração. Obviamente, tais resultados não podem ser generalizados, mas traz pistas sobre algumas lacunas e desafios da nossa área. A partir da análise anterior, organizamos os dados em gráficos que ilustram com clareza o que encontramos na empiria.

**Gráfico 1: Dimensão de análise: Objeto de Estudo**

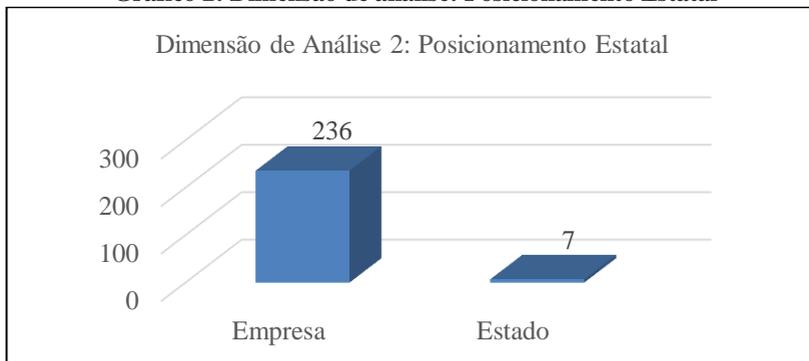
Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 1 evidencia que o objeto de pesquisa mais estudado é a empresa privada, onde concentra-se o poder político e econômico nos países periféricos (GOULART; CARVALHO, 2008). Nesse sentido, pode-se coadunar com as ideias das autoras de que a ciência está alienada devido à determinação social dos objetivos de sua própria atividade, pois se submete aos ditames materiais e objetivos de produção do órgão reificado de controle, ou seja, do capital. Ao retomar a trajetória dos cursos de Administração no Brasil, sabe-se que o estabelecimento dos programas de administração ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, momento de grande otimismo sobre o futuro. A figura do administrador, como herói da modernidade, capaz de gerenciar grandes empresas e aumentar a competitividade (SOLE, 2004). Tal movimento justifica, de certa forma, tal resultado. Ademais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Administração (Resolução nº 4/2005), preconiza uma formação tecnicista e voltada para criticidade acerca dos modos de produção e contextos organizacionais do setor privado.

De sorte que, o predomínio do objeto de estudo — empresas privadas — decorre da trajetória histórica de criação dos cursos de Administração e de sua regulamentação bem como do poder político e econômico que estas exercem na nossa sociedade. Pois, há certa “naturalização” da ideia de que a ciência da Administração se presta para as organizações privadas. Entretanto, essa “naturalização” é uma

dissimulação de uma realidade que nada tem de natural, simplesmente por ser histórica, isto é, produzida e em transformação, negligenciando as relações de poder que ali ocorrem e naturalizando a reprodução de modelos hegemônicos.

**Gráfico 2: Dimensão de análise: Posicionamento Estatal**

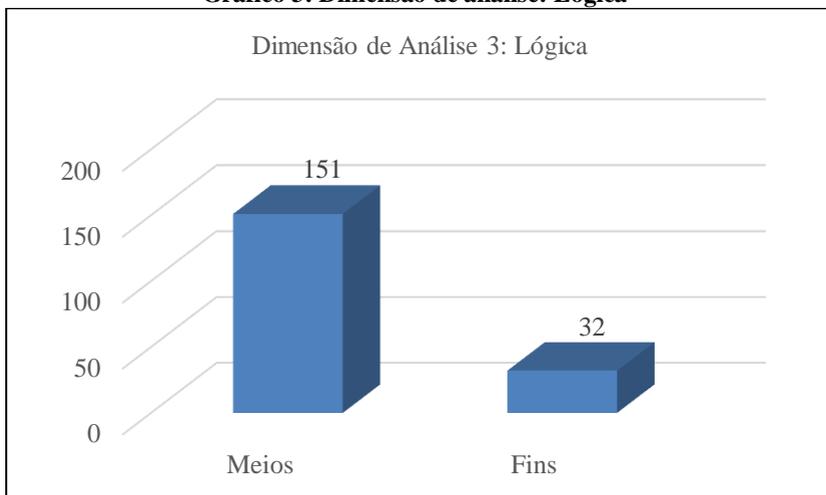


Fonte: Elaborado pela autora.

A segunda dimensão analisada foi o posicionamento estatal que o artigo adotava. Conforme apresenta o Gráfico 2, há o predomínio da profissionalização do Estado e poucos tratam do fortalecimento deste para atender os anseios da sociedade. De certa forma, isso indica a força das doutrinas econômicas pró-mercado neoliberais dentro da produção científica da Administração.

Diante das desilusões vivenciadas pela América Latina nos anos 70 e 80, a ideologia neoliberal, preconizando a diminuição da intervenção estatal na economia, por meio dos processos de privatização, da abertura de mercado e da livre circulação de capital, recebeu o apoio da política econômica mundial e da academia. Contudo, para Furtado (2004), a doutrina neoliberal levou o Brasil ao endividamento, e consequentemente comprometeu sua governabilidade.

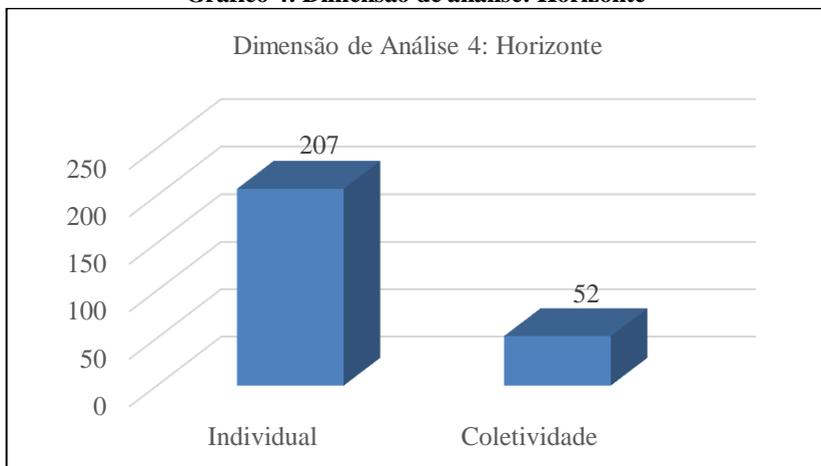
O conceito de desenvolvimento, que aqui se defende, precisa de um Estado forte e capaz de instituir políticas conscientes e ousadas de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos não renováveis, de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos.

**Gráfico 3: Dimensão de análise: Lógica**

Fonte: Elaborado pela autora.

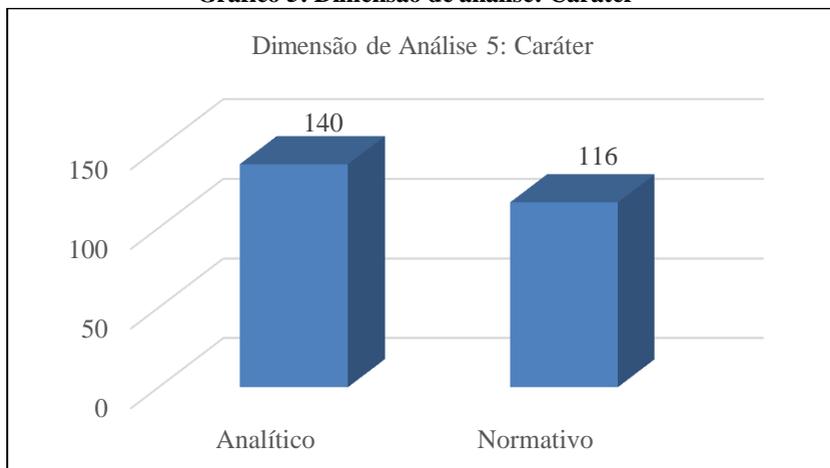
A terceira dimensão focou na racionalidade dos meios e dos fins, enquanto condição necessária ao processo de criatividade, como elemento do desenvolvimento. Para dar esse papel à criatividade é preciso “(...) ter em conta não apenas a racionalidade dos meios, mas também a dos fins” (FURTADO, 1978, p. 87). Houve o predomínio da lógica dos meios sob a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins nos trabalhos avaliados dos grupos de pesquisas. Em outros termos, foram apenas 17,48% dos trabalhos que se debruçaram sobre outra lógica para além dos fins de atingimento da produtividade e lucratividade.

Tal resultado se ampara nos conselhos de Bertero (2006), de que a nossa produção deva priorizar buscar meios de tornar a realidade administrativamente mais significativa, levando à melhoria do desempenho dos administradores e na qualidade da administração. Diferentemente da proposta de Celso Furtado quando se trata de um projeto de mudança para o país com fomento a criatividade.

**Gráfico 4: Dimensão de análise: Horizonte**

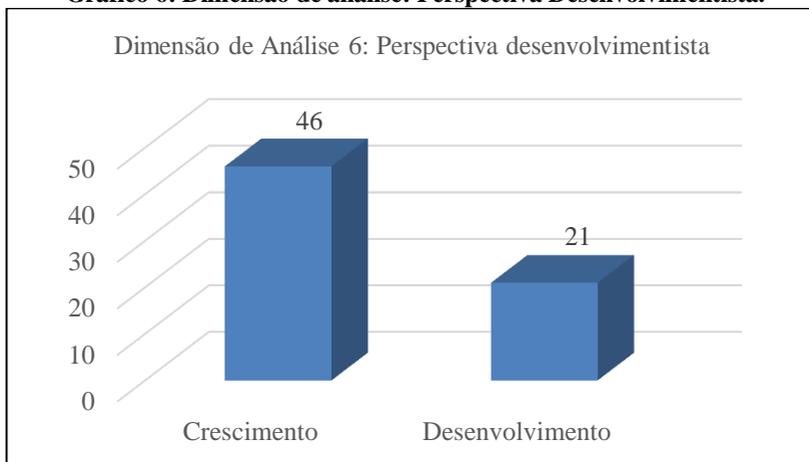
Fonte: Elaborado pela autora.

A quarta dimensão analisada foi sobre os horizontes — individual ou coletivo — da produção científica. O resultado apresenta uma coerência com os anteriores. Pois, já que a maioria dos trabalhos trata de empresas privadas, com foco nos meios, através do fortalecimento das empresas, sua preocupação central está em atender as necessidades individuais, quais sejam de acumulação e ampliação da capacidade produtiva. Mão contrária do pressuposto dos estudos do desenvolvimento que se preocupa com as aspirações da coletividade para além dos objetivos econômicos.

**Gráfico 5: Dimensão de análise: Caráter**

Fonte: Elaborado pela autora.

A quinta dimensão verificou o objetivo explicitamente indicado pelos autores dos artigos quanto ao seu caráter analítico e normativo. Nesse caso, houve o predomínio de trabalhos analíticos que trata de um esquema de exposição e análise de processos em curso. Contudo, a ideia de desenvolvimento furtadiana aponta para o objetivo a ser perseguido, portanto um princípio de avaliação de formas de organização e de políticas para assim repensá-las. Dentro dessa perspectiva, a ideia de desenvolvimento vai além da eficácia do sistema produtivo, que reproduz uma sociedade desigual e de elevado potencial de acumulação de capital na mão de poucos nas nações periféricas.

**Gráfico 6: Dimensão de análise: Perspectiva Desenvolvimentista.**

Fonte: Elaborado pela autora.

A penúltima dimensão tratava-se da perspectiva de desenvolvimento. Embora muitos trabalhos usassem o termo “desenvolvimento”, tal conceito não se aproxima dos pressupostos de desenvolvimento apreendido por Celso Furtado. Portanto, os artigos davam ênfase na evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, se aproximando da ideia de crescimento e não de desenvolvimento.

Retomando a citação de Cohn (2015, p. 26), a dimensão do desenvolvimento e do crescimento são distintas, pois, para o crescimento “(...) prevalecem os princípios da eficiência e da rapidez de resposta” (COHN, 2015, p. 26), para o desenvolvimento “(...) prevalecem a deliberação e a reflexividade”. Furtado (2002) defende que o desenvolvimento deve ser entendido como uma transformação no conjunto das estruturas sociais em benefício da coletividade e não deve ser confundido como a modernização dos padrões de consumo das minorias privilegiadas.

Por sua vez, a última dimensão — temática — buscou-se encontrar trabalhos que tratavam das temáticas propostas por Furtado, a saber: política consciente e ousada, de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos não renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos. A primeira temática — política consciente e ousada de fomento à criatividade humana — fora encontrada em apenas quatro artigos de um grupo de

pesquisa. Tal resultado mostra ausência de trabalho sobre o controle dos recursos não renováveis de grande valor econômico como o petróleo na amostra pesquisada. Pois sabe-se que é uma das principais fontes de poder nas relações internacionais, no qual os países periféricos podem tirar proveito e ter acesso ao mercado das nações dependentes. Assim, seria possível acumular recursos financeiros necessários para afirmar posições e ampliar o campo de resistência à dominação estrangeira (ALMEIDA, 2009).

Por conseguinte, apenas quatro artigos atenderam aos elementos do conceito de criatividade humana de Celso Furtado. Tendo como objeto de estudo empresas sociais, defendendo o Estado como indutor de desenvolvimento, a partir de uma lógica que reavaliar os fins, tendo como horizonte as necessidades da coletividade e o conceito de desenvolvimento por meio de uma abordagem normativa.

Finalmente, após essa classificação, foi investigado a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos (1958), expressa na primeira lei da redução sociológica. Assim, foram selecionados quatro artigos para a Pesquisa 3.

### 4.3 PESQUISA 3 – IDENTIFICANDO ELEMENTOS DO CONCEITO DE CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE GUERREIRO RAMOS.

Nessa etapa, o objetivo era (b) identificar a convergência entre as produções dos grupos selecionados e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos. A intenção é delimitar, a partir dos artigos que tratam do conceito de desenvolvimento, a presença da consciência crítica da construção destes. Entende-se que ambos os conceitos — criatividade humana e consciência crítica — podem guiar a ação intelectual dos grupos de pesquisa da Administração para que contribuam para o fomento do desenvolvimento nacional. Sendo assim, foram selecionados quatro artigos para essa análise, que constam no Apêndice A. Eles foram relidos e analisados conforme as categorias analíticas apresentadas no Apêndice C.

#### 4.3.1 Artigo 1

Ao apresentar as dificuldades dos conselhos de saúde e de outros setores, os autores se fundamentam no histórico do autoritarismo vivenciado no Brasil. Em outros termos, trata-se de uma reflexão dos

condicionamentos para a situação vivenciada, ou seja, o surgimento da consciência crítica para a compreensão do objeto em análise.

O objeto de estudo — conselhos gestores de políticas públicas — são vistos, pelos autores do artigo, como detentores de autonomia, atuação transparente e de integração social e, sobretudo, garantidores da legitimidade das representações da sociedade civil. Tais requisitos tem aderência com a primeira lei da redução sociológica de Ramos (1958), a lei do comprometimento, que pressupõe ao cientista social a adoção de uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto.

Ademais, o trabalho tem como objetivo maior, incentivar a ampliação da participação da população e engajamento nos processos de formação de agendas, implementação e avaliação de políticas públicas. Mesmo diante do papel idealizado dos conselhos, os autores lançam luz às virtualidades que possam estar obscurecidas na conduta destes, por meio daquilo que Ramos (1958) chamou de comprometimento sistemático.

Pode-se afirmar que há certa oposição (ou ponderação) ao conteúdo estrangeiro, pois os autores, ao delimitarem a fundamentação teórica, percorrem diversos estudiosos (inclusive estrangeiros) para se apropriarem do conceito, por exemplo, de governança. Este movimento fica claro nos trechos: “(...) considerando o contexto brasileiro, adota-se, para fins deste trabalho, a governança (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2012, p. 227), “(...) considerando que a governança democrática brasileira está intrinsecamente relacionada às questões de descentralização, outros problemas são destacados (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2012, p. 228).

Portanto, a partir dessa análise, pode-se afirmar que o trabalho atende aos quesitos da primeira lei, a lei do comprometimento, conforme enunciada por Ramos (1958). Apresenta (1) resgate da história da realidade brasileira, (2) compromisso com a sociedade, (3) indicação de falhas e limitações, a fim de superá-las, e (4) assimilação não mecânica das contribuições científicas estrangeiras.

### **4.3.2 Artigo 2**

O texto se justifica pela carência de estudos da área da gestão que preconizam as dimensões cultural e histórica. O resgate histórico da realidade é condição inicial para o surgimento da consciência crítica, quando um sujeito ou um grupo social reflete sobre os determinantes da

realidade, de acordo com Ramos (1958). Além da base teórico-metodológica utilizada ser a teoria da subjetividade numa perspectiva histórico-cultural, um trecho do referencial teórico marca fortemente tal posicionamento: “(...) a busca por compreensão das diversas facetas que compõem o problema pela via da subjetividade, o que implica considerar aspectos culturais e históricos que conformam as decisões sobre a gestão de metrópoles, parece promissora” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2016, p. 203).

O objeto de pesquisa do artigo — o desenvolvimento de Vitória – ES — é um indicativo da adoção de uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto. Bem como as sugestões de estudos futuros, “(...) elas indicam a necessidade de aprofundamento do estudo no problema da gestão metropolitana em Vitória, o que pode ser feito a partir da incorporação de novos sujeitos de pesquisa, especialmente cidadãos envolvidos diretamente no problema, como, por exemplo, profissionais e usuários do sistema de transportes públicos, moradores em regiões de risco, pessoas atingidas por problemas como violência, falta de moradia, falta de serviços de educação e saúde de qualidade” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2016, p. 201).

Pode-se afirmar que há certa oposição (ou ponderação) ao conteúdo estrangeiro, pois os autores, ao delimitarem a fundamentação teórica, percorrem diversos estudiosos (inclusive estrangeiro), mas retomam autores que se dedicam ou se dedicaram ao contexto brasileiro. Este movimento fica claro nos trechos: “(...) Entre inúmeros estudiosos que se debruçaram sobre o caso brasileiro, Souza (2015) o faz partir de uma visão no campo da autonomia (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2016, p. 202). Contudo, sem ignorar o contexto internacional, “(...) no plano mundial, a ideia de colaboração e cooperação para a gestão metropolitana” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2016, p. 203), que se trata de uma condição importante na atualidade. Outro trecho que caracteriza tal preocupação, mas agora com os vizinhos latino-americanos: “(...) destacam que a América Latina tem sido caracterizada por governança metropolitana centralizada” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2016, p. 203).

Portanto, a partir dessa análise, pode-se afirmar que o trabalho atende aos quesitos da primeira lei, a lei do comprometimento, conforme enunciada por Ramos (1958). Apresenta (1) resgate da história da realidade brasileira, (2) compromisso com a sociedade, e (3) assimilação não mecânica das contribuições científicas estrangeiras. O artigo não faz a indicação de falhas e limitações, a fim de superá-las, apenas as evidencia.

### 4.3.3 Artigo 3

O trabalho tem aderência com o conceito de desenvolvimento, ao alertarem para o mito do desenvolvimento econômico. Conforme esse trecho, “(...) há sempre uma tendência dos pesquisadores de observar aspectos materiais relacionados à renda [ao tratar de desenvolvimento] – pela simples razão de que analisar dados empíricos e quantificáveis de renda é mais fácil do que pensar o desenvolvimento de forma qualitativa” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2016, p. 226). Contudo não se apropria da lei do comprometimento no momento em que não retomam a historicidade numa perspectiva reflexiva.

O trabalho apresenta compromisso com a sociedade no próprio objeto de estudo — gestão pública priorizando o desenvolvimento. Pode-se afirmar que não há uma oposição (ou ponderação) ao conteúdo estrangeiro, pois os autores, ao delimitarem a fundamentação teórica, se apropriam do conceito de desenvolvimento de Ignacs Sachs, — “(...) este artigo coaduna com a posição de Sachs (1993), para que o desenvolvimento se distinga do conceito de crescimento social razoável, uso prudente dos recursos naturais e eficiência econômica” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2016, p. 227) — e não apresentam as limitações de tal aporte teórico para as realidades latino-americanas. Já a respeito do conceito de desenvolvimento local, percorrem diversos estudiosos, contudo, não deixam clara a escolha teórica, tendo em vista a realidade brasileira ou latino-americana. Sendo assim, não é possível afirmar que haja uma assimilação não mecânica das contribuições científicas estrangeiras e nem mesmo a indicação de falhas e limitações destas.

De maneira geral, o artigo traz em seu bojo uma preocupação importante para a gestão pública brasileira, contudo não o faz com compromisso e engajamento crítico proposto por Ramos (1958), por não trazer a historicidade e as características peculiares da região analisada — Montes Claros. O trabalho tem aderência com a proposta de Celso Furtado de criatividade e desenvolvimento, mas não traz a perspectiva crítica proposta por Guerreiro Ramos.

### 4.3.4 Artigo 4

Não houve um resgaste da realidade brasileira no que tange a participação dos cidadãos na tomada de decisão pública. Apelo latente de Guerreiro Ramos na década de 40, e que de acordo com Costa (2012), ainda é esquecida por muitos. Há apenas um apontamento da seção introdutória: “(...) No contexto da democratização do Estado no Brasil, que remonta à década de 1980, se engendra uma nova dinâmica de relacionamento entre Estado e sociedade civil por meio de diferentes mecanismos de incentivo a participação política, que procuraram não só democratizar o Estado, mas politizar a sociedade civil (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2013, p. 152).

O objeto de estudo do trabalho indica a preocupação com a sociedade, conforme indicado no trecho: “(...) O Projeto de Combate a Pobreza Rural (PCPR) de Minas Gerais, objeto de análise deste trabalho [...]. O Projeto visa diminuir as condições de pobreza dos agricultores através do financiamento não reembolsável de projetos produtivos, sociais e de infraestrutura básica” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2013, p. 153).

Na busca pelo referencial teórico, os autores percorrem estudiosos e mais uma vez indicam as problemáticas trazidas (ou deixadas) pelas perspectivas naturalizadas: “(...) refletir sobre o desenvolvimento requer considerar noções e perspectivas naturalizadas, como progresso e crescimento, contendo uma ideia intrínseca de que desenvolvimento gera mudança (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2013, p. 154). Há claramente indicação de falhas e limitações no que tange a participação da sociedade civil e há proposta para superá-las. Mesmo que não haja um aprofundamento das necessidades locais. Veja: “(...) elemento central nessa discussão (...) é a ideia de que a participação da sociedade civil não garante por si própria, a reversão de uma lógica de poder em direção ao aprofundamento da democracia e efetividade da ação por parte do Estado. Há que se qualificar essa participação e apurar os elementos constitutivos de uma efetiva reformulação nos mecanismos de decisão (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2013, p.153). Outro trecho: “(...) seria ingênuo esperar a participação política em grande escala sem criar as condições necessárias para tal envolvimento (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2013, p.157).

Quanto ao programa de combate à pobreza, houve comparações com as experiências nordestinas, para assim evitar a repetição de falhas semelhantes. “(...) as experiências no nordeste mostraram ainda que os investimentos das comunidades, gerando economia nos custos, e aumento das propriedades comunitárias, levando assim a uma melhor

sustentabilidade dos investimentos (...)” (INTEGRANTES DO GRUPO L, 2013, p.158).

Portanto, a partir dessa análise, pode-se afirmar que o trabalho atende aos quesitos da primeira lei, a lei do comprometimento, conforme enunciada por Ramos (1958). Apresenta (1) resgate da história da realidade brasileira, (2) compromisso com a sociedade, (3) indicação de falhas e limitações, a fim de superá-las, e (4) assimilação não mecânica das contribuições científicas estrangeiras.

### **4.3.5 Reflexões finais**

A Pesquisa 3 serviu para testar o modelo proposto de análise e trouxe alguns indicativos sobre as características da produção científica da área da Administração no que tange ao legado deixado por Ramos. Dito isso, algumas questões parecem-nos claras, de modo que possamos tirar algumas conclusões sobre as características de novas produções. Ainda há um longo caminho a ser percorrido de apreensão e de pesquisas quando se trata da redução sociológica de Ramos (1958). Ramos (1996), e também Furtado (1980), propuseram a necessidade imperiosa de uma apropriação criativa de teorias e conceitos universais a partir de uma reflexão serena e corajosa sobre a cultura brasileira.

Dentre os quatro trabalhos analisados, dois destes podem ser aplicados na Lei do Comprometimento — número muito baixo perto do tamanho da amostra analisada (444 artigos).

Nas ciências administrativas, a expansão global da academia e do conhecimento intensificou a hegemonia anglo-americana ao fortalecer uma tendência de integração e pretensa universalização, inibidora de uma produção local que a desafie. É preciso redefinir o valor do conhecimento científico como bem comum. De escrever sobre temáticas que interessam a cada país, aproximando-se assim da realidade brasileira e encontrando a pertinência sociocultural, a partir da consciência crítica. Nos termos de Ramos (1958), aquela surge quando um grupo social reflete sobre os determinantes exteriores e se conduz diante deles como sujeito. Naturalizar os determinantes e suas práticas não podem ser caracterizados como um modo radical de apreender os fatos.

As pesquisas 2 e 3 levantam algumas pistas que serão aprofundadas por meio da entrevista compreensiva de Kaufmann (2013) permitindo a análise da atuação, dos limites, dos desafios e das contradições da ação intelectual do grupo de pesquisa da Administração

da Universidade Federal de Minas Gerais, que contribuem para o fomento do desenvolvimento,

#### 4.4 PESQUISA 4 – ANALISANDO A AÇÃO INTELLECTUAL.

A partir das pesquisas anteriores, segue-se para a pesquisa final, que visa compreender o funcionamento do campo sob ponto de vista da ação intelectual. Nessa etapa, o objetivo foi qualificar e categorizar as ações intelectuais dos grupos de pesquisa da Administração que atuam em universidades públicas localizadas em Minas Gerais, a partir do modelo teórico proposto. Para tanto, fomos a campo entrevistar o líder e uma das integrantes do grupo selecionado anteriormente, utilizando técnica de entrevista compreensiva de Kaufmann (2013). A análise da entrevista será dividida em quatro dimensões para facilitar nossa compreensão e apreensão dos dados e evidências a partir da teoria de Ramos (1958), Bourdieu (1996) e Furtado (1968), com especial ênfase na noção de campo científico entendido como espaço de tomadas de posições, ou seja, de escolhas que são realizadas dentro de um jogo que tem um funcionamento específico. Entende-se que esse é o campo de atuação dos intelectuais, buscando compreendê-lo num esforço de contraposição entre teoria e prática.

##### **4.4.1 Primeira dimensão: A atuação da ação intelectual dentro do grupo de pesquisa.**

Com base nas entrevistas realizadas, percebe-se que não há uma atuação em função do grupo de pesquisa. Pode-se caracterizar tal atuação como difusa e individual. Os integrantes do grupo, principalmente os alunos, estão unidos em torno do orientador de trabalhos de conclusão de curso — mestrado e doutoramento — e não do fortalecimento do grupo de pesquisa.

No processo de seleção de ingresso ao programa de pós-graduação, o professor não seleciona os estudantes de acordo com o objeto de pesquisa, mas sim pelo interesse em comum e também pela coerência metodológica apresentada nesse momento. Seleciona desta forma, pois defende que se trata de um momento importante de troca de ideias e percepções. Contudo, a área central de pesquisa é única. Nesse sentido, protege o campo com tais limites e fortalece seus interesses. Assim, há uma autonomia para os estudantes, contudo, ela é limitada.

Pois, para entrar no campo, é necessária a aquisição de um código específico de conduta e de expressão e descobrir o universo finito das liberdades sob coação e das potencialidades objetivas que ele propõe (como as lentes teóricas e seus objetos) (BOURDIEU, 1996). Aqui se tem um jogo, que se utiliza de recursos retóricos, de mobilização de capitais, de estratégias de exclusão e/ou inclusão, de “posição, disposição e/ou tomada de posição” (BOURDIEU, 1996, p. 261). Os limites do campo científico são dinâmicos, ou seja, atraem e acolhem diferentes agentes, bem como os dispõem. Destarte, o objetivo é fortalecer o campo, sendo que aqueles que causam algum estranhamento dentro do campo são excluídos.

Desse modo, a inserção do aluno ao grupo de pesquisa não passa por uma seleção para esse fim, mas os alunos que passam na seleção de ingresso ao programa e são escolhidos pelo líder do grupo como orientando, passa a pertencer ao grupo de pesquisa naturalmente.

Nesse processo, de acordo com Bourdieu (1996), duas estratégias poderiam ser adotadas: de conservação ou de subversão. O objetivo do líder, que está na instituição desde os anos 90, é a conservação do presente estado de coisas, e tem por objetivo manter a ordem vigente, à qual se vincula e que se encontra em posição de ditar e definir o que é ou não legitimamente científico, por meio de sua autoridade já estabelecida. Suas estratégias visam à conservação e, aos iniciantes que se acomodam ao grupo dominante e às suas práticas estabelecidas, podemos caracterizar essas estratégias como de sucessão, que trariam avanços científicos dentro dos limites permitidos.

O grupo converge quanto à finalidade das pesquisas: necessidade da articulação para o bem público. Todos estão empenhados em contribuir para a melhoria da capacidade de resposta da administração pública de resolver problemas da sociedade. Na seleção, os candidatos que não se colocam nessa posição são eliminados pelo líder — podendo ser selecionados por outros professores. Para Bourdieu (1983), a tendência dos pesquisadores de concentrarem nos problemas considerados mais importantes, se explica pelo fato de que uma descoberta traz um lucro simbólico maior. Um exemplo desse lucro simbólico seria o reconhecimento de atores que não pertencem ao campo científico que encomendam projetos ou convênios para o líder. Dessa forma, “não há ‘escolha’ científica que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 1983, p. 127).

O grupo tem uma produção que pode ser caracterizada como crítica. O líder explica que mesmo diante da diversidade de objeto de pesquisa, de perspectivas teóricas, todos os integrantes precisam apresentar procedimentos metodológicos coerentes e robustos para explicar seu objeto e sua perspectiva. Nas palavras do entrevistado: *“Eu não quero dizer com isso que você tem que ser sabonete lux, escorregar, não, não é isso não, ao contrário, você tem que ter uma posição, mas essa posição tem que ser tal que lhe permita o diálogo com diferentes vertentes, senão você não dialoga. E na nossa posição como professor você tem que ser capaz de dialogar com os diferentes”*.

O líder do grupo se coloca numa posição amistosa, aceitando estudantes com diferentes posições políticas, visando à possibilidade de aprendizado com estes. Dentro do campo intelectual, essa ação pode ser justificada por meio da internalização de esquemas de percepção, que naturalizam as tomadas de posições e, por consequência, justificam-nas em nome da tradição, da razão e do mérito (VIEIRA, 2008).

Portanto, a atuação dos integrantes como grupo de pesquisa se dá de forma isolada, ligados pela figura do orientador, pela área de estudo escolhida, pelo rigor do método e pela finalidade da produção científica — atender os anseios da sociedade sob uma perspectiva crítica e transformadora.

#### **4.4.2 Segunda dimensão: Os limites da ação intelectual.**

Nessa dimensão, buscou-se apresentar os limites impostos a ação intelectual dentro do grupo de pesquisa selecionado. Um dos limites citados é a indisponibilidade dos estudantes, pois a maioria dos integrantes trabalha, ou seja, possuem outras atividades além da acadêmica e não teriam condições de se dedicarem ao grupo. O líder do grupo também afirmou que ele mesmo tem dificuldades em função de sua carga horária na graduação.

Outra limitação levantada é a ausência de elaboração de projetos articulados com a sociedade. Houve tentativas fracassadas junto com o governo estadual. O líder cita problemas relacionados à descontinuidade de projetos, devido às mudanças de governo. Mesmo assim, não foram elaborados com estudantes, integrantes do grupo, mas sim com professores da casa. Atualmente, o líder está envolvido em comitê — também com professores-parceiros — e não há a participação de integrantes do grupo. Do acima exposto fica evidenciado que se trata de

iniciativas individuais e não do grupo, que são limitadas por questões de descontinuidade de governos e o não envolvimento dos integrantes.

Diante do exposto, fica claro que as normas institucionais são limitadoras da pesquisa científica, mesmo quando são naturalizadas. Perguntamos ao líder do grupo se havia algum tipo de imposição institucional e a resposta foi firme e direta: *“Não, tem liberdade total. Ninguém intromete nada. (...) Nada. Nada. [...] Ninguém me intromete. Não, never. Nunca. Nem tem e nem vai ter. É a autonomia do intelectual né. [...] Não, total. Por isso que ser professor em certa extensão tem essa vantagem né? Cê tem um campo, uma soberania de atuação, que ninguém vai te meter o bedelho, então cabe a ti escolher, né. Então ninguém, quanto a isso não”*. Contudo, o campo científico, por mais livre que possa estar, é atravessado pelas necessidades dos campos englobantes, como o do lucro, o econômico ou o político. Portanto, as práticas dos cientistas podem ser explicadas dentro do campo do poder, no qual o campo científico ocupa uma posição dominada (BOURDIEU, 1996).

Desse modo, alguns pontos levantados claramente limitam a ação dos integrantes, a partir da formação de um grupo, como: a indisponibilidade dos membros em decorrência de outras atividades e a descontinuidade dos governos que levam a descontinuidade de projetos encampados pelo líder.

#### **4.4.3 Terceira dimensão: Os desafios da ação intelectual.**

Diante dos mecanismos de ação e de seus limites, analisou-se os desafios da ação intelectual dentro dos grupos de pesquisa estudados.

Historicamente, o curso de administração é marcado pelo predomínio de estudos sobre as empresas privadas. Sendo o campo científico, na concepção de Bourdieu (1990), um mundo social absolutamente particular; introjetar nossas temáticas ou perspectivas, é uma “questão de poder” e de “capital”. Um dos desafios citados pelo líder era o de criar um ambiente de discussão a cerca das empresas públicas na graduação. O professor, sendo um dos estudiosos da área de pública, conduziu essa disciplina na graduação e depois foi para o curso de mestrado em administração, onde conseguiu estabelecer uma linha de pesquisa em gestão pública. Percebendo assim, a pós-graduação em administração da UFMG atua trazendo a possibilidade desse novo olhar para a administração, para além das empresas privadas, contemplando as instituições públicas.

O acúmulo de capital, conseqüentemente de poder simbólico, que decorrem das posições ocupadas pelos atores, torna possível alterações no campo. Inicialmente, o professor atuou na área de Organizações e iniciou tal influência na disciplina de graduação de Planejamento da Gestão Pública. Posteriormente, modificou o escopo da disciplina fornecendo conteúdos a cerca das teorias de gestão pública e em seguida formou a linha de pesquisa dentro do curso de pós-graduação. Contudo, tal movimento necessita do apoio de outros atores e que estes possuem algum poder simbólico, que decorre de um capital simbólico. Havia outros professores que também atuavam (e atuam) na área de gestão pública, com temáticas mais específicas, como Recursos Humanos e Finanças. Essa estratégia de unir forças entre os pares facilitou o surgimento dessa linha de pesquisa dentro de um curso tradicionalmente voltado para a gestão de empresas.

Ademais, o líder e a integrante entrevistada participam de um grupo de estudos vinculado a uma instituição mundialmente reconhecido na área de ciências sociais. Esse grupo – que não foi foco dessa pesquisa, mas apareceu com substancial importância na fala dos entrevistados – possui 118 integrantes espalhados em universidades da América do Sul. A participação em grupos reconhecidos fortalece e legitima a atuação dentro do campo, ou seja, favorece a conquista do monopólio da competência científica. Esse ponto de vista de Bourdieu (1983, p. 123) acerca do campo científico rompe com a ideia pacífica da comunidade científica, e traz à tona o fato de que o “próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse” para a manutenção do ator dentro do campo.

O segundo desafio citado pelo entrevistado é a existência de diferentes capacidades entre os alunos de pós-graduação que participarão do grupo de pesquisa. Nas palavras do líder: *“Um lê inglês fácil, outro vai ler inglês assim, só se eu abrir a cabeça com um machado... É muito complicado, mas tudo bem, tem potencial, e a gente vai levando. Então você lida com uma diversidade de competências, brutais, às vezes. É uma diversidade temática”*. Além disso, as questões ideológicas também são desafiantes para a constituição do grupo. Como orientador, o líder adota estratégias para que o aluno conclua seu trabalho, porém não participa do grupo efetivamente. Tendo em vista que o campo científico constitui, ao mesmo tempo, campos de forças e campos de lutas, que visam transformar ou conservar a relação de forças estabelecidas, sendo composto, portanto, de relações de poder, forças que o legitimam. Assim, um saber que vai à contramão desse campo não pode ser incluído, pois o objetivo é se manter e conservar a relação de

forças estabelecidas. Sendo o balizador para manter os estudantes é a perspectiva teórica e o objeto de estudo que precisa se amparar em uma tríade de análise delimitada pelo líder. Esses achados reforçam as palavras de Bourdieu (1996, p. 266)

(...) todo ato de produção depende em parte do estado do espaço das produções possíveis que se revela concretamente à percepção sob a forma de alternativas práticas entre projetos concorrentes e mais ou menos completamente incompatíveis (nomes próprios ou conceitos em ‘ismo’), constituindo cada um desses projetos, por esse motivo, uma contestação para os defensores de todos os outros.

Ou seja, dentro dos limites do possível de serem concebidas e recebidas, as pesquisas são orientadas pelo líder e conduzidas pelos estudantes. O entrevistado cita exemplos de estudantes que mudaram de grupo devido a dificuldades em lidar com as exigências de seu orientador. “(...) então o núcleo [grupo de pesquisa] vive em tensões. Ou seja, essas tensões não são tensões conflitivas, são tensões cognitivas, são tensões marcadas pelas necessidades de sobrevivência dos atores que tão envolvidos no grupo, tudo isso simultaneamente”.

#### **4.4.4 Quarta dimensão: As contradições da ação intelectual.**

Não há integração entre os integrantes do grupo, nem mesmo reuniões rotineiras. Cada um elabora seus trabalhos científicos individualmente, contando apenas com o apoio do orientador. O líder justifica tal atuação pelo fato de haver autonomia na condução e escolha das pesquisas pelos integrantes. Contudo, nos parece contraditório, pois já que os pesquisadores se apresentam dentro da mesma temática central, por que não podem trabalhar juntos com seus diferentes objetos? Talvez decorra da possível subversão gerada pelos recém-chegados? Em consonância com Bourdieu (1996), a iniciativa da mudança cabe aos recém-chegados, que são os mais jovens e desprovidos de capital específico, que tentam impor seus modos de pensamento e de expressão, em ruptura com os modos de pensamento em vigor. Grosso modo, pode gerar mudanças no estado das coisas e na ordem vigente. Portanto, as mudanças que ocorrem no campo e mais precisamente nas lutas entre

agentes e instituições, derivam de estratégias que estão diretamente ligadas ao interesse que possuem em conservar ou em transformar as estruturas, além da posição que ocupam na distribuição do capital (BOURDIEU, 1996).

Do acima exposto fica evidenciada a necessidade de discutir o papel dos grupos de pesquisa institucionalizados pelo CNPq. Pois, o papel do grupo de pesquisa nos parece claramente, no campo científico, simbólico para a manutenção de um poder específico que pode determinar “(...) as categorias de percepção e de apreciação do mundo, os princípios de construção do mundo social, a definição do que é importante e do que não é, do que merece ser representado e do que não merece” (BOURDIEU, 2004, p. 179). Esse poder pode ser usado a favor dos dominantes ou a favor dos dominados.

Como se verifica pela teoria do campo de Bourdieu, os campos de produção cultural operam segundo as leis de funcionamento de todo o campo científico. O reconhecimento das diferentes posições no campo científico está associado a representações da ciência, estratégias ideológicas disfarçadas em tomadas de posição epistemológicas, por meio das quais os ocupantes de uma posição determinada visam justificar sua própria posição e as estratégias que eles colocam em ação para mantê-la ou melhorá-la e para desacreditar, ao mesmo tempo, os detentores da posição oposta e suas estratégias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a atuação, os limites, os desafios e as contradições da ação intelectual dos grupos de pesquisa da Administração, vinculados a Universidade Federal de Minas Gerais, que contribuem para o fomento do desenvolvimento.

A partir desse propósito, procurou-se discutir ao longo do trabalho a importância das ações que venham a ser feitas em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento brasileiro. Contudo, o conhecimento como posto atualmente não é capaz de alcançar tal mudança. O conhecimento é gerador de ciência, e esta se materializa através de tecnologias que almejam o desenvolvimento humano (BUNGE, 1980). Esse cenário seria o ideal. Percebe-se que, na atualidade, as tecnologias privilegiam o desenvolvimento das forças produtivas que reificam o sistema capitalista, reproduzindo a dominação e exploração (GOULART; CARVALHO, 2008). Assim, supomos que por meio da intelectualidade crítica é possível vislumbrar outras possibilidades em contextos solidários, cooperativos; através de parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos sociais especialmente vulneráveis (imigrantes ilegais, desempregados, doentes crônicos, idosos etc.), comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos.

A partir dessa premissa, procuramos encontrar grupos de pesquisadores, dentro da Administração, comprometidos com a transformação dos contextos sociais — no âmbito das universidades e da produção de conhecimento — tendo como orientação o conceito de desenvolvimento de Celso Furtado e da consciência crítica de Guerreiro Ramos, que levaria a criação intelectual a refletir sobre as transformações necessárias para levar o país ao desenvolvimento econômico e autonomia intelectual.

Para tanto buscamos suporte em referenciais teóricos a cerca da universidade e da construção do conhecimento científico, resgatando sua trajetória histórica que nos advertem a cerca de sua alienação, ao se submeter, predominantemente, aos ditames materiais e objetivos da produção. Nesse sentido, a universidade responde aos interesses das classes dominantes da sociedade, donas do poder político e econômico.

Discutimos em seguida, as contribuições de Guerreiro Ramos, a partir do método de redução sociológica, que privilegia a redução do pensamento social produzido em outros contextos, para que fosse

possível liquidar com a mentalidade colonial. Com a intenção de delinear o método, ele discute as características essenciais da redução sociológica, propondo quatro leis. A primeira lei, a lei do comprometimento, foi enunciada da seguinte maneira: nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente poderiam ocorrer ao cientista social que tivesse adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto. A segunda lei, da redução sociológica, traz que “toda a produção científica estrangeira era de caráter subsidiário para o sociólogo que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (RAMOS, 1958, p. 113). A terceira lei, a lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência, prega:

a redução sociológica admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais, não implicando de modo algum, negar a universalidade da ciência. Seu propósito é, apenas, levar o cientista a submeter-se à exigência de referir o trabalho científico à comunidade em que vive (RAMOS, 1958, p. 121).

Por fim, a quarta lei, a lei das fases, diz o seguinte: “à luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (RAMOS, 1958, p. 129). Todavia, nos centramos na primeira lei – que remete a consciência crítica e autonomia do pensamento.

Em seguida apresentamos o conceito de Bourdieu (1990, p. 170), sobre o campo científico que é um campo social como outro qualquer, “(...) com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas”. A escolha por tal conceito se deve pela sua abrangência que vai além da ideia de meio, contexto, pano de fundo social. Assim, o campo é construído por uma série de posições que os atores ocupam durante suas trajetórias sociais (BOURDIEU, 1996). A luta pela hegemonia no campo científico leva a uma competição frequentemente censurada e censurável entre os cientistas; mas esta competição, baseada em interesses particulares, pode ter efeitos inegavelmente positivos para o progresso da ciência. Desta forma, o campo científico pode ser revolucionado e sofrer rupturas continuamente — mas à medida que isto ocorre, as discussões se dão

mais por questões metodológicas, afastando-se de questões políticas da ordem estabelecida fora do campo científico.

Discutimos então a noção de desenvolvimento, conceito multifacetado e relativo ao seu tempo e espaço, portanto, não é um constructo absoluto, nem neutro, mas sim construído historicamente e moldado pelas forças políticas, econômicas e científicas da sociedade. O crescimento econômico se tornou a principal unidade de análise desse conceito, principalmente em termos de renda per capita, em nível dos indivíduos, e de produções nacionais em termos de países. O aspecto econômico do desenvolvimento, medido pelo crescimento econômico, é normalmente a concepção preferida pelos empresários, economistas e políticos.

Assim, o conceito de desenvolvimento vem sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Assim, podem-se agrupar os estudos sobre desenvolvimento através de oito abordagens teóricas: (1) clássica; (2) marxista; (3) schumpeteriana; (4) keynesiana; (5) estruturalista; (6) institucionalista; (7) da sustentabilidade e (8) pós-desenvolvimento.

Discutiu-se o conceito de Celso Furtado sobre desenvolvimento, após revisitar suas obras desde os anos de 1950 e nos fixamos no conceito apresentado em sua obra “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, de modo que, encontra-se um elemento importante no sentido da concepção relativa ao processo de desenvolvimento: a criatividade. A criatividade entendida como “processo liberador de energias humanas”. Assim, “criatividade” significava a capacidade de transformar globalmente o horizonte do progresso da vida social, abrindo o espaço à constituição de novas formas de vida (SAFATLE, 2015, p. 71). Portanto, “o conceito de criatividade teria necessariamente de ser elevado a eixo central da análise social” (SAFATLE, 2015, p. 71), para assim identificar as necessidades fundamentais da coletividade e as possibilidades de avanço da ciência e da técnica. Dentro dessa perspectiva, a ideia de desenvolvimento vai além da eficácia do sistema produtivo, que reproduz uma sociedade desigual e de elevado potencial de acumulação, para poucos, nas nações periféricas.

Portanto, imprime-se aos intelectuais uma ação importante que pode ser propulsora do desenvolvimento tendo em vista nossas condições periféricas (FURTADO, 1958) através da revolução simbólica (BOURDIEU, 1996) e da consciência crítica (RAMOS,

1958). Fechando o marco teórico, propomos um esquema analítico para compreender as ações intelectuais dos grupos de pesquisa da Administração que atuam em universidades públicas localizadas em Minas Gerais, admitindo que este processo esteja intimamente relacionado com a dinâmica do próprio campo, que se define a partir de disputas de poder, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros. Isso implica em considerar que as relações de poder em um campo científico estejam presentes na produção de seu conhecimento.

Desta forma, procuramos compor um quadro teórico de referência para que, juntamente com as análises realizadas, pudéssemos atingir os objetivos específicos da pesquisa e, assim responder à pergunta problema desta tese. Cabe agora retomar estes objetivos e articulá-los com os respectivos achados de pesquisa.

*(a) Mapear os grupos de pesquisas cadastrados no diretório de grupos de pesquisas do CNPq, da área da Administração, localizadas na Universidade Federal de Minas Gerais e suas produções geradas pelos grupos.*

O processo de mapear os grupos de pesquisas via diretório de grupos de pesquisas do CNPq se deu de maneira facilitada, tendo em vista a disposição das informações no sítio eletrônico da instituição. Encontramos, assim, 28 grupos de pesquisa vinculados à área de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. Destes, dezenove grupos tem o líder credenciado nos Programas de pós-graduação em Administração com curso de doutorado (CEPEAD/UFMG). Diferentemente dos grupos de pesquisas da área de Administração da Universidade Federal de Lavras: há sete grupos cadastrados no sítio eletrônico e todos os líderes são professores vinculados ao Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA/UFLA).

A partir dos dezenove grupos, acessamos a Plataforma Lattes para coletar a produção científica dos líderes com membros destes grupos dentro do período de 2006 a 2016. Levantamos o total de 724 artigos, contudo 324 atenderam os critérios propostos, a saber, (a) tempo: recorte temporal será de 10 anos, compreendendo os trabalhos de 2006-2016; (b) natureza: publicações em periódicos da área de administração conforme Qualis 2015; e (c) autoria: de pelo menos dois componentes dos grupos, incluindo o líder.

Cumprе assinalar, que durante o processo de análise dos artigos, podem-se perceber alguns artigos bem semelhantes: mesmo problema de pesquisa, mesmo referencial, alterando-se apenas o objeto de estudo. Além disso, artigos lançados em duplicidade na plataforma Lattes e até mesmo artigos iguais publicados em revistas diferentes. Essas ocorrências merecem nosso destaque e atenção. A plataforma Lattes possibilita a interface com outros sistemas institucionais da pós-graduação, inclusive para levantamento de estatísticas, que impactam no quantitativo de bolsas e recursos bem como no credenciamento e descredenciamento de cursos.

*(b) Identificar a convergência entre tais produções e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado.*

Nessa etapa, a intenção foi (re)pensar a relação entre a pesquisa científica em Administração e o desenvolvimento, a partir da perspectiva teórica de Celso Furtado. Entendendo que a universidade, lócus da produção científica, pode se constituir como um dos mecanismos de promoção da democracia, da igualdade, da cidadania e da justiça social graças à transmissão de saberes. Todos os artigos (324) coletados na etapa anterior, lidos e analisados conforme as categorias analíticas desenvolvidas a partir do conceito de desenvolvimento de Celso Furtado, a saber: objeto de estudo, posicionamento estatal, lógica, horizonte, caráter, perspectiva desenvolvimentista e temática.

Cumprе observar, preliminarmente, que havia certa expectativa de encontrar um quantitativo maior de trabalhos alinhadas com a perspectiva furtadiana. Tal conclusão é percebida e sustentada pela constatação de que apenas quatro artigos atenderam aos elementos do conceito de criatividade humana de Celso Furtado. Tendo como objeto de estudo empresas sociais; defendendo o Estado como indutor de desenvolvimento; a partir de uma lógica que reavalie os fins; tendo como horizonte as necessidades da coletividade e o conceito de desenvolvimento por meio de uma abordagem normativa.

Quanto ao objeto de pesquisa, o mais estudado é a empresa privada. Esse achado corrobora com a percepção do líder entrevistado – que ao ingressar na universidade federal como docente, na década de 1990, percebeu dentro da graduação a grande preocupação com a administração privada e os objetivos de acumulação do capital. Sendo que havia apenas uma disciplina de “Planejamento da Administração Pública” nos anos finais do curso. De acordo com o entrevistado, era preciso fazer uma grande transição e apresentar o planejamento da

administração pública sem contextualizar a própria administração pública.

Destarte, o predomínio desse objeto decorre da trajetória histórica de criação dos cursos de Administração e de sua regulamentação, bem como do poder político e econômico que estas exercem na nossa sociedade em um contexto capitalista. Pois, há certa “naturalização” da ideia de que a ciência da Administração se presta para as organizações privadas. Entretanto, essa “naturalização” é uma dissimulação de uma realidade que nada tem de natural, simplesmente por ser histórica, isto é, produzida e em transformação, negligenciando as relações de poder que ali ocorrem e naturalizando a reprodução de modelos hegemônicos. Sabe-se que há uma hierarquia que se estabelece nas relações que decorrem daqueles que detenham o capital – podendo, inclusive advir de empresas privadas. E em razão dessa hierarquia, os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no seio do campo do poder.

A segunda dimensão analisada foi o posicionamento estatal que o artigo adotava. Há o predomínio da profissionalização do Estado e poucos tratam do fortalecimento deste para atender os anseios da sociedade, indicando a força das doutrinas econômicas pró-mercado neoliberais dentro da produção científica da Administração.

A terceira dimensão focou na racionalidade dos meios e dos fins, enquanto condição necessária ao processo de criatividade, como elemento do desenvolvimento. Para dar esse papel à criatividade é preciso “(...) ter em conta não apenas a racionalidade dos meios, mas também a dos fins” (FURTADO, 1978, p. 87). Houve o predomínio da lógica dos meios sob a perspectiva de instrumentalização da gestão para o alcance dos fins nos trabalhos avaliados dos grupos de pesquisas.

A quarta dimensão analisada foi sobre os horizontes — individual ou coletivo — da produção científica. O resultado apresenta uma coerência com os anteriores. Pois, já que a maioria dos trabalhos trata de empresas privadas, com foco nos meios, através do fortalecimento das empresas, sua preocupação central está em atender as necessidades individuais, quais sejam de acumulação e ampliação da capacidade produtiva.

A quinta dimensão verificou o objetivo explicitamente indicado pelos autores dos artigos quanto ao seu caráter analítico e normativo. Nesse caso, houve o predomínio de trabalhos analíticos que tratam de um esquema de exposição e análise de processos em curso.

A penúltima dimensão tratava-se da perspectiva de desenvolvimento. Embora muitos trabalhos usassem o termo “desenvolvimento”, tal conceito não se aproxima dos pressupostos de

desenvolvimento apreendidos por Celso Furtado. Os artigos davam ênfase na evolução do sistema produtivo e de acumulação de capital, se aproximando da ideia de crescimento e não de desenvolvimento.

Por sua vez, na última dimensão — temática — buscou-se encontrar trabalhos que tratavam das temáticas propostas por Furtado, a saber: política consciente e ousada, de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos não-renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos. Na primeira temática – política consciente e ousada de fomento à criatividade humana – foram encontrados em apenas quatro artigos de um grupo de pesquisa. Tal resultado trouxe uma indagação e surpresa a cerca da ausência de trabalho sobre o controle dos recursos não renováveis de grande valor econômico como o petróleo na amostra pesquisada. Pois se sabe que é uma das principais fontes de poder nas relações internacionais, no qual os países periféricos podem tirar proveito e ter acesso ao mercado das nações dependentes. Assim, sendo possível acumular recursos financeiros necessários para afirmar posições e ampliar o campo de resistência à dominação estrangeira (ALMEIDA, 2009).

Durante o processo de análise da produção científica dos grupos de pesquisa, a ausência de trabalhos sobre os recursos nacionais não renováveis chamou a atenção e indagamos o líder do grupo selecionado sobre essa ausência. Na visão do entrevistado, a temática não despertou o interesse da administração, que defende haver outras fontes de energia que podem ser estudadas. Defende ainda, que tais estudos pertencem a outros campos de estudos como as engenharias, as ciências ambientais ou em cursos interdisciplinares. Adicionalmente, apresenta a questão da localidade como determinante na escolha de objetos de estudos, por exemplo, o petróleo caberia às instituições de pesquisa próximas de sua produção. Com base nisso, pode-se inferir que a autonomia do campo da administração se deve à conservação das forças do campo, e não a subversão e possíveis transformações no campo.

Diante do exposto, algumas questões parecem-nos claras, de modo que possamos tirar algumas conclusões a respeito da produção científica da administração, que possui potencialidades para investigar a realidade criticamente para assim se apropriar desses espaços, para propor (ou promover) as mudanças necessárias dentro do espaço organizacional.

*(c) Identificar a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.*

Nessa etapa, a intenção era delimitar, a partir dos artigos que tratam do conceito de desenvolvimento, a presença da consciência crítica da construção destes. Entende-se que ambos os conceitos — criatividade humana e consciência crítica — podem guiar a ação intelectual dos grupos de pesquisa da Administração, para que contribuam para o fomento do desenvolvimento nacional. Em decorrência do filtro aplicado na etapa anterior — a presença do conceito de desenvolvimento, a partir da perspectiva teórica de Celso Furtado — foram selecionados quatro artigos dentre os 444 artigos separados para tal análise.

Por meio da análise de conteúdo, buscaram-se elementos da primeira lei da redução sociológica de Guerreiro Ramos (1958), que fora enunciada da seguinte maneira: nos países periféricos, a ideia e a prática da redução sociológica somente poderiam ocorrer ao cientista social que tivesse adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto. Para tanto, utilizou-se três dimensões de análise: (1) resgate da história da realidade brasileira, (2) compromisso com a sociedade, (3) indicação de falhas e limitações, a fim de superá-las, e (4) assimilação não mecânica das contribuições científicas estrangeiras.

Dentre os quatro trabalhos analisados, dois destes podem ser aplicados na Lei do Comprometimento — número muito baixo perto do tamanho da amostra analisada (444 artigos). Nas ciências administrativas, a expansão global da academia e do conhecimento intensificou a hegemonia anglo-americana ao fortalecer uma tendência de integração e pretensa universalização, inibidora de uma produção local que a desafie.

Percebemos assim que é preciso redefinir o valor do conhecimento científico como bem comum. De escrever sobre temáticas que interessem ao país, aproximadas da realidade brasileira e com pertinência sociocultural. Ademais, cumpre salientar, que ainda há um longo caminho a ser percorrido quando se trata da redução sociológica de Ramos (1958) ou somente do autor.

*(d) Qualificar e categorizar as ações intelectuais dos grupos de pesquisa da Administração que atuam em universidades públicas localizadas em Minas Gerais, a partir do modelo teórico proposto.*

Diante do exposto, podemos qualificar as ações dos integrantes do grupo de pesquisa da Administração da universidade em análise —

considerado um subcampo pertencente ao campo científico. Utilizou-se aqui, predominantemente, a abordagem bourdieusiana para nortear as reflexões sobre as posições em campo e os principais capitais em jogo e sobre as estratégias de manutenção e subversão adotadas pelos atores.

A produção científica de apenas um grupo de pesquisa, dentro da amostra selecionada, tem convergência com os pressupostos escolhidos do conceito de desenvolvimento bem como da consciência crítica. No entanto, aprofundada a análise para o nível do grupo, as constatações levam a hipótese inicial de que ainda se faz muito pouco em termos de pesquisas para modificar a realidade periférica.

A produção científica do grupo não decorre de uma ação coletiva, mas sim individual. O grupo se une apenas em torno da área de interesse, do método e da finalidade da pesquisa diretamente mobilizado pela figura do orientador/líder. Não há uma atuação engajada a partir de um contato com a sociedade onde atua. Tais pontos de união podem ser identificados como limites impostos pelo líder para proteger e/ou manter o próprio campo.

Os limites dessa ação se dão em função das outras atividades dos integrantes do grupo. A formação do grupo e a atuação em grupo não é uma atividade prioritária para os integrantes. Ademais, a mudança de governo e a conseqüentemente descontinuidade de projetos, limitam uma ação contínua do grupo. Contudo, projetos diretamente relacionados ao governo são conduzidos por professores e não por estudantes que participam do grupo. Essa não participação também é justificada pelas divergências ideológicas e políticas que existem entre os integrantes do grupo. Assim, essa “exclusão” trata-se, também, de um mecanismo de proteção do campo científico, perante o campo do poder no qual o campo científico ocupa uma posição dominada (BOURDIEU, 1996). Tendo em vista, que todas as práticas são orientadas para a aquisição de capitais simbólicos que dão através do prestígio, reconhecimento, celebridade, etc. (BOURDIEU, 1983).

Diante dos mecanismos de ação e de seus limites, os desafios postos à ação intelectual se dão em torno da diversidade cognitiva dos membros e de seus posicionamentos. O líder do grupo se coloca numa posição amistosa, aceitando estudantes com diferentes posições políticas, visando à possibilidade de aprendizado com estes. Dentro do campo intelectual, essa ação pode ser justificada por meio da internalização de esquemas de percepção que naturalizam as tomadas de posição e, por conseqüência, justificam-na em nome da tradição, da razão e do mérito (VIEIRA, 2008).

Entretanto, o líder participa de um grupo de estudos mundialmente conhecido na área da administração. A participação em grupos reconhecidos fortalece e legitima a atuação dentro do campo, ou seja, favorece a conquista do monopólio da competência científica. Esse ponto de vista de Bourdieu (1983, p. 123), acerca do campo científico, rompe com a ideia pacífica da comunidade científica, e traz à tona o fato de que o “próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse” para a manutenção do ator dentro do campo.

Dito isso, essa nos parece ser uma contradição enfrentada pelo grupo nacional, pois os limites e os desafios apresentados não é uma exclusividade deste grupo. Grupos de pesquisas, grandes ou pequenos, nacionais ou internacionais, serão compostos por pessoas com perspectivas ideológicas diferentes e também com dificuldades em gerir seu tempo diante das várias atividades acadêmicas e não acadêmicas que temos na vida cotidiana. Parece-nos que mais uma vez Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender o funcionamento do campo científico: é um campo social como outro qualquer, “(...) com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas invariantes revestem formas específicas”. Importa aqui, reconhecer a autonomia relativa que os intelectuais possuem e utilizá-la como uma possibilidade para se aproximar da sociedade e não se encapsular, formando uma espécie de proteção para neutralizar tal influência.

Outra contradição apresentada refere-se à finalidade das pesquisas realizadas pelo grupo – “necessidade da articulação para o bem público”. Mas, como é possível tal articulação sem o contato direto do grupo com a sociedade, para que seja possível levantar de fato suas necessidades?

\*\*\*

Diante dos achados desse trabalho, fica evidenciada a necessidade imperiosa de discutir e refletir mais e profundamente sobre o papel, o pensamento e o controle externo da universidade, dos grupos de pesquisa e da produção científica visando o desenvolvimento bem como a consciência crítica. Lembrando-se que a autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos e surgem quando um grupo social põe, entre si e as coisas que o circundam, um projeto de existência. E a criatividade tem de ser profundamente nacional, enraizada nas aspirações, nos comportamentos e nas inclinações dos

brasileiros. Sem perder de vista, a possibilidade de aprendizado com outras experiências. Portanto, defende-se aqui um esforço crítico de criação intelectual que objetiva a mudança na infraestrutura do país em termos de desenvolvimento.

De acordo com Marx, o objetivo da teoria social é mostrar como nosso entendimento sobre a situação em que vivemos foi encoberto por ideologias e por outras formas de mistificação, e ilustrar as condições de dominação que nos acorrentam e mostrar uma nova possibilidade de liberdade. Segundo essa visão, a função da teoria social é criticar a fim de gerar ação. Também de ressaltar a importância entre a reflexão e ação, entre a teoria e a prática, pois por meio do conhecimento teórico adquirido, são reveladas novas possibilidades de como agir para melhorar as circunstâncias. Por meio da práxis, há uma reflexão crítica sobre a situação e a da sociedade. Cumpre examinar, neste passo, a intenção desse trabalho: gerar a reflexão de todos os atores que pertencem ao campo científico para assim repensar sobre suas práticas, numa perspectiva de desenvolvimento em prol da coletividade, tal como colocado por Tragtenberg (1979), a respeito da intelectualidade crítica.

Este trabalho se coloca como uma tentativa de criar um critério disparador de um trabalho científico, qual seja, visar o desenvolvimento bem como a consciência crítica. Defende-se que mesmo diante da diversidade paradigmática esses critérios devem ser observados com vistas ao desenvolvimento do país e melhoria da qualidade de vida. Pois, não é possível neutralizar os efeitos da nossa visão de mundo sobre a atividade científica. Vivemos necessariamente a visão de mundo de nossa época e de nossa nação, pois nos integramos na totalidade de mundo de um modo não intelectual (RAMOS, 1958). A guisa de exemplo, pode-se citar a utilização do quadro teórico de referência apresentado como parâmetro para que futuros pesquisadores ou pesquisadoras conheçam com profundidade as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduações e seus grupos de pesquisa para assim fazer a escolha mais adequada de onde ingressar.

Talvez, assim como a fecundidade dos anos de 1950 incentivou os intelectuais, deste seja um momento oportuno capaz de estruturar (ou formar) uma nova intelectualidade brasileira, engajada e forte, que se movimenta e inaugura novas perspectivas e debates, visando a autonomia intelectual e a incorporação das necessidades nacionais nas produções. Nesse sentido, é preciso ligar (ou relacionar) a ciência e a sociedade, tendo a prática científica e o papel da ciência como vetor de transformação da realidade.

## *Limitações e Desafios*

Por outro lado, devemos registrar os limites deste trabalho, que podem originar futuros desenvolvimentos. Naturalmente, é preciso reconhecer a ambição, talvez excessiva, de atribuir a universidade e aos intelectuais o protagonismo da mudança que se deseje, diante do jogo de forças no campo científico. Em consonância com as ideias de Bourdieu, sabe-se que os produtores culturais detêm um poder específico, qual seja, o poder de fazer com que se veja e que se acredite no mundo natural e no mundo social. Acredita-se, no entanto, que o texto represente um esforço inicial de delineamento do objeto e de criação de uma abordagem pertinente.

Uma segunda limitação identificada foi a realização de uma única entrevista. Realizar entrevistas com outros líderes de grupos, mesmo que suas produções não apresentassem as características desejadas, poderia ser de grande valor comparar a atuação, os limites, os desafios e as contradições enfrentadas por diferentes grupos. Por outro lado, essa limitação decorreu do recorte escolhido. Trata-se de uma consequência das escolhas feitas pela pesquisadora.

O resultado final de um trabalho será sempre passageiro, parcial. Certamente, novas iniciativas de pesquisa serão necessárias para complementar tal esforço. Sugerem-se três possibilidades de desenvolvimento: (a) investigar a produção e atuação dos institutos federais espalhados em todo Brasil, que trazem em seu cerne a preocupação com comunidade onde atua; e (b) acrescentar outros autores latino-americanos (como Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Paulo Freire, entre outros) que se debruçam sobre a teoria decolonial, para uma renovação crítica e utópica das ciências sociais; e (c) acrescentar na análise do campo científico, a noção de *habitus* desenvolvida por Bourdieu, tendo em vista, que este pode influenciar na tomada de posição dos atores. Sobre este último, um dos entrevistados citou a afinidade como uma possível cola que une e mobilize os integrantes de um grupo. Percebe-se aqui uma possibilidade de analisar os grupos de pesquisa com o apoio do conceito de *habitus* e das afinidades eletivas, que se baseiam na decifração inconsciente de traços expressivos em que cada um só adquire sentido e valor no interior do sistema de suas variações segundo as classes (BOURDIEU, 2007).

Para fortalecer tal tratativa, outros pesquisadores são encorajados a testarem este modelo, bem como aplicá-lo em recortes diferentes:

região, universidade, área da administração, instituições públicas e privadas, experiência dos pesquisadores ou novos entrantes.

## REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. Os EUA e a exportação e a expansão do ensino de *Management* no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, Florianópolis, 2014. **Anais...**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. 2009. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ALPERSTEDT, GRAZIELA DIAS; ANDION, CAROLINA. Por uma pesquisa que faça sentido. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 57, n. 6, p. 626-631, Dez. 2017.

AZEVÊDO, A.; ALBERNAZ, R. O. A redução sociológica em *status nascendi*: os estudos literários de Guerreiro Ramos publicados na revista Cultura Política. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p.47-68, Jan./Mar. 2010.

BACON, F. **Novum organum**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BARAN, P. **A Economia Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARBOSA, L. Ponto crítico: conhecimento ou adestramento? **Revista de Administração de Empresas Executivo**, v. 1, n. 2, p. 80-84, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 229 p. 2011.

BERCOVICI, G. **A questão social, a Constituição de 1988 e os desafios do desenvolvimento**. In. : SOUZA, Pedro d. (Org). Brasil, sociedade em movimento. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 77-83

BERGUE, S. T.; KLERING, L. R. A redução sociológica no processo de transposição de tecnologias gerenciais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 52, p. 137-155, Mar. 2010.

BERTERO, C. O. **Ensino e Pesquisa em Administração**. São Paulo: Thomson, 2006.

BERTERO, C.O., CALDAS, M. e WOOD, T. Produção Científica em Administração de Empresas: Provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, v.3, n.1, jan./abr.,1999. p.147-178.

BOURDIEU, P. O campo científico. In.: ORTIZ, R. (org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. O campo intelectual: um mundo à parte. In: \_\_\_\_\_ . **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 169-180.

BOURDIEU, P. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: \_\_\_\_\_. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 243-316.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP. Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 212-239.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de setembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**, Brasília, DF, set. 1996.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não**. Rio do Janeiro: Elsevier, 2009.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

CALDARELLI, C. E.; CAMARA, M. R. G.; PERDIGÃO, C. Instituições de ensino superior e desenvolvimento econômico: o caso das universidades estaduais paranaenses. **Planejamento e políticas públicas**, n. 44, p. 85-112, jan./jun. 2015.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. [online]. Disponível na internet via

<<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/relatorios-anuais>>. 2016. Arquivo capturado em 15 de agosto de 2016.

CARNEIRO, R.O. O desenvolvimento revisitado. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 73-82, jul/ago. 2006.

CERVO, A. L. et al. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAIMOVICH, H. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. **Estudos Avançados**. v. 14, n. 40, p. 134-143, 2000.

CHANLAT, J. F. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Ciências Sociais e Management**. São Paulo: Atlas, 1996.

CHAVES, C. A. B. M.; APOLINARIO, V. A abordagem em APL's e o Desenvolvimento Regional/Local: reflexões sobre as conexões deste debate. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**. v. 1, n. 1, 2014.

COHN, G. Desenvolvimento como processo civilizador. In. : SOUZA, Pedro d. (Org). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 25-30.

COSTA, F. L. da. Guerreiro Ramos: teoria e prática da sociologia em mangas de camisa. In.: **O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 472-485.

CNPq – **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. [online] Disponível na internet via <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-area>> . 2016. Arquivo capturado em 18 de setembro de 2016.

CRISTALDO, R. C. Subdesenvolvimento, integração e administração política. **Revista Brasileira de Administração Política**. n.2, v. 8, pp. 185-110, out. 2015.

CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

DAGNINO, R.; FILHO, P. A. de L. Prefácio. In: NOVAES, H. **T. Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DANTAS, A. T.; MONFREDO, C. S. Celso Furtado: um intelectual brasileiro. In.: O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 238-245.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DESCARTES, R. Discurso do Método. In: **René Descartes**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

DUDZIAK, E. A. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. Ponto de Acesso. **Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA**, v. 1, n. 1, 2007.

ÉSTHER, A. B. A universidade como universidade corporativa global? O caso da formação em Administração. **GIGAPP Estudios Working Papers**, [S.l.], n. 60-65, p. 162-178, abr. 2017. ISSN 2174-9515. Disponível em: <<http://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/49/78>>. Fecha de acceso: 12 nov. 2017.

FARIA, J. H.; LEAL, A. P. Do Treinamento à Universidade Corporativa: Ideologia, Dominação e Controle. In: FARIA, J. H. (Org.). **Análise Crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 167-189.

FIORI, J. L. **Introdução: de volta a questão da riqueza de algumas nações**. In: \_\_\_\_\_. (Org.) Estado e moedas no desenvolvimento das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 11-48.

FLYVBJERG, B. Five Misunderstanding about case study research. In: SEALE, Clive et al. (Eds.) **Qualitative research practice**. London: Sage, 2004. p.420-434.

FREIRE D'ÁGUIAR, Rosa. Apresentação. In: D'ÁGUIAR, Rosa Freire (organização). **Celso Furtado e dimensão cultural do desenvolvimento**. Centro Internacional Celso Furtado. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. p. 02-09.

FREITAS, M. C. A pesquisa educacional como questão intelectual na história da educação brasileira (breves anotações para uma hipótese de trabalho). In.: FREITAS, M.C.; KULMANN, JR. M. (Orgs.) **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1961.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

FURTADO, C. Subdesenvolvimento revisitado. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, ago., p. 5-19, 1992.

FURTADO, C. **Metaformose do capitalismo**. 2002. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado1.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

FURTADO, C. Para onde caminhamos? 2004. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191728100\\_Dossier%20CF%2020%20nov%202014%20ArtigoJBNovembro2004.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191728100_Dossier%20CF%2020%20nov%202014%20ArtigoJBNovembro2004.pdf). Acesso em janeiro de 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOODE, W. J. ; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.

GOULART, S. **Sobre a interferência da produção científica e tecnologia da universidade no desenvolvimento local**: o caso da Ciência da Computação. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 4, p. 1-15, out. 2006.

GOULART, S., CARVALHO, C. A. O caráter da internacionalização da produção científica e sua acessibilidade restrita. **RAC**, v. 12, n. 3, p. 835-853, 2008.

KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes, 2013.

KEINERT, M. C. Kant: o apóstolo da razão pura e da crítica sistemática. In: \_\_\_\_\_. **Razão, sonho e sensibilidade**. 2. ed. São Paulo: Duetto, 2011, p. 7-13.

LEITÃO, C. Indústrias criativas x economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado. In. : SOUZA, Pedro d. (Org). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 150-165.

LEMONS, D. C., BAZZO, W. A Administração como ciência social aplicada: integrando ciência, tecnologia e sociedade no ensino de administração. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 5, n. 3, p. 1-14, 2011.

LIMA, P. G. C. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. **Textos de Economia**, Florianópolis, n. 2, v. 10, p. 58-83, jul./dez. 2007.

MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. **Indústria cultural e semiformação: análise crítica da formação dos administradores**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

- MARTINS, P. E. M. Alberto Guerreiro Ramos: um guerreiro exilado. In.: **O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 434-439.
- MARTINS, P. E. M. et al. Repensando a Formação do Administrador Brasileiro. **Archétypon**, Rio de Janeiro, Ano 5, n. 15, p. 11-30, set/dez. 1997.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia e planejamento. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MISOCZKY, M.C. Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmico. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, out, 2006.
- MOTTA, F. C. P. A questão da formação do administrador. **RAE**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, out./dez. 1983.
- NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores? Fórum educação em administração. **RAE**, v. 43, n. 2, abr/maio/jun. 2003.
- NOVAES, H. T. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PAULA, J. A. de. Brasil: passado e futuro. In.: SOUZA, Pedro d. (Org). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 13-22.
- PINTO, M. M. **Tecnologia e Inovação**. Apostila do curso de Administração Pública – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.
- RAMOS, A. G.. **A redução sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1958.

RAMOS, A. G. Uma abordagem substantiva da organização. In: **A nova ciência das organizações** – uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RIVERA, A. S. P.; BRITO, M. J. de. **A pesquisa como prática social**: um estudo sob a perspectiva bourdieusiana. O&S, v. 22, n. 75, p. 561-582, out./dez. 2015.

ROCHE, A. Prefácio. In: CUNHA, L. A. **Educação e Desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980.

RUEGG, W. Capítulo 1: Temas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Uma História da Universidade na Europa**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Lisboa, 1996. p. 4-8, v.1.

SAFATLE, V. O mito do desenvolvimento econômico na era Lula. In. : SOUZA, Pedro d. (Org). **Brasil, sociedade em movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 71-76

SANTANA, W. G. P. **Desenvolvimento, Gestão e Cooperação Internacional**: um estudo do projeto de desenvolvimento comunitário da bacia do Rio Gavião no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Questões da nossa época, v. 120).

SANTOS, E. L., BRAGA, V., SANTOS, R. S., BRAGA, A. M. da S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em Debate**. n. 1, v. 2, pp. 44-61, jul. 2012.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. L. O campo científico da administração: percursos e percalços. IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, Florianópolis, 2014. **Anais...**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a administração política. **RAP**, v. 35, n. 5, p. 49-77, set./out. 2001.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SILVA, H. R. da. História intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis. In: \_\_\_\_\_. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002, p. 11-27.

SOLE, A. Esta imagem da qual somos tão prisioneiros. **Revista Gestão.Org**, v.1, n. 1, 2004.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K. (Edit.); LINCOLN, Y. S. (Edit.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE, 2000.

TENÓRIO, F. G. O drama de ser dois: um sociólogo engravatado. In.: **O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 440-471.

TORGAL, L. R.; ÉSTHER, A. B. **Que Universidade?** Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

TRAGTENBERG, M. **A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo Gráfica Editora, 1979.

VALLE, I. R. Pierre Bourdieu: A pesquisa e o pesquisador. In: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P. (Orgs.) **A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2008. p. 95-117.

VALLE, I. R. de. **Diferenciação social e justiça escolar: a escolar e a universidade sob tensão**. In: Colóquio Luso Brasileiro de Sociologia da Educação, 5, 2016, São Paulo.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6ª Edição, São Paulo: Atlas, 2005.

VELLOSO, J. P. dos R. Celso Furtado e a utopia do desenvolvimento. In.: **O Brasil em evidência**: a utopia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 246-252.

VIEIRA, C. E. Intelligenstia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.1, n.16, p.63-86, jan./abr. 2008.

VIEIRA, M. M. F. Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico. In.: **O Brasil em evidência**: a utopia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p. 230-237.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Porto: Afrontamento, 1974.

**APÊNDICE A – Relação dos grupos de pesquisa vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais**

Nome do grupo	Líder	Segundo líder	Faz parte do Programa de doutorado
Núcleo Interdisciplinar sobre gestão em organizações (não) empresariais	Allan Claudius Queiroz Barbosa	-	Sim
Observatório de Recursos Humanos em Saúde	Allan Claudius Queiroz Barbosa	-	Sim
NESP - Núcleo de Pesquisas em Eficiência, Sustentabilidade e Produtividade	Ana Lúcia Miranda Lopes	-	Sim
Núcleo de Estudos Organizacionais Críticos e Transdisciplinares (NEOCT)	Ana Paula Paes de Paula	Rafael Diogo Pereira	Sim
NECEU - Núcleo de Estudos Cooperativos entre Empresas e Universidade	Antônio Artur de Souza	-	Sim
NEGEC - Núcleo de Estudos Gerenciais e Contábeis	Antônio Artur de Souza	-	Sim
Núcleo de Estudos e Pesquisas	Antônio Dias	-	Sim

	<b>Nome do grupo</b>	<b>Líder</b>	<b>Segundo líder</b>	<b>Faz parte do Programa de doutorado</b>
	sobre as Articulações entre Finanças e Estratégia – NEAFE	Pereira Filho		
	NUME - Núcleo de Ensino e Pesquisa em Mercadologia e Estratégia em Organizações	Carlos Alberto Gonçalves	-	Sim
	GRUPO EICIS	Francisco Vidal Barbosa	-	Sim
<b>0</b>	NUFI - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Consultoria em Finanças e Contabilidade	Hudson Fernandes Amaral	Aureliano Angel Bressan	Sim
<b>1</b>	NÚCLEO DE ESTUDOS DE GESTÃO PÚBLICA (NEGP)	Ivan Beck Ckagnazaroff	-	Sim
<b>2</b>	NECOP - Núcleo de Estudos sobre Comportamento, Pessoas e Organizações	Kely Cesar Martins de Paiva	-	Sim
<b>3</b>	NEOS - Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade	Luiz Alex Silva Saraiva	Alexandre de Pádua Carrieri	Sim
	Núcleo Observatório de Custos	Márcio Augusto	-	Sim

	<b>Nome do grupo</b>	<b>Líder</b>	<b>Segundo líder</b>	<b>Faz parte do Programa de doutorado</b>
<b>4</b>	e Economia da Saúde	Gonçalves		
<b>5</b>	NEECIM TUR - Núcleo de Estudos e Estratégias de Comunicação Integrada de Marketing & Turismo	Marlusa Gosling	-	Sim
<b>6</b>	Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional e Tecnologias Gerenciais	Renata Simões Guimarães e Borges	Roberto Gonzalez Duarte	Sim
<b>7</b>	Núcleo de Pesquisa sobre Dinâmicas Estratégicas em Organizações - DEON	Reynaldo Maia Muniz	-	Sim
<b>8</b>	NIPE-LOG - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Logística	Ricardo Silveira Martins	Marcelo Bronzo Ladeira	Sim
<b>9</b>	NECC - Núcleo de Estatística e Ciências Comportamentais	Ricardo Teixeira Veiga	-	Sim
<b>0</b>	Núcleo de estudos em gestão social e economia solidária	Ana Paula Gomes de Melo	-	Não
	NECOM - Núcleo de Estudos	Antônio Luiz Marques	-	Não

	<b>Nome do grupo</b>	<b>Líder</b>	<b>Segundo líder</b>	<b>Faz parte do Programa de doutorado</b>
<b>1</b>	em Comportamento e Mudança Organizacional			
<b>2</b>	NESCON - Grupo de Estudos em Controladoria	Geova Jose Madeira	-	Não
<b>3</b>	GEPEC - Grupo de Estudos sobre Pesquisas e Educação Contábil	Jacqueline Veneroso Alves da Cunha	-	Não
<b>4</b>	GPACC - Grupo de Pesquisa Aplicada em Contabilidade e Controladoria	Poueri do Carmo Mario	-	Não
<b>5</b>	GMF - Grupo de Pesquisas sobre o Mercado Financeiro	Valéria Gama Fully Bressan	Wagner Moura Lamounier	Não

### APÊNDICE B – Categorias analíticas

Objetivo específico	Dimensões de análise a partir dos Objetivos específicos	Categoria de análise	Perspectiva teórico-analítica	Procedimento de coleta
Mapear os grupos de pesquisas cadastrados no diretório de grupos de pesquisas do CNPq da área da Administração localizadas em universidades públicas do estado de Minas Gerais.	Grupos de pesquisas vinculadas aos programas de pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.	Grupos de pesquisas.	Bourdieu (1998).	Informações coletadas no sítio eletrônico do Diretório de Grupos de Pesquisa vinculados ao CNPQ: nome da IES, grupo, líder e segundo líder (Apêndice A).
Identificar as produções geradas pelos grupos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicação dos últimos 10 anos;</li> <li>- Publicados em períodos da área de administração conforme Qualis 2015;</li> <li>- Publicados com autoria de pelo menos dois componentes do grupo.</li> </ul>	Artigos científicos	Bourdieu (1998).	Informações coletadas na Plataforma Lattes do líder do grupo de pesquisa.

<p>Identificar a convergência entre tais produções e o conceito de criatividade humana de Celso Furtado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Objeto de estudo<sup>24</sup>;</li> <li>- Posicionamento estatal<sup>25</sup>;</li> <li>- Lógica<sup>26</sup>;</li> <li>- Horizonte<sup>27</sup>;</li> <li>- Caráter<sup>28</sup>;</li> <li>- Perspectiva desenvolvimentista<sup>29</sup>;</li> <li>- Temática<sup>30</sup>.</li> </ul>	<p>Caracterização da produção científica.</p>	<p>Furtado (1978).</p>	<p>Informações coletadas na Plataforma Lattes do líder do grupo de pesquisa.</p>
--	--	---	------------------------	--

<sup>24</sup> **Quanto ao objeto de estudo:** empresa (agentes diretamente empenhados na acumulação) ou empresas sociais (agentes que lutam pela valorização do trabalho, ou seja, por difundir socialmente os frutos da crescente produtividade do trabalho que engendra a acumulação).

<sup>25</sup> **Quanto ao posicionamento do Estado** no que tange ao desenvolvimento: sob sua tutela ou tutela das empresas.

<sup>26</sup> **Quanto a lógica:** meios ou fins (condição necessária para a criatividade)

<sup>27</sup> **Quanto ao horizonte:** necessidades fundamentais da coletividade (processo de apropriação do excedente e seus impactos na divisão social do trabalho e na estratificação e dominação sociais) ou individuais (o processo de acumulação e ampliação da capacidade produtiva).

<sup>28</sup> **Quanto ao caráter:** normativo (avaliação de formas de organização ou de políticas) ou estritamente analítico (esquema de exposição e análise de processos em curso).

<sup>29</sup> **Quanto a perspectiva do desenvolvimento:** desenvolvimento (prevalecem a deliberação e a reflexividade; transformações sociais com reflexos no sistema de poder; integração política da massa de assalariados) ou crescimento (variáveis quantitativas - indicadores de renda ou produto per capita, produtividade social dos fatores de produção, os princípios da eficiência e da rapidez de resposta, produtividade econômica).

<sup>30</sup> **Quanto a temática:** instituição de uma política consciente e ousada de fomento à criatividade humana e de controle dos recursos não-renováveis de grande valor econômico e de dinamização do mercado interno nos países periféricos.

Identificar a convergência entre tais produções e o conceito de consciência crítica de Guerreiro Ramos.	Comprometimento e autonomia de pensamento.	Caracterização da produção científica.	Ramos (1958).	Informações coletadas na Plataforma Lattes do líder do grupo de pesquisa.
Qualificar e categorizar as ações intelectuais dos grupos de pesquisa da Administração que atuam na Universidade Federal de Minas Gerais, a partir do modelo teórico proposto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuação;</li> <li>- Limites;</li> <li>- Desafios;</li> <li>- Contradições.</li> </ul>	Ação intelectual dos grupos de pesquisa.	Furtado (1978); Ramos (1958) e Bourdieu (1998)	Entrevista Compreensiva

Fonte: Elaboração da autora.

---



## APÊNDICE C – Lista de artigos analisados em ordem alfabética

1. ALBINO, J. C. A. et al. **Estratégia como prática: uma proposta de síntese. Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**. Rio de Janeiro, v. 9, p. 2-14, 2010.
2. ALEMÃO, M. M. et al. Varicela - Estudo de cenários com enfoque em custo x benefício do tratamento com e sem aplicação da vacina: estudo de caso no hospital João Paulo II. **Revista Médica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 22, p. 148-148, 2012.
3. ALEMÃO, M. M.; DRUMOND, H. A.; GONÇALVES, M. A. Sistema de Gerenciamento de Custos Hospitalares (SIGH Custos) na Rede FHEMIG. **Revista Médica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 19, p. 91, 2009.
4. ALEMÃO, M. M. et al. Prestação de Contas ao Paciente: O uso das informações de custo como instrumento de transparência na utilização dos recursos destinados à saúde pública. **Revista Médica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 22, p. 140-140, 2012.
5. ALVES JUNIOR, E.; GONÇALVES, C. A.; MARTINS, H. C. Eficiência em inovação de organizações associadas à Fundação Mineira de Software. **RAI: Revista de Administração e Inovação**, v. 11, p. 220-240, 2014.
6. ALVES, C.; BARRETO, J.; MARTINS, R. S. Confiança nos Relacionamentos Interorganizacionais e a Formação de Cadeias de Suprimentos. **Desafio online**, v. 3, p. 930-941, 2015.
7. ALVES, S. T. J.; GONÇALVES, C. A.; PARDINI, D. J. Governança e Inovação em Redes Industriais: um estudo do setor produtivo de bolsas e calçados. **Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)**. Florianópolis, v. 39, p. 11-26, 2014.
8. AMÂNCIO, J. A. et al. Experiências Virtuais no Aprendizado de Administração. **Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)**. Florianópolis, v. 9, p. 127-146, 2007.

9. AMÂNCIO, J. A. et al. Sinais de Baixa Frequência e a Estratégia de Retenção de Clientes. REGE. **Revista de Gestão USP**. São Paulo, v. 17, p. 59-74, 2010.
10. AMÂNCIO, J. A. et al. Sinais de baixa de frequência e a estratégia de retenção de clientes. REGE. **Revista de Gestão USP**. São Paulo, v. 17, p. 59-74, 2010.
11. AMARAL, H. F. et al. Avaliação de Ativos Intangíveis: Modelos alternativos para determinação do Valor de Patentes. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, p. 123-143, 2014.
12. ANDRADE, C. R. et al. Compatibilizando a responsabilidade fiscal com o social na gestão de pequenos municípios - um estudo de caso em uma prefeitura do Rio de Janeiro. REGE. **Revista de Gestão USP**. São Paulo, v. 18, p. 177-194, 2011.
13. ANDRADE, C. R.; PEREIRA, L. Z.; CKAGNAZAROFF, I. B. Elementos de Satisfação e Insatisfação no trabalho operacional: Revisitando Herzberg. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 8 (1), p. 67-89, 2007.
14. ANDRADE, M. A. M.; GOSLING, M.; XAVIER, W. S. **Por trás do Discurso Socialmente Responsável da Siderurgia Mineira**. São Paulo: Produção, v. 20, p. 14, 2010.
15. ANDRADE, M. A. M.; N F, J.; GOSLING, M. Metodologias de Análise de Imagem no Marketing: um Estudo Bibliométrico dos Anais do ENANPAD. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, p. 1-15, 2014.
16. ANDRADE, M. V. et al. A equidade na cobertura da Estratégia Saúde da Família em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública** (ENSP. Impresso), v. 31, p. 1175-1187, 2015.
17. ANDRADE, M. V. et al. A equidade na cobertura da Estratégia Saúde da Família em Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: ENSP, v. 31, p. 1175-1187, 2015.
18. ARAUJO, A. C. N. et al. A utilização de sistemas de informações como suporte para o processo de formação de preços nas empresas de

produção por encomenda. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, v. 21, n.21, p. 32-40, 2006.

19. ARAÚJO, G. et al. Fatores Que Influenciam A Intenção De Compra De Viagens de Ecoturismo e Turismo De Aventura. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, p. 551-575, 2014.

20. ARAÚJO, U. P. et al. Dinâmica da assimilação de métodos analíticos pela ciência no Brasil. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre: v. 2, p. 307-332, 2016.

21. ASSIS, L. B.; VIEGAS, G.; CKAGNAZAROFF, I. B. Gestão de Recursos Humanos no Terceiro Setor: um estudo descritivo das organizações de Belo Horizonte. **Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, p. 297, 2012.

22. AVELAR, E. A. et al. Relação Entre as Alavancagens Operacional e Financeira e o Dilema Risco-Retorno. **Revista FSA**. Teresina: Faculdade Santo Agostinho, v. 13, p. 3-23, 2016.

23. BARBOSA, A. C. Q.; CINTRA, L. P. Inovação, competências e desempenho organizacional: articulando construtos e sua operacionalidade. **Future Studies Research Journal**, v. 4, n.1, p. 31-60, jan./jul. 2012.

24. BARBOSA, D. M. S. et al. Análise da política financeira da Cielo, a empresa do ramo das 'maquininhas', após a abertura de seu capital. **Revista Espacios**. Caracas, v. 36, p. 14, 2015.

25. BARBOSA, D. M. S.; SOUZA, A. A.; SANTOS, T. A. Limitações Da Avaliação De Desempenho De Hospitais: Uma Crítica À Utilização De Indicadores Financeiros E Operacionais. **Revista FSA**. Teresina: Faculdade Santo Agostinho, v. 12, p. 24-48, 2015.

26. BECHELAINE, C. H. O.; CKAGNAZAROFF, I. B. As Avaliações Vão Para a Gaveta? Uma revisão teórica dos fatores relacionados ao uso de avaliações de políticas públicas. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, p. 78-93, 2014.

27. BERTUCCI, L. A. et al. Influência da Crise Financeira Internacional na Estrutura Econômica das Instituições Financeiras Bancárias

Brasileiras e seus Reflexos no Índice de Basileia: Uma Abordagem Comparativa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 6, p. 73-94, 2012.

28. BOINA, T. M. et al. Time-Driven ABC: Análise Bibliométrica de Artigos Acadêmicos Divulgados em Periódicos Científicos entre 2004 e 2015. **Revista ABCustos**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 11, p. 43-71, 2016.

29. BOINA, T. M. et al. Análise Bibliométrica de Trabalhos Acadêmicos Sobre o Timeddriven Activity-Based Costing Publicados Em Periódicos Entre Os Anos De 2004 E 2013. **Revista Universo Contábil**, v. 11, p. 166-183, 2015.

30. BORGES, F. R. F. et al. In Your Face: uma crítica ao uso excessivo do Facebook. **Polêmica**, v. 13, p. 1308-1326, 2014.

31. BORGES, F. R. F. et al. Elaboração e Experimento de um Método de Marketing Viral e Database Marketing baseado em Algoritmos Genéticos. **Revista de Gestão & Tecnologia**, v. 12, p. 151-175, 2012.

32. BRANDÃO, E. A.; MUNIZ, R. M.; GONÇALVES, C. A. A Inovação e o Design Estético na Geração de Capacidades Dinâmicas: um Estudo de Caso Btob. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 9, p. 1-21, 2009.

33. BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. O lugar dos conflitos e os conflitos de lugar na falência de uma empresa familiar. **GVcasos - Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, v. 4, p. 1-3, 2014.

34. BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre o discurso da mídia sobre lavadores e flanelinhas em Belo Horizonte. **Gestão.Org**, v. 11, p. 247-270, 2013.

35. CAPANEMA, F. D et al. Custo hospitalar de pacientes acometidos por varicela atendidos em hospital público de referência do estado de Minas Gerais no ano de 2012. **Revista Médica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 26, p. 47-55, 2016.

36. CAPRONI NETO, H. L. et al. **Desenhando a vivência: um estudo sobre sexualidade, trabalho e tabu de homens gays**. Bagoas: Revista de Estudos Gays, v. 9, p. 189-216, 2015.

37. CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S.; BICALHO, R. A. Diversidade sexual nas organizações: um estudo sobre coming out. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro: UFF, v. 8, p. 86-103, 2014.

38. CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S.; BICALHO, R. A. Violência simbólica nas trajetórias profissionais de homens gays de Juiz de Fora. **Revista de Psicologia Política**, v. 13, p. 93-110, 2013.

39. CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S. Estigma na trajetória profissional de uma travesti. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, p. 234-256, 2014.

40. CAPRONI NETO, H. L.; SARAIVA, L. A. S. Tudo ao mesmo tempo agora: mulheres e seus tempos. **Tecnologias de Administração e Contabilidade**, v. 6, p. 39-55, 2016.

41. CAPRONI NETO, H. L.; SILVA, A. N. ; SARAIVA, L. A. S. Desenhando o mundo ideal e mundo real: um estudo sobre lésbicas, trabalho e inserção social. **Revista de Ciências Humanas**, v. 48, p. 303-328, 2014.

42. CARDOSO, L. H. P.; GOSLING, M.; ANDRADE, M. A. M. Satisfação Do Usuário No Âmbito Dos Serviços De Saúde: As Contribuições Da Literatura De Marketing. RAHIS. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 10, p. 75-92, 2013.

43. CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D. A Institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. **O&S: Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 63-79, 2008.

44. CARVALHO, D. N. et al. Gestão E Sustentabilidade: Um Estudo Multicasos Em ONGs Ambientalistas Em Minas Gerais. **RGSA: Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, p. 2, 2007.

45. CHAVES, P. G.; GOSLING, M.; MEDEIROS, S. A. Engajamento e ações de marketing de relacionamento no futebol: um estudo com torcedores do Cruzeiro Esporte Clube. **Revista "Vianna Sapiens"**, v. 5, p. 201-232, 2014.
46. CHRISTINO, J. M. M. et al. Which clothing do I buy? A study on apparel acquisition forms oriented by brand and/or fashion. **Business Management Review (BMR)**, v. 3, p. 27-42, 2014.
47. CKAGNAZAROFF, I. B. et al. **A Governança em Planejamento e Desenvolvimento Local: uma Análise Teórica**. Viçosa: Revista de Ciências Humanas, v. 8, p. 171-191, 2008.
48. COELHO, B. F. P.; SOUZA, A. A.; BARBOSA, D. M. S. Fatores Críticos para Seleção de ENBTs por Fundos de Venture Capital no Brasil. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 6, p. 87-107, 2016.
49. COELHO, M. F.; GOSLING, M.; GONÇALVES, C. A. Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa como estratégia para a competitividade na Hotelaria. **Turismo e Sociedade**, v. 6, p. 645-650, 2013.
50. COELHO, M. F.; GOSLING, M.; GONÇALVES, C. A. Competitividade e Responsabilidade Social Corporativa na Hotelaria. **Turismo e Sociedade**, v. 6, p. 8, 2013.
51. COELHO, M. F.; GOSLING, M. Comentar Bem Ou Mal Na Internet? O Engajamento De Viajantes Em Reviews De Hotéis. Málaga: **TURyDES**, v. 8, p. 1-18, 2015.
52. COELHO, M. F.; GOSLING, M. Em Busca da Definição de Reputação de Destinos Turísticos: significados e temas associados a partir da visão de profissionais. **Revista Turismo em Análise**, v. 26, p. 262-281, 2015.
53. COELHO, M. F.; GUIMARAES, M. P.; GOSLING, M. Turismo Inclusivo e Lazer em Espaços Públicos. **Revista Turismo & Desenvolvimento (Online)**, v. 11, p. 01, 2012.

54. COIMBRA, K. E. R.; PACHECO, W. M.; SARAIVA, L. A. S. Além de estereótipos profissionais: o cotidiano de trabalhadores de sex shops. **Gestão & Regionalidade** (Online), v. 30, p. 104-120, 2014.
55. COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o quarteirão do soul. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, p. 28-52, 2014.
56. COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, p. 34-46, 2013.
57. COLARES, A. F. V.; SARAIVA, L. A. S. O processo de construção identitária em organizações: uma releitura sobre identidade. **Revista Alcance** (Online), v. 23, p. 568-577, 2016.
58. COLARES, A. F. V.; SARAIVA, L. A. S. Problematizando o velho e o idoso sob a ótica do capital. **NAU Social**, v. 7, p. 55-67, 2016.
59. COLARES, A. F. V.; SARAIVA, L. A. S. Representações sociais da cultura em Belo Horizonte. **Gestão e Conexões**, v. 5, p. 19-37, 2016.
60. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; BRESSAN, A. A. O efeito da liquidez sobre a rentabilidade de mercado das ações negociadas no mercado acionário brasileiro. **Revista Base**. São Leopoldo: Unisinos, v. 5, p. 109-119, 2008.
61. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Compensation, Board of Directors And Ownership Structure: Empirical Evidence From The Brazilian Stock Market. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, p. 2-21, 2014.
62. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Determinantes da eficiência de conselhos de administração de empresas negociadas na BM&Bovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, p. 46-57, 2014.
63. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F.; LOUVET, P. Um Índice de Governança Corporativa para Empresas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças** (Online), v. 22, p. 45-63, 2011.

64. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Arcabouço teórico para os estudos de governança corporativa: os pressupostos subjacentes à Teoria da Agência. **REGE: Revista de Gestão USP**, v. 15, p. 1-10, 2008.
65. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Determinants of Market Liquidity of Shares Traded on the BM&FBOVESPA. **BBR: Brazilian Business Review** (English Edition. Online), v. 11, p. 75-97, 2014.
66. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Reflexão sobre as Funções da Governança Corporativa. **Revista ANGRAD**, v. 9, p. 367-385, 2008.
67. CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Reflexão sobre as Funções da Governança Corporativa. **REGE: Revista de Gestão USP**, v. 13, p. 43-55, 2006.
68. COUTO, F. F. et al. O Desenvolvimento Representa O Indivíduo? A História De Montes Claros/MG Sob Outras Perspectivas. **Revista FSA**. Teresina: Faculdade Santo Agostinho, v. 13, p. 195-213, 2016.
69. COUTO, F. F.; SARAIVA, L. A. S. Um estranho no ninho ou um ninho para um estranho? Racionalidade, cultura e expatriação. **GVCasos - Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, v. 5, p. 1-4, 2015.
70. COUTO, F. F.; CKAGNAZAROFF, I. B. Prefeituras priorizam o desenvolvimento local? Um estudo qualitativo do caso de Montes Claros/MG de acordo com a visão de gestores públicos locais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, p. 225-234, 2016.
71. DALLA, W. D.; GONÇALVES, C. A.; MUNIZ, R. M. O pensamento do estrategista: fatores que asseguram a tomada de decisões estratégicas nas pequenas e médias empresas. **Revista Iberoamericana de Estratégia**, v. 08, p. 63-84, 2009.
72. DANTAS, R. G.; GOSLING, M.; COELHO, M. F. O processo de recuperação de serviços em agências de turismo através da abordagem do sistema sócio-técnico. **Turismo e Sociedade**, v. 6, p. 440-461, 2013.
73. DEBOCA, L. P.; MARTINS, R. S. **Competitive Advantages from Horizontal Relationships in Production Agglomerations:**

**Perceptions of Local Actors.** São Paulo: Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 17, p. 1025-1043, 2015.

74. DEBOCA, L. P.; MARTINS, R. S. Relacionamentos interorganizacionais em empresas de pequeno porte e sua inserção em cadeias de suprimentos. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, p. 706-724, 2016.

75. MELO, L. D. R. M. F.; COELHO, M.; GONÇALVES, C. A. Service platforms management strategy: case study of an interior design firm. **GEPROS: Gestão da Produção, Operações e Sistemas** (Online), v. 10, p. 49-68, 2015.

76. DIAS, A. T.; GONÇALVES, C. A.; COLETA, K. A. P. G. Fatores Estratégicos e Desempenho de Empresas em Ambientes Turbulentos: o Caso das Companhias Brasileiras Abertas no Período 1996-2001. **RAC Eletrônica** (Online), v. 1, p. 86-106, 2007.

77. DIAS, A. T.; GONÇALVES, C. A.; SILVA, C. J. **Mensuração do desempenho estratégico na lógica do Modelo STROBER: uma análise no setor de revenda automotiva.** Belo Horizonte: Pretexto, v. VIII, p. 79-100, 2007.

78. DIAS, A. T.; GONÇALVES, C. A. **Macroeconomic Context, Relationships with Stockholders and Strategic Factors in the Determination of Brazilian Corporations' Performance.** Binghamton: Latin American Business Review, v. 8, p. 1-23, 2007.

79. DIAS, A.; MUYLDER, C.; GONÇALVES, C. A study of the environment as moderator of the strategy and performance relationship of Brazilian companies. **African Journal of Business Management**, v. 6, p. 10477-10485, 2012.

80. DIAS, A. et al. Multilevel modeling of the performance variance. **Revista Iberoamericana de Estrategia**, v. 11, p. 97-118, 2012.

81. DIAS, A. T.; GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES, M. A. Multilevel modeling of the performance variance. *Revista Iberoamericana de Estrategia*, v. 11, p. 97-118, 2012.

82. DIAS, A. T.; GONÇALVES, M. A.; GONÇALVES, C. A. An Approach of Corporate Strategic Factors and Performance in an Emerging Economy. **International Academy of Management and Business**. Conference Proceedings, v. 1, p. 354-369, 2011.
83. DINIZ, T. C.; AMARAL, H. F.; FERREIRA, B. P. Avaliação do Risco Soberano: o impacto de variáveis econômicas, políticas e sociais. **Economia Global e Gestão**, v. 17, p. 9-31, 2012.
84. DRUMOND, H. A.; ALEMÃO, M. M.. Gestão estratégica hospitalar: aplicação fundamentada em gestão de custos no setor saúde. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 19, p. 88, 2009.
85. DRUMOND, H. A. et al. Estudo do Gerenciamento do Processo de Transplantes - Uma aplicação da meta informação custo no desenho e no domínio tecnológico do transplante: Caso de transplantes de fígado e rim no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 22, p. 124-124, 2012.
86. ECCEL, C. S.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Masculinidade, autoimagem e preconceito em representações sociais de homossexuais. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro: UFF, v. 9, p. 1-15, 2015.
87. ENOQUE, A. G.; BORGES, A. F.; SARAIVA, L. A. S. “Minha casa, meu trabalho...”: trabalho domiciliar na indústria de confecções de Goiás. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, p. 130-158, 2015.
88. FARIA, E. R.; FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, M. A. Avaliação dos riscos do pregão eletrônico: Uma abordagem pela teoria da nova economia institucional. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis: CAD/UFSC, v. 15, p. 211-227, 2013.
89. FARIA, E. R.; FERREIRA, M. A. M.; GONÇALVES, M. A. Avaliação dos riscos do pregão eletrônico: uma abordagem pela teoria da nova economia institucional. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis: CAD/UFSC, v. 14, p. 60-74, 2012.
90. ROCHA, N. P. A. et al. A abordagem econômica do capital intelectual e a qualidade de vida do trabalhador nas organizações do

século XXI. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 21, p. 34-34, 2011.

91. FARIA, E. R.; GONÇALVES, M. A. Fatores determinantes para a qualidade da saúde nos municípios mineiros. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 3, p. 236-248, 2013.

92. FARIA, E. R.; GONÇALVES, M. A. Metodologias e temas pesquisados em finanças: uma análise bibliométrica nos principais periódicos do Brasil. **Revista Administração em Diálogo - RAD**, v. 17, p. 172-191, 2015.

93. FARIA, E. R.; GONÇALVES, M. A. Por que (não) ler os clássicos? Uma crítica ao *mainstream* dos estudos em estratégia e finanças. **Administração em Diálogo**, v. 18, p. 1-28, 2016.

94. SANTOS, L. M. dos; Francisco, J. R. S.; GONÇALVES, M. A. Controle na alocação de recursos na saúde pública: uma análise nas microrregiões do Sudeste brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8(2), p. 119-130, 2016.

95. FIALHO, R. C. N.; MARTINS, R. S. O Desempenho Logístico numa Perspectiva Neoinstitucional. **Revista Dom**. Rio de Janeiro: Fundação Dom Cabral, v. 24, p. 105-109, 2014.

96. FIALHO, R. C. N.; MARTINS, R. Elementos institucionais e desempenho da logística de uma rede pública de assistência farmacêutica. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 50, p. 819-841, 2016.

97. FLISTER, F. V.; BRESSAN, A. A.; AMARAL, H. F. CAPM Condicional no Mercado Brasileiro: Um Estudo dos Efeitos Momento, Tamanho e Book-to-Market entre 1995 e 2008. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 9, p. 105-129, 2011.

98. FONSECA, J. A.; PEREIRA, L. Z.; GONÇALVES, C. A. Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 49, p. 395-422, 2015.

99. FONSECA, R. A.; FRANCISCO, J. R. S.; AMARAL, H. F.; BERTUCCI, L. A. Custo de Transação - Impacto da Inadimplência no Setor Comercial. **Revista da Faculdade de Administração e Economia - ReFAE**, v. 4, p. 39-60, 2013.
100. FRANCISCO, J. R. S. et al. O papel da controladoria nas organizações. **FACEF Pesquisa**. Franca: Uni-FACEF, v. 16, p. 67-82, 2013.
101. FRANCISCO, J. R. S.; AMARAL, H. F.; BERTUCCI, L. A. Remuneração dos acionistas por meio do juro sobre o capital próprio das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (Online). Rio de Janeiro: Uerj, v. 18, p. 32-48, 2013.
102. FRANCISCO, J. R. S.; AMARAL, H. F.; BERTUCCI, L. A. Risco de Crédito em Cooperativas: Uma análise com base no perfil do cooperado. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, p. 137-149, 2012.
103. FRANCISCO, J. R. S.; AMARAL, H. F.; CASTRO, L. M. M. Corporate governance: value creation and performance in credit unions. **Portuguese Journal of Management Studies**, v. 18, p. 31-54, 2013.
104. FRANCISCO, J. R. S. et al. Gestão Financeira do Segmento Bancos como Processo de Tomada de Decisão: Aplicação do Modelo Dinâmico. **Pensar Contábil**, v. 14, p. 41-51, 2012.
105. FRANCISCO, J. R. S. et al. Demonstração de Fluxo de Caixa: Atividade Operacional versus indicadores financeiros de liquidez: análise da gestão financeira. RC&C. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 3, p. 94-111, 2011.
106. FREITAS, A. F.; CKAGNAZAROFF, I. B.; FREITAS, A. F. Uma análise do desenho institucional do projeto para combater a pobreza rural em Minas Gerais, Brasil. *Agroalimentaria* (Caracas), v. 020, p. 151-166, 2014.
107. FREITAS, A. F.; COSTA, D. M.; CKAGNAZAROFF, I. B.; BARBOSA, F. V. Perfil metodológico da produção científica no Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas.

**Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 7, p. 18-41, 2014.

108. FREITAS, J. S.; GONÇALVES, C. A.; CHENG, L. C.; MUNIZ, R. M. O fenômeno das spin-offs acadêmicas: estruturando um novo campo de pesquisa no Brasil. **RAI:Revista de Administração e Inovação**, v. 8, p. 67-87, 2011.

109. GONÇALVES, C. et al. Mensurando a qualidade de serviços logísticos e intenções comportamentais de varejistas: Um estudo empírico na indústria de refrigerantes. **Revista Alcance** (Online), v. 16, p. 404-425, 2009.

110. FREITAS, J. S. et al. Parsimonious Determinants of Pre-Incubated Academic Spin-offs Initial Performance: a Configuration Perspective. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 6, p. 50-65, 2011.

111. FREITAS, J. S. et al. Structuration aspects in academic spin-off emergence: A roadmap-based analysis. **Technological Forecasting & Social Change JCR**, v. 80, p. 1162-1178, 2013.

112. GARCÍA-FLORES, R. et al. A novel facility and equipment selection model for whey utilisation: A Brazilian case study. **Computers and Electronics in Agriculture**, v. 117, p. 127-140, 2015.

113. GARCIA, G. F. et al. Avaliação de tecnologias em saúde na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 26, p. 31-39, 2016.

114. GODINHO, L.A.C.; LARA, R. D.; GOSLING, M. Percepção Dos Cidadãos Sobre A Fanpage Do Governo Do Estado De Minas Gerais. **S & G. Sistemas & Gestão**, v. 10, p. 58-69, 2015.

115. GODINHO, L.A.C. et al. Avaliando a relação entre qualidade percebida de serviços e recomendação no curso de Administração de uma IES privada de Belo Horizonte. Ituverava: **Nucleus** (Online), v. 13, p. 71-94, 2016.

116. GODINHO, L.A.C.; SILVA, M. D. B.; GOSLING, M. Reclamações e Emoções: um estudo no setor de Eletrodomésticos. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 13, p. 1/8, 2014.
117. GOMES, A.; GODINHO, L.A.C.; GOSLING, M. Uso da internet como canal de comunicação e de relacionamento: análise de formulários “fale conosco?” em uma empresa prestadora de serviços. Franca: **Revista Eletrônica de Administração- REA** (Online), v. 13, p. 247-262, 2014.
118. GOMES, D. T. et al. Apresentação Do Processo De Formação Da Estratégia: Um Estudo De Caso Em Empresa Inovadora. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, p. 414-437, 2012.
119. GOMES, G. A. et al. Responsabilidade socioambiental corporativa e indicador de maturidade mediando desempenho estratégico para as organizações. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis: CAD/UFSC, v. 12, p. 244-269, 2010.
119. GONÇALVES, C. A. et al. Governance and Organizational Structure: an analysis of SUS after the concretion of the Brazilian Sanitary Reform. **Corporate Ownership & Control** (Print), v. 6, p. 189-202, 2008.
120. GONÇALVES, C. A.; DIAS, A. T.; MUNIZ, R. M. Análise discriminante das relações entre fatores estratégicos, indústria e desempenho em organizações brasileiras atuantes na indústria manufatureira. **RAC: Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, p. 287-311, 2008.
121. GONÇALVES, C. A.; DIAS, A. T.; SOUZA, G. F. M. Uma Perspectiva Evolucionária das Relações entre Estratégias Corporativas e Desempenho, com a Aplicação de Redes Neurais Artificiais e Algoritmos Genéticos. **Revista Iberoamericana de Estratégia**, v. 9, p. 32-47, 2010.
122. GONÇALVES, C. A. et al. Componentes Estruturais e Conjuntos Parcimoniosos na Explicação do Desempenho Organizacional: Um Estudo nos Setores da Indústria e Serviço. **Revista Iberoamericana de Estratégia**, v. 12, p. 66-92, 2013.

123. GONÇALVES, C. A. et al. Antecedentes da lealdade do consumidor: estudo empírico no mercado de telefonia celular. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis: CAD/UFSC, v. 11, p. 136-168, 2009.
124. GONÇALVES, C. A.; BRANDÃO, E. A.; MUNIZ, R. M. A **inovação e o design estético na geração de capacidades dinâmicas: um estudo de caso BTOB**. Belo Horizonte: Pretexto, v. 9, p. 9-38, 2008.
125. GONÇALVES, C. A. et al. Uma concepção pragmática de racionalidade para a administração. **Revista Alcance**. Itajaí: Univali (Online), v. 20, p. 156-169, 2013.
126. GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES, M. A.; MUNIZ, R. M. Strategic Corporate Governance in Family Business: a study on the Board of Director's Roles and Responsibilities. **Corporate Ownership & Control** (Print), v. 9, p. 16-22, 2012.
127. GONÇALVES, L.; GOSLING, M.; SANTANA, L. D. Publicidade No Facebook E A Intenção De Compra Pelo Consumidor. **Razón y Palabra**, v. 94, p. 1002-1028, 2016.
128. GONÇALVES, M. A.; ALEMÃO, M. M.; DRUMOND, H. A. Estudo da utilização da informação de custos como ferramenta de gestão em organização pública: O estudo do sigh custos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, p. 210-226, 2013.
129. GONÇALVES, M. A. et al. Gestão hospitalar: a aplicabilidade do Sistema ABC em um bloco cirúrgico. **RAHIS: Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 2, p. 73-86, 2010.
130. GONÇALVES, M. A. et al. Observatório de Custos em Saúde - A implantação do Sistema de Gerenciamento dos Custos Hospitalares e o uso da meta-informação custo. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, p. 76-88, 2010.
131. GONÇALVES, M. A. et al. **Aplicação do custeio ABC no processo de transplantes de fígado no Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Pretexto (Impresso), v. 16, p. 77-91, 2015.

132. GONÇALVES, M. A.; FERREIRA, B. P.; ALEMÃO, M. M. Risco Operacional no Setor Saúde: Financiamento pelo SUS Paralelo aos Gastos na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 14, p. 124, 2014.
133. GONÇALVES, M. A.; GONÇALVES, C. A.; ALEMÃO, M. M. Decision making process and modes of governance: A Comparative study between Brazilian and British hospitals. **Corporate Ownership & Control** (Print), v. 8, p. 177-187-187, 2011.
134. GONÇALVES, M. A. et al. Modes of governance and the use of cost information: a comparative study between Brazilian and British hospitals. **Corporate Ownership & Control** (Print), v. 7, p. 365-379, 2010.
135. GONÇALVES, M. A.; SANTOS, L. M. Does Municipal Expenditure Count for Primary Care Sensitive Hospitalizations? An analysis of Minas Gerais cities, Brazil. **Australian Journal of Basic and Applied Sciences**, v. 23, p. 80-89, 2015.
136. GONÇALVES, M. A. et al. Acordo externo de resultados: inclusão de nova variável no Modelo de Gestão FHEMIG e sua possível influência. Belo Horizonte: Revista Médica de Minas Gerais, v. 22, p. 35, 2012.
137. GONÇALVES, M. A. et al. Uma análise da mudança de produtividade da alocação de recursos públicos na atenção básica da saúde em municípios da Região Sudeste Brasileira. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis: CAD/UFSC, v. 14, p. 22, 2012.
138. GOSLING, M.; ANDRADE, M. A. M. **A responsabilidade social de siderúrgicas mineiras e a percepção de suas comunidades de entorno**. São Paulo: Produção. (Impresso), v. 23, p. 793-805, 2013.
139. GOSLING, M.; COELHO, M. F. ; RESENDE, M. P. Qualidade Percebida e Intenções Comportamentais de visitantes em Museus: Uma Proposta de Modelo. **Turismo: Visão e Ação** (Online), v. 16, p. 656-689, 2014.

140. GOSLING, M. et al. Vamos fazer algo diferente? Um estudo exploratório sobre motivações de visitação a museus. **Revista Vianna Sapiens**, v. 5, p. 336-360, 2014.
141. GOSLING, M. et al. Avaliando a Qualidade de Serviços em Museus: validação e teste de uma escala. **Rosa dos Ventos**, v. 1, p. 1-15, 2016.
142. GOSLING, M. et al. Experiências Emocionais De Intercambistas E A Lealdade Ao Destino: Uma Análise Quantitativa. **ReAT: Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, v. 9, p. 2, 2016.
143. GOSLING, M. et al. Tourist experience in museums: perceptions of managers and visitors. **Tourism & Management Studies**, v. 12, p. 107-116, 2016.
144. GUERRA, A. C.; GOSLING, M.; COELHO, M. F. Redes Sociais: um jornal on-line como fonte de informação especializada em turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, p. 403-418, 2014.
145. GUERRA, M. ; SOUZA, A. A.; MOREIRA, D. R. Performance analysis: a study using data envelopment analysis in 26 Brazilian hospitals. **Journal of Health Care Finance**, v. 38, p. 19-35, 2012.
- PAGO
146. HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, p. 158-186, 2016.
147. HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Hegemonia e Validade do Positivismo/Funcionalismo nos Estudos Organizacionais. **Ciências em Debate**, v. 2, p. 187-207, 2014.
148. IQUIAPAZA, R. A.; AMARAL, H. F.; BRESSAN, A. A. Evolução da Pesquisa em Finanças: Epistemologia, Paradigma e Críticas. **Organizações & Sociedade** (Impresso), v. 16, p. 351-370, 2009.
149. IQUIAPAZA, R. A. et al. Estrutura de capital e decisões de financiamento: testando a hipótese de Pecking Order pelas componentes do déficit. **REGES: Revista Eletrônica de Gestão**, v. 2, p. 40-60, 2009.

150. IQUIAPAZA, R. A. et al. Condicionantes do Crescimento dos fundos mútuos de renda fixa no Brasil. **Revista de Administração**. São Paulo: FEA-USP, v. 43, p. 250-262, 2008.
151. IQUIAPAZA, R. A. et al. Determinants Of The Development Of Fixed Income Mutual Funds In Brazil. **Revista de Administração**. São Paulo: FEA-USP, v. 43, p. 250-262, 2008.
152. IQUIAPAZA, R. A.; BRESSAN, A. A.; AMARAL, H. F. Previsão não-linear de retornos na BOVESPA: volume negociado em um modelo auto-regressivo de transição suave. RAC. **Revista de Administração Contemporânea** (Impresso), v. 14, p. 149-179, 2010.
153. JANUZZI, F. V.; AVELAR, E. A.; AMARAL, H. F. Análise Da Influência De Variáveis Contábeis E De Mercado Sobre Dividendos Pagos. **Revista FSA**. Teresina:Faculdade Santo Agostinho, v. 12, p. 26-48, 2015.
154. JORDÃO, R. V. D; SOUZA, A. A. Company's acquisition as a fator of change on the management control system: a strategic analysis from the perspective of the contingency theory. **Revista Universo Contábil**, v. 9, p. 75-103, 2013.
155. JORDÃO, R. V. D. et al. Controle do capital intelectual: um modelo aplicado à gestão dos ativos do conhecimento. **Revista Iberoamericana de Estratégia**, v. 12, p. 195-227, 2013.
156. JORDÃO, R. V. D. et al. Impactos da governança corporativa e da estrutura de controle na consolidação de demonstrações financeiras em combinações de negócios: o estudo de caso da Copel. **Revista Universo Contábil**, v. 5, p. 82, 2009.
157. JORDÃO, R. V. D.; SOUZA, A. A.; TEDDO, A. C. Governança corporativa e ética de negócios: uma análise nos principais modelos internacionais de controle interno. **S & G**, v. 6, p. 1-19, 2011.
158. JORDÃO, R. V. D.; SOUZA, A. A. Efeitos da Cultura Corporativa no Sistema de Controle Gerencial Pós-Aquisição: Um Estudo de Sucesso Numa Empresa Brasileira. **REGE: Revista de Gestão**, v. 19, p. 1, 2012.

159. JORDÃO, R. V. D.; SOUZA, A. A.; AVELAR, E. A. Organizational culture and post-acquisition changes in management control systems: An analysis of a successful Brazilian case. **Journal of Business Research**, v. 67, p. 542-549, 2014.
160. LANA, I.; BORGES, R.; REIS, I. C. Foreign Trade & Infrastructure: The Brazilian Small Business Reality. **iBusiness** (Online), v. 06, p. 44-51, 2014.
161. LARA, R. D. et al. Avaliação De Programas De Marketing Social: Uma análise dos instrumentos utilizados para avaliação do Programa Ambientação do Governo do Estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, p. 158-190, 2015.
162. LIMA, R. D. J. C. et al. Valores e construção de competências coletivas no complexo têxtil: reflexões e evidências. **Revista Gestão & Tecnologia**, 12(1), 102-125, 2012.
163. LIMA, R. de J. C. et al. Fomento A Inovação E As Competências: Uma Análise Do Programa De Apoio À Pesquisa Em Empresas Em Minas Gerais. **Enciclopédia Biosfera**, v. 8, n. 15, p. 2459-2473, 2012.
164. LIMA, R. J. et al. Estratégia de construção de competências no complexo têxtil: estudo sobre a influência de aspectos identitários e culturais. In: **Revista Ibero-Americana de Estratégia — RIAE**, São Paulo, maio/ago, v. 11, n. 2, p. 225-256, 2012.
165. LOPES, D. P. T; BARBOSA, A.C. Q. **Management and organizational innovation in Brazil: evidence from technology innovation surveys**. São Paulo: Produção. (Impresso), p. 872-886, 2013.
166. LOPES, F. T.; CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. Relações entre poder e subjetividade em uma organização familiar. **Organizações & Sociedade** (Impresso), v. 20, p. 225-238, 2013.
167. LUBUONO, R. et al. Relações entre Dimensões da Experiência, Satisfação, Recomendação e Intenção de Retornar: a Percepção de Participantes de Evento Cultural. **Podium: Sport, leisure and tourism review**, v. 5, p. 15, 2016.

168. MACHADO, D. F. C.; GOSLING, M. A imagem do destino turístico Ouro Preto e seus reflexos na lealdade, na satisfação e na divulgação boca a boca. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. V, p. 1-28, 2010.
169. MAFFILI, D. W.; BRESSAN, A. A.; SOUZA, A. A. Estudo da rentabilidade dos bancos brasileiros de varejo no período de 1999 a 2005. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, p. 117-138, 2007.
170. MAGALHÃES, A. C. M. et al. Estudo da avaliação de custo-efetividade da incorporação tecnológica de drogas não-padronizadas no âmbito da rede FHEMIG - Estudo de caso de medicamentos antimicrobianos. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, p. 168-168, 2010.
171. MAGALHÃES, A. C. M. et al. Estudo de indicadores de resultado no gerenciamento do processo de transplantes no Estado de Minas Gerais: Caso MG Transplantes. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, p. 168-168, 2010.
172. MARQUES, A. L.; BORGES, R. S. G.; REIS, I. C. Mudança organizacional e satisfação no trabalho: um estudo com servidores públicos do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 50, p. 41-58, 2016.
173. MARQUES, A. L.; BORGES, R. S. G.; ALMADA, L. Resistência à mudança organizacional e stress no trabalho. **Faces: Revista de Administração** (Online). Belo Horizonte, v. 15, p. 8-24, 2016.
174. MARQUES, A. M. F.; GONÇALVES, M. A.; SANTOS, L. M. Gasto Público e Políticas Públicas: Uma avaliação do desempenho da Rede Materno-Infantil em Minas Gerais. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 4, p. 1269-1299, 2013.
175. MARQUES, A. M. F. et al. Uma análise dos conteúdos temáticos de sistemas de informações ministrados nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Belo Horizonte: **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 21, n.21, p. 24-31, 2006.

176. MARQUES, V. A. et al. Relação entre Níveis de Governança, Política de Dividendos, Endividamento e Valor das Empresas Brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 3, p. 4-26, 2015.

177. MARQUES, V. A. et al. Qualidade Informacional e Nível de Transparência: Um Estudo entre Empresas Ganadoras e Não Ganadoras do Troféu Transparência Fipecafi-Serasa Experian. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia** (Online), v. 14, p. 769-796, 2015.

178. MARQUES, V. A. et al. Relação entre Níveis de Governança, Política de Dividendos, Endividamento e Valor das Empresas Brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 3, p. 4-26, 2015.

179. MARQUES, V. A.; SOUZA, A. A.; COSTA JUNIOR, A. F. D. A. Os critérios de avaliação utilizados no processo decisório dos fundos de investimento em capital empreendedor. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, p. 317-334, 2014.

180. MARQUES, V. A.; SOUZA, A. A. A influência dos modelos de valuation no processo decisório dos fundos de Venture Capital/Private Equity. **Revista de Finanças Aplicadas**, v. 3, p. 1-17, 2012.

181. MARQUES, V. A. et al. Dinâmica das republicações das demonstrações contábeis no período de 1997-2012. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 19, p. 440-464, 2016.

182. MARTINS, G. S. et al. Práticas de gestão de desempenho voltadas para a inovação: a experiência de organizações portuguesas e brasileiras. **Revista de Administração da Unimep**. Piracicaba: Unimep, v. 14, p. 153-176, 2016.

183. MARTINS, G. S.; LOPES, D. P. T., BARBOSA, A. C. Q. Organizational Innovation: a comparative analysis between Brazil and Portugal. **European Journal of Business and Social Sciences**, v. 1, n. 5, p. 23-40, 2012.

184. MARTINS, G. S et al. Práticas de gestão de desempenho voltadas para a inovação: a experiência de organizações portuguesas e brasileiras. **RAU**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2015.

185. MARTINS, H. C. et al. Configuração das Imagens Ideativas, Planejamento e Redução de Riscos: a implantação do Sistema ERP em um a Instituição Pública de Ensino. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, p. 353-372, 2013.

186. MARTINS, R. S.; MARTINS, S. S. Parâmetros para gestão da logística de transporte na coleta de leite. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 8, p. 344-353, 2006.

187. MARTINS, R. S.; SOUZA FILHO, O. V.; LOBO, D. S. Logística como direcionador para a formação de cadeia de valor: um estudo aplicado na indústria de beneficiamento do soro de queijo. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras: UFLA, v. 15, p. 60-74, 2013.

188. MARTINS, R. S.; SOUZA FILHO, O. V.; PEREIRA, S. C. F. Alinhamento Estratégico nas Cadeias de Suprimentos da Indústria Automobilística Brasileira. Porto Alegre: **REAd. Revista Eletrônica de Administração** (Online), v. 73, p. 581-606, 2012.

189. MARTINS, R. S. et al. Buyer-Supplier Collaborative Relationships in The Brazilian Automotive Chain. **JOSCM. Journal of Operations and Supply Chain Management**, v. 5, p. 16-30, 2012.

190. MARTINS, R. S.; SOUZA FILHO, O. V. **A efetividade da colaboração entre organizações do Arranjo Produtivo Local (APL): experiências dos processos logísticos nas indústrias do Vale da Eletrônica de Minas Gerais**. Santa Cruz do Sul: Redes (Impresso), v. 18, p. 8-37, 2013.

191. MARTINS, R. S.; XAVIER, W. S.; SOUZA FILHO, O. V.; MARTINS, G. S. . Transport Management in Small and Medium-Sized Enterprises in Brazil. **JOSCM: Journal of Operations and Supply Chain Management**, v. 3, p. 55-66, 2010.

192. MARTINS, R. S.; SOUZA FILHO, O. V. Análise do Alinhamento de Práticas Colaborativas entre Camadas: Estudo Comparativo de Casos

nas Cadeias Automobilísticas de São Paulo e de Minas Gerais. **Revista de Administração da UNIMEP**. Piracicaba: Unimep, v. 8, p. 207-237, 2010.

193. MARTINS, R. S. et al. Estratégias de Gestão de Operações Logísticas em Organizações Industriais de um Arranjo Produtivo Local (APL). **Revista de Administração da UNIMEP**. Piracicaba: Unimep, v. 9, p. 1-32, 2011.

194. MARTINS, R. S. et al. Gestão do Transporte Orientada para os Clientes: Nível de Serviço Desejado e Percebido. **RAC. Revista de Administração Contemporânea** (Impresso), v. 15, p. 1100-1119, 2011.

195. MARTINS, S.; CKAGNAZAROFF, I. B.; LAGE, M. L. C. Análise dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas à luz dos Relatórios de Fiscalização da Controladoria Geral da União. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, p. 221-245, 2012.

196. MEDEIROS, S. A.; GOSLING, M.; VERA, L. R. Emoções em Experiências Negativas de Turismo: Um Estudo sobre a Influência na Insatisfação. **Revista Turismo em Análise**, v. 26, p. 188-215, 2015.

197. MELO FILHO, L. et al. Estratégia de gestão de plataformas em serviços: caso de uma firma de. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas** (Online), v. 10, p. 49-68, 2015.

198. MELO FILHO, L. R. et al. Abordagem Estratégica de Roadmapping na Geração de Diretrizes de Inovação para Firmas de um Conglomerado Industrial. **Revista Iberoamericana de Estratégia**, v. 14, p. 49, 2015.

199. MILAGRES, R.; REZENDE, O.; GONÇALVES, C. A. Governança de redes colaborativas publico-privado: recursos e soluções para demandas sociais. **Revista Dom**. Rio de Janeiro: Fundação Dom Cabral, v. 21, p. 53, 2013.

200. MILAGRES, R. M.; REZENDE, O.; GONÇALVES, C. A. Capacidades como Condição Necessária Sed Non Sufficiens para Gestão da Carteira de Alianças Estratégicas - O caso EMBRAPA. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 14, p. 23, 2014.

201. MONTEIRO, P. R. R. et al. Previsão de comportamentos do consumo usando a personalidade. **RAE Eletrônica** (Online), v. 8, p. 13, 2009.
202. MOTA, N. R.; CKAGNAZAROFF, I. B.; AMARAL, H. F. Governança corporativa: estudo de caso de uma organização não governamental. **Cadernos Gestão Social**, v. 1, p. 1, 2007.
203. MOURA, A. C. et al. Marketing De Relacionamento Via Redes Sociais: uma análise de sua aplicação. Franca: **Revista Eletrônica de Administração - REA** ( Online), v. 13, p. 4-29, 2014.
204. NASCIMENTO, M. C. R.; et al. Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de Belo Horizonte (MG). **RAM: Revista de Administração Mackenzie** (Online), v. 17, p. 55-81, 2016.
205. NATT, E. D. M.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Criação de banheiros LGBTs: inclusão ou prática discriminatória? **RECADM: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 14, p. 31-44, 2015.
206. NUNES, S. C.; CLAUDIUS, A.; BARBOSA, Q. Cursos de Administração : Uma Análise sob o Enfoque das Competências. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, 7(3), 428–446, 2009.
207. OLIVEIRA, D.; GONÇALVES, R.; BARBOSA, A. Percepção dos gestores de recursos humanos em relação ao modelo de gestão por competências. **Revista FSA**. Teresina: Faculdade Santo Agostinho, v. 11, 01-26, 2014.
208. OLIVEIRA, J. L. R.; OLIVEIRA, S. L.; SOUZA, A. A. Custos de comercialização da exportação de cafés especiais por uma cooperativa do sul de Minas Gerais. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte - MG, v. 16, n.1, p. 31-53, 2005.
209. OLIVEIRA, J. L. R. et al. Gestão de informações de custos para a atividade de importação em uma indústria automobilística. **REGÉ. Revista de Gestão**. São Paulo: USP, v. 15, p. 15-28, 2008.

210. OLIVEIRA, J. L. R.; SOUZA, A. A.; OLIVEIRA, S. L. Estimativa de custos de importação da Loja Elétrica. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis:UFSC, v. 2, p. 47-71, 2005.

211. OLIVEIRA, J. L. R. et al Análise do processo de estimação de custos para a importação em uma empresa de materiais refratários. **Revista Universo Contábil**, v. 4, p. 77-96, 2008.

212. OLIVEIRA, J. L. R.; SOUZA, A. A.; RIBEIRO, K. L. B. Processo de importação em empresa automobilística. **Revista ABCustos**. São Leopoldo: ABCustos, v. 3, p. 21, 2008.

213. OLIVEIRA, K. P.; CKAGNAZAROFF, I. B.; SILVEIRA, M. C.; MORAES, C. E. S. Gestão de carreiras no Setor Público Mineiro: O caso dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 19, p. 1-21, 2013.

214. OLIVEIRA, K. P.; CKAGNAZAROFF, I. B.; SILVEIRA, M. C. Gestores Versus Especialistas: As Diferentes Percepções Acerca Da Evasão Dos Especialistas Em Políticas Públicas E Gestão Governamental. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. IV, p. 267-291, 2013.

215. OLIVEIRA, P. et al. O papel de atributos da qualidade de serviços e da satisfação na lealdade de clientes de um centro automotivo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v. 5, p. 849-868, 2014.

216. OLIVEIRA, P. H. et al. Gestão do Conhecimento Orientado para a Estratégia de Inovação de Produtos Tecnológicos: o caso da Invent Vision. **RAI: Revista de Administração e Inovação**, v. 9, p. 153, 2012.

217. OLIVEIRA, P. H.; GONÇALVES, C. A.; PAULA, E. A. M. Mapeando e mensurando o grau de dependência informacional interna dos profissionais de inteligência competitiva de marketing: o caso da empresa Alfa. **PERSPECT CIENC INF**, v. 16, p. 187-206, 2011.

218. OLIVEIRA, P. H.; GONÇALVES, C. A.; PAULA, E. A. M. Visão Baseada em Recursos da Inteligência Competitiva. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, p. 141-151, 2013.

219. OLIVEIRA, P. H.; GONÇALVES, C. A.; PAULA, E. A. M. Visão Baseada em Recursos da Empresa, Inteligência Competitiva e Balance Scorecard: em Busca da Vantagem Competitiva Sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, p. 60, 2010.
220. ORSINI, T. B. et al. Programa saúde da família: Estratégia e desenvolvimento em saúde no Brasil. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 21, p. 53-53, 2011.
221. PARDINI, D. J. et al. Os significados da virtualização do trabalho: manifestações discursivas das percepções tecnológicas, processuais e pessoais nas relações intraorganizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: FGV, v. 11, p. 85-103, 2013.
222. PARDINI, D. J.; GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES, M. A. Water resources governance: a study of the stakeholder perceptions in the state of Minas Gerais. **Corporate Ownership & Control** (Print), v. 6, p. 407-422, 2009.
223. PEIXOTO, F. M. et al. Governança Corporativa e Crises: mecanismos importantes durante ciclos econômicos distintos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, p. 119-133, 2014.
224. PEIXOTO, F. M.; AMARAL, H. F.; CORREIA, L. F. Governança Corporativa e Risco: uma análise durante crises ocorridas na primeira década do século XXI. **Gestão & Regionalidade** (Online), v. 30, p. 67-88, 2015.
225. PERDIGÃO, D. A.; CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. Das ruas para os shoppings populares: o empreendedorismo informal no discurso dos camelôs e da prefeitura de Belo Horizonte. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 9, p. 43-58, 2014.
226. PEREIRA, A. C. C.; OLIVEIRA, L. K. ; SOUZA, A. A. Changing the road transport for a rail transport to access a Brazilian airport. **Journal of Transport Literature**, v. 10, p. 15-19, 2016.
227. PEREIRA, A. C. C.; SOUZA, A. A.; OLIVEIRA, L. K. Análise da preferência dos passageiros quanto ao modo de transporte para acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins/MG. **Revista SODEBRAS**, v. 9, p. 162-167, 2014.

228. PEREIRA, A. C. C.; SOUZA, A. A. Determinantes na escolha do modo de transporte nos deslocamentos ao aeroporto. **Revista dos Transportes Públicos**, v. 140, p. 95-109, 2015.
229. PEREIRA, A. C. C.; SOUZA, A. A. Identificação dos motivos da migração do transporte individual para o coletivo. **Revista SODEBRAS**, v. 9, p. 39-45, 2014.
230. PEREZ, N. R.; GOSLING, M.; ANDRADE, M. A. M. Uma Análise do Marketing De Conteúdo Da Coca-Cola No Facebook E Sua Relação Com A Percepção Da Imagem Da Marca Perante Seus Consumidores. **Revista Cereus**, v. 6, p. 46-65, 2014.
231. QUEIROZ, R. G. M.; CKAGNAZAROFF, I. B. Inovação no Setor Público: Uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 44, p. 679-705, 2010.
232. RAIMUNDINI, S. L. et al. Aplicabilidade do custeio baseado em atividades e análise de custos em hospitais públicos. **Revista de Administração**. São Paulo: FEA-USP, v. 41, p. 453-465, 2006.
233. RIBEIRO, D. C. L.; GOSLING, M.; SILVA, M. D. B. Muro à Venda: A mercantilização do graffiti. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. Três Corações: UninCor, v. 14, p. 1001-1020, 2016.
234. RIBEIRO, F. A. P. et al. Os Aromas Da Moda: Investigando O Uso Do Marketing Sensorial Olfativo No Varejo De Vestuário De Belo Horizonte. **Estudo & Debate** (Online), v. 21, p. 217-238, 2014.
235. RIBEIRO, J. A. et al. Competências essenciais como fator determinante de competitividade em ambientes hiper-competitivos: um estudo no setor de telefonia celular de Minas Gerais. **Revista de Gestão – REGE**. São Paulo:USP, v. 16, p. 51-67, 2009.
236. ROCHA, T. A. H. et al. Human Resource Management in Health and Performance of Work Process in the Primary Health Care--An Efficiency Analysis in a Brazilian Municipality. New Delhi: **Journal of Health Management** (Print), v. 16, p. 365-379, 2014.

237. RODRIGUES, M. M. S. et al. Estudo comparativo das empresas do setor energético que aderiram a níveis diferenciados de governança corporativa. **Revista Economia & Gestão**, v. 15, p. 29-59, 2015.
238. ROMA, C. M. S.; AMARAL, H. F.; FERREIRA, B. P. Testando a forma fraca de eficiência na taxa de câmbio (BRL/USD). **Faces: Revista de Administração** (Impresso). Belo Horizonte, v. 13, p. 8-26, 2014.
239. ROSSONI, L. et al. Imersão Social na Cadeia de Suprimentos e seu Efeito Paradoxal no Desempenho Operacional. **RAE** (Impresso), v. 54, p. 429-444, 2014.
240. SAMPAIO, D. O. et al. Uma Análise Da Produção Acadêmica Brasileira Sobre O Comportamento Do Consumidor De Alimento Orgânico Entre 1997 A 2011. Porto Alegre: **Revista Eletrônica de Administração - REAd**(Online), v. 19, p. 588-619, 2013.
241. SAMPAIO, D. O. et al. O consumidor de café expresso em Minas Gerais: diferenças, hábitos e preferências. **Gestão & Regionalidade** (Online), v. 18, p. 49-60, 2012.
242. SAMPAIO, D. O. et al. A prática Empreendedora No Setor Turístico: Uma Pesquisa Exploratório-Descritiva Em Hotéis De Pequeno Porte. **Revista da UNIFEFE**. Brusque: Unifebe, v. 1, p. 97-112, 2013.
243. SAMPAIO, D. O.; GOSLING, M. Intenção De Compra E Consumo De Alimentos Orgânicos. **Revista Gestão Organizacional-RGO** (Online), v. 7, p. 43-62, 2014.
244. SAMPAIO, D. O.; GOSLING, M. Intent to purchase and consumption of organic food in Minas Gerais, Brazil. **Revista Portuguesa de Marketing** (Porto), v. 18, p. 1, 2016.
245. SANTIAGO, W. P. et al. A influência do lucro na predição de caixa: uma investigação com dados em painel das companhias brasileiras de capital aberto. Caracas: **Revista Espacios**, v. 35, p. 1-18, 2014.

246. SANTOS, L. M. et al. Analysis of Tobin's Q as Determinant of Business Investment in Brazil. **Faces: Revista de Administração** (Impresso), Belo Horizonte, v. 11, p. 13-13, 2011.
247. SANTOS, L. M.; GONÇALVES, M. A.; FERREIRA, M. A. M. Performance evaluation of expenditure in primary care: the case of Brazil's southeastern cities. **Organizações & Sociedade** (Online), v. 21, p. 467-487, 2014.
248. SANTOS, M. F. et al. Refletindo sobre a Ética na Prática do Neuromarketing: a Neuroética. **Revista Brasileira de Marketing – REMark**, v. 13, p. 49-62, 2014.
249. SANTOS, T. A.; SOUZA, A. A.; BARBOSA, D. M, S. Análise dos modelos de avaliação de governança corporativa no mercado acionário brasileiro. Caracas: **Revista Espacios**, v. 37, p. 13-13, 2016.
250. SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. **Revista de Administração Mackenzie-RAM** (Impresso), v. 15, p. 97-126, 2014.
251. SARAIVA, L. A. S.; FERREIRA, J. A.; COIMBRA, K. E. R. . Relações de trabalho em empresas terceirizadas sob a ótica dos trabalhadores: um estudo no setor de mineração. **Revista de Gestão Organizacional - RGO** (Impresso). Chapecó: UNOCHAPECÓ, v. 5, p. 134-148, 2012.
252. SARAIVA, L. A. S.; MOTA, O. S.; COUTO, F. F. A não-permanência de trainees nas empresas: um estudo em Minas Gerais. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 15, p. 230-255, 2015.
253. SARAIVA, L. A. S.; SOARES, C. B. A.; NATT, E. D. M. Representações sociais de relações de trabalho: um estudo com empregados primarizados. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro: UFF, v. 10, p. 36-49, 2016.
254. SILVA, A. N.; SARAIVA, L. A. S. Contornando o estigma: uma análise dos estúdios de tatuagens em Belo Horizonte. **Teoria e Prática em Administração**, v. 4, p. 123-155, 2014.

255. SILVA, A. N.; SARAIVA, L. A. S. Violência simbólica em não-lugares organizacionais: um estudo de grafitos em banheiros. **Revista Gestão Organizacional – RGO** (Online), v. 7, p. 61-72, 2014.
256. SILVA, C. E. G. et al. Formas jurídicas no terceiro setor brasileiro: estatuto legal, evidências empíricas e formalismo. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, p. 42-61, 2011.
247. SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Alienation, segregation and resocialization: meanings of prison labor. São Paulo: **Revista de Administração** (Online), v. 51, p. 366-376, 2016.
248. SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Lugares, discursos e subjetividades nas organizações: o caso de uma prisão. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. XI, p. 383-401, 2013.
249. SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Ressignificações sobre recuperação e resistência na prisão: um estudo sobre culturas e subjetividades. **Revista Alcance** (Online), v. 21, p. 25-45, 2014.
250. SILVA, F. C. et al. A política de circuito turísticos de Minas Gerais: Uma avaliação baseada na percepção de agentes estratégicos. El Sauzal: **Pasos**, v. 10, p. 3, 2012.
251. SILVA, J. V. R.; MARTINS, R. S. Operations in the context of urban mobility: Evaluating the Performance of the Deliveries to Small Retailers. **Journal of Operations and Supply Chain Management – JOSCM**, v. 7, p. 26-36, 2014.
252. SILVA, N. C. et al. Gestão de recursos humanos em saúde e mapeamento de processos reorientação de práticas para promoção de resultados clínicos satisfatórios. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde – RAHIS**, v. 11, p. 143-159, 2014.
253. SILVA, N. C. et al. Equidade na atenção primária à saúde da mulher: uma análise do Brasil e suas regiões. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 38, p. 243-265, 2014.
254. SILVA, N. C. et al. Equidade na atenção primária à saúde da mulher: uma análise do Brasil e suas regiões. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 38, p. 243-265, 2014.

255. SILVA, N. C. et al. Saúde da família e RH: dimensões para efetividade. **Faces Journal: Revista de Administração (Impresso)**. Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-145, abr./jun, 2011.

256. SILVA, N. C. D. et al. Equidade na atenção primária à saúde da mulher: uma análise do Brasil e suas regiões. *Revista Baiana Saúde Pública*, 38(2), 243–265, 2014.

257. SILVA, P. J. M.; MENEZES, M. V.; SOUZA, A. A. Participação popular na gestão do trânsito e transporte em municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. **Procedia: Social and Behavioral Sciences**, v. -, p. -, 2014.

258. SILVA, V. A. A.; BARBOSA, A. C. Q.; ROCHA, T.A. H. Desempenho dos médicos na saúde da família - uma análise a partir dos princípios ordenadores em um município brasileiro. **Revista de Administração Pública (Impresso)**, v. 49, p. 1237-1262, 2015.

259. SILVEIRA, R. I. M. et al. Antecedentes da Eficiência Produtiva na Manufatura: Experiências do Setor Moveleiro Brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**. Florianópolis: CAD/UFSC, v. 15, p. 154-169, 2013.

260. SILVEIRA, R. Z.; CKAGNAZAROFF, I. B. Porque são reis do seu território. Configurações subjetivas na gestão metropolitana em Vitória/ES. Salvador: **Gestão & Planejamento**, v. 17, p. 198-212, 2016.

261. SOUZA, A. A. et al. O Empreendedorismo Social no Contexto da Economia Solidária. **Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis**, v. 24, p. 73-86, 2016.

262. SOUZA, A. A. et al. Análise de Eficiência dos Hospitais: Um Estudo com Foco em Indicadores Operacionais. **Caderno de Administração (UEM)**, v. 37, p. 45-59, 2016.

263. SOUZA, A. A. et al. Analysis of Health Insurance Providers' Performance. **Sistemas & Gestão - S&G**, v. 11, p. 175-182, 2016.

264. SOUZA JUNIOR, A. A.; MARTINS, R. S. Relacionamentos na Cadeia de Suprimentos sob a Perspectiva da Network Theory: Um

Estudo de Caso do Subsetor Eletroeletrônico do PIM. **Revista de Administração da Unimep**, v. 14, p. 57-83, 2016.

265. SOUZA, A. A. et al. Análise de custos em hospitais: comparação dos custos dos partos normal e cesáreo e os valores repassados por um plano de saúde. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 5, 2013.

266. SOUZA, A. A.; AMORIM, T. L. C. M.; GUERRA, M. Análise dos sistemas de informações de hospitais. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde – RAHIS**, v. 1, p. 38-45, 2008.

267. SOUZA, A. A. et al. Aplicação do time-driven ABC em uma empresa varejista. **Revista ABCustos**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. VII, p. 23-45, 2012.

268. SOUZA, A. A. et al. Análise da aplicabilidade do time-driven activity-based costing em empresas de produção por encomenda. **Revista Universo Contábil**, v. 6, p. 67-84, 2010.

269. SOUZA, A. A. et al. Ensino da Contabilidade Gerencial: estudo dos cursos de ciências contábeis das melhores Universidades Brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis: UFSC, v. 1, p. 69-90, 2008.

270. SOUZA, A. A.; AVELAR, E. A.; BOINA, T. M. Análise da gestão de custos no transporte público urbano: um estudo de caso. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 37, p. 31-39, 2010.

271. SOUZA, A. A.; AVELAR, E. A.; BOINA, T. M. Gestão de custos e formação de preços em empresas de produção por encomenda: estudos de casos. **Revista de Informação Contábil**. Recife: UFPE, v. 2, p. 56-75, 2008.

272. SOUZA, A. A. et al. Analysis of Determinant Variables of Indebtedness in Brazilian Hospitals. **European Journal of Economics, Finance and Administrative Sciences**, v. 89, p. 5-19, 2016.

273. SOUZA, A. A. Analysis of hospital logistics and costs of the Clinical Engineering Sector in a Philanthropic Hospital. **Gestão da**

**Produção, Operações e Sistemas – GEPROS** (Online), v. 9, p. 35-50, 2014.

274. SOUZA, A. A. et al. Evaluating enterprise resource planning systems: a study conducted in the metropolitan region of Belo Horizonte - Minas Gerais State. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas – GEPROS** (Online), v. 10, p. 69-86, 2015.

275. SOUZA, A. A. et al. CEPSS: Um sistema de suporte especialista para estimação de custos e formação de preços em empresas de produção por encomenda. **Revista de Informação Contábil**. Recife: UFPE, v. 3, p. 1-21, 2009.

276. SOUZA, A. A. et al. Uma análise da implementação do custeio baseados em atividades em uma empresa de produção por encomenda. **UnB Contábil**, v. 11, p. 134-152, 2008.

277. SOUZA, A. A. et al. Performance analysis of Brazilian public and philanthropic hospitals. **European Journal of Scientific Research**, v. 19, p. 75-93, 2014.

278. SOUZA, A. A. et al. Data envelopment analysis of efficiency in hospital organizations. **International Journal of Business Innovation and Research** (Print), v. 8, p. 316-332, 2014.

279. SOUZA, A. A. et al. O processo de implementação de sistemas integrados de gestão em pequenas e médias empresas: estudos de casos. **Revista Ingepro: Inovação, Gestão e Produção**, v. 2, p. 52-64, 2010.

280. SOUZA, A. A. et al. Uma análise financeira dos hospitais brasileiros entre os anos de 2006 a 2011. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 9, p. 6-23, 2014.

281. SOUZA, A. A. et al. Análise financeira de hospitais: um estudo sobre o hospital metropolitano de urgência e emergência. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, p. 90-105, 2013.

282. SOUZA, A. A. et al. Análise financeira e de desempenho em hospitais públicos e filantrópicos Brasileiros entre os anos de 2006 a 2011. **FACEF Pesquisa**, v. 17, p. 118-130, 2014.

283. SOUZA, A. A.; et al. O empreendedorismo social no contexto da economia solidária. **REVISE - Revista de Empreendedorismo e Inovação Sustentável**, v. 1, p. 73-86, 2014.
284. SOUZA, A. A. et al. Evidenciação contábil nos municípios mineiros: atendimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Pensar Contábil**, v. 10, p. 36-43, 2008.
285. SOUZA, A. A.; BOINAR, T. M.; AVELAR, E. A. Dificuldades identificadas na implementação do custeio baseado em atividades: estudo de caso exploratório. **Revista ABCustos**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. IV, p. 1-24, 2009.
286. SOUZA, A. A. et al. Avaliação de sistemas de informações com foco na satisfação dos usuários: um estudo desenvolvido na região metropolitana de Belo Horizonte - MG. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas – GEPROS** (Online), v. 10, p. 70-84, 2015.
287. SOUZA, A. A.; COUTO, D. M. Modelos de remuneração e reajuste tarifário dos serviços de transporte público por ônibus na cidade de Belo Horizonte. **Revista dos Transportes Públicos**, v. 139, p. 75-90, 2015.
288. SOUZA, A. A. et al. Modelagem das atividades em centro cirúrgico de hospitais para o desenvolvimento de um sistema de informação hospitalar. **Revista ABCustos**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. IV, p. 1, 2009.
289. SOUZA, A. A. et al. Controle de gestão em organizações hospitalares. **Revista de Gestão – REGE**. São Paulo: USP, v. 16, p. 15, 2009.
290. SOUZA, A. A. et al. Custeio baseado em atividades em organizações hospitalares: análise do processo de custeamento em dois hospitais. **FACEF Pesquisa**, v. 15, p. 316-331, 2012.
291. SOUZA, A. A.; JORDÃO, R. V. D. Aquisição de empresas como fator de mudança no sistema de controle gerencial: uma análise estratégica sob a perspectiva da teoria contingencial. **Revista Universo Contábil**, v. 9, p. 75-103, 2013.

SOUZA, A. A. et al. Uma análise da terceirização em hospitais localizados na região metropolitana de Belo Horizonte. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 6, p. 120-134, 2011.

292. SOUZA, A. A. et al. A informática em questão no curso à distância: Educação e Saúde na Escola (ESE). **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 1, p. 1-11, 2011.

293. SOUZA A. A. et al. Análise de sistemas de informações utilizados como suporte para os processos de estimação de custos e formação de preços. **Revista ABCustos**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 1, p. 6-29, 2006.

294. SOUZA, A. A.; NOVELI, M. Metodologias para avaliação da tecnologia da informação empresarial. **RECADM: Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 5, p. 1-15, 2006.

295. SOUZA, A. A.; PASSOLONGO, C. Avaliação de sistemas de informações financeiras. Maringá: **RPA Brasil**, v. 2, p. 71-84, 2006.

296. SOUZA, A. A. et al. Logística hospitalar: um estudo de caso diagnóstico das dificuldades na gestão logística do setor de engenharia clínica. Franca: **Revista Eletrônica de Administração – REA** (Online), v. 12, p. 1-14-14, 2013.

297. SOUZA, A. A.; RAIMUNDINI, S. L.; KUWABARA, C. C. T. **Análise do sistema de gestão de custos de um hospital público**. Belo Horizonte: Interseção (Impresso), v. 2, p. 6-15, 2008.

298. SOUZA, A. A. et al. Modelagem do custeio baseado em atividades para farmácias hospitalares. **Revista de Informação Contábil**. Recife: UFPE, v. 3, p. 149-172, 2009.

299. SOUZA, A. A. et al. Gestão de custos em empresas de produção por encomenda: estudos de casos em gráficos. **Revista Ingepro: Inovação, Gestão e Produção**, v. 4, p. 13-25, 2009.

300. SOUZA, A. A. et al. Indicadores de desempenho econômico-financeiro para hospitais: um estudo teórico. **RAHIS: Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 3, p. 44-55, 2009.

301. SOUZA, A. A. et al. Análise De Eficiência Dos Hospitais: Um Estudo Com Foco Em Indicadores Operacionais. **Caderno de Administração** (UEM), v. 24, p. 45-59, 2016.
302. SOUZA, A. A. et al. **Uma aplicação do custeio baseado em atividades na central de materiais esterilizados de hospitais**. Belo Horizonte: Interseção (Online), v. 1, p. 58-70, 2008.
303. SOUZA, A. A. et al. Análise de custos em hospitais: comparação entre os custos de procedimentos de urologia e os valores repassados pelo Sistema Único de Saúde. **Revista ABCustos**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 8, p. 1-15, 2013.
304. SOUZA, A. A.; XAVIER, A. G. Information systems evaluation: a study in hospital organizations. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, p. 1, 2012.
305. SOUZA, B. B. P.; GOSLING, M.; GONÇALVES, C. A. Mensuração do Mix de Marketing de Serviços, da Satisfação e da Lealdade em Clientes de um Banco de Varejo. **Revista Brasileira de Marketing – REMark**, v. 12, p. 108-132, 2013.
306. SOUZA, R. A.; SOUZA, A. A. Gestão do capital de giro em micro e pequenas empresas: Estudo de casos em empresas do comércio varejista de Passos, MG. **FACEF Pesquisa**, v. 14, p. 39-51, 2011.
307. STRUETT, M. A. M.; SOUZA, A. A.; RAIMUNDINI, S. L. Aplicação do custeio baseado em atividades: estudo de caso em um laboratório de análises clínicas. **Revista Contexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 7, p. 7-31, 2007.
308. TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **Organizações & Sociedade** (Online), v. 22, p. 161-178, 2015.
309. TEIXEIRA, L. A. A. et al. Análise de modelos de valor de cliente por toda a vida e influências na rentabilidade organizacional. **Faces (FACE/FUMEC)**, v. 6, p. 38-50, 2007.
310. THOMAZ E SERRA, L.; MARTINS, R. S.; LADEIRA, M. B. O Ambiente Público-Privado no Processo de Tomada de Decisão quanto à

Operação Portuária no Brasil: um estudo de caso. São Paulo: **Revista Brasileira de Gestão de Negócios** (Impresso), v. 11, p. 183-199, 2009.

311. TORRES, D. F. et al. Modelo de avaliação da relação entre a reputação e o valor da marca: um estudo no setor automotivo. **Gestão.Org**, v. 1, p. 57-85, 2011.

312. VALENTE, D. C. M. et al. Estudo dos custos de unidade de terapia intensiva na maior rede hospitalar pública na América Latina. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, p. 168-168, 2010.

313. VALENTE, D. C. M. et al. Estudo de padronização de processos como indutor de qualidade e base de sustentação aos indicadores de processos hospitalares. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, p. 169-169, 2010.

314. VALENTE, D. C. M. et al. Gestão Estratégica Hospitalar: o uso da informação de custo para construção de base de conhecimento no maior hospital de pronto socorro de Minas Gerais. Belo Horizonte: **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 20, p. 176-176, 2010.

315. VELOSO, A. C. C. et al. Auditando os auditores: motivações dos processos contra auditores junto à comissão de valores mobiliários no período de 2007-2013. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 3, p. 46-60, 2015.

316. VELOSO, A. C. C. et al. Auditando os Auditores: Motivações dos Processos Contra Auditores junto à Comissão de Valores Mobiliários no período de 2007-2013. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC**, v. 3, p. 46-60, 2015.

317. VERA, L. R.; GOSLING, M.; MACEDO, S. B. O Ritual do Casamento como Consumo Simbólico: Os Significados da Festa para as Noivas|. **Razón Y Palabra**, v. 20, p. 1210-1234, 2016.

318. VIEGAS, G.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM: Revista de Administração Mackenzie** (Online), v. 16, p. 68-94, 2015.

319. VIEIRA, G. T. et al. A Utilização da Ideia de Empoderamento em Políticas Públicas e ações da Sociedade Civil. **Cadernos Gestão Social**, v. 02, p. 135-148, 2009.
320. VOLPE, F. M. et al. Custos da internação por dependência à cocaína/crack: estudo comparativo entre hospital psiquiátrico e hospital geral. **Belo Horizonte: Revista Médica de Minas Gerais**, v. 24, p. 22-27, 2014.
321. VOLPE, F. M. et al. Conquistas e desafios dos Grupos de Pesquisa da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 24, p. 13-21, 2014.
322. XAVIER, W. S.; SOUZA FILHO, O. V.; MARTINS, R. S. Impactos de Políticas de Suprimentos no Desempenho de Empresas de Médio Porte do Setor Moveleiro sob a Ótica da Network Theory. **Revista Gestão Industrial**, v. 6, p. 49-69, 2010.
323. ZANOTELI, E. J.; AMARAL, H. F.; SOUZA, ANTÔNIO ARTUR DE. Intangible assets and the accounting representation crisis. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, p. 3-19, 2015.
324. ZICA, R. M. F. et al. The Resource-Based Theory and its Adherence to a Superior Performance Strategy: an Analysis in Small Companies in Brazil. **Corporate Ownership & Control (Print)**, v. 13, p. 434-444, 2016.

## **APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista com Líder do Grupo de Pesquisa**

**Nome do grupo:** GRUPO DE PESQUISA F

**Data de criação:** 2006

**Programa:** Administração da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

### **I - FORMAÇÃO DO GRUPO**

1. Poderia contar um pouco da sua trajetória como pesquisador/professor?
2. O grupo foi cadastrado no diretório da CAPES em 2006. O grupo já existia antes desta data? Poderia contar um pouco da trajetória do grupo?
3. Consta no diretório 5 integrantes. Quais são os critérios para participar do grupo? Há alguma seleção?
4. Qual seria as finalidades das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos de Gestão Pública?

### **II - TEMÁTICAS DE ESTUDO**

5. Como se dá a escolha de temáticas de estudo? De objeto? De perspectiva? De método?
6. Houve mudanças de temas de pesquisa ao longo da trajetória do grupo?
7. Há alguma interferência do PPGA? Ou da FACE? Ou da UFMG? Ou de professores? Ou de Eventos?
8. Por que não há estudos (ou interesse em estudos) que tratam dos recursos não-renováveis?

### **III - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

9. O Grupo se relaciona com a sociedade?

10. Quais as formas de relacionamento que o Grupo estabelece com a sociedade?

11. Qual a posição ou papel do Grupo ou de seu representante nestas composições?

#### **IV - PROJETOS E PARCERIAS**

12. Nos últimos 10 anos, houve algum convênio/consórcio/projeto realizado pelo Grupo?

13. Se sim, do que se tratava? Objetivo? Resultado?

## **APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista com Integrante do Grupo de Pesquisa**

**Nome do grupo:** GRUPO DE PESQUISA F

**Data de criação:** 2006

**Programa:** Administração da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

### **I - FORMAÇÃO DO GRUPO**

1. Poderia contar um pouco da sua trajetória no grupo de pesquisa?
2. Quais são os critérios para participar do grupo? Há alguma seleção?
3. Qual seria as finalidades das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa?
4. Há reuniões periódicas entre os integrantes do grupo e o líder? Há uma agenda de atividade?

### **II - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

5. O Grupo se relaciona com a sociedade?
6. Quais as formas de relacionamento que o Grupo estabelece com a sociedade?
7. Qual a posição ou papel do Grupo ou de seu representante nestas composições?

### **IV - PROJETOS E PARCERIAS**

8. Durante sua trajetória, houve algum convênio/consórcio/projeto realizado pelo Grupo?
9. Se sim, do que se tratava? Objetivo? Resultado?